

O INTERNACIONALISMO VATICANO
E A NOVA ORDEM MUNDIAL
A DIPLOMACIA PONTIFÍCIA DA
GUERRA FRIA AOS NOSSOS DIAS

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



*Ministro de Estado
Secretário-Geral*

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor

Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Anna Carletti

O internacionalismo vaticano e a nova ordem mundial
a diplomacia pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias



Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:

Maria Marta Cezar Lopes
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Mariana Alejarra Branco Troncoso
Gabriela Del Rio de Rezende
Jessé Nóbrega Cardoso
Rafael Ramos da Luz

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2012

C281

CARLETTI, Anna.

O internacionalismo vaticano e a nova ordem mundial : a diplomacia pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias / Anna Carletti. — Brasília : FUNAG, 2012.

228 p.; 15,5 x 22,5 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7631-385-4

1. Diplomacia – Evolução histórica - Vaticano. I. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 341.7(456.31)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Prefácio.....	13
Introdução.....	15
Primeira Parte	27
Capítulo I - O Estado da Cidade do Vaticano, a Santa Sé e a diplomacia pontifícia	29
1.1. O Estado da Cidade do Vaticano.....	29
1.1.1. O território e a população do Estado da Cidade do Vaticano....	30
1.1.2. A administração do Estado da Cidade do Vaticano	34
1.2. O significado político da Santa Sé	37
1.3. A diplomacia pontifícia.....	41
1.3.1. A origem histórica da diplomacia pontifícia	42
1.3.2. Os atores da diplomacia pontifícia.....	45
1.3.2.1. <i>A Secretaria de Estado</i>	45
1.3.2.2. <i>O corpo diplomático pontifício</i>	47
1.3.2.3. <i>As Embaixadas junto à Santa Sé</i>	50

1.3.3. Funções da diplomacia pontifícia.....	51
1.3.4. A diplomacia bilateral da Santa Sé.....	57
1.3.5. A diplomacia multilateral da Santa Sé.....	59
1.3.5.1. <i>A Santa Sé e a ONU</i>	60
1.3.6. Os meios usados pela diplomacia pontifícia	65
1.3.6.1. <i>A função de arbitragem ou de mediação</i>	65
1.3.6.2. <i>As concordatas</i>	66

Capítulo II - A Evolução histórica da atuação internacional da Santa Sé69

2.1. A origem dos Estados Pontifícios	69
2.1.1. A aliança entre os Estados Pontifícios e a dinastia carolíngia.....	73
2.1.2. Os Estados Pontifícios e o Sacro-Império Romano Germânico.....	75
2.1.3. A luta das investiduras	76
2.1.4. Inocêncio III e a tentativa de instauração de um governo teocrático na Europa.....	77
2.1.5. Os Estados Pontifícios perdem a supremacia.....	78
2.2. O fim dos Estados Pontifícios.....	80

Segunda Parte85

Capítulo III - O internacionalismo da Santa Sé no século XX87

3.1. O pontificado de Leão XIII.....	87
3.2. O pontificado de Pio X	92
3.3. Bento XV (1914-1922).....	95
3.4. Pio XI e o período entreguerras (1922-1939)	101
3.4.1. Os conflitos entre os fascistas e o papa após a assinatura dos acordos de Latrão	103
3.4.2. A política externa da Santa Sé na Rússia Soviética	106
3.4.3. A política externa de Pio XI na Alemanha nazista.....	107
3.5. O Pontificado de Pio XII durante a Segunda Guerra Mundial	110
3.5.1. As relações entre Pio XII e os Estados Unidos.....	115
3.5.2. A diplomacia da Santa Sé na Segunda Guerra Mundial.....	116

Capítulo IV - Do pós-guerra ao mundo bipolar da Guerra Fria	119
4.1. Pio XII e a Guerra Fria	120
4.2. João XXIII, o papa do diálogo	127
4.2.1 João XXII, a Revolução Cubana e a mediação na crise de Cuba	129
4.2.2. João XXIII, o Concílio Vaticano II e seus reflexos no cenário internacional	131
4.3. Paulo VI	135
4.3.1. Paulo VI e o Concílio Vaticano II	137
4.3.2. Paulo VI e os desafios do mundo contemporâneo	138
4.3.3. A <i>Ostpolitik</i> de Paulo VI	142
4.3.4. Paulo VI e a América Latina	144
4.3.5. A crise política italiana e os últimos anos do pontificado de Paulo VI	147
4.4. O breve papado de João Paulo I	149
Capítulo V - João Paulo II e o fim da Guerra Fria	155
5.1. Karol Wojtyla, o papa “vindo de longe”	155
5.1.1. O engajamento político de Karol Wojtyla na Polônia	156
5.1.2. Karol e a descoberta do mundo	158
5.2. A eleição de um papa do Leste Europeu e seus impactos no cenário internacional	158
5.3. O Soft Power de João Paulo II e sua aliança com os EUA	161
5.3.1. O papa vence uma primeira batalha	164
5.4. João Paulo II, a América Latina e a Teologia da Libertação	167
5.5. João Paulo II e a luta contra o Ocidente	175
5.6. A paz e a guerra em João Paulo II	178
5.7. Os últimos anos do pontificado de João Paulo II - Balanço de um papado carismático	183

Capítulo VI - Bento XVI, a Santa Sé e os desafios internacionais do século XXI	185
6.1. O “Homem de Ferro” da Congregação da Doutrina da Fé na liderança da Igreja Católica	185
6.1.1. Breve biografia de Bento XVI	187
6.2. A geopolítica de Bento XVI.....	188
6.2.1. A aula de Ratisbona e a resposta do Islã	191
6.2.2. Bento XVI e a questão palestina.....	193
6.2.3. As relações diplomáticas da Santa Sé no pontificado de Bento XVI	196
6.2.3.1. <i>Bento XVI e a República Popular da China</i>	197
6.3. Breve balanço sobre o pontificado de Bento XVI	199
Conclusões.....	203
Bibliografia de Referência	209

Para Fábio



Agradeço ao CNPq que permitiu realizar este estudo por meio da Bolsa de Pós-Doutorado Júnior, sob a supervisão do Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini e ao Nerint (Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, centro em que a pesquisa foi desenvolvida dando-me pleno apoio para sua realização.



Prefácio

A diplomacia da Santa Sé é considerada, em âmbito diplomático, como a primeira diplomacia, a mais antiga; mas, ao mesmo tempo, seu funcionamento e objetivos permanecem desconhecidos aos olhos da maioria das pessoas. Tal desconhecimento aumenta, às vezes, as fantasias de quem imagina os diplomatas pontifícios como protagonistas de misteriosos e perigosos complôs internacionais.

O objetivo desta obra é justamente desmistificar tal concepção por meio da compreensão do funcionamento e dos objetivos principais da diplomacia pontifícia.

Ao tentar analisar criticamente a diplomacia de um estado soberano, deparamo-nos sempre com um emaranhado de elementos e fatores que dificultam sua leitura e compreensão. O caso do Vaticano não é uma exceção. A limitação desta obra pode ser encontrada na impossibilidade de acesso a numerosos arquivos históricos, principalmente aos que se referem à história do tempo presente. Contudo, procuramos compreender as linhas-guias da diplomacia da Santa Sé por meio do estudo de seus documentos, de sua bibliografia oficial e de sua bibliografia extraoficial, composta por autores alheios ao âmbito católico. Valiosa foi a contribuição de autores russos e alemães, tradicionalmente críticos do conservadorismo do Vaticano. O resultado desse exercício de questionamentos e análise foi uma pequena obra composta de duas partes: a primeira mais descritiva apresenta as características e o funcionamento técnico da diplomacia da Santa Sé, além dos objetivos peculiares que a distanciam das diplomacias

tradicionais; na segunda parte, entramos no núcleo do tema do livro: qual foi o agir internacional da Santa Sé ao longo do século XX e, principalmente, como a Santa Sé enfrentou as mudanças estruturais que redesenharam a ordem mundial após os dois grandes conflitos mundiais?

Desde Leão XIII até o atual pontífice, Bento XVI, buscamos evidenciar como a atuação internacional da Santa Sé refletiu as características dos diferentes pontífices e do contexto internacional em rápida evolução.

Trata-se de uma obra introdutória, que talvez possa contribuir para se conhecer um pouco mais a diplomacia de uma instituição tão antiga, mas, muitas vezes, tão desconhecida.

Este livro não teria sido possível sem o apoio do CNPq, conferido mediante a Bolsa de Pós-Doutorado Júnior, e, sobretudo, sem a orientação do Prof. Paulo Fagundes Visentini, supervisor deste trabalho, que me ofereceu, ao longo desses anos, chaves de leitura crítica fundamentais para a compreensão de um tema tão complexo. A ele, meus agradecimentos mais profundos, assim como agradeço a toda a equipe do Núcleo de Estratégia em Relações Internacionais (NERINT) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no âmbito do qual desenvolvi esta pesquisa.

Introdução

No dia 13 de dezembro de 2009, o papa Bento XVI recebeu, pela primeira vez em Roma, a visita do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, o Estado brasileiro e a Santa Sé assinaram uma convenção esperada e desejada há anos pelo atual núncio apostólico no Brasil, Lorenzo Baldisseri, e pela Conferência Episcopal Brasileira. Por meio deste acordo, a Igreja Católica no Brasil adquiriu personalidade jurídica. De fato, até então, mesmo podendo desempenhar seu papel em plena liberdade de expressão, a Igreja Católica no Brasil tinha sua ação amparada apenas num decreto de 1890, que conferira personalidade jurídica a todas as igrejas existentes naquela época, sem, no entanto, se referir especificadamente à Igreja Católica. O acordo assinado em 2009 contempla, no seu conteúdo, todos os âmbitos de ação desta Instituição, regulamentando sua relação com a sociedade e com o próprio Estado brasileiro. O convênio internacional assinado entre o Brasil e a Santa Sé configura-se, portanto, como um ato diplomático a todos os efeitos, devido ao reconhecimento internacional da Santa Sé como sujeito soberano de direito internacional. Apesar de a Santa Sé ter sua sede dentro de um Estado, o Estado da Cidade do Vaticano, é ela e não o Estado que age internacionalmente e diplomaticamente em qualidade de autoridade suprema da Igreja Católica. Peculiar é o fato de a Igreja Católica ser a única instituição confessional que dispõe de um Estado cuja soberania é reconhecida internacionalmente. Atualmente, a Santa Sé mantém relações diplomáticas com 178 países. Sua soberania, como declara o art. 2 do Tratado de Latrão, é um “atributo inerente à sua natureza, em

conformidade com sua tradição e com as exigências de sua missão no mundo”. Em função disso, por meio do mesmo Tratado, foi criado o Estado da Cidade do Vaticano, como instrumento de relação com os outros Estados, Estado-suporte que garante, com um mínimo de território, a liberdade espiritual ao papa (TAURAN, 2002). O papa Paulo VI, dirigindo-se à ONU em 1965 afirmava, de fato, de estar investido somente de

uma minúscula e quase simbólica soberania temporal: a mínima que se torna necessária para poder exercer livremente a sua missão espiritual e assegurar àqueles que com ele têm de lidar, que não se encontra dependente de nenhuma das soberanias deste mundo¹.

Mesmo reconhecendo tal peculiaridade, as relações que os Estados mantêm com a Santa Sé, são, a todos os efeitos, relações entre sujeitos de direito internacional e, portanto, da mesma natureza daquelas que ocorrem entre os Estados. O que difere é o conteúdo de tais relações, enquanto as questões tratadas na diplomacia vaticana geralmente dizem respeito à atividade da Santa Sé no mundo e à presença da Igreja Católica nos diversos países. Questões como alianças políticas, estruturas militares, relações comerciais e financeiras que, nas diplomacias dos outros estados representam interesses primários, não fazem parte da pauta diplomática da Santa Sé, a não ser no caso de tais questões apresentarem desenvolvimentos morais de interesse da Igreja Católica (LAJOLO, 2006). O artigo 24 do Tratado de Latrão evidencia, a este propósito, a decisão da Santa Sé de evitar, a princípio, qualquer tipo de interferência em eventuais competições entre estados.

A Santa Sé, em relação à soberania que lhe compete também no campo internacional, declara que Ela quer permanecer e permanecerá estranha às competições temporais entre os outros estados e aos Congressos internacionais realizados para tal objetivo, a menos que as partes interessadas façam concorde apelo à sua missão de paz, reservando-se em todo caso a fazer valer o seu poder moral e espiritual.

A Santa Sé apresenta-se, portanto, no cenário internacional não tanto como representante de um dos tantos estados soberanos que formam

¹ PAULO VI. *Discurso às Nações Unidas por ocasião da sua Visita à ONU, 4 de outubro de 1965*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united_nations_po.html>. Acesso em: 1 jul. 2010.

a comunidade internacional, mas como a autoridade suprema da Igreja Católica, organização universal e transnacional constituída por mais de um bilhão de membros² espalhados no mundo inteiro. Sua atuação internacional funda-se em sua autoridade moral, soberana e independente que atualmente lhe é reconhecida quase que unanimemente em nível internacional³. O número significativo dos seus membros espalhados pelo mundo é um dado relevante para os estados que mantêm com ela relações diplomáticas.

A diplomacia vaticana é considerada a mais antiga de todas as diplomacias. Com efeito, a atuação internacional dos papas começou bem antes que eles dispusessem de um poder temporal. A figura do Núncio Apostólico, encarregado pelo papa de uma missão eclesial e diplomática está presente já em 453 no final do Concílio de Calcedônia. As primeiras nunciaturas apostólicas surgiram em 1500 em Veneza e Paris, logo depois, em 1513, em Viena. Em 1701, o papa Clemente XI instituiu a Academia dos Nobres Eclesiásticos, tendo como objetivo a formação do clero que atuaria nas representações pontifícias. Tal instituição, ainda hoje localizada no coração da cidade de Roma, mudou seu nome para Academia Pontifícia Eclesiástica e, em 2001, completou três séculos de vida (TAURAN, 2002). A história da Santa Sé e de sua diplomacia é estritamente ligada à história da Europa e do mundo. Segundo Moreira

não é possível separar a história do euromundo da intervenção da Igreja Católica, em todos os domínios, quer dizer, desde a formulação dos critérios que definem a dignidade do homem como pessoa, ou que consagram a distinção entre sociedade civil e Estado, fornecem as referências de legitimidade de origem e o exercício do poder, propõem o modelo da comunidade internacional aos que tentam assegurar a paz pelo direito (MOREIRA, 1996, p. 122).

Ao longo de sua história, a diplomacia vaticana alternará períodos de grande prestígio internacional a períodos em que sua atuação será quase que ignorada pelo concerto das nações. A evolução histórica da natureza política da Santa Sé é indiscutivelmente uma das mais dinâmicas. Na época moderna, o papado transformou-se em estado, no mesmo nível

² Segundo as estatísticas de 2002 divulgadas pela Agência Fides (Congregação para a Evangelização dos Povos), o número de católicos no mundo é 1.070.315.000.

³ Entre os estados que questionam sua autoridade moral universal está a República Popular da China. As relações diplomáticas com a Santa Sé foram interrompidas em 1951. Para aprofundar o tema cf. CARLETTI, Anna. *Diplomacia e Religião: Encontros e desencontros nas relações entre a Santa Sé e a República Popular da China de 1949 a 2005*. Brasília: FUNAG, 2008.

que os outros principados da época, mas com a ambição de liderar o novo sistema europeu que estava constituindo-se. Como líder dos novos Estados Pontifícios, o papa enviava suas representações diplomáticas junto às cortes europeias mais importantes. É o período em que o pontífice era chamado de Papa-rei e os cardeais eram considerados os Príncipes da Igreja. Eles eram escolhidos, pela sua maioria, entre os membros das famílias nobres mais poderosas dos principados italianos da época. Da mesma forma, era de tais famílias que saíam os futuros representantes diplomáticos do papado. Foi somente em 1920 que a Santa Sé decidiu abolir a exigência de pertencer à nobreza como condição de admissão junto à Academia Pontifícia Eclesiástica, a escola de diplomacia mais prestigiosa na época moderna (LEBEC, 1999, p. 11).

Após o Tratado de Westfália que, em 1648, inaugurou o sistema de governo das monarquias europeias, e consagrou a separação entre política e religião, a influência da diplomacia vaticana no novo sistema europeu diminuiu de forma relevante. Em 1815, no Congresso de Viena, a diplomacia pontifícia voltou a ser reconhecida pelas potências católicas europeias como ator privilegiado no concerto das nações. No intuito de restaurar a antiga ordem europeia multipolar, as potências católicas europeias (Áustria, França, Espanha e Portugal), reconheceram o direito de precedência do Representante Pontifício sobre as outras diplomacias. O ministro francês Talleyrand apresentou uma moção, aprovada sem dificuldade pelos outros membros do Congresso para que “em ordem aos princípios religiosos e às potências católicas, nada seria mudado quanto ao Papa” (TAURAN, 2002).

A unificação da Itália, em 1870, marcou o fim dos Estados Pontifícios e o início de um período pouco próspero para a diplomacia da Santa Sé. A perda do poder temporal por parte da Santa Sé não significou, porém, o fim de suas relações com os estados. Boa parte deles tentou, de fato, conservar boas relações com o papa, não obstante a mudança de sua situação política. Segundo Lebec, naquela época, “a Santa Sé não passava de um organismo hóspede de uma Itália que tinha a competência exclusiva para tratar da ‘questão romana’”. Depois de 1870, de fato, a maioria dos juristas de língua inglesa definirá o papa como ‘Ilustre súdito do rei’” (LEBEC, 1999, p. 19).

Em 1929, com o Tratado de Latrão, a Santa Sé conquistou sua autonomia, com o reconhecimento definitivo de sua personalidade jurídica internacional, e com a criação do Estado da Cidade do Vaticano. Contudo, a fundação de tal estado não representou para a Santa Sé um retorno ao poder temporal como era na época dos Estados Pontifícios. O minúsculo

território⁴ ocupado pela Santa Sé seria apenas a base de apoio para a missão da Santa Sé. Dag Hammarskjöld, ex-secretário-geral da ONU, resumindo o prestígio reencontrado pelo papado, disse: “Quando solicito uma audiência no Vaticano, não vou ver o rei da Cidade do Vaticano, mas o chefe da Igreja Católica” (LEBEC, 1999, p. 20).

Na primeira metade do século XX, o papa, como chefe supremo da Igreja Católica, continuou a desempenhar sua atividade diplomática em defesa dos interesses dos diversos povos católicos. Contudo, as grandes potências mundiais recusaram a presença da Santa Sé nas negociações de paz que seguiram os dois grandes conflitos mundiais, julgando sua atuação internacional apenas segundo critérios de poderio militar. Famosa foi a frase pronunciada por Stalin quando perguntou ironicamente de quantos tanques dispunha o papa. Menos conhecida é a pergunta do mesmo teor, feita pelo presidente americano Franklin D. Roosevelt durante a Conferência de Yalta em fevereiro de 1945: “De quantas divisões militares dispõe o Cardeal Francis J. Spellman?”⁵.

Na segunda metade do século XX, a Santa Sé reconquistou seu espaço no âmbito internacional. O Concílio Vaticano II (11/10/1962-08/12/1965), convocado pelo Papa João XXIII marcou a abertura da Igreja Católica a todas as realidades do mundo, e seu empenho em encontrar possíveis caminhos de diálogo com as diversas realidades políticas e sociais. Esta abertura colocou as bases para a política vaticana definida como *Ostpolitik*⁶, que visou, nos anos 60, construir um diálogo político com os países do Leste Europeu, nos quais a Igreja Católica sofreu uma situação de separação com o Vaticano (CARLETTI, 2008, p. 96).

Sob os pontificados de Paulo VI (1963-1978) e João Paulo II (1978-2005), os Estados com os quais a Santa Sé mantém relações diplomáticas passaram de 46 a 174, evidenciando que a diplomacia vaticana havia reencontrado seu espaço em âmbito internacional. Muito rápido foi também o credenciamento das Representações da Santa Sé junto às Organizações Internacionais. A primeira foi em 1949, quando a Santa Sé teve seu observador permanente creditado junto à FAO (Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura), com sede em Roma. A segunda foi em 1952, junto à Organização das Nações Unidas

⁴ O Estado da Cidade do Vaticano é o menor Estado independente do mundo, pela sua população, constituída por cerca de 800 pessoas, e pela sua extensão territorial (a sua superfície é de 44 hectares).

⁵ O Cardeal Spellman era o ponto de ligação entre o papa Pio XII, seu amigo de longa data, e os Estados Unidos. O papa Pio XII o nomeou arcebispo de Nova York e Vigário das Forças Armadas dos Estados Unidos. Em tal posição ele era bem informado pelo Pentágono e pela Casa Branca. No início de 1943, Spellman pôde revelar ao papa a existência do átomo para fins militares.

⁶ O arquiteto da *Ostpolitik* foi o Cardeal Agostino Casaroli que, com a colaboração de Dom Franz König, Cardeal de Viena, trabalhou até 1989, ano da queda do Muro de Berlim para melhorar as relações com os países do Leste Europeu. O acordo assinado entre a Santa Sé e a Hungria em 1964 foi o primeiro acordo resultado da aplicação da *Ostpolitik*. Cf. CASAROLI, Agostino. *Il martirio della pazienza. La Santa Sede e i paesi comunisti (1963-1989)*. Turim: Einaudi, 2000.

para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), com sede em Paris. Em 1957, a Santa Sé tornou-se membro fundador da Agência Internacional para a Energia Atômica (AIEA) com sede em Viena, junto à qual foi creditado seu delegado permanente. Sob o pontificado de Paulo VI, em 1964, a Santa Sé enviou um observador permanente junto às Nações Unidas, em Nova York. Em 1967, outro observador permanente da Santa Sé foi creditado junto ao Escritório da ONU na cidade de Genebra, na Suíça. Em 2004, a Santa Sé formalizou seu *status* de Observador Permanente junto às Nações Unidas, pela resolução N.58/314 do 1º de julho de 2004 (LAJOLO, 2006).

Atualmente, a Santa Sé age no âmbito internacional por meio da diplomacia bilateral e multilateral (relações com a ONU e suas agências, Conselho da Europa, Comunidades Europeias, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa - OSCE, Organização dos Estados Americanos - OEA, Organização da União Africana - OUA). Ela se apresenta ao mundo essencialmente em veste de uma autoridade espiritual e moral. Segundo Moreira, “a nova definição internacional da Santa Sé, que assume um protagonismo específico na vida internacional, vai basear-se não em qualquer poder político, mas sim e apenas na autoridade, isto é, uma proeminência institucional reconhecida que permite influenciar as condutas e as decisões” (MOREIRA, 1996, p. 122). O reconhecimento da autoridade moral da Santa Sé recebeu evidente confirmação por ocasião da morte do papa João Paulo II. Durante o funeral, no dia 7 de abril de 2005, estavam presentes na Praça São Pedro as autoridades de quase todos os Estados da Terra.

Dos elementos acima mencionados, pode-se evidenciar a extrema importância que reveste o conhecimento da atuação internacional da Santa Sé e a compreensão das linhas-guia de sua política internacional para a legibilidade do cenário internacional atual. O fato de a Santa Sé não possuir divisões militares, recursos energéticos ou matérias-primas de interesse estratégico para o resto das nações, não quer dizer que a Santa Sé não possa ser considerada como um ator político importante para a construção da nova ordem mundial. Apesar disso, muito pouco se conhece e se estuda sobre sua diplomacia e sua política internacional. No Brasil, a bibliografia referente à história e à ação política internacional da Santa Sé é quase que inexistente. Por esta razão, consideramos relevante a realização de uma pesquisa que visa compreender o agir político da Santa Sé no âmbito internacional, privilegiando a análise de sua diplomacia.

O principal agente da diplomacia vaticana é o papa. É ele que – por meio de seus discursos, viagens, encontros com as autoridades políticas

do mundo inteiro – orienta a atuação internacional de seus representantes. Exemplo disso foi o papado de João Paulo II. A escolha de um papa não italiano, depois de 455 anos⁷, foi uma grande surpresa para a maioria dos católicos, mas para os especialistas da geopolítica vaticana a eleição de um papa que vinha do Leste Europeu não pareceu feita por acaso. Com efeito, João Paulo II não poupou esforços no combate ao comunismo, apoiando abertamente o movimento Solidarnosc⁸ na Polônia e aproximando-se do governo dos Estados Unidos, por meio do diálogo com o polonês Zbigniew Brzezinski, Assessor de Segurança do governo Carter. Com as suas inúmeras viagens⁹ no mundo todo ele quis conhecer pessoalmente a vida das Igrejas locais e os seus problemas. João Paulo II recebeu 38 visitas oficiais, 738 audiências ou encontros com Chefe de Estados, 246 audiências ou encontros com Primeiros Ministros¹⁰, nas quais ele não deixou de manifestar suas convicções e suas ideias.

O mesmo pode-se dizer do atual papa Bento XVI. Braço direito do Papa João Paulo II, papa Ratzinger compartilhava muitas das ideias basilares do seu predecessor. Contudo, desde o início do seu pontificado, mostrou-se bem diferente de João Paulo II, amante das multidões e também amado pelas multidões. O perfil de Bento XVI é mais sóbrio, reservado. Prefere os contatos pessoais ao encontro com as massas. Teólogo de extraordinária profundidade, homem de fé e amante da verdade, como foi definido pelos que já o conheciam, conseguiu conquistar os que temiam que a Igreja Católica pudesse retroceder no tempo e voltar a ser uma instituição fechada e retrógrada. Segundo o vaticanista italiano Sandro Magister, Bento XVI era considerado como um papa apolítico. Passados alguns anos de sua eleição, os fatos demonstraram o contrário. Segundo Magister, Bento XVI agiu no cenário da política internacional com um passo próprio, original: “Se João Paulo II foi o papa das intuições fulgurantes, Bento XVI é o papa do raciocínio e do agir metódico. O primeiro era antes de tudo imagem, o segundo é principalmente ‘logos’” (MAGISTER, 2008).

O primeiro ato de Bento XVI que impressionou o cenário mundial foi a aula que ele ministrou na Universidade de Regensburg (Ratisbona em latim) no dia 12 de setembro de 2006. Segundo Magister, se o papa tivesse seguido os cânones do realismo geopolítico, aquela lição que continha o

⁷ O primeiro papa estrangeiro foi Adriano VI, de origem flamenga, eleito em 1523.

⁸ Movimento sindical criado na Polônia em 1980 por Lech Walesa, em ocasião das greves dos estaleiros navais de Danzica. Em seguida, tornou-se um movimento de massa, reunindo grupos de matriz católica e anticomunista. Teve o apoio de um grupo de intelectuais e baseou sempre as suas atividades na não violência, conseguindo desta forma desestabilizar o poder do Partido Comunista. Em 1989, foi reconhecido oficialmente, participou das eleições políticas e, com a sua vitória, desencadeou reações em outros países do bloco comunista.

⁹ As viagens apostólicas no mundo foram 104. Na Itália, ele fez 146 visitas pastorais.

¹⁰ Biografia de João Paulo II disponível em: <http://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents/santopadre_biografie/giovanni_paolo_ii_biografia_breve_it.html>. Acesso em: 29 set. 2010.

juízo e o projeto do novo papa sobre a Igreja e sobre o Ocidente, incluindo a relação com o Islã, nunca deveria ter sido pronunciada por inteiro. O papa Bento XVI deveria antes deixar que diplomáticos experientes a revisassem, ato que ele evitou realizar proposadamente. E por tal “rebeldia”, muitos na Cúria Romana chamaram sua atenção (Ibidem, 2008). Contudo, o ato considerado imprudente pelos altos prelados do Vaticano, permitiu a abertura do diálogo entre a Igreja Católica e o Islã, num nível de profundidade que não havia acontecido antes. À confirmação disso, no dia 6 de novembro de 2007, aconteceu a primeira visita, histórica, entre o papa Bento XVI e o rei da Arábia Saudita.

Os diferentes papados caracterizaram-se, portanto, por uma diferente visão geopolítica, influenciada quer pela história pessoal de cada papa, quer pelo contexto histórico e político de cada época. Para uma melhor compreensão da política externa da Santa Sé, consideramos útil a comparação com as doutrinas clássicas da política internacional, principalmente a corrente realista e idealista.

O realismo é a escola de pensamento dominante no âmbito das relações internacionais. Entre os seus primeiros inspiradores encontram-se o historiador grego Tucídides; Nicolau Maquiavel, autor de “O Príncipe”, considerado o pai da ciência política; e Thomas Hobbes, autor de “Leviatã”. O pensador inglês, que viveu no século XVII, passou a examinar e descrever minuciosamente a natureza humana e os comportamentos que dela se originam. Hobbes identificou como característica comum do gênero humano o desejo de poder. Na sua obra-prima, “Leviatã”, ele afirmou: “Assinalo assim, em primeiro lugar, como tendência geral de todos os homens, um perpétuo e inquieto desejo de poder e mais poder, que cessa apenas com a morte”. (HOBBS, 1997, p. 91). Segundo ele, o desejo de poder comum a todos os homens gera sempre competição. E a competição é a causa da luta, da inimizade e da guerra. Contrariando o pensamento de Aristóteles que considerava o homem um animal político e social, Hobbes afirma que “os homens não tiram prazer algum da companhia uns dos outros (e sim, pelo contrário, um enorme desprazer), quando não existe um poder capaz de manter todos em respeito” (Ibid., p. 108). Segundo ele, o Estado de Natureza é definido como um cenário de guerra de todos contra todos, no qual cada indivíduo estará em disputa contra outros (PECEQUILO, 2004, p. 118). Neste cenário vige o princípio da anarquia, por não existir um governo que possa dirimir os conflitos entre os indivíduos.

No plano internacional, neste estado de anarquia, cada Estado, segundo a teoria realista, luta pela própria sobrevivência e autonomia,

numa situação de conflito extremo, onde a guerra ocupa um lugar de destaque como meio para salvaguardar a própria segurança. Inspirados no princípio da Razão de Estado, originado na França pelo Cardeal Richelieu, os Estados privilegiavam os interesses da própria nação acima de qualquer outro valor. A Razão de Estado, ou seja, a defesa do interesse nacional, estabeleceu que o bem-estar do Estado justificaria os meios empregados para alcançá-lo (KISSINGER, 2007, p. 59). Tal ideologia foi reforçada pela *realpolitik* do estadista alemão Otto Von Bismarck, caracterizada por cálculos racionais baseados na busca do interesse nacional. Esta prática política levou a elaborar a teoria do equilíbrio de poder, por meio da qual os Estados não buscam obter a paz, mas sim prevenir o surgimento de uma nação hegemônica, que limite o poder das outras nações. Nesta teoria, o elemento de equilíbrio é a competição entre as nações.

No século XX, o teórico mais relevante da teoria realista foi Hans Morgenthau. Numa descrição introdutória da escola realista ele afirma:

Tendo em vista que vivemos em um universo formado por interesses contrários, em conflito contínuo, não há possibilidade de que os princípios morais sejam algum dia realizados plenamente, razão por que, na melhor das hipóteses, devem ser buscados, mediante o recurso, sempre temporário, ao equilíbrio de interesses e à inevitavelmente precária solução de conflitos. Assim sendo, essa escola vê em um sistema de controles recíprocos um princípio universal válido para todas as sociedades pluralistas. Ela recorre mais a precedentes históricos do que a princípios abstratos e tem por objetivo a realização do mal menor em vez do bem absoluto (MORGENTHAU, 2003, p. 4).

Para a manutenção do sistema de equilíbrio de poder todo tipo de estratégia seria válido, considerando inviável a aplicação aos estados dos princípios éticos que regem a vida do indivíduo. Com efeito, Joseph Nye, cientista político americano, define alguns realistas como céticos em relação à ética nas relações internacionais. Segundo tais realistas, as categorias morais não têm sentido neste âmbito porque não haveria um sentimento de comunidade e, portanto, não poderiam existir direitos e deveres morais (NYE, 2002, p. 28). O teórico realista do século XX, Eduard H. Carr, posiciona-se contra a tentativa de harmonização dos Estados, definindo-a “inadequada e errônea, por identificar o interesse da totalidade da comunidade das nações como interesse de cada membro individual dela” (CARR, 2001, p. 80).

Ao contrário da teoria realista, a teoria idealista ou liberal sublinha a necessidade da construção de uma sociedade internacional não baseada

unicamente no interesse nacional. Na concepção do jurista holandês Hugo Grotius a comunidade internacional seria o reflexo da sociabilidade humana. Ele distingue entre humanidade e animais pela natural propensão do homem à sociabilidade. Tal elemento, segundo ele, viabilizaria a paz, afirmando que “nos fatos peculiares ao homem, encontra-se a necessidade de se reunir, isto é, de viver com os seres de sua espécie, não numa comunidade banal, mas num estado de sociedade pacífica (GROTIUS, 1993, p. 7)”.

Diversamente da teoria realista que julga a natureza do homem fundamentalmente má, perversa e ambiciosa, a teoria idealista considera os seres humanos naturalmente bons. Para John Locke, por exemplo, o estado de natureza não é um estado de guerra de todos contra todos, como era para Hobbes, mas “um estado de paz, um estado de razão, um estado de liberdade, de benevolência, mútua assistência e defesa” (Locke *apud* PIZZORNI, 1988, p. 80). Para ele, somente a inobservância da lei cria um estado de guerra, o que constitui uma violação do estado de natureza. Os liberais defendem a tese segundo a qual para trabalhar pelo bem individual, os homens criam naturalmente um ambiente pacífico de cooperação onde encontrarão espaço para valores como liberdade e individualidade por meio de uma rede de solidariedade (PECEQUILO, 2004, p. 139). Naturalmente, o conflito não poderá ser evitado, mas as guerras serão vistas como um obstáculo a ser evitado, pois compromete a estabilidade da comunidade. Para os liberais, somente a ajuda mútua pode evitar a eclosão de novos conflitos e hostilidades.

Tal ideia de cooperação e ajuda mútua foi o núcleo do pensamento internacionalista americano - adotado principalmente pelo presidente Woodrow Wilson - e a mola propulsora para o surgimento da Liga das Nações logo após a Primeira Guerra Mundial. Um de seus objetivos era garantir a segurança coletiva incentivando a cooperação entre todos os Estados, transformando-os, desta forma, de competidores em parceiros por meio de sua integração. A Liga das Nações foi muito criticada pelos representantes da teoria realista, pois não conseguiu evitar um conflito ainda maior e devastador: a Segunda Guerra Mundial.

Tais correntes de pensamento influenciaram também a política externa da Santa Sé. Diante dos acontecimentos internacionais, os diversos papas apoiaram ora a teoria realista de defesa do interesse nacional ora a teoria idealista que, como já vimos, exaltava o recurso às organizações internacionais e ao instrumento jurídico internacional para promoção dos direitos humanos e para defesa da segurança coletiva.

Compreender os motivos que levaram a Santa Sé a posicionar-se de tal forma nos parece importante para a análise do atual cenário internacional.

Em 2002, o então Secretário da Cúria Romana para as Relações com os Estados, Jean-Louis Tauran, evidenciou as seguintes convicções como as que guiam a Santa Sé na sua atuação internacional: 1) a violência nunca resolverá os conflitos entre pessoas e grupos humanos, pois a violência gera violência; 2) se a raça, a religião, o partido político são idealizados ou “sacralizados”, logo pode se instaurar a lógica da tribo e da lei do mais forte; 3) não se podem afirmar os próprios direitos mesmo legítimos e defendê-los pisando naqueles dos seus irmãos; 4) todos os homens são membros de uma única família e, portanto, nenhuma nação poderá garantir a própria segurança e o próprio bem-estar isolando-se das outras. Em tais convicções baseia-se também a atuação da Santa Sé junto à Assembleia Geral das Nações Unidas. Por meio de seu Observador Permanente, a Santa Sé objetiva contribuir para a afirmação de uma nova doutrina das relações internacionais baseada nos seguintes postulados:

- Todas as nações são iguais: não existem as grandes e as pequenas. Todas possuem igual dignidade. Cada uma tem o direito de salvaguardar e defender a própria identidade cultural e de conduzir os próprios assuntos em autonomia e independência;
- Contudo as mesmas nações são também solidárias. Pois elas formam a “família das nações” que busca alcançar um “bem comum internacional”;
- tal contexto, a guerra deve sempre ser recusada e a prioridade deve ser dada às negociações e ao uso dos instrumentos jurídicos (TAURAN, 2002).

Postulados nobres, apoiados, ao menos em teoria, por muitas nações. Como porta-voz de tais orientações, a Santa Sé ganhou, nas últimas décadas, uma posição de centralidade no cenário internacional. As palavras dos papas despertam interesse, mesmo em governantes e populações não católicas. Nicolau Maquiavel e os seus seguidores realistas aconselham a interpretar os fatos a partir do real (como é) e não do ideal (como deveria ser). Estaria o realismo de Maquiavel fora do pensamento internacionalista da Santa Sé? Será que as orientações oferecidas pela Santa Sé corresponderam e correspondem ao seu agir na sociedade internacional? Qual poderia ser a contribuição da atual diplomacia vaticana à construção da nova ordem internacional? Esta pesquisa pretende responder a tais perguntas principalmente por meio da análise dos fatos mais relevantes (fontes bibliográficas) e dos documentos

dos papas e de seus mais estreitos colaboradores que atuam na diplomacia da Santa Sé. Para alcançar tais objetivos consideramos necessário limitar nossa pesquisa ao recorte cronológico dos anos do pós-guerra até os nossos dias (1945-2009), período que vai dos últimos anos do papado de Pio XII, passando pelos papados de João XXIII, Paulo VI, João Paulo I, João Paulo II e chegando ao atual pontificado de Bento XVI. A escolha deste recorte histórico deve-se ao fato de que a partir do período do Pós-Guerra, a influência da diplomacia vaticana desempenhou um papel diferente e importante para a reconstrução da Europa e a reconciliação internacional, tornando-se, como vimos, ponto de referência espiritual e moral para um número significativo de nações.

A pesquisa foi possível pelo apoio do CNPq por meio da Bolsa de Pós-Doutorado Júnior, e foi realizada sob a supervisão do Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini, ao qual agradeço pela orientação crítica que me ajudou na análise do tema. Agradeço também meu esposo pelo apoio constante assim como meus alunos de graduação de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa com os quais debati em algumas ocasiões o objeto pesquisado.

PRIMEIRA PARTE



Capítulo I

O Estado da Cidade do Vaticano, a Santa Sé e a diplomacia pontifícia

1.1. O Estado da Cidade do Vaticano

Em 2009, o Estado da Cidade do Vaticano festejou o 80º aniversário de sua fundação. No ano de 1929, precisamente em 11 de fevereiro, a Santa Sé, representada pelo Secretário de Estado do papa Pio XI, o Cardeal Pietro Gasparri, e o governo fascista italiano, na pessoa de Mussolini, assinavam os famosos Tratados de Latrão, que davam vida a um novo Estado, o menor Estado independente do mundo¹¹. Contudo, seu tamanho não devia refletir sua influência internacional.

O Estado da Cidade do Vaticano possui uma superfície de apenas 44 hectares localizadas dentro da cidade de Roma, com a ferrovia mais curta do mundo: 624 metros.

Apesar de suas pequenas dimensões, o Vaticano apresenta os três requisitos necessários para ser classificado como Estado: território, população e governo soberano. O território do Estado da Cidade do Vaticano estende-se numa região pouco distante da margem direita do rio Tibre, numa colina, que já desde os tempos do Antigo Império Romano era conhecida como *Montes Vaticani*. Ali, o imperador Calígula (37-41 d. C.) erigiu um circo para seu uso particular. Tal circo teria sido usado sucessivamente pelo Imperador

¹¹ Os Tratados de Latrão foram ratificados pelo Vaticano no dia 7 de junho de 1929 e inseridos na Constituição Republicana Italiana no artigo que regulamenta as relações Igreja-Estado. Em 1984, os Tratados de Latrão se transformaram em Concordados quando Bettino Craxi era Presidente do Conselho de Ministros, o papa era João Paulo II e o Secretário de Estado era Agostino Casaroli.

Nero (54-68 d. C.) para o martírio de muitos cristãos. Na parte norte do circo, teria sido sepultado, no vigésimo quinto ano do seu pontificado, o corpo de Simão denominado Pedro, que foi crucificado por ordem de Nero. Após o sepultamento do primeiro papa, quase todos os corpos dos papas do primeiro e segundo século foram colocados aos pés da colina do Vaticano. Entre 324 e 326 d. C., no lugar das sepulturas do primeiro papa, o imperador Constantino ordenou a construção de uma grande basílica, que foi substituída pela atual nos séculos XVI e XVII (FALLANI, 1946, p. 763).

1.1.1. O território e a população do Estado da Cidade do Vaticano

O território do Estado da Cidade do Vaticano é limitado em parte pelos seus muros e se estende da Praça São Pedro até uma faixa de mármore travertino que une no solo as extremidades externas das colunas da praça, e que marca o limite entre o Vaticano e a Itália. Uma curiosidade é que a Praça de São Pedro, mesmo fazendo parte do território Vaticano, está, porém, sob o controle normativo da polícia italiana segundo quanto estabelecido nos Tratados de Latrão, no parágrafo segundo do artigo 3:

Fica entendido que a Praça de São Pedro, mesmo fazendo parte da Cidade do Vaticano, continuará a ser normalmente aberta ao público e sujeita aos poderes da polícia das autoridades italianas; as quais se deterão aos pés da escadaria da Basílica, mesmo se esta continue a ser destinada ao culto público, e se absterão portanto de acessar a Basílica acima mencionada, ao menos que não sejam convidadas a intervir pela autoridade competente¹².

Contudo, a Santa Sé mantém a autonomia, quando achar oportuno, de fechar o trânsito na Praça diante da Basílica. Nesse caso, também a polícia italiana não poderá ter acesso à Praça, ao menos que, como estabelece o segundo parágrafo do artigo 3 dos Tratados de Latrão, a Santa Sé autorize o acesso aos policiais italianos.

Quando a Santa Sé, em vista de particulares funções, achasse melhor subtrair temporariamente a Praça de São Pedro ao livre trânsito do público, as autoridades italianas, ao menos que não fossem convidadas pela autoridade

¹² O texto integral dos Tratados de Latrão, assinados pela Santa Sé e o governo italiano em 11 de fevereiro de 1929, encontra-se no site do Vaticano: <http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19290211_patti-lateranensi_it.html>.

competente a permanecer, se retirarão além das linhas externas do colunado do Bernini e da sua continuação¹³.

Existem cinco ingressos no Estado da Cidade do Vaticano. Cada ingresso é vigiado pela Guarda Suíça Pontifícia e pelo Corpo da Gendarmaria do Estado da Cidade do Vaticano dos quais falaremos mais adiante. A entrada aos Museus Vaticanos localiza-se no Viale Vaticano, não muito longe da Praça de São Pedro.

Mas o território do Estado da Cidade do Vaticano não acaba com seus muros. Dadas as pequenas dimensões do território vaticano, que não comportaria acolher todos os escritórios de administração necessários para seu funcionamento ordinário e extraordinário, os Tratados de Latrão estabeleceram que fizessem parte da Santa Sé também prédios localizados fora do território de 44 hectares, a saber, na cidade de Roma, e no resto da Itália. Tais imóveis gozam da imunidade reconhecida pelo direito internacional às sedes dos agentes diplomáticos de Estados estrangeiros, como as Embaixadas, além disso, as terras onde tais imóveis encontram-se são consideradas “regiões extraterritoriais”.

Segundo os artigos n. 13 e n. 14 dos Tratados de Latrão, pertencem ao Estado da Cidade do Vaticano, e, portanto, possuem privilégio de extraterritorialidade e isenção de expropriações e tributos, os seguintes imóveis:

- 1) A Basílica de São João em Latrão e o Palácio Apostólico anexo à Escada Santa;
- 2) A Basílica de Santa Maria Maior com os prédios anexos;
- 3) A Basílica de São Paulo com prédios anexos;
- 4) O Palácio de Castel Gandolfo anexo à Villa Barberini, localizado fora da cidade de Roma;
- 5) O Palácio da Dataria;
- 6) O Palácio da Cancelaria;
- 7) O Palácio de Propaganda Fide;
- 8) O Palácio de São Calisto em Trastevere;
- 9) O Palácio da Congregação para a Igreja Oriental;
- 10) O Palácio do Santo Ofício;
- 11) Imóveis no Gianicolo.

¹³ Ibid.

Há, também, imóveis isentos de expropriação e tributos como:

- 1) A Universidade Gregoriana, hoje Colégio de São Roberto Berllarmino;
- 2) A Universidade Gregoriana della Pilotta;
- 3) O Instituto Bíblico;
- 4) O Palácio dos SS. XII Apóstolos;
- 5) O Palácio anexo à Igreja de Santo André della Valle;
- 6) O Palácio anexo à Igreja de São Carlos ai Catinari;
- 7) O Instituto Arqueológico - Instituto Oriental - Colégio Lombardo - Colégio Russo;
- 8) Palácios de São Apollinare;
- 9) Casa de exercícios para o Clero em SS. João e Paulo.

É de propriedade da Santa Sé também o Hospital Pediátrico de Roma "Bambin Gesù".

Pela presença de numerosos prédios de grande valor histórico, o território do Estado da Cidade do Vaticano encontra-se sob a proteção da Convenção de Haia, de 14 de maio de 1954, para a proteção de bens culturais em caso de conflitos armados. O Estado da Cidade do Vaticano é reconhecido no direito internacional, também, por meio da Convenção UNESCO do dia 16 de novembro de 1972, como um patrimônio moral, artístico e cultural que deve ser respeitado e protegido como patrimônio da humanidade.

O Estado do Vaticano não possui acesso ao mar, mesmo assim em virtude da Declaração de Barcelona de 1921, ele poderia exercer o direito de navegar com navios próprios, porque segundo o direito internacional poderia ter uma marinha e uma força aérea. De fato, porém, o Vaticano não exerce nenhum dos dois direitos, limitando-se apenas a um pequeno heliporto (REESE, 1998, p. 32).

A população do Estado do Vaticano compreende cerca de 800 pessoas das quais apenas 578 possuem a cidadania do Estado. A cidadania é concedida temporariamente a pessoas que trabalham para a Santa Sé. As outras pessoas recebem apenas a autorização a residir no Estado temporariamente ou até de forma estável, mas sem poder usufruir da cidadania vaticana. Cerca da metade desses cidadãos não residem no Estado, por estarem empregados no serviço diplomático e, conseqüentemente, exercem suas atividades em outros países. As disposições que regulam a aquisição ou a perda da cidadania, as autorizações para residir no Estado do Vaticano fazem referência aos Tratados de Latrão. Segundo as recentes estatísticas de 23 de abril de 2009, o Vaticano possui 578 cidadãos e 221 residentes não cidadãos.

Segue abaixo detalhamento dos habitantes do Vaticano:

O Papa;
 Os Cardeais de S. R. C. (Sagrada Igreja Romana): 62;
 Pessoas do Corpo diplomático da Santa Sé: 293;
 Outros eclesiásticos e religiosos: 55 (cidadãos) e 96 (residentes não cidadãos);
 Religiosas: 1 (cidadã) e 94 (residentes não cidadãs);
 Leigos de sexo masculino: 27 (cidadãos) e 4 (residentes não cidadãos);
 Leigos de sexo feminino: 25 (cidadãs) e 27 (residentes não cidadãs);
 Guarda Suíça Pontifícia: 114;
 Total: 578 Cidadãos e 221 Residentes¹⁴.

Como todos os Estados, também o Estado da Cidade do Vaticano possui uma bandeira. Suas cores são branco e amarelo trazendo as imagens do símbolo da tiara papal e das chaves do reino, ambas colocadas na parte branca da bandeira. As chaves relembram as chaves de ouro e prata que, segundo a antiga tradição, eram entregues ao Pontífice quando assumia a sede de Roma. Mas a bandeira pontifícia não foi sempre amarela e branca. Antigamente, a bandeira dos Estados Pontifícios era amarela e vermelha, as cores tradicionais do Senado e do Povo Romano. A substituição aconteceu quando da invasão dos Estados Pontifícios pelas tropas de Napoleão. Em 1808, Napoleão ordenou que as tropas do papa se unissem às tropas imperiais sob pena de prisão e deportação. Muitos obedeceram à ordem napoleônica, mas um grupo de soldados permaneceu fiel ao papa Pio VII. O governo napoleônico, talvez para aumentar a situação de incerteza e de caos, permitiu que os soldados do papa incorporados ao exército imperial continuassem a usar as cores vermelho-amarelo. Para acabar com tal confusão, o papa Pio VII decidiu mudar as cores da bandeira pontifícia adotando as atuais cores branca e amarela para distinguir os soldados fiéis ao papa do resto das tropas pontifícias que se incorporaram ao exército francês.

Além da bandeira, o Estado do Vaticano tem moeda própria e emite selos. As moedas vaticanas, com exceção daquelas em ouro e prata, têm validade também em território italiano e em todos os outros países da Comunidade Europeia, por meio da Convenção Monetária de 2000, com o Estado italiano. Por meio dessa Convenção, o Estado da Cidade do Vaticano tem o direito de usar o euro como própria moeda oficial desde o

¹⁴ Dados disponíveis no site oficial do Estado da Cidade do Vaticano: <http://www.vaticanstate.va/IT/Stato_e_Governo/NoteGenerali/Popolazione.htm>.

dia 1 de janeiro de 2002. O Vaticano, não possuindo um Instituto próprio para cunhar as próprias moedas, usa o Instituto Poligráfico e Zecca do Estado Italiano emitindo todo ano moedas por um valor máximo de um milhão de euros. Desde 1996, na preparação do Jubileu de 2000, o Estado da Cidade do Vaticano recomeçou a cunhar moedas de ouro.

Em relação à emissão de selos postais, não há limitações de emissão, exceto as impostas pelos acordos com o Estado Italiano e pelas Convenções internacionais, às quais o Estado da Cidade do Vaticano aderiu.

Entre as Convenções Internacionais às quais o Estado da Cidade do Vaticano aderiu, estão: a Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação; as Convenções de Genebra e protocolos adicionais; a Convenção da UNESCO relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural; a Convenção de Viena sobre as relações diplomáticas; etc.

O Vaticano é também membro da União Postal Universal (UPU), da União Internacional das Telecomunicações (UIT); da Organização Internacional das Telecomunicações via satélite (INTELSAT) e Organização Europeia das Telecomunicações via satélite (EUTELSAT), dentre outras organizações internacionais.

1.1.2. A administração do Estado da Cidade do Vaticano

O funcionamento de um Estado, mesmo se de dimensões reduzidas como o do Vaticano, comporta uma administração complexa que envolve diversos setores: administrativo, tecnológico, segurança e proteção civil, comunicação, saúde, etc. O papa delega tal administração a um Presidente que, auxiliado pelo Secretário-Geral e pelo Vice-Secretário-Geral, executam suas funções para que a máquina estatal funcione da melhor forma possível. O conjunto dos organismos por meios dos quais o Presidente opera chama-se de *Governatorato* e articula-se em Direções e Repartições Centrais. Fazem parte do *Governatorato* a Direção Administrativa (Contabilidade); a Direção dos Serviços Gerais; a Direção dos Serviços de Segurança e Proteção Civil (fazem parte dessa Direção o Corpo da *Gendarmeria* e o Corpo dos Bombeiros); a Direção da Saúde e Higiene (coligada à Farmácia Vaticana que providencia a compra e venda de remédios e produtos similares); a Direção dos Museus; a Direção dos Serviços Técnicos à qual está confiada a manutenção do patrimônio imobiliário (território e prédios); a Direção das Telecomunicações (tráfego postal, telegráfico e telefônico); a Direção dos Serviços Econômicos

(aquisição e venda de bens alimentares, combustível e outros produtos); a Direção dos Parques Pontifícios, para a manutenção e gestão das regiões extraterritoriais de Castel Gandolfo, e relativos prédios e jardins destinados à estada de verão do papa. Essa Direção ocupa-se também de gerenciar a fazenda existente no território dos parques e a comercialização de produtos agrícolas ali produzidos. As Repartições Centrais, assim chamadas porque dependem diretamente do Presidente, são a Repartição Jurídica, do Pessoal, do Estado Civil, Registro Civil e Notariado. Este último mantém todos os registros de nascimentos, mortes, de cidadania e estadia. Ocupa-se também da redação e conservação dos atos de natureza pública e privada. Há, também, a Repartição Filatélica e Numismática responsável pela emissão das moedas e selos e comercialização de tais produtos junto aos colecionadores, a Repartição dos Sistemas Informativos; o Arquivo de Estado; a Repartição dos Peregrinos e Turistas; o Serviço para a Segurança e Saúde dos trabalhadores.

No Palácio de Castel Gandolfo, nos arredores da cidade de Roma, localiza-se um setor que desenvolve atividades de natureza científica, no âmbito da astronomia e da astrofísica. Por meio dessas atividades, a Santa Sé se faz presente no campo da pesquisa científica. Esse setor chama-se Specola Vaticana. O Observatório Vaticano, um dos mais antigos institutos astronômicos do mundo – suas origens remontam ao ano de 1582 –, tem sua sede operativa em Tucson (Arizona, USA), onde foi realizado um moderno observatório astronômico¹⁵.

Quanto ao setor de segurança, o Vaticano, como os outros estados, possui seus corpos especiais: os Guardas Suíços e o Corpo da Gendarmaria. A história dos Guardas Suíços ao serviço do papa é bastante rica e merece ser delineada mesmo que de forma sucinta. Quem visita o Estado do Vaticano, geralmente não deixa de fazer uma foto dos característicos Guardas Suíços, que parecem sair de um quadro renascentista com seu uniforme listrado, vermelho, amarelo e azul, originário daquela época. Foi em 1506 que o papa Júlio II decidiu contratar os Guardas Suíços para cuidar de sua proteção e da proteção dos Estados Pontifícios. Na época, os soldados helvéticos eram conhecidos como soldados invencíveis principalmente devido à sua força moral, seus sentimentos nobres e sua renomada fidelidade. Eram soldados mercenários que desempenharam um papel importante na política europeia da época. No dia 22 de janeiro de 1506, cento e cinquenta guardas suíços ingressaram nos Estados Pontifícios sob a bênção do papa Júlio II. Nascia oficialmente a Guarda Suíça Pontifícia. Hoje em dia, os guardas suíços, além, naturalmente, da

¹⁵ Para maiores informações acessar ao site do Observatório: <<http://vaticanobservatory.org>>.

nacionalidade suíça, devem ser também católicos praticantes, pois sua atividade e sua conduta podem ser consideradas uma espécie de cartão de visita do papa. Além de perfeita saúde física e psicológica, os candidatos devem possuir reputação irrepreensível, a idade mínima de 19 anos e a máxima de 30 anos. Não podem casar antes dos 25 anos e antes de terem prestado no mínimo três anos de serviço. O período mínimo de serviço é de 25 meses. Atualmente são 114 os Guardas Suíços que trabalham no Vaticano.

O segundo Corpo de Vigilância é menos conhecido, é o Corpo da Gendarmaria, cujos guardas vestem um uniforme azul marinho. Fundado no dia 14 de julho de 1816 pelo Papa Pio VII, foi abolido em 1970, com uma lei que previa o fim de todos os Corpos Militares do Estado da Cidade do Vaticano, com exceção da Guarda Suíça Pontifícia. No seu lugar, foi instituído uma Repartição Central de Vigilância que, em 1991, foi transformado em Corpo de Vigilância do Estado da Cidade do Vaticano. No dia 2 de janeiro de 2002, com a Lei n. CCCLXXIV, foi substituída mais uma vez sua denominação que voltou ao nome inicial, Corpo da Gendarmaria do Estado da Cidade do Vaticano. Atualmente, são cerca de 100 os agentes que compõem a Gendarmaria Vaticana. É um verdadeiro corpo militar com homens treinados provenientes de repartições antiterroristas, e que agem protegendo o Pontífice e vigiando os ingressos nas portas dos muros vaticanos. Eles trabalham também dentro da Basílica de São Pedro, nos Museus Vaticanos e em todos os lugares extraterritoriais sob a dependência do Vaticano como, por exemplo, a residência de verão do papa em Castel Gandolfo. Seguem o papa nas suas viagens também fora do território italiano. Se em base ao Concordado há uma colaboração entre a polícia italiana e a Gendarmaria Vaticana para a proteção do papa, na Praça de São Pedro e em território italiano, além das fronteiras da Itália, são apenas os guardas papais que podem cuidar da sua segurança, de acordo com as autoridades da polícia do país que recebe a visita do papa.

Além da defesa, o Estado da Cidade do Vaticano possui vários órgãos de comunicação: uma emissora rádio, a Radio Vaticana, que funciona desde 1931, e que transmite no mundo todo em várias línguas; um órgão oficial de imprensa, *L'Osservatore Romano*, fundado em 1861. Recentemente o Estado da Cidade do Vaticano e a Santa Sé inauguraram também um site oficial <www.vatican.va>.

1.2. O significado político da Santa Sé

Após ter descrito o Estado da Cidade do Vaticano, passamos agora a falar da figura principal desse estudo: a Santa Sé. Seu protagonismo baseia-se no fato de que é ela e não o Estado da Cidade do Vaticano que atua em nível internacional e que se relaciona diplomaticamente com os outros estados. Muitas vezes, falando ou escrevendo sobre a Santa Sé, substitui-se seu nome com o do Vaticano como se os dois fossem a mesma coisa e como se os dois operassem no mesmo nível no âmbito internacional. Contudo, os dois têm papéis diferentes seja em nível político ou religioso. O Vaticano representa, de certa forma, o pano de fundo da atividade da Santa Sé, dotada essa de uma soberania reconhecida internacionalmente antes mesmo da constituição do Estado da Cidade do Vaticano em 1929. A Santa Sé era reconhecida como sujeito internacional desde a época da formação dos primeiros estados absolutistas até a consolidação de uma comunidade internacional, após a Paz de Westfália, em 1648. Nessa época, mesmo com seu poder temporal enfraquecido, o papado não deixou de influenciar os rumos da política internacional. Portanto, é a Santa Sé, e não o Vaticano, que mantém relações diplomáticas com os vários Estados. Nesse sentido, o Estado da Cidade do Vaticano encontra-se em uma posição, de certa forma, subordinada àquela da Santa Sé.

Os Tratados de Latrão dotaram a Santa Sé de um apoio territorial suficiente para garantir sua autonomia internacional. Graças a essa autonomia, o papa, livre da influência de qualquer outro Estado, pode exercer suas funções de Chefe da Igreja Católica, organização que reúne mais de um bilhão de católicos espalhados no mundo.

É importante lembrar que a Igreja Católica é a única organização religiosa que dispõe de um Estado Soberano (LEBEC, 1999, p. 7). Mas é um Estado soberano que mesmo apresentando os elementos típicos dos outros estados, possui funções e interesses diferentes. Após a assinatura dos Tratados de Latrão, assim o papa Pio XI descreveu o Estado do Vaticano, recém-fundado, explicando também as razões de ter recusado parte do território que o governo italiano havia lhe oferecido:

Talvez alguns pensem que seja muito pouco território, temporal (...). É realmente, pouco, pouquíssimo, o menos possível aquilo que pedimos nesse campo: e deliberadamente, após ter muito refletido, meditado e rezado. Queríamos mostrar de uma maneira peremptória que nenhuma cobiça terrena move o Vigário de Jesus Cristo, mas apenas a consciência daquilo que não é possível pedir; porque qualquer soberania territorial é condição

universalmente reconhecida a toda soberania jurisdicional; portanto, ao menos aquele tanto de território suficiente a dar suporte à própria soberania; aquele tanto de território sem o qual essa não poderia subsistir, porque não teria onde se apoiar¹⁶.

E conclui seu discurso afirmando: “A pequenez do território nos preserva de toda inconveniência e perigo desse tipo”¹⁷.

Em 1965, Paulo VI, num discurso proferido à ONU reforçou a posição de seu predecessor, dizendo-se investido apenas de

uma minúscula e quase simbólica soberania temporal: a mínima que se torna necessária para poder exercer livremente a sua missão espiritual e assegurar àqueles que com ele têm de lidar, que não se encontra dependente de nenhuma das soberanias deste mundo¹⁸.

Portanto, a novidade trazida pelos Tratados de Latrão no âmbito internacional, não foi o surgimento de um novo sujeito internacional, que já existia, mas apenas de um novo Estado. Em tal caso, a subjetividade política internacional da Santa Sé independe do território sobre o qual exerce seu poder em sentido temporal¹⁹.

Mas o que é a Santa Sé? Qual seu significado político? Segundo o art. 361 do Código de Direito Canônico, “com o nome de Sé Apostólica ou Santa Sé se entendem não somente o Pontífice Romano, mas, também, se não resulta diversamente da natureza da questão ou do contexto, a Secretaria de Estado, o Conselho para os Assuntos Públicos da Igreja e os outros Organismos da Cúria Romana”²⁰.

Quem lidera a Santa Sé, porém, é o Pontífice Romano que, segundo o artigo 1 da Lei do Estado da Cidade do Vaticano tem a plenitude dos poderes legislativo, executivo e judiciário²¹. Dessa definição, podemos deduzir que a forma de governo do Estado da Cidade do Vaticano e consequentemente da Santa Sé, que contém em si o Estado da Cidade

¹⁶ PIO XI. “Il nostro più cordiale” - *Allocuzione di Sua Santità Pio XI ai Parroci e Predicatori del Periodo Quaresimale in occasione della firma del Trattato e del Concordato nel Palazzo Lateranense, 11 febbraio 1929*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/speeches/documents/hf_p-xi_spe_19290211_piu-cordiale_it.html>. Acesso em: 30 de Outubro, 2009

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ PAULO VI. *Discurso às Nações Unidas por ocasião da sua Visita à ONU, 4 de outubro de 1965*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united_nations_po.html>. Acesso em: 1 de julho, 2010.

¹⁹ BOLDRIN, Giulio. *La Santa Sede e Le Organizzazioni Internazionali*. Disponível em: <<http://www.filodiritto.com/diritto-pubblico/ecclesiastico/santasedeboldrinerstratto.htm>>. Acesso em: 12 set. 2009.

²⁰ Código de Direito Canônico. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/ITA0276/_INDEX.HTM>. Acesso em: 13 de junho, 2008.

²¹ Nova Lei Fundamental do Estado da Cidade do Vaticano. Disponível em: <http://www.vatican.va/vatican_city_state/legislation/documents/scv_doc_20001126_legge-fondamentale-scv_po.html>. Acesso em: 03 de Novembro, 2009.

do Vaticano, é o regime monárquico eletivo. Com efeito, o Pontífice detém de forma plena os poderes legislativo, executivo e judiciário. Tais poderes, durante o período de sede vacante, são transmitidos ao Colégio dos Cardeais. O poder legislativo, além do papa, é exercido em seu nome por uma Comissão composta por um Cardeal Presidente e outros Cardeais, nomeados por um quinquênio. As disposições legislativas são emanadas tanto pelo Pontífice quanto, por sua delegação, pela Pontifícia Comissão para o Estado da Cidade Do Vaticano, que promulga também as regulamentações gerais. O poder executivo é transmitido pelo papa ao presidente do *Governatorato*. O poder judiciário é exercido, em nome do Pontífice, pelos órgãos constituídos segundo o ordenamento judiciário do Estado. Tal poder, segundo lei de 21 de novembro de 1987, é constituído por um Juiz único, um Tribunal, uma Corte de Apelo e uma Corte de Cassação, os quais exercem suas atribuições em nome do Pontífice, e as respectivas competências são estabelecidas nos Códigos de procedimento civil e de procedimento penal vigentes no Estado.

Todavia, os pressupostos teológicos sobre os quais se funda a Igreja Católica Apostólica Romana dificultam uma definição conclusiva da natureza política da Santa Sé. Mesmo podendo comparar o governo da Santa Sé a um poder monárquico em virtude dos três poderes que ele detém como Chefe da Igreja Católica, segundo o Núncio Apostólico do Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri, “a autoridade do Papa não é um poder despótico e pessoal, mas uma paternidade universal” (BALDISSERI, 2011). Sobre a possível comparação do governo da Igreja Católica a outros modelos políticos existentes, o Núncio Baldisseri assinala que ele contém ao mesmo tempo elementos da democracia e da monarquia:

O modelo pontifício contém um elemento monárquico da autoridade suprema do Romano Pontífice (...). Ele encerra um elemento aristocrático: o episcopado, por direito divino, exclusivo para os clérigos. O caráter oligárquico se destacou especialmente nos tempos de maior concentração de poderes na Igreja, mas esta foi uma situação passageira (...). O elemento democrático se evidencia pelo fato de que a assim chamada hierarquia, é constituída de todas as classes e condições sociais dos povos. Isso se aplica também ao Papado (BALDISSERI, 2011).

O então Cardeal Ratzinger, atual papa Bento XVI, ao falar da natureza política da Santa Sé, afirmou que a estrutura básica e intangível da Igreja não é democrática, mas sacramental e hierárquica (RATZINGER, 1985, p. 54).

Do mesmo parecer era seu predecessor, o papa João Paulo II que, em 1987, em uma entrevista ao jornal *Le Monde*, afirmou que “a Igreja não é uma democracia; ela é uma teocracia cuja cabeça é Jesus Cristo” (*Le Monde*, 18/09/1987).

Sobre os poderes conferidos ao Pontífice para atuar no âmbito internacional, a Nova Lei do Estado da Cidade do Vaticano, no seu artigo 2, afirma: “A representação do Estado nas relações com os Estados estrangeiros e com os outros sujeitos de direito internacional, para as relações diplomáticas e conclusão de tratados, é reservada ao Sumo Pontífice, que a exerce por meio da Secretaria de Estado”²².

A Santa Sé, portanto, é um ator singular do cenário internacional. Seus objetivos são objetivos espirituais, mas ao mesmo tempo, ela se serve de uma organização estatal que funciona como todos os outros estados, mesmo tendo suas peculiaridades. O próprio Pontífice desempenha ao mesmo tempo papéis diferentes. Ele é contemporaneamente bispo de Roma, Chefe do Estado da Cidade do Vaticano e sucessor do apóstolo Pedro como chefe do colégio dos bispos (REESE, 1998, p. 15).

Para exercer suas funções o papa conta com a ajuda da Cúria Romana. Tal termo, até a época de Pio X, indicava todos os escritórios do Papa (REESE, 1998, p. 155). Atualmente, com este termo indica-se o grupo que auxilia o Papa na administração da Igreja Universal. Fazem parte oficialmente da estrutura da Cúria Romana, a Secretaria de Estado, da qual falaremos detalhadamente mais adiante, as Congregações, os Tribunais, os Conselhos Pontifícios, os Guardas Suíços, as Comissões Pontifícias, as Academias Pontifícias e os Comitês Pontifícios²³. Mas o objetivo dessa pesquisa é antes de tudo compreender o agir internacional do papa e seu *entourage* em relação aos outros estados do mundo. Os discursos, mensagens e ações da Santa Sé alcançaram ao longo da história e ainda alcançam os povos da terra. A maioria dos Chefes de governo visita o papa quando da sua passagem pela Itália e o mesmo acontece com o Papa durante suas visitas pastorais no mundo. Quando da morte de João Paulo II, em 2 de abril de 2005, participaram da cerimônia fúnebre governantes, presidentes e monarcas dos diversos continentes, demonstrando a relevância do papel internacional desempenhado pela Santa Sé durante o pontificado de João Paulo II. Quando seu sucessor, Bento XVI, foi eleito como novo papa, até o Presidente da República Popular da China, país com a qual a Santa Sé não conseguiu ainda restabelecer relações diplomáticas desde sua ruptura

²² Nova Lei Fundamental do Estado da Cidade do Vaticano. Disponível em: <http://www.vatican.va/vatican_city_state/legislation/documents/scv_doc_20001126_legge-fondamentale-scv_po.html>. Acesso em: 03 de novembro, 2009

²³ Para conhecer mais as funções dos componentes da Cúria Romana, acessar a site oficial da Cúria Romana: <http://www.vatican.va/roman_curia/index_po.htm>.

em 1951²⁴, congratulou-se com o novo eleito, por meio do porta-voz do Ministro de Assuntos Exteriores, Qin Gang, que expressou “calorosas saudações ao Cardeal Joseph Ratzinger pela sua eleição como novo papa”.

Tal interação entre governos e Santa Sé confirma a abrangência global alcançada pela Santa Sé nessas últimas décadas e, portanto, sustenta a necessidade de um conhecimento mais profundo do agir internacional da Santa Sé. Muito pouco se conhece de sua dinâmica internacional e muitas vezes esse desconhecimento alimenta as fantasias de quem imagina ainda o Vaticano como centro de misteriosos e perigosos complôs internacionais. Consideramos necessário desmistificar tal concepção que se presta mais para romances e filmes de grande audiência do que para uma compreensão mais crítica e, na medida do possível, objetiva do funcionamento da diplomacia pontifícia.

1.3. A diplomacia pontifícia

A diplomacia pontifícia é a mais antiga diplomacia. Segundo Lebec, “foi ela que inspirou o essencial do direito público internacional moderno, no Congresso de Viena” (LEBEC, 1999, p. 11). Por isso, às vezes ela ganha o título de primeira diplomacia do mundo. Conta-se que, uma vez, um embaixador da América do Sul junto à Santa Sé, disse ao cardeal Domenico Tardini, na época Secretário de Estado do papa João XXIII: “Estou orgulhoso de servir a primeira diplomacia do mundo”. Recebeu como resposta: “Se nós somos a primeira, tenho realmente dó da segunda”. Essa frase é muitas vezes lembrada para sublinhar o realismo dos integrantes da diplomacia pontifícia que sabem que a diplomacia da Santa Sé é bem diferente, quanto aos fins e funções, das diplomacias dos Estados com os quais ela mantém relações diplomáticas. Jean-Louis Tauran, Secretário de Estado nos anos 90, durante o pontificado de João Paulo II, esclarecia que “um núncio que quisesse desempenhar o papel de diplomata seria logo menosprezado pelos seus confrades. O que se exige antes de tudo de um núncio é que seja padre” (LEBEC, 1999, p. 12).

A diplomacia pontifícia é sem dúvida uma diplomacia *sui generis*, atípica, justamente porque, como vimos no capítulo precedente, a Santa Sé é um sujeito internacional diferente dos outros atores internacionais, mesmo possuindo os direitos próprios dos outros estados. Essa sua posição privilegiada no âmbito internacional é justificada pelo fato

²⁴ Para esse argumento ver CARLETTI, Anna. *Diplomacia e Religião: encontros e desencontros entre a Santa Sé e a República Popular da China, de 1949 a 2005*. Brasília: FUNAG, 2008.

de ela ser a suprema autoridade da Igreja Católica. A Igreja Católica é a única instituição religiosa no mundo que possui o direito de ter relações diplomáticas com outros Estados, ela envia seus diplomatas, chamados “núncios apostólicos” e recebe, por sua vez, embaixadores do mundo todo. Quais as razões disso? Segundo o Arcebispo Justo Mullor, Presidente da Academia Eclesiástica Pontifícia, o Instituto que há mais de 300 anos prepara os diplomatas do Papa, para responder a essa pergunta é necessário abordar o assunto da diplomacia da Santa Sé sob dois pontos de vista: um teológico e o outro histórico²⁵.

Teologicamente, encontra-se o sentido da diplomacia pontifícia nas palavras de Jesus transcritas no Evangelho de Mateus: “Toda a autoridade sobre o céu e sobre a terra me foi entregue. Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulas e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos” (Mt 28,18-20). O empenho por parte dos discípulos de Jesus em realizar tais palavras resultou na difusão da religião cristã nos cinco continentes, e esse mesmo empenho encontra-se, segundo o arcebispo Mullor na raiz da diplomacia pontifícia, pois a Igreja Católica não fala apenas com os indivíduos, mas, dirige-se, também, às comunidades às quais tais indivíduos pertencem.

Do ponto de vista histórico, se compreende a diplomacia da Santa Sé como resultado da evolução histórica do Papado, ocorrida ao lado das grandes transformações históricas dos séculos passados: do crescimento e queda do Império Romano e do Império do Oriente, até o surgimento dos primeiros Estados absolutistas que marcou a queda da influência do poder papal sobre os regimes monárquicos. Mesmo após a unificação da Itália, em 1870, que resultou na perda do poder temporal por parte dos papas, a Santa Sé manteve suas relações diplomáticas com numerosas nações europeias.

1.3.1. A origem histórica da diplomacia pontifícia

Já nos primeiros séculos da história da Igreja, começam a aparecer os primeiros representantes do Papa por ele enviados aos primeiros Concílios Ecumênicos, quando ainda o Papa nem possuía o poder temporal. A presença desses enviados era importante porque o objetivo principal dos primeiros concílios era manter a unidade da Igreja

²⁵ MULLOR, Justo. *La presenza della Santa Sede negli scenari internazionali*. Lezione-Conferenza presso l'Università della Santa Croce, 24 de abril de 2009. Disponível em: <<http://perfettaetizia.blogspot.com/2009/04/la-presenza-della-santa-sede-negli.htm>>. Acesso em: 23 de maio, 2009.

(FELDKAMP, 1998, p. 16). Encontramos o primeiro enviado papal no ano de 314, no Concílio de Arles. O papa Silvestre I (314-337) mandou seu representante para combater os seguidores do bispo Donato, primaz da África, que estava reunindo ao redor dele muitos seguidores em toda a África do Norte e, por isso, podia representar um perigo para a unidade da Igreja (FELDKAMP, op. cit., p. 16). Entre os Concílios que se seguiram ao Concílio de Arles, destacamos o de Calcedônia, convocado sob o imperador Marciano, em 451. Nesse Concílio, o Papa Leão Magno enviou seus legados não apenas para representá-lo, mas, sobretudo, para reclamar a posição de preeminência do papado também no campo político, especialmente diante dos bispos de Constantinopla. De fato, durante o Concílio, a sede de Constantinopla recebera o reconhecimento dos mesmos privilégios da Sede de Roma, colocando-a no segundo lugar na escala hierárquica, logo após Roma (FELDKAMP, op. cit., p. 18). Os legados do Papa Leão Magno, para realizar sua missão, foram dotados de duas Cartas Credenciais, uma para a hierarquia local e uma para o Imperador de Constantinopla, Marciano (TAURAN, 2000).

Em seguida, em meados do século V, aparecem os apocrisiários, ou “responsáveis” que eram os representantes do Papa perante as autoridades civis às quais eram enviados. O apocrisiário era enviado à corte imperial e era considerado figura eminente, dotada de especial autoridade (RICCARDI, 2000, p. 96). Entre os 13 apocrisiários que atuaram até o ano de 726, seis deles foram eleitos papas (CASTELLÓ Y ABRIL, 2000).

No final do século IX, os apocrisiários foram substituídos pelos *legatus missus*. O Papa, preocupado em estreitar relações mais próximas com outros estados, enviava os Legados Pontifícios com a missão de cuidar dos interesses da Igreja. Para melhor desenvolver sua missão, os enviados papais recebiam poderes de representação não apenas religiosos, mas, também, civis (RICCARDI, op. cit., p. 96).

Durante os séculos XII e XIII distinguiram-se três tipos de legados: os legados *a latere*, os legados *missi* e os legados *nati*. O legado *a latere* era o cargo mais alto, quem o ocupava recebia a plena confiança do Pontífice. O legado *natu* não era nomeado pessoalmente, mas em virtude da posição ocupada. Por fim, o legado *missus* era enviado para realizar uma missão específica. No final do século XIII, aparece, também, a figura do coletor, encarregado de recolher o dízimo e outros tributos impostos pelo Papa nos diversos países. Nas regiões mais distantes, o coletor recebia, além das tarefas de recolhedor de impostos, também tarefas diplomáticas.

Mas é somente no final do século XV que a diplomacia pontifícia institui suas próprias missões permanentes, seguindo o exemplo dos

Estados italianos que dão vida, nesse período, a instituições diplomáticas que podem ser consideradas embriões das atuais embaixadas²⁶. A primeira Nunciatura estável foi estabelecida em 1488 junto à corte do doge de Veneza. Logo depois, outras Nunciaturas são estabelecidas em toda Europa: em Paris (1500), Viena (1513), no reino de Nápoles (1514), Polônia (1555), Toscana e Saboia (1560), Portugal (1513), Bélgica (1577), Lucerna (1586), etc.

Os papas que incentivaram a criação de Núncios leigos com competências mais civis que religiosas foram principalmente Alexandre VI (1492-1503) e Júlio II (1503-1513). Este último foi o papa que recrutou os soldados suíços para defender os Estados Pontifícios. Paulo III e Gregório XIII, ao contrário deles, sublinharam as funções espirituais e eclesiais dos seus representantes (CASTELLÓ Y ABRIL, 2000).

Em 1701, o papa Clemente XI encorajou a fundação da “Academia dos Nobres Eclesiásticos”, com o objetivo de formar os clérigos que se dedicariam à missão diplomática.

No contexto da Reforma Católica, iniciada pelo Concílio de Trento, em 1545, essas Nunciaturas ocupavam-se, sobretudo, de informar o papa a respeito das questões religiosas. Outra tarefa era defender a liberdade da Igreja contra as ingerências dos príncipes. Cuidar das igrejas locais, portanto, era uma característica que a diplomacia pontifícia dos primeiros tempos compartilhava com a diplomacia pontifícia dos dias de hoje.

Durante os séculos XVII e XVIII, a Igreja participou também de tratativas de paz, como em Munster, na Paix des Pyrénées, na Paix d’Aix-La-Chapelle, no tratado de Utrecht, de Radstatt, etc.

Após o Tratado de Westfália, em 1648, a diplomacia pontifícia perdeu muito de seu brilho em virtude da queda de influência sofrida pelos Estados pontifícios em relação aos outros Estados. Quase dois séculos depois, em 1815, o Congresso de Viena devolveu à diplomacia papal seu lugar de destaque. O fator do retorno da diplomacia pontifícia no cenário internacional foi o ministro francês Charles Maurice de Talleyrand, que defendeu o direito de precedência do Representante pontifício e sua equiparação com os Embaixadores dos outros Estados. Isso não porque o papa fosse ainda um soberano temporal, mas porque ele era o Chefe da Igreja Católica. As potências católicas da época (Áustria, França, Espanha e Portugal) aprovaram tal moção sem dificuldade (TAURAN, 2002). O congresso de Viena estabeleceu normas específicas sobre a posição jurídica dos diplomatas, definindo no *Règlement* do dia 19 de março de 1815 e nas normas sucessivas elaboradas pelo Congresso de Aquisgrana,

²⁶ OSTELLINO, Piero. Diplomazia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (a cura di). *Dizionario di politica*. Turim: UTET, 1991, p. 303.

de 1818, as quatro categorias de representantes diplomáticos: os embaixadores legados e os núncios pontifícios, respectivamente para o Estado e para a Igreja Católica; os enviados extraordinários e os ministros plenipotenciários; os ministros residentes; e os encarregados de negócios. A Convenção de Viena, de 1961, codificou as regras estabelecidas em 1815 também no que se refere à posição dos representantes pontifícios no artigo 14²⁷.

Os diplomatas pontifícios mantiveram tal posição jurídica no meio do corpo diplomático, mesmo no período em que o papa perdeu o poder temporal (de 1870 a 1929). Em virtude de sua função como Chefe da Igreja Católica, o papa pode continuar, nesse período, a exercer o direito ativo e passivo de legação.

1.3.2. Os atores da diplomacia pontifícia

1.3.2.1. A Secretaria de Estado

A Secretaria de Estado surgiu no século XV sob o nome de Secretaria Apostólica. Entre os 24 Secretários Apostólicos que compunham a Secretaria Apostólica, um se destacava com o nome de *Secretarius domesticus*. O papa Leão X (1513-1521), durante seu pontificado, instituiu outro cargo, o de *Secretarius intimus*, que deveria ajudar a tratar com os Estados e cuidar da correspondência dirigida aos Núncios Apostólicos.

No período do Concílio de Trento (1545-1563), a Secretaria de Estado viu aumentados seus poderes. Durante muito tempo, o Secretário de Estado pertencia à mesma família do pontífice. Foi somente com o papa Inocêncio XII (1691-1700) que o cargo de Cardeal sobrinho para ocupar a Secretaria de Estado foi abolido, podendo ser ocupado por pessoas que não necessariamente pertencessem à mesma família do pontífice.

A última reforma da Secretária de Estado ocorreu, dentro da mais ampla reforma da inteira Cúria Romana, durante o pontificado de João Paulo II que, em 1988, por meio da Constituição apostólica *Pastor Bonus*, dividiu a Secretaria de Estado em duas Seções: a *Seção dos Assuntos Gerais* e a *Seção das Relações com os Estados*²⁸.

Atualmente, a Secretaria de Estado é o órgão da Cúria Romana mais próximo ao papa²⁹. É presidida pelo Cardeal Secretário de Estado,

²⁷ O texto da Convenção de Viena de 1961 está disponível em: <http://www.difesa.it/NR/rdonlyres/70753749-E0F9-412C-840C-14B7089918DD/0/CONV_VIENNA1961.pdf>. Acesso em: 20 de setembro, 2009.

²⁸ Para melhores informações ver o site oficial do Vaticano: <http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_12101998_profile_po.html>.

²⁹ Art. 39 da Constituição Apostólica, *Pastor Bonus* de 1988.

que “pode ser considerado o máximo expoente da atividade diplomática e política da Santa Sé, representando, em circunstâncias particulares, a própria pessoa do Sumo Pontífice”³⁰.

A Secretaria compreende duas seções, a Seção dos Assuntos Gerais sob a guia do Substituto, auxiliado por um Assessor e a Seção das Relações com os Estados, sob a direção do próprio Secretário, ajudado por um Subsecretário.

Segundo o artigo 41 §2 da Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, de 1988, as competências no âmbito internacional da primeira seção são ocupar-se “de tudo o que diz respeito à presença e atividade da Santa Sé junto às Organizações Internacionais, observando-se o que é estabelecido pelo Artigo 46. De igual modo atua a respeito das Organizações Internacionais Católicas”. Além disso, regulamenta a função e a atividade dos Representantes da Santa Sé, especialmente naquilo que se refere às Igrejas locais, e ocupando-se de tudo o que diz respeito às Embaixadas junto à Santa Sé.

A segunda seção trata especificadamente das relações com os Estados tendo a tarefa de “se dedicar aos assuntos que devem ser tratados com os Governos civis” (art. 45).

No artigo 46, lemos que a ela compete “favorecer as relações, sobretudo diplomáticas com os Estados e com outras sociedades de direito internacional e tratar os assuntos comuns para a promoção do bem da Igreja e da Sociedade Civil, também mediante, se for o caso, as concordatas e outras convenções semelhantes, tendo em consideração o parecer dos organismos episcopais interessados; representar a Santa Sé junto aos Organismos Internacionais e dos Congressos sobre questões de caráter público, depois de ter consultado os competentes Dicastérios da Cúria Romana; tratar, no âmbito específico das suas atividades, sobre que diz respeito aos Representantes Pontifícios”³¹.

A segunda seção da Secretaria de Estado trabalha especificamente no âmbito internacional, conduzindo as relações internacionais da Santa Sé. Por isso, poder-se-ia equipará-la ao Ministério das Relações Exteriores dos outros estados.

O escritório da Secretaria de Estado está localizado no terceiro andar do Palácio Apostólico, sendo “um dos escritórios menos conhecidos e um dos mais importantes da Cúria” (REESE, op. cit., p. 241). O fato de estar localizada no mesmo andar dos apartamentos do papa diz a importância de seus ofícios.

³⁰ Secretaria de Estado. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_12101998_profile_po.html>.

³¹ JOÃO PAULO II. Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, de 1988. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus-roman-curia_po.html>. Acesso em: 10 de junho, 2009.

Ali trabalha uma equipe não muito grande, organizada por países, sendo uma pessoa responsável por vários países. Mesmo sendo a segunda seção, aquela que trabalha mais especificadamente para os assuntos internacionais, a primeira seção também participa. De fato, antes de enviar as cartas ou os diversos pronunciamentos do papa que ela ajuda a redigir, esses documentos são enviados à segunda seção para verificar que estejam de acordo com a situação política do país para os quais eles são dirigidos (REESE, op. cit., p. 246).

Outro trabalho em conjunto diz respeito aos discursos dirigidos às organizações internacionais que podem ser escritos por ambas as seções. Cabe, no entanto, à primeira seção redigir as cartas das credenciais dos novos embaixadores junto à Santa Sé. Ela é também responsável pela supervisão do corpo diplomático da Santa Sé (REESE, op. cit., pp. 247-248).

O atual Secretário de Estado é o cardeal Tarcísio Bertone que, ao contrário de seu predecessor, o Cardeal Angelo Sodano, não possui experiência no âmbito diplomático. Foi Secretário da Congregação para a Doutrina da Fé, de 1995 a 2002, trabalhando por anos ao lado de Joseph Ratzinger.

1.3.2.2. *O corpo diplomático pontifício*

O corpo diplomático pontifício é formado pelos Núncios Apostólicos, os Delegados Apostólicos e os Observadores.

O Núncio Apostólico é o Representante da Santa Sé nos países com os quais a Santa Sé mantém relações diplomáticas. A palavra Núncio deriva da palavra latina *nuntio* ou *nuntiare* que significa anunciar. A escolha desse título preferido ao nome usual de embaixador (empregado para os diplomatas dos outros países) para indicar o diplomata da Santa Sé quer evidenciar o aspecto mais relevante da missão do Núncio, a saber, anunciar a mensagem evangélica e representar o Papa junto à Igreja local e ao governo do Estado junto ao qual é acreditado.

O Núncio, como vimos nas páginas precedentes, é o Decano do Corpo Diplomático. Esse privilégio foi ratificado durante o Congresso de Viena e confirmado pela Convenção de Viena de 1961, como decanos do corpo diplomático. Segundo o Cardeal Lajolo, Secretário para as Relações da Santa Sé com os Estados durante o pontificado de João Paulo II, a posição de decano permite ao Núncio de manter estreito contato com os membros do corpo diplomático, tendo a possibilidade de “dar informalmente sugestões para soluções de atritos ou contrastes, contribuindo ao diálogo, à compreensão

e à cooperação internacional” (LAJOLO *apud* FABRIS, 2006, p. 70).

O Delegado Apostólico é o representante da Santa Sé num país com o qual a Santa Sé não conseguiu ainda estabelecer relações diplomáticas.

O Observador é o Representante da Santa Sé junto às Organizações Internacionais, onde ela participa com o *status* de Observador Permanente. Paulo VI, em 1970, traçou as características principais da tarefa dos Observadores junto às Organizações Internacionais:

estar presente para se interessarem pela sociedade civil, sem interferirem indevidamente num campo fora da sua finalidade, mas para fomentar o respeito pelos princípios básicos da vida civil e internacional, justiça para todos, concórdia mútua, colaboração entre os povos. Em poucas palavras, para colaborar em busca pacífica desse bem comum que deve ser garantido pelas autoridades civis para promover e defender a paz (Paulo VI *apud* Baldisseri, 2011).

O corpo diplomático da Santa Sé recebe sua formação diplomática num Instituto *ad hoc*: a Pontifícia Academia Eclesiástica. A Academia foi fundada em 1701 pelo abade Pietro Garagni com o nome de Academia dos Nobres Eclesiásticos e com o apoio e a aprovação do então papa Clemente XI. Em 1703, o papa Clemente XI decidiu tomar sob seus cuidados diretos a administração da Academia que passou a ser um Instituto de propriedade da Santa Sé. Em 1706, a Academia foi transferida para o antigo Palácio Severoli, em Praça da Minerva, no coração da cidade de Roma, onde se encontra atualmente.

O papa Clemente XI viu nessa Academia um instrumento ímpar para enfrentar os desafios da época, sobretudo na relação com o mundo islâmico e a situação que na época as missões na Índia e na China estavam atravessando. A Igreja Católica precisava aprender a dialogar com outros governos e não perder a relação com as Igrejas locais espalhadas no mundo.

Após ter sido fechada por causa de dificuldades financeiras, guerras e revoluções, em 1850 a Academia retomou suas atividades. O regulamento que Pio IX lhe deu, definiu mais claramente seus objetivos e finalidades orientando suas atividades para a formação de jovens eclesiásticos para o serviço diplomático ou para o serviço administrativo na Cúria Romana ou junto ao Estado Pontifício. Segundo esse regulamento, os candidatos deviam obter obrigatoriamente a graduação em teologia e em direito além de seguir um curso de três anos de diplomacia e de línguas estrangeiras³².

³² Pontificia Accademia Ecclesiastica. Cenni storici (1701-2001). Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_academies/acdecclles/documents/storia_it.htm>. Acesso em: 20 de junho, 2009.

Até 1920, podiam se candidatar a frequentar a Academia somente os sacerdotes que pertencessem a famílias nobres (LEBEC, 1999, p. 11). Tal exigência refletia o caráter mais político que religioso do qual os diplomatas da Santa Sé eram revestidos, principalmente durante o período em que o Papa mantinha seu poder temporal sobre uma boa porção do território italiano. Com o passar do tempo, os papas foram evidenciando o caráter mais pastoral e menos político do seu Corpo Diplomático. Atualmente, a condição para ingressar na Academia é ser sacerdote e ser indicado pelo bispo de sua diocese.

Trata-se de uma escola de diplomacia diferente, pois como afirmou monsenhor Justo Mullor, ex-presidente da Pontifícia Academia Eclesiástica, os sacerdotes não chegam à Academia “para aprender a representar um Estado, mas para representar a Igreja Católica”³³.

Os sacerdotes que frequentam a escola diplomática da Santa Sé provêm do mundo todo, possuem culturas e formações diferentes. Eles são, de certa forma, obrigados a conviver com pessoas de diferentes países ao longo de sua formação e, conseqüentemente, aprender as características dos vários povos. Ao mesmo tempo, o objetivo proposto pela Academia é ser uma espécie de universidade da “romanidade”, ou seja, eles aprendem a levar aos diversos países para onde serão destinados essa realidade de unidade da Igreja Católica expressa pela Santa Sé, respeitando as diversas culturas que existem no mundo a partir de uma visão universal da Igreja Católica.

Mullor definiu o diplomata da Santa Sé como “um diplomata atípico, particularmente vinculado por imperativos morais e até pastorais”³⁴.

Em 2001, o papa João Paulo II visitou a Pontifícia Academia Eclesiástica. No seu discurso, ele evidenciou as características principais que os diplomatas da Santa Sé deveriam possuir, sublinhado que jamais eles deveriam procurar defender a “razão de Estado”, conceito-chave da diplomacia ao longo da história.

No meio de um mundo impregnado de interesses materiais frequentemente contrastantes, deveis ser os homens do espírito em busca da concórdia, os arautos do diálogo, os mais persuadidos e tenazes construtores da paz. Vós não sereis promotores nem jamais poderíeis ser de uma certa “razão de Estado”. Embora esteja presente no concerto das nações, a Igreja visa a um único interesse: fazer-se eco da Palavra de Deus no mundo, em defesa e salvaguarda dos homens³⁵.

³³ MULLOR, Justo. Pontifícia Accademia Ecclesiastica. In: *30giorni*. Maio 2002. Disponível em: <http://www.30giorni.it/it/articolo_stampato.asp?id=130>. Acesso em: 15 fev. 2008.

³⁴ Ibid.

³⁵ JOÃO PAULO II. *Discurso do Santo padre aos professores e alunos da Pontifícia Academia Eclesiástica*. 26 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2001/documents/hf_jp-ii_spe_20010426_accademia-ecclesiastica_po.html>. Acesso em: 30 de outubro, 2008.

E, continuando, ele assinalou quais deveriam ser os valores defendidos pela diplomacia pontifícia:

Os valores desde sempre defendidos pela diplomacia pontifícia centralizam-se principalmente em redor do exercício da liberdade religiosa e da tutela dos direitos da Igreja. Estes temas permanecem atuais também nos nossos dias e, ao mesmo tempo, a atenção do Representante pontifício orienta-se cada vez mais, de forma especial nos fóruns internacionais, também para outras problemáticas humanas e sociais de grande relevância moral. Aquilo que hoje é sobretudo urgente é a defesa do homem e da imagem de Deus que nele subsiste. Sois chamados a tornar-vos portadores dos valores humanos que encontram a sua fonte no Evangelho, segundo o qual o homem é um irmão a respeitar e a amar³⁶.

A formação diplomática da Santa Sé dura três anos. O futuro diplomata deve possuir um mestrado em Direito Canônico além de uma graduação em filosofia e teologia. Após terminar a Academia, antes de receber a destinação definitiva, é previsto um estágio em uma nunciatura ou na Secretária de Estado.

Da Pontifícia Academia Eclesiástica saíram diversos papas como Leão XII e Leão XIII, Bento XV, Pio XII, João XXIII e Paulo VI.

Atualmente, há no mundo 101 Representantes da Santa Sé.

As nunciaturas, além de estarem sujeitas ao direito canônico, por serem institutos de ordem jurídica eclesiástica, possuem também a natureza de institutos de ordem internacional, sujeitos, portanto, às normas do direito internacional consuetudinário e pactício (FABRIS, op. cit., p. 70).

1.3.2.3. *As Embaixadas junto à Santa Sé*

Assim como a Santa Sé envia seus representantes aos países com os quais estabelece relações diplomáticas, também os Estados enviam seu representante nas respectivas Embaixadas credenciadas junto à Santa Sé, que se encontram localizadas na cidade de Roma, em território italiano. Atualmente, as Embaixadas junto à Santa Sé são 178, das quais 81 chefiadas por Embaixadores residentes em Roma. A missão fundamental dessas Embaixadas é representar o governo do próprio país junto à Santa Sé, acompanhando a atuação do Papa e informando o próprio governo sobre o posicionamento da Santa Sé em relação a assuntos relevantes da

³⁶ Ibid.

atualidade, e analisando seus desdobramentos do ponto de vista político. As Embaixadas junto à Santa Sé se ocupam também de prestar assistência protocolar e assessorar as autoridades de seu país que visitam o Vaticano como também prestar serviços de natureza consular a religiosos, como por exemplo, a autenticação de documentos relacionados a cursos realizados por religiosos ou leigos em universidades da Santa Sé³⁷.

1.3.3. Funções da diplomacia pontifícia

O direito ativo e passivo de legação que o papa continua a exercer ainda hoje é regulamentado pelo Código de Direito Canônico que estabelece as normas que governam a disciplina da Igreja Católica de Rito Latino.

Os cânones 362-367 do Código de Direito Canônico especificam os aspectos jurídicos da função dos representantes pontifícios, sublinhando o direito do Pontífice de nomear e enviar seus Legados às Igrejas particulares e, ao mesmo tempo, aos Estados e às autoridades públicas.

No Cânone 362, lemos

O Romano Pontífice tem o direito inato e independente de nomear e enviar seus legados, seja às Igrejas particulares nas várias nações ou regiões, seja aos Estados e às autoridades públicas, podendo transferi-los ou revogá-los, observadas as normas do direito internacional em relação ao envio e à revogação dos Legados constituídos junto aos Estados³⁸.

Nesse parágrafo, evidencia-se a dupla função da diplomacia pontifícia. O Papa envia seus representantes com uma função *ad intra* ou intraeclesial (interna) e uma função *ad extra* (externa ou diplomática). No primeiro caso, o Legado Pontifício recebe a tarefa de representar o Papa junto às Igrejas particulares (função interna à Igreja). No segundo caso, o representante da Santa Sé é enviado junto aos Estados e seus governos, ou junto às Organizações Internacionais. Trata-se, nesse caso, do direito ativo de legação. O Papa possui também o direito passivo de legação, ou seja, ele poderá permitir que a Santa Sé receba representantes diplomáticos de outros Estados no seu território, a saber, as Embaixadas ou em alguns casos, um enviado chamado *Charge d'Affaires* (Encarregado de Negócios).

³⁷ Cf. Embaixada do Brasil junto à Santa Sé. Disponível em: <<http://www.vatemb.it>>. Acesso em: 23 de junho, 2011.

³⁸ Do Código de Direito Canônico. Capítulo V. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/ITA0276/___P1B.HTM>. Acesso em: 7 de fevereiro, 2009.

Continuando a leitura do Código de Direito Canônico, o Cânone 364 assinala as tarefas dos Legados Pontifícios na sua missão intraeclesial:

A tarefa principal do Legado Pontifício é tornar sempre mais firmes e eficazes os vínculos de amizade que existem entre a Sé Apostólica e as Igrejas particulares. Por isso, compete ao Legado Pontifício, no âmbito de sua jurisdição: 1) Informar a Sé Apostólica sobre as condições em que se encontram as Igrejas particulares, e sobre o que diz respeito à própria vida da Igreja e ao bem das almas; 2) Assistir com sua atuação e conselho, aos Bispos, sem prejuízo do exercício do legítimo poder destes; 3) estimular frequentes relações com a Conferência dos Bispos, dando a ela toda a ajuda possível; 4) quanto à nomeação de Bispos, comunicar ou propor à Sé Apostólica os nomes dos candidatos, bem como instruir o processo informativo sobre estes, de acordo com as normas dadas pela Sé Apostólica; 5) esforçar-se para que se promova aquilo que diga respeito à paz, ao progresso e à cooperação entre os povos; 6) cooperar junto aos Bispos para estimular um oportuno relacionamento da Igreja Católica com as demais Igrejas ou Comunidades eclesiais e com as religiões não cristãs; 7) em ação conjunta com os Bispos, defender diante das autoridades do Estado, aquilo que diga respeito à missão da Igreja e da Sé Apostólica; 8) além disso, exercer a faculdade e cumprir os outros mandatos que lhe forem confiados pela Sé Apostólica.

O Cânone 365 ocupa-se da função *ad extra* do Legado Pontifício, ou seja, a função externa, diplomática junto aos Estados com os quais a Santa Sé entra em relação:

Can. 365 - § 1. Também é encargo especial do Legado pontifício que, ao mesmo tempo, exerce legação junto aos Estados, de acordo com as normas do direito internacional: 1) promover e estimular as relações entre a Sé Apostólica e as autoridades do Estado; 2) tratar de questões concernentes às relações entre Igreja e Estado e de modo especial tratar da preparação e atuação dos concordados e outras convenções similares.

§2. No trato das questões mencionadas no §1, conforme o aconselharem as circunstâncias, o Legado Pontifício não deixe de pedir a opinião e conselho dos Bispos sob a sua jurisdição e informá-los sobre o andamento dos trabalhos³⁹.

É importante lembrar que, enquanto a função interna ou eclesiástica dos Representantes Pontifícios é regulamentada apenas

³⁹ Do Código de Direito Canônico. Capítulo V. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/ITA0276/_P1B.HTM.> Acesso em: 7 de fevereiro, 2009

pelo direito canônico, a função externa dos Representantes Pontifícios é regulamentada também pelo direito internacional mais especificamente pelo direito diplomático (BALDISSERI, 2011, p. 6). A natureza diplomática da representação diplomática aparece pela primeira vez no 1º artigo dos Regulamentos do Congresso de Viena, em 1815, que institui uma divisão em classes dos Agentes Diplomáticos e que equipara os Núncios aos Embaixadores. Tais Regulamentos foram solicitados pelo ministro francês Charles Maurice de Talleyrand que convidava todos os monarcas europeus a adotar os mesmos regulamentos para evitar os embaraços que evidentemente haviam ocorrido durante o Congresso.

Règlement du 19 mars 1815 sur le rang entre les agents diplomatiques

Pour prévenir les embarras qui se sont présentés, et qui pourraient naître encore des prétentions de présence entre les différents agents diplomatiques, les Plenipotentiaires des Puissances signataires du traité de Paris sont convenus des articles qui suivent, et ils croient devoir inviter ceux des autres Têtes Couronnées à adopter le même règlement.

Art. 1er. Les employés diplomatiques sont partagés en trois classes: Celle des Ambassadeurs ou Nonces; Celle des Envoyés, Ministres ou autres accrédités auprès des Souveraines; Celle des Charges d’Affaires accrédités auprès des Ministres chargés des Affaires Etrangères⁴⁰.

O Regulamento foi assinado pelas potências da Áustria, Espanha, França, Grã-Bretanha, Portugal, Prússia, Rússia e Suécia.

A equiparação dos Núncios aos Embaixadores foi confirmada pela Convenção de Viena de sobre as relações diplomáticas, de 1961, nos artigos 14 e 16. No artigo 14 da Convenção de Viena, os Núncios credenciados junto aos Estados são colocados na primeira das três classes que organizam o grupo dos chefes de missão, equiparados à classe dos Embaixadores:

Art. 14. Os Chefes de Missão dividem-se em três classes: a) Embaixadores ou Núncios acreditados perante Chefes de Estados e outros Chefes de Missão de categoria equivalente; b) Enviados, Ministros ou internúncios acreditados perante Chefes de Estado; c) Encarregados de Negócios credenciados perante Ministérios das Relações Exteriores⁴¹.

⁴⁰ O texto do regulamento do Congresso de Viena de 1815 está disponível em: <<http://www.le-prince-de-talleyrand.fr/rang.html>>. Acesso em 8 de março, 2009.

⁴¹ O texto da Convenção de Viena de 1961 sobre as relações diplomáticas está disponível em: <<http://www.admin.ch/ch/i/rs/11/0.191.01.it.pdf>>. Acesso em: 10 de julho, 2009.

O artigo 16, parágrafo 3 da mesma Convenção, diz respeito ao tratamento dos Representantes Pontifícios junto aos Estados credenciados:

Art. 16 - 1) A precedência dos Chefes de missão, dentro de cada classe, se estabelecerá de acordo com a data e a hora em que tenham assumido suas funções nos termos do artigo 13; 2) As modificações nas credenciais de um Chefe de Missão, desde que não impliquem mudanças de classe, não alteram sua ordem de precedência; 3) O presente artigo não afeta a prática que exista ou venha a existir no Estado acreditado com respeito à precedência do representante da Santa Sé⁴².

Contudo, a equiparação jurídica da diplomacia da Santa Sé aos outros diplomatas não altera a peculiaridade dos diplomatas da Santa Sé que, como vimos nas páginas precedentes, desenvolve uma diplomacia *sui generis* (CASTELLO Y ABRIL, 2000, p.3). Os representantes do Papa, de fato, não servem um Estado, mas uma Instituição religiosa, a Igreja Católica, cujos membros encontram-se espalhados no mundo todo, e cujos objetivos distanciam-se dos objetivos e fins dos Estados com os quais ela mantém relações diplomáticas. Giovanni Lajolo, que foi Secretário para as Relações da Santa Sé com os Estados durante o pontificado de João Paulo II, escreveu que “saem do âmbito da diplomacia da Santa Sé toda uma série de questões que são, ao contrário, de interesse primário para as diplomacias dos Estados” (LAJOLO, 2006, p. 4). Ele indica, por exemplo, como tarefas estranhas à diplomacia da Santa Sé ocupar-se de relações comerciais e financeiras, promoção turística assim como alianças políticas, estruturas militares, lembrando que “as Nunciaturas são embaixadas que não possuem *attachés* militares” (Ibid.). Tais matérias não interessam a diplomacia da Santa Sé, ao menos que essas questões resultem em eventuais consequências morais que envolvam direitos humanos, ou família ou outros temas pelos quais a Igreja Católica se interessa. Monsenhor Santos Abril y Castelló, Nuncio Apostólico da Eslovênia, sublinhou que a particularidade do serviço diplomático dos representantes pontifícios resulta da peculiaridade da Santa Sé:

a diplomacia da Santa Sé está ao serviço de uma Instituição, a Igreja que não é um Estado, mas um ente religioso e sobrenatural mesmo se social, dotado de autonomia e independência desde a sua origem, com meios próprios suficientes para sua missão de salvação, com seu próprio ordenamento jurídico e governo interno, com capacidade de relação internacional, com

⁴² Ibid.

amplo reconhecimento internacional como sujeito, pessoa e ordenamento jurídico primário (CASTELLÓ Y ABRIL, 2000, p. 7).

Ele definiu a Santa Sé como “o mais antigo sujeito de direito diplomático, aquele que já existia na titularidade e no assíduo exercício de todas as capacidades jurídicas diplomáticas, quando os Estados mais potentes, que hoje ocupam o cenário político, ainda não tinham aparecido na história” (MARESCA *apud* CASTELLÓ Y ABRIL, 2000, p. 8).

Outra peculiaridade dos diplomatas da Santa Sé – como vimos quando falamos de sua formação diplomática – é que todos eles são eclesiásticos. Os bispos enviam à Pontifícia Academia Eclesiástica em Roma seus candidatos. Em 1962, o papa João XXIII estabeleceu que os núncios apostólicos fossem sagrados bispos, desde o início de sua missão, e não após alguns anos depois do envio, como acontecia sob o pontificado de Pio XII. Tal mudança evidenciou o desejo do Papa de reforçar o papel dos Núncios Apostólicos: servir de pontos de coligação entre as Igrejas locais e a Santa Sé.

Um dos interesses primários da Santa Sé em relação à diplomacia pontifícia é, portanto, aquele de manter a unidade da Igreja Católica, mantendo saudáveis os vínculos entre os Bispos locais e o Papa por meio de seus representantes. Tal é a função eclesial dos diplomatas pontifícios. A outra função, *ad extra*, é manter boas relações com os Estados com os quais a Santa Sé mantém relações diplomáticas. Nesse âmbito, o Núncio procura defender a liberdade de ação da Igreja Católica no país, defendendo ao mesmo tempo a liberdade das outras religiões. Outro interesse dos diplomatas da Santa Sé é promover e defender os direitos humanos, e contribuir para o estabelecimento da paz no mundo. Segundo o atual Núncio Apostólico do Brasil, o diplomata da Santa Sé, por ser representante de uma instituição universal, possui a vantagem de ter uma visão ampla do seu papel, não restrita ao país onde ele opera (BALDISSERI, 2011).

Contudo, muitas vezes, tal função *ad extra*, e, portanto, política dos Núncios, pode parecer algo estranho à missão predominantemente religiosa e espiritual da Igreja Católica. Se os objetivos da Igreja Católica fazem referência, sobretudo, a um “Reino que não é desse mundo” (Evangelho de João 18, 36), por que ela faz questão de manter relações diplomáticas com quase 180 países?

Em 1970, Paulo VI levantou tal questão falando aos Membros do Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé:

A Santa Sé tem motivo para se servir dessa forma de atividade que se chama diplomacia? Ela não seria totalmente estranha à natureza e à finalidade

da Igreja? Ela não corre o risco de ser assimilada às instituições e aos organismos de ordem temporal com os quais ela não pode nem deve ser confundida? Quando se trata de Estados, tal questão não se põe, pois a atividade diplomática é para eles um instrumento privilegiado, consagrado por uma experiência histórica plurissecular. Mas para a Igreja, cujo papel é essencialmente religioso, recorrer à diplomacia é realmente justificado?⁴³

Ao longo do seu discurso, Paulo VI sublinha os motivos que justificam a ação diplomática dos Representantes da Santa Sé no mundo, evidenciando que a Igreja “não se prende, por força de sua missão e natureza, a nenhuma forma particular de cultura humana, sistema político, econômico ou social”⁴⁴. Por causa desta sua universalidade, evidencia o Papa, a Igreja pode servir de ligação entre as nações “desde que elas tenham confiança na Igreja e lhe reconheçam efetivamente a verdadeira liberdade para o desempenho de sua missão”⁴⁵.

A atividade diplomática da Santa Sé, de fato, responde de uma maneira apropriada ao desenvolvimento atual da vida internacional e às necessidades presentes da missão que a Igreja deve desempenhar no mundo contemporâneo. A atividade diplomática permite à Santa Sé de intervir no plano internacional, apoiando os esforços realizados para a feliz afirmação da comunidade das diversas nações (...) assegurando um conteúdo ético e espiritual para tais esforços⁴⁶.

O papa Paulo VI lembra ainda, no seu discurso, a relevância das relações da Santa Sé com Organismos Internacionais para a Igreja Católica. Por meio delas, a Santa Sé pode transmitir sua mensagem e suas sugestões e contribuir para o desenvolvimento e progresso da humanidade.

Para cumprir sua missão, a Igreja emprega também meios que revestem hoje novas expressões, em particular em suas relações com os Organismos Internacionais. Perseguindo seu próprio objetivo, a saúde espiritual dos homens, ela trabalha também para promover a dignidade da pessoa e o progresso dos povos na justiça e na paz. Seus contatos qualificados no cenário

⁴³ PAULO VI. *Discours du Pape Paul VI au Corps Diplomatique. 12 de janvier de 1970*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1970/documents/hf_p-vi_spe_19700112_corpo-diplomatico_fr.html>. Acesso em: 24 de outubro, 2009.

⁴⁴ GAUDIUM ET SPES, n. 42. In: *Compêndio do Vaticano II – Constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p. 188.

⁴⁵ *Ibid*, p. 188.

⁴⁶ PAULO VI. *Discours du Pape Paul VI au Corps Diplomatique. 12 de janvier de 1970*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1970/documents/hf_p-vi_spe_19700112_corpo-diplomatico_fr.html>. Acesso em: 24 de outubro, 2009.

internacional permitem à Santa Sé de melhor fazer escutar sua voz, de melhor fazer valer suas sugestões, e de tratar, em uma posição de respeito mútuo, com aqueles que têm nas mãos o destino dos povos⁴⁷.

O papel dos diplomatas da Santa Sé organiza-se, portanto, ao redor de dois eixos: um interno à própria Igreja Católica, a saber, harmonizar os trabalhos da Igreja local com as diretrizes da Santa Sé; e um externo, mais político, perante os Estados onde o Núncio é acreditado, que visa promover boas relações entre a Igreja Católica e o Estado, defendendo a liberdade religiosa no país. Os temas que interessam diretamente e indiretamente a diplomacia pontifícia dizem respeito à liberdade religiosa, à bioética, à família, à educação, à cultura e ciência, à questão social, ao fenômeno da emigração, à paz, ao desarmamento e à mediação entre Estados, colaborando para melhorar a cooperação entre os povos (MULLOR, 2009, p. 3).

A diplomacia pontifícia pode ser desenvolvida por meio da diplomacia bilateral e da diplomacia multilateral.

1.3.4. A diplomacia bilateral da Santa Sé

A diplomacia bilateral é exercida pela Santa Sé por meio dos Representantes Pontifícios (Núncios ou Delegados Apostólicos) credenciados junto aos governos com os quais a Santa Sé mantém relações diplomáticas e dos Embaixadores credenciados junto à Santa Sé. Momentos propícios para estreitar e melhorar tais relações são, antes de tudo, os encontros pessoais do Papa com os Chefes de Estado e de Governo durante suas visitas pastorais às Igrejas locais, ou durante as visitas que os Chefes de Estado e de Governo realizam no Estado do Vaticano. As relações bilaterais da Santa Sé têm como objetivo cuidar das relações entre Igreja e Estado, mas também trabalharem juntos para os problemas da paz regional ou mundial (BALDISSERI, op. cit., p. 8). O Cardeal Jean-Louis Tauran, Ministro das Relações Exteriores da Santa Sé de 1990 a 2003, evidenciou como prioridades da diplomacia bilateral pontifícia temas como o da defesa dos direitos humanos: direito à vida, ao trabalho, à cultura, à liberdade de pensamento, pontuando com isso que o objetivo último de toda atividade política é o ser humano; a promoção, e se necessário, a defesa da paz, recusando a guerra como meio para resolver os conflitos. Já em 1971, a Santa Sé encontrava-se como uma das assinantes do

⁴⁷ Ibid.

Tratado de não proliferação nuclear e, em 1997, do Tratado que interditava as minas anti-homem; a edificação de uma ordem internacional fundada na justiça e no direito com o apoio por parte da Santa Sé de todos os textos fundadores e resoluções da ONU, do Conselho da Europa e da OSCE. Segundo o Cardeal Tauran, as convicções que guiam a ação internacional do Papa e de seus representantes internacionais podem ser facilmente resumidas nesta lista:

- a violência armada não resolverá nunca os conflitos entre pessoas e grupos humanos; a violência gera violência;
- se a raça, a religião, um partido político são idealizados ou “sacralizados”, logo se chegará a instaurar a lógica da tribo e da lei do mais forte;
- uma pessoa não pode afirmar seus legítimos direitos e defendê-los pisando aqueles dos seus irmãos em dignidade;
- todos os homens são membros de uma mesma família e portanto nenhuma nação será capaz de garantir a própria segurança e o próprio bem-estar isolando-se das outras (TAURAN, op. cit.).

Seguindo essas linhas-guia, a Santa Sé, por meio de seus diplomatas, trabalha para aumentar o número dos Estados que fazem parte de sua rede diplomática.

No final de 2009, a Santa Sé estreitou relações diplomáticas com a Federação Russa, com as quais até então mantinha relações de natureza especial, do mesmo tipo que mantém com a OLP (Organização para a Liberação da Palestina). Subiu para 178, o número de países com os quais a Santa Sé mantém relações diplomáticas⁴⁸, sem contar que ela possui relações diplomáticas também com a União Europeia e com a Ordem Soberana e Militar de Malta.

Entre esses 178 países, 48 são Estados islâmicos, membros da Organização da Conferência Islâmica da qual fazem parte ao todo 57 países. Desde 2000, a Santa Sé mantém também um observador permanente junto à Organização da Liga Árabe com sede na cidade do Cairo.

Sob os pontificados de Paulo VI (1963-1978) e João Paulo II (1978-2005) houve um aumento significativo das relações bilaterais, os Estados da rede diplomática da Santa Sé passaram de 46 a 174. Paulo VI trabalhou para à expansão das Nunciaturas Apostólicas sobretudo no continente africano que, no ano de sua morte, era o continente com mais

⁴⁸ A lista completa encontra-se disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_20010123_holy-see-relations_it.html>. Acesso em: 24 de janeiro, 2010.

representações pontifícias. João Paulo II expandiu a rede diplomática do Vaticano em todos os continentes. Na Europa, as Nunciaturas presentes passaram de 18 a 45 devido à abertura dos países do Leste Europeu após os fatos de 1989. Da mesma forma, as Representações Pontifícias cresceram na Ásia (de 19 a 38), nas Américas (de 24 a 36), na Oceania (de 5 a 15) e na África (de 43 a 53)⁴⁹. É interessante saber que a Santa Sé sempre deixa que seja o Estado a tomar a iniciativa oficial de pedir uma formalização das relações, assim como, por princípio, a Santa Sé nunca toma a iniciativa de interrompê-las⁵⁰.

1.3.5. A diplomacia multilateral da Santa Sé

A diplomacia multilateral representa para a Santa Sé um importante instrumento de participação internacional que lhe permite exercer certa influência no cenário internacional. Por essa razão, desde o surgimento das primeiras organizações internacionais, os Papas fizeram questão de estar presente nelas por meio das diferentes modalidades que lhes eram oferecidas. Atualmente, a Santa Sé participa como Observador Permanente junto à Organização das Nações Unidas nas sedes de Nova York, Genebra e Viena; na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma; na Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra; na Organização Mundial da Saúde (OMS), em Genebra; na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em Paris; na Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), em Viena; no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), em Roma; na Organização Mundial do Turismo (OMT), em Madri; na Organização Meteorológica Mundial (OMM), em Genebra; na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra; no Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (UNDP), em Nova York; no Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), em Nairóbi; no Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP), em Genebra; no Programa Alimentar Mundial (PAM), em Roma; na Comissão Internacional do Estado Civil (CIEC), em Estrasburgo; no Conselho da Europa (CE), em Estrasburgo; e na Organização dos Estados Americanos, em Washington (OEA).

⁴⁹ LAJOLO, Giovanni. La Diplomazia Concordataria della Santa Sede nel XX secolo: Tipologia dei Concordati. 16/02/2006. Intervento al Convegno promosso dall'ambasciata di Polonia presso la Santa Sede; Roma, Pontificia Università Gregoriana, 15 novembre 2005. Disponível em: <http://www.maurizioturco.it/bddb/2006_02_16_la_diplomazia_co.html>. Acesso em: 14 mar. 2009.

⁵⁰ FABRIS, Carlo. Presenza della diplomazia pontificia. In: *Rivista di studi politici internazionali*. Vol. 73. Nº. 1. Roma: 2006, pp. 69-70.

A Santa Sé é membro também no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), em Genebra⁵¹; na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra; na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em Genebra; na Agência Internacional para a Energia Atômica (AIEA), em Viena; na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPCW), na cidade de Haia; no Comitê Internacional da Medicina Militar (CIMM), em Bruxelas; na Organização Internacional dos Institutos Superiores para o Controle das Finanças Públicas (INTOSAI), em Viena; na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OCSE), em Viena; e no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), em Roma.

Além dessas Organizações, a Santa Sé participa como Estado acreditado não membro junto à União Africana (UA), em Adis Abeba; é membro de um acordo bilateral de cooperação junto à Liga dos Estados Árabes (LAS), sediada na cidade do Cairo; possui *status* de Enviado Permanente junto à União Latina (UL), em Paris, e junto à Organização Jurídica Consultiva Afro-Asiática (AALCO), em Nova Délhi⁵².

1.3.5.1. A Santa Sé e a ONU

Em 1957, a Santa Sé ingressou na Organização das Nações Unidas com o *status* de Observadora. Isso foi possível porque desde 1929, ano de sua fundação, o Estado da Cidade do Vaticano participava como membro pleno de organizações internacionais como a União Postal Internacional e a União Internacional das Telecomunicações. Em 1964, a Santa Sé ganhou o *status* de Observador Permanente, que lhe permitiu uma mais ampla participação às discussões da Assembleia Geral da ONU.

Em 1965, o papa Paulo VI aceitou o convite do então Secretário-Geral U Thant a fazer uma visita à ONU, durante sua viagem aos Estados Unidos. Pela primeira vez, o papa dirigiu-se aos membros da Assembleia Geral da ONU. Na época, não eram muitos os Estados que mantinham relações diplomáticas com a Santa Sé. Quando da eleição de Paulo VI, em 1963, tais países eram apenas 46 (LAJOLO, 2008). Paulo VI, no início do seu discurso quis evidenciar o objetivo da presença da Santa Sé junto a mais importante Organização Internacional, sublinhando também que sua presença não se limitava a representar apenas os católicos, mas, também, os cristãos de outras denominações:

⁵¹ Nessa Organização, a Santa Sé participa como membro do Conselho Executivo.

⁵² Lista disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_20010123_holy-see-relations_it.html>. Acesso em: 4 de dezembro, 2009.

Et quelle que soit votre opinion sur le Pontife de Rome, vous connaissez Notre mission: Nous sommes porteur d'un message por toute l'humanité. Et Nous le sommes non seulement en Notre Nom personnel et au nom de la grande famille catholique: mais aussi au nom des Frères chrétiens qui partagent les sentiments que Nous exprimons ici, et spécialement de ceux qui ont bien voulu Nous charger d'être leur interprète⁵³.

O papa Paulo VI apresentou a Santa Sé como “especialista em humanidade”, qualidade justificada, segundo ele, pela experiência histórica acumulada pela Igreja Católica ao longo dos séculos. Como seu representante, ratificou o valor da Instituição das Nações Unidas, considerada pelo pontífice como a mais alta e importante organização internacional e definindo-a como “caminho obrigatório da civilização moderna e da paz mundial”.

Notre message veut être tout d'abord une ratification morale et solennelle de cette haute Institution. Ce message vient de Notre expérience historique. C'est comme “expert en humanité” que Nous apportons à cette Organisation le suffrage de Nos derniers prédécesseurs, celui de tout l'Episcopat Catholique et le Nôtre, coïnvaincu comme Nous le sommes que cette Organisation représente le chemin obligé de la civilisation moderne et de la paix mondiale⁵⁴.

A partir de 1964, então, a Santa Sé é convidada pelo Secretário-Geral da ONU a participar de todas as reuniões de sua Assembleia Geral, com o *status* de Observador Permanente. Contudo, desde os primórdios das Nações Unidas a modalidade de participação da Santa Sé foi objeto de discussão por parte dos outros participantes. A possibilidade de a Santa Sé se tornar membro pleno da Assembleia Geral suscitou sempre numerosos conflitos. Em 1995, as modalidades de participação da Santa Sé na ONU foram colocadas de novo em discussão por parte de uma organização americana que, agindo em nome de vários países, lançou uma campanha, conhecida pelo nome de “See Change⁵⁵” (Muda de Sede) que visava expulsar a Santa Sé da ONU. As teorias que sustentavam tal objetivo fundamentavam-se na convicção de que a Igreja Católica era o único grupo religioso que participava da ONU como Observador Permanente, com privilégios que a assimilavam aos Estados e que isso representava

⁵³ PAULO VI. *Discours du Pape Paul VI à l'Organisation des Nations Unies à l'occasion du 20ème anniversaire de l'organisation. Lundi 4 octobre 1965*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations_fr.html>. Acesso em: 20 de setembro, 2009.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Cf. site da campanha: <<http://www.seechange.org/>>.

uma anomalia que fomentava contrastes. Além disso, afirmava-se que “não era justo que a Santa Sé se aproveitasse de um *status* jurídico internacional que não lhe competia, para defender os próprios interesses, a saber, lutar contra o aborto e a eutanásia”⁵⁶. Tal campanha originou-se após a participação da Santa Sé na Conferência Internacional do Cairo, em 1994, sobre a população, e após a sucessiva Conferência de Pequim, sobre a mulher. Nas duas conferências, a Santa Sé se recusou a aderir às políticas favoráveis ao aborto e que eram defendidas pela maioria dos países.

Em 2002, quando a Suíça, que mantinha ao lado da Santa Sé o *status* de Observador Permanente, tornou-se membro pleno da Assembleia Geral, a Santa Sé, por meio de seu Secretário de Estado de então, o Cardeal Angelo Sodano, prospectou a possibilidade de modificar a sua posição junto à ONU, de Observador Permanente a membro pleno⁵⁷. Tal possibilidade, porém, foi excluída em 2004, quando, por meio de uma resolução aprovada pela Assembleia Geral, o *status* de Observador Permanente da Santa Sé foi finalmente definido e aprovado pelos seus membros⁵⁸. A Resolução A/58/L.64 acerca da participação da Santa Sé aos trabalhos da ONU foi aprovada por unanimidade pelos membros da Assembleia Geral em 1 de julho de 2004. Apesar da campanha de 1995, que visava expulsar a Santa Sé da ONU ou, ao menos, reduzir sua participação ao *status* de Organização Não Governamental, tal resolução reconheceu, de fato, a validade da participação da Santa Sé nos trabalhos da ONU, incrementando as possibilidades de intervenção da Santa Sé. No texto da Resolução, justifica-se tal decisão em ordem a diferentes fatores como: a participação da Santa Sé como Observador Permanente desde 1964; a participação da Santa Sé à diversos organismos internacionais; o reconhecimento do *status* jurídico internacional de diversas Convenções Internacionais; a contribuição financeira da Santa Sé às despesas gerais de administração das Nações Unidas. Por tais motivos, a Assembleia Geral da ONU declarou-se “desejosa de facilitar a participação pertinente da Santa Sé nos trabalhos da Assembleia Geral no quadro da revitalização de suas atividades”. Em seguida, foram elencados os direitos reservados à Santa Sé:

⁵⁶ MAGISTER, Sandro. Missione impossibile: espellere la Santa Sede dall'ONU. In: *Espresso*, 21/08/2007. Disponível em: <<http://chiesa.espresso.repubblica.it/articolo/162301>>. Acesso em: 12 de agosto, 2008.

⁵⁷ MARGIOTTA BROGLIO, Francesco. Sul nuovo ruolo dell' Osservatore della Santa Sede alle Nazioni Unite. In: *Rivista di Studi Politici Internazionali*. Vol. 71, Nº.4. Firenze, 2004, p. 555-566. Disponível em: <<http://padis2.uniroma1.it:81/ojs/index.php/rsipi/article/view/149/135>>. Vol 71, No 4 (2004)>. Acesso em: 12 de outubro, 2008.

⁵⁸ Até então, o *status* de Observador Permanente da Santa Sé não tinha sido definido, pois a Convenção sobre as relações com os Organismos Internacionais de 1975, que definia tal estatuto, nunca entrou em vigência por falta do quórum de ratificação.

1. Le droit de participer au débat général de l'Assemblée générale;
2. Sans préjudice de la priorité accordée aux États Membres, le Saint-Siège a le droit de s'inscrire sur la liste des orateurs au titre de points de l'ordre du jour à toute séance plénière de l'Assemblée générale, après le dernier État Membre inscrit sur la liste;
3. Le droit de faire des interventions, une explication liminaire ou le rappel des résolutions pertinentes de l'Assemblée générale fait une seule fois par le Président de l'Assemblée générale au début de chaque session de l'Assemblée;
4. Le droit de réponse;
5. Le droit de faire publier et distribuer, sans intermédiaire, ses communications relatives aux sessions et aux travaux de l'Assemblée comme documents officiels de l'Assemblée générale;
6. Le droit de faire publier et distribuer, sans intermédiaire, ses communications relatives aux sessions et aux travaux de toutes les conférences internationales organisées sous les auspices de l'Assemblée générale comme documents officiels de ces conférences;
7. Le droit de présenter des motions d'ordre concernant les travaux sur les questions touchant le Saint-Siège, étant entendu que ce droit ne comprend pas le droit de contester la décision du président de séance;
8. Le Saint-Siège n'a pas le droit de voter à l'Assemblée générale ni d'y présenter de candidats⁵⁹.

Em 2007, um artigo dedicado à diplomacia pontifícia da revista inglesa *The Economist*, retomou as críticas da campanha “See Change” a respeito da participação da Santa Sé. Na conclusão do artigo, o autor aconselhava a Santa Sé “a renunciar ao seu especial *status* diplomático e a se definir por aquilo que era a maior Organização Não Governamental do mundo, assim como Médicos Sem Fronteiras e outras ONGs”. (MAGISTER, 2008). A Santa Sé respondeu prontamente à provocação, por meio do Secretário para as Relações com os Estados, o Arcebispo francês Dominique Mamberti, que explicou qual a razão da participação da Santa Sé na ONU e evidenciou os valores que a Santa Sé procura levar nas discussões da Assembleia Geral:

Certamente não é um convite aceitável! Ele nasce talvez de uma compreensão não exata da posição da Santa Sé na comunidade internacional: posição que teve origem no surgimento da própria comunidade internacional e que veio se

⁵⁹ O texto completo da Resolução da ONU A/58/L.64 de 9 de junho de 2004 está disponível em: <http://www.un.org/french/documents/view_doc.asp?symbol=A%2F58%2FL.64&Submit=Recherche&Lang=F>.

consolidando sobretudo no final do séc. XIX. Por trás do convite a reduzir-se a ONG, além da incompreensão do *status* jurídico da Santa Sé, há provavelmente também uma visão redutiva de sua missão, que não é setorial ou ligada a interesses particulares, mas universal e compreensiva de todas as dimensões do homem e da humanidade. É por isso que a ação da Santa Sé no âmbito da comunidade internacional é muitas vezes um “sinal de contradição”, porque ela não cessa de levar sua voz em defesa da dignidade de cada pessoa e da sacralidade de cada vida humana, sobretudo aquela mais fraca, tutelando a família fundada sobre o casamento entre um homem e uma mulher, para reivindicar o fundamental direito à liberdade religiosa e para promover relações entre homens e povos fundados na justiça e na solidariedade⁶⁰.

Para reforçar ainda mais a legitimidade do *status* de Observador Permanente na ONU, o Arcebispo Mamberti citou o desenvolvimento histórico da Santa Sé e a sua posição internacional reconhecida pela comunidade internacional em nível bilateral e multilateral:

Com o desaparecimento do Estado Pontifício, de fato, tornou-se sempre mais claro que a personalidade jurídica internacional da Santa Sé é independente do critério da soberania territorial. Tal situação é aceita pacificamente pela comunidade internacional seja em nível bilateral – lembro que são quase 180 os Estados que mantêm relações diplomáticas com a Santa Sé – seja em nível multilateral como testemunha em particular a resolução da Assembleia Geral da ONU 58/314 de 2004, que aumentou as prerrogativas e a possibilidade de intervenção da Santa Sé qual Observador Permanente junto à Organização⁶¹.

O *status* de Observador Permanente é certamente mais simples para a Santa Sé que aquele de membro pleno da Assembleia Geral. Mesmo podendo ser considerado um Estado a todos os efeitos – e a criação do Estado da Cidade do Vaticano lhe permite isso – a Santa Sé possui peculiaridades que dificultariam sua participação na ONU como membro pleno e que descaracterizariam sua contribuição e seus objetivos no seio das Nações Unidas. Os objetivos da Santa Sé diferem dos objetivos das outras nações, por isso essa posição de Observador Permanente a coloca em uma posição suprapartidária, posição desejada por todos os papas que discursaram diante da Assembleia Geral da ONU, mais conforme a sua vontade de neutralidade e seu *status* de potência moral.

⁶⁰ MAMBERTI, Dominique. Entrevista su *Avvenire*, 9 de agosto, 2007.

⁶¹ *Ibid.*

Em 2002, o Cardeal Tauran em uma conferência sobre a presença da Santa Sé nas Organizações Internacionais evidenciou justamente o papel da Santa Sé como promotora de um clima de maior confiança entre os parceiros internacionais e defendendo a afirmação de uma nova doutrina às relações internacionais focada numa gradual diminuição das despesas militares; no desarmamento efetivo; no respeito das culturas e das tradições religiosas; na solidariedade com os países pobres, ajudando-os a serem eles mesmos os artífices do próprio desenvolvimento. Suas intervenções perante a Assembleia Geral, lembra ainda o Cardeal Tauran, são guiadas por princípios de política externa que consideram todas as nações como iguais, sem diferença entre grandes e pequenas.

Outra ideia-chave da política internacional da Santa Sé é o conceito de que somos uma família de nações unidas pelo vínculo da fraternidade. Disso deriva também o conceito de “bem comum internacional”, onde a guerra deve ser recusada e a prioridade deve ser dada à negociação e ao uso dos instrumentos jurídicos (TAURAN, 2008).

1.3.6. Os meios usados pela diplomacia pontifícia

Além das estruturas ordinárias da diplomacia pontifícia - a Secretaria de Estado, as Nunciaturas e, principalmente a ação pessoal dos papas em âmbito internacional, por meio de encontros, visitas pastorais, discursos, cartas, etc. -, a Santa Sé age no cenário internacional também por meio da função de arbitragem e das concordatas e acordos com os Estados.

1.3.6.1. A função de arbitragem ou de mediação

A função de arbitragem ou de mediação foi um dos instrumentos mais usados pela Igreja Católica, talvez de até exagerada, durante séculos, principalmente na Idade Média.

Ao longo da história foram registradas 14 intervenções importantes realizadas pela Santa Sé em âmbito internacional (CASTELLÓ Y ABRIL, 2000). A primeira intervenção ocorreu durante a guerra franco-prussiana de 1870. Seguiram-se a arbitragem entre Alemanha e Espanha sobre as Ilhas Carolinas, em 1885; a intervenção na controvérsia entre Inglaterra e Portugal, sobre as fronteiras do Congo, em 1890; a arbitragem entre Peru e Equador, sobre fronteiras, em 1893; a mediação proposta pela Inglaterra

e Venezuela, sobre as fronteiras da Guayana, em 1894; a arbitragem entre Haiti e a República Dominicana, em 1895; a chamada do Papa ao Imperador Menelik da Etiópia sobre os prisioneiros italianos de guerra, em 1896; a intervenção do Papa para evitar a guerra entre Espanha e EUA, sobre a questão de Cuba, em 1898; a arbitragem na disputa argentino-chilena, sobre fronteiras, de 1900 a 1903; o acordo entre Colômbia e Peru para submeter à arbitragem papal suas disputas internas, em 1905; a arbitragem entre Colômbia e Equador, sobre fronteiras, em 1906; a arbitragem sobre possessão de depósitos de ouro na disputa entre Brasil e Bolívia e entre Brasil e Peru, de 1909 a 1910; a arbitragem oferecida à Argentina, Brasil e Chile, em 1914; e a mediação na disputa chileno-argentina sobre o canal de Beagle, de 1978 a 1984. Esta última mediação ganhou destaque internacional em ocasião do 25º aniversário do Tratado de Paz e Amizade assinado pelos dois países no dia 29 de novembro de 1984, no Palácio Apostólico do Vaticano, graças à mediação da Santa Sé. Cristina Fernández de Kirchner e Michelle Bachelet, respectivamente presidentes da Argentina e do Chile, fizeram visita ao Papa Bento XVI, na véspera do aniversário do Tratado. Bento XVI, encontrando as delegações dos dois países, lembrou como

aquele histórico evento contribui beneficentemente para reforçar em ambos os Países os sentimentos de fraternidade, como também uma mais decidida cooperação e integração (...). O evento que hoje comemoramos faz já parte da grande história de duas nobres Nações, mas também de toda América Latina. O Tratado de Paz e Amizade é um exemplo luminoso da força do espírito humano e da vontade de paz diante das barbáries e do absurdo da violência e da guerra como meio de resolver as divergências⁶².

1.3.6.2. *As concordatas*

Desde a antiguidade, a Santa Sé considerou as concordatas como um importante meio para facilitar as relações entre Igreja e Estado. Por meio delas, a Igreja obtinha o reconhecimento por parte das autoridades civis “daqueles espaços de liberdade a ela concedidos para o cumprimento de sua missão”⁶³. A primeira concordata é considerada a Concordata de Worms, assinada em 1122, entre o imperador Henrique V e o papa Callisto II, com o

⁶² BENTO XVI. *Discurso às delegações da Argentina e do Chile no 25º aniversário do Tratado de Paz, 28 de novembro de 2009*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2009/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20091128_argentina-cile_po.html>. Acesso em: 15 de março, 2011.

⁶³ LORA, Erminio (Org.) *Enchiridion dei Concordati: due secoli di storia dei rapporti chiesa-stato*. Bolonha: EDB, 2003, p. XXVII.

qual se queria resolver o problema das investiduras dos bispos. Ao longo da história das relações entre Igreja e autoridades civis, as concordatas refletem a influência dos períodos históricos durante os quais elas são ratificadas tornando-se espelhos das relações de força entre os papas e os imperadores. Estabelece-se como marco inicial das concordatas modernas a concordada napoleônica, de 1801. Desde então, as concordatas passaram por diferentes mudanças: no pressuposto doutrinal, na técnica e no conteúdo⁶⁴. Nos séculos XIX e XX, destacam-se três fases pelas quais passaram as concordatas: a primeira, que vai de Napoleão Bonaparte até a Primeira Guerra Mundial, onde a relação entre o Papa e o Chefe de Estado envolvia ainda questões de ordem temporal; a segunda fase começa com o pontificado de Bento XV (1854-1922), quando a Europa encontrava-se em guerra. Bento XV empenhou-se em favor da paz, lançando apelos e trabalhando para acordos de paz entre as nações. Com isso, a autoridade moral da Santa Sé ganha novos espaços no cenário internacional. O pontificado de Bento XV é lembrado como um período de particular entendimento internacional que durará por meio século⁶⁵.

A terceira fase é marcada pelo Concílio Vaticano II, que mudou profundamente a maneira de conceber os sujeitos da Concordata e sua percepção da sociedade. Já com o pontificado de João XXIII, a Igreja inaugura uma nova etapa focada na mudança da direção do diálogo. Na sua encíclica *Pacem in terris*, o papa não dirigiu seu discurso apenas aos católicos, mas, pela primeira vez, sua mensagem foi dirigida a todos os seres humanos de boa vontade⁶⁶. No ano seguinte, seu sucessor, Paulo VI, retomou o tema do diálogo com o mundo na Encíclica *Ecclesiam suam*, afirmando que “a Igreja deve entrar em diálogo com o mundo”⁶⁷.

A relevante contribuição que o Concílio Vaticano II desempenhou nas relações Igreja-Estado, é percebida principalmente examinando as concordatas assinadas sob o pontificado de João Paulo II⁶⁸. Os acordos assinados sob seu pontificado foram mais de 80. Um estudo realizado pelo professor de Direito Canônico, Silvio Ferrari, sobre vinte anos da atividade concordatária da Santa Sé (1978-1998), identificou nessa fase uma estratégia, um esquema de fundo que permeou tais concordatas. Na opinião de Ferrari, nas concordatas realizadas sob o pontificado de João

⁶⁴ MARTÍN DE AGAR, José T. Passato e presente dei concordati. In: *Ius Ecclesiae*. XII (2000), p. 614. Disponível em: <http://www.pusc.it/can/p_martinagar/concord.htm>. Acesso em: 03 de novembro, 2008.

⁶⁵ LORA, op. cit., p. XXIX.

⁶⁶ JOÃO XXIII. *Carta Encíclica Pacem in Terris*, 11 de abril de 1963. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem_po.html>. Acesso em: 2 de março de 2009.

⁶⁷ PAULO VI. *Carta Encíclica Ecclesiam Suam*. 06 de agosto de 1964. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam_po.html>. Acesso em: 2 de março, 2009.

⁶⁸ LORA, op. cit., p. XXX.

Paulo II evidencia-se “o enfraquecimento da ideia do confessionalismo de Estado, presente nas concordatas pré-conciliares”⁶⁹. O fim do Estado confessional, segundo Ferrari, poderia desmotivar o Estado a fazer acordos com a Igreja. Contudo, nas novas concordatas pós-conciliares, tais acordos são justificados por novos elementos, como “o fato de que a religião católica é a religião da maioria da população; o fato de que a religião católica possui fortes raízes na cultura e na tradição de um país; e o fato, ainda, de que a Igreja Católica presta um serviço ao desenvolvimento da vida espiritual e cultural de um determinado país”. Portanto, conclui Ferrari (1998), “a ideia de cooperação entre Estado e Igreja não se apoia mais no reconhecimento por parte do Estado da verdade da religião católica, mas sobre o fato que a religião católica possui um enraizamento de tipo social, cultural, histórico em um determinado país”.

Atualmente, o objetivo da Santa Sé em estipular concordatas é, em primeiro lugar, garantir a liberdade de comunicação entre Santa Sé e Igreja local nos Estados, a liberdade de organização interna da Igreja sem que o Estado interfira nos assuntos internos da instituição religiosa; a liberdade das nomeações eclesiásticas; liberdade de culto, de associação, de criação de escolas, etc. Tais concordatas foram fundamentais para garantir a liberdade na Igreja principalmente nos países que se encontravam sob o regime comunista, ou em países islâmicos. Em segundo lugar, as concordatas geralmente definem a colaboração entre Estado e Igreja no âmbito social, partindo da ideia que a religião católica e a Igreja possam desempenhar um papel ativo na melhoria do bem-estar não apenas dos católicos, mas de todos os cidadãos de um determinado país.

As concordatas são de fato um importante instrumento diplomático, um pacto entre as autoridades de duas sociedades soberanas (política e religiosa) que se encontram em um nível de paridade, para regulamentar suas relações em matérias de interesse comum ou concorrente (FABRIS, 2006).

⁶⁹ FERRARI, Silvio. Intervista sulla Diplomazia Vaticana. In: *30giorni*. N.10 – 1998. Disponível em: <http://www.30giorni.it/it/articolo_stampato.asp?id=11543>. Acesso em: 12 de fevereiro, 2008.

Capítulo II

A Evolução histórica da atuação internacional da Santa Sé

2.1. A origem dos Estados Pontifícios

Após a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, a cidade de Roma, já objeto de repetidas invasões e saques, acabou perdendo o *status* de centro do Império para a cidade que foi chamada de Nova Roma, a saber, a cidade de Constantinopla, capital do Império Romano de Oriente. Os imperadores de Constantinopla tentaram inutilmente defender a península italiana das invasões dos povos vindos do norte, especialmente os longobardos, que queriam estabelecer seu reino na Itália. Com efeito, em 568, a ameaça da ruptura da unidade italiana se tornou real. A Itália dividiu-se entre o Reino dos Longobardos, com a cidade de Pavia como capital e os territórios que permaneceram nas mãos dos bizantinos. Estes últimos acabaram se fragmentando sob vários domínios regionais, alguns sob o controle direto do Império Oriental, como o Exarcado de Ravenna⁷⁰ e o Ducado de Calábria, no sul da Itália. Outros se tornaram autônomos, como Veneza, Nápoles, Amalfi e o Ducado Romano, entre outros.

Desde a época do papa São Leão I Magno (440-461), o Ducado Romano era controlado pelo papado. Em 452, o papa Leão I Magno foi designado pelo imperador Valentiniano III para guiar uma delegação do império enviada a Átila, rei dos Hunos, para convencê-lo a retirar-se. Na época, a população romana confiava mais no prestígio dos papas que nas

⁷⁰ Exarcado era um centro de poder bizantino, governado pelo exarca, do latim *exarchus* - representante do Império do Oriente na Itália.

guardas imperiais. Em 554, uma constituição imperial que visava reorganizar o governo bizantino na Itália, ampliou os poderes atribuídos aos bispos que, a partir de então, foram considerados magistrados cidadãos⁷¹.

Por ocasião da invasão dos longobardos, alguns anos depois, o exarca de Ravena pediu ajuda ao papa São Gregório I Magno (590-604) que conseguiu salvar Roma da invasão seja por meio militar ou por tratativas diplomáticas. Após a vitória, o papa Gregório I assumiu o governo da cidade, mesmo reconhecendo a autoridade do império bizantino. O poder que os papas progressivamente adquiriram não era devido apenas ao seu prestígio. O Ducado Romano contava também sobre extensos territórios, resultado das doações a São Pedro, por parte de fiéis ricos e menos ricos. Tais propriedades eram organizadas em grandes empresas agrárias, chamadas *patrimonium*. Cada uma dessas empresas era administrada, como organismo autônomo, por um alto funcionário pontifício nomeado pelo papa. Tudo isso acabou por constituir o que foi chamado de *Patrimonium Sancti Petri* (o Patrimônio de São Pedro), que antes das invasões longobardas e das confiscações de Bizâncio, ultrapassava o atual território insular italiano e, depois dessas, reduziu-se à Itália central (ULLMANN, 1972, p. 49). A Igreja era, portanto, organizada em uma estrutura grande e complexa, que necessitava de numerosas pessoas para administrar seu patrimônio (PAPPALARDO, 1997). O enfraquecimento do poder dos representantes imperiais em Roma fortaleceu o poder dos bispos de Roma que acabaram tomando conta da administração, da defesa e da direção da política geral de Roma e do seu Ducado (RENOUVIN, 1953, p. 31).

No decorrer do século VII, as relações entre o Papado e o Império do Oriente se tornaram bastante complicadas. O poder dos papas no território italiano estava crescendo em detrimento do poder de Constantinopla. Em 710, ocorreu a última visita de um papa na cidade de Constantinopla⁷². As tentativas de negociações em vista de um apaziguamento entre os dois centros não tiveram sucesso. Em seguida, o papa cumpriu um gesto de grande relevância histórica e política. Ele recusou a habitual procissão nas ruas de Roma em exaltação à figura do imperador⁷³ (RENDINA, 1993, p. 168). Segundo Ullmann (1972, p. 49), “a recusa do papado de reconhecer o novo imperador pode ser interpretada como um primeiro passo rumo às sucessivas tentativas de autonomia do Papado da influência imperial”.

⁷¹ PAPPALARDO, Francesco. Le origini dello Stato Pontificio (680-824). In: *Voci per un Dizionario del Pensiero Forte*. Roma: I.D.I.S. Istituto per la Dottrina e l'Informazione Sociale, 1997. Disponível em: <http://www.alleanzaccattolica.org/idis_dp/voci/s_origini_stato_pontificio.htm>. Acesso em: 01 de dezembro, 2008.

⁷² Somente após doze séculos e meio foram retomadas as relações entre o papa e o Patriarca de Constantinopla. Em 1967, o papa Paulo VI viajou para Istambul para visitar o então Patriarca Atenagora I.

⁷³ RENDINA, Claudio. *I Papi. Storia e segreti*. Milão: Grandi Taascabili Economici Newton, 1993, p. 168.

Em 726, outro fator pressionou o papa a tomar as rédeas da independência italiana do domínio bizantino. Naquele ano, o imperador bizantino Leão III (717-741) proibiu o culto das imagens (iconoclastia), provocando a revolta de Roma. Outros elementos agravantes que pesaram na decisão de distanciamento foram a pressão fiscal crescente e as missões punitivas que Bizâncio organizava repetidamente na península italiana. A independência do papado foi favorecida também pela influência que a Igreja exercia sobre as populações locais. Grande parte delas trabalhava nas grandes empresas eclesiásticas, estando, portanto, estreitamente ligada à Igreja, a única instituição que, na época, garantia um mínimo de estabilidade e convivência pacífica. Contudo, o desafio que o papa tinha que enfrentar era duplo: libertar a Itália do domínio bizantino e ao mesmo tempo organizar a defesa do território italiano contra os invasores longobardos. O rei longobardo Liutprando ameaçou repetidamente Roma, mas não conseguiu vencer a hostilidade das populações e dos pontífices que o convenceram não apenas a abandonar a ideia da invasão, como também, a restituir ao Ducado Romano vários territórios ao redor de Roma. Tais restituições ocorreram por meio de um *per donationis titulo*, ato formal por meio do qual tais doações eram destinadas especificadamente ao *beato Petro apostolorum principi*. Nestas tratativas, o papa se apresentava na veste não apenas de sucessor de São Pedro, mas, também, de representante do povo romano (PAPPALARDO, op. cit.).

São os primeiros passos rumo à fundação das *respublica* de São Pedro, germe do futuro Estado Pontifício. Contudo, o pontífice para completar a libertação da Itália, foi obrigado a pedir ajuda aos povos francos.

Se o rei Liutprando renunciou a invadir o Ducado Romano, os objetivos de seu sucessor, o rei Astolfo, eram diferentes. De fato, em 754, o papa Estevão III (752-757) decidiu, em nome da salvação das populações romanas e da cidade de Roma, da qual dependia o livre exercício da missão universal da Igreja, pedir ajuda ao rei dos francos, Pepino o Breve (714-768), estabelecendo uma aliança que apresentava conotações religiosas, visto que se fundamentava nos valores cristãos da paz e da caridade, e elementos mais práticos, pois vinculava as duas partes pública e juridicamente. Em troca da proteção militar do Patrimônio de São Pedro, o Pontífice coroou Pepino concedendo-lhe o título de *Patricius Romanorum*. Tal título permitia à monarquia carolíngia de usufruir de novas ocasiões de intervir nos assuntos políticos do território italiano e de Roma (RENOUVIN, 1953, p. 32). Os soberanos carolíngios encontraram no papado um potente aliado, cujo prestígio e fortes tradições culturais fascinavam romanos e bárbaros. Os Francos tornaram-se os fiéis defensores da Igreja, mesmo se tal defesa não

era desinteressada. Ajudando a Igreja a reforçar o seu domínio temporal e livrando-a das ameaças dos invasores longobardos, eles recebiam como contrapartida a legitimação da conquista carolíngia que terá seu apogeu na constituição do novo império cristão (SPINELLI, 1988, p. 23).

O exército de Pepino derrotou o rei Astolfo, salvando o território italiano das invasões longobardas. Após a derrota, novos territórios foram devolvidos à *Respublica Romanorum*, futuro Estado Pontifício.

A devolução dessas terras, que por direito pertenciam ao Império Bizantino, foi reivindicada pelo papa Estevão II em virtude de um pressuposto documento chamado *Constitutum Constantini*. Mas trata-se de um documento falso (DESCHNER, 1994, p. 22). Sua inautenticidade será provada somente sete séculos depois, em 1440, pelo humanista italiano Lorenzo Valla que aprofundou as hipóteses levantadas pelo filósofo italiano Nicola Cusano. Provavelmente, ele foi redigido em Roma na época anterior à viagem de Estevão II para o reino dos Francos. O documento se apresenta sob a forma de edito do imperador Constantino dirigido ao papa Silvestre I (314-335) e aos seus sucessores, no início do século VI. Após o relato da doença de Constantino e de sua cura por obra do papa Silvestre I, aparece a decisão de Constantino de “conferir ao representante de Cristo o poder, indicado como *principatus potestas*, e de elevar a sede de São Pedro acima do trono terreno conferindo-lhe dignidade e honra imperial” (RENDINA, op. cit, p. 180). Por meio desse edito, a Igreja teria recebido do imperador Constantino o *status* de Estado religioso autônomo, cujo fundador era Jesus Cristo, imperador do céu que governaria por meio do papa, seu representante na Terra. Portanto, segundo tal edito, “a coroa imperial pertenceria ao papa que, todavia, não desejando ser coroado, permitiria seu uso a Constantino”. (RENDINA, 1993, p. 32). Para dar consistência ao novo Estado, Constantino teria oferecido numerosas terras e palácios como o do Latrão e a *potestas* sobre a cidade de Roma, as províncias de Itália e todo o Ocidente, reservando o Oriente a Bizâncio. Segundo Rendina, esse edito constituirá a base jurídica das reivindicações do papa Estevão III em ocasião de sua visita ao rei dos francos, Pepino (RENDINA, op. cit). Não é do mesmo parecer o historiador Pappalardo, segundo o qual “no momento da redação do documento, ele se encontra quase inteiramente destituído de valor jurídico ou de efeitos práticos”, pois “a conquista da autonomia papal acontece anos antes que Pepino fizesse seu ingresso na Itália, sendo que os francos não contribuem em nada a liberar o território romano dos bizantinos, ao contrário, salvam a ‘república’ quando corre o risco de ser eliminada pelos longobardos” (PAPPALARDO, 1997). A única valência positiva do documento, segundo

Pappalardo, seria a demonstração da lucidez com a qual o papado percebia e justificava o próprio domínio e a própria independência.

Contudo, as ameaças dos longobardos não davam trégua ao Pontífice que foi obrigado novamente a pedir ajuda ao seu aliado.

2.1.1. A aliança entre os Estados Pontifícios e a dinastia carolíngia

O papa Adriano I (772-795), de fato, sob as ameaças de invasão do rei longobardo Desidério, dirigiu-se ao rei Carlos Magno (742-814). O pontificado desse papa, contemporâneo ao fortalecimento do poder carolíngio sob Carlos Magno, merece destaque, pois foi caracterizado por uma política de alianças e de adaptação à conjuntura política da época, tanto que Adriano I pode ser considerado entre os papas fundadores do domínio temporal da Igreja.

O papa Adriano I confiou aos membros de sua nobre família os cargos administrativos e jurídicos mais altos, inaugurando a prática do nepotismo, peculiaridade de muitos futuros pontificados.

Com Adriano I, o papado adquiriu características políticas mais acentuadas, que passaram a sufocar os elementos espirituais originais desta instituição religiosa. A *respublica* de São Pedro tinha se tornado uma entidade política autônoma, que possuía estruturas de governo, uma população e território, garantia, este último, da liberdade de ação da Igreja Católica. Adriano I empenhou-se com todas as suas forças para a expansão do território pontifício. Pediu ajuda a Carlos Magno para poder reaver os territórios ocupados pelo rei longobardo, Desidério. Em setembro de 773, Carlos Magno enviou seu exército até Turim, onde Desidério estava acampado. Este não conseguiu opor resistência e se retirou na fortaleza de Pavia, capital do reino dos Longobardos, que foi circundada pelo exército francês.

No entanto, Carlos Magno decidiu ir a Roma para as festividades da Páscoa. No dia 2 de abril de 774, foi acolhido pelas autoridades e pelo povo romano com o título de *patricius Romanorum*. O papa Adriano I o esperava na entrada da basílica de São Pedro, onde entraram lado a lado.

No dia 6 de abril, ocorreu a assinatura da “Doação de Carlos Magno”, documento que se perdeu, onde o rei franco concedia a soberania papal sobre quase toda a Itália. Uma vez, porém, deixada Roma, Carlos Magno concluiu o assédio à capital do reino longobardo, derrotando-o definitivamente, e tal doação não se realizou como prometido.

Carlos Magno ocupou o trono que tinha sido do rei longobardo Desidério, proclamando-se, na cidade de Pavia, “Rei dos Francos e dos

Longobardos” além do título recebido pelo papa de *patricius Romanorum*. Com isso, o acrescido poder de Carlos Magno colocava numa posição de inferioridade o poder do papa e deixava incerta a consolidação do novo Estado Pontifício, sujeito à doação prometida.

Com efeito, após o fim do reino longobardo, Carlos Magno não demonstrou interesse em ver aumentadas as dimensões do Estado Pontifício. Ao contrário, ele tentou forçar o papado a aceitar como normal a ingerência do império nos assuntos internos da igreja, ameaçando com isso sua autonomia. Adriano I escreveu, então, uma série de cartas ao rei francês pedindo que realizasse quanto fora prometido, em nome do apóstolo Pedro.

Com Adriano I, Roma começou a assumir a imagem de cidade cristã, tendo ele se ocupado em melhorar as condições sociais do ducado romano. Enriqueceu Roma com muitas obras de arte, restaurou os antigos aquedutos, renovou os muros que fortificaram a cidade e reestruturou as margens do rio Tibre após a inundação de 791. Ele instituiu um refeitório para os pobres com os produtos provenientes da sua fazenda de Capracorum, propriedade de família. Seu pontificado durou 23 anos. Morreu no dia 25 de dezembro do ano de 795 e foi sepultado em São Pedro.

Seu sucessor, Leão III (795-816), consolidou as relações entre o papado e Carlos Magno, quando da coroação deste como Imperador do Sagrado Império Romano, no Natal do ano 800 (RENDINA, 1993, p. 191). Tal coroação significava o fim definitivo da dependência do Ocidente do imperador de Bizâncio e marcava o surgimento de um novo império cristão (SPINELLI, 1998, p. 24).

No entanto, o império carolíngio protetor da Igreja, não conseguiu manter sua unidade territorial. Após a morte de Carlos Magno, subiu ao trono seu filho, Luís, o Piedoso, que governou até 840. Monarca fraco, não conseguiu manter a unidade. Com o Tratado de Verdun (843), o império foi dividido entre seus filhos: a parte ocidental, que deu origem ao reino da França, ficou com Carlos, o Calvo; a França Oriental (futura Alemanha), ficou com Luís, o Germânico, e a França Central, que compreendia a península itálica, ficou com Lotário, até sua morte, em 855. Sucessivamente, essa parte do território foi repartida entre os dois irmãos. Tal repartição enfraqueceu ainda mais o poder da monarquia carolíngia, que desapareceu em 987, com a morte do último soberano carolíngio, Luís V. A aristocracia francesa escolheu, então, como novo rei Hugo Capeto, Conde de Paris, que deu vida à dinastia capetíngia (987-1328).

Durante esse período de divisão do império, os Estados Pontifícios perderam a proteção imperial e ficaram à mercê das invasões dos

Sarracenos que entraram na Itália a partir do sul. A proteção carolíngia foi importante para o fortalecimento dos Estados Pontifícios: os carolíngios favoreceram a uniformização da liturgia romana, além de restabelecer o rigor da hierarquia, e de fortalecer a figura dos bispos metropolitanos, chefes das províncias eclesiásticas. A dinastia carolíngia apoiou os esforços da igreja para regularizar a vida monástica, difundindo a aplicação da regra de São Bento; favoreceu a difusão da instituição dos cânones e multiplicação das paróquias, reformas essas que resultaram na constituição de um patrimônio comum no ocidente cristão (RENOUVIN, p. 1953, p. 37).

2.1.2. Os Estados Pontifícios e o Sacro-Império Romano Germânico

Em 951, Oto I, coroado rei dos Germanos depois da morte de seu pai, conseguiu reunificar sob o seu domínio a Itália e a Alemanha, tentando pôr ordem no sistema feudal anárquico que a monarquia carolíngia deixara naquele território. Para conseguir reforçar a unidade nos territórios por ele dominados, serviu-se da Igreja, nomeando bispos de sua confiança aos quais concedia os cargos políticos de feudatários leigos. Para garantir que seus territórios não se perdessem, impôs aos bispos a obrigação do celibato, impedindo que os bispos-condes deixassem a seus filhos como herança os bens a eles confiados. Na hora de sua morte, todas as terras voltavam de direito ao soberano. O rei Oto conseguiu, dessa forma, impor uma regra que há tempo a Igreja tentava instituir no seu meio. Em 962, Oto I se fez coroar imperador pelo papa João XII (955-963), dando início ao Sacro-Império Romano Germânico. Realizando tal coroação, o papado passava a aceitar o protetorado do imperador germânico. Este, porém, não se contentou apenas com a aprovação do pontífice, quis impor uma condição que limitava a autonomia da Igreja, pretendendo que daquele momento em diante, para eleger um papa, seria necessário o consentimento do imperador. A Igreja aceitou tal imposição, com a esperança, de um lado, que esse novo imperador conseguisse libertar a Itália meridional do domínio bizantino e entregar para ela tais territórios. De outro lado, contava que a intervenção do imperador pudesse amenizar as divisões internas da própria igreja, que poderiam ameaçar sua influência e sua autoridade. Quando, porém, o papado se deu conta do erro cometido, tentou voltar atrás. O papa que operou tal reforma foi o papa Gregório VII, que se empenhou na assim chamada “luta das investiduras”.

2.1.3. A luta das investiduras

Os imperadores, até então, consideravam direito imperial nomear os bispos da Igreja Católica que, ao contrário, percebia tal poder como uma interferência indevida. Por isso, Gregório VII (1073-1085) emanou uma disposição que proibia ao então imperador Henrique IV nomear bispos, ameaçando-o de excomunhão. Com essa proibição começou o período da “luta das investiduras”, que resultou na ruptura e distinção entre os dois poderes. Para restabelecer uma certa paz entre império e igreja, o imperador foi obrigado a aceitar o *Dictatus papae*, publicado em março de 1075. Com esse documento – que propunha a supremacia da Igreja de Roma e de seu bispo, o papa, sobre as outras igrejas e sobre o império –, estabeleciam-se as bases para o futuro Estado teocrático. O papa possuía o direito de conferir não somente os cargos eclesiásticos como, também, confirmar e depor os imperadores, liberando os súditos do juramento de fidelidade feito anteriormente (RENDINA, op. cit., p. 318). Três foram as reformas que vigoraram: a primeira era que o papa devia ser eleito pelos cardeais e não pelo imperador ou pelos bispos, muitos dos quais nomeados pelo imperador. Isso porque os cardeais eram pessoas de confiança do papa que os nomeava pessoalmente. A segunda reforma era que todo o clero devia ser eleito pelo alto clero, sem o prévio consentimento dos leigos; a terceira reforma dizia respeito ao celibato, mantido e confirmado como medida necessária que garantia que, após a morte dos clérigos, do mais simples ao alto prelado da Igreja, os bens voltariam à Igreja. Se até então o império dominara a Igreja, daquele momento em diante, a relação inverteu-se, pois não era mais o imperador a nomear o papa, mas o papa que devia nomear ou depor o imperador. Isso significava também que o império perderia seu domínio sobre os bens da Igreja. O imperador, porém, não aceitou tal *Dictatus*, estava em jogo seu prestígio. O conflito entre os dois poderes durou até 1122, ano do Concordado de Worms, entre o papa Calisto II (1119-1124) e Henrique V. O Concordado estabelecia que às autoridades eclesiásticas caberia o direito de investir os bispos do poder espiritual, por meio da entrega do anel e do báculo⁷⁴. Ao imperador caberia apenas a investidura dos bispos da autoridade secular, pela entrega da lança. O Concordado contribuiu a restabelecer a ordem, mesmo se de forma precária, entre as duas instituições ainda que por pouco tempo. Uma série de conflitos entre os dois poderes ameaçou a soberania do papado e o próprio território pontifício. Com a eleição de

⁷⁴ O báculo, no sentido originário era o cajado usado pelos pastores para se apoiarem e para conduzir o rebanho. Dentro da Igreja Católica simboliza o papel dos pastores que devem guiar o rebanho dos fiéis.

Inocência III, em 1198, a Igreja tentou novamente restaurar o poder papal em Roma, retomando o projeto de Estado teocrático lançado pelo seu predecessor, o papa Gregório VII (RENDINA, 1993, p. 362).

2.1.4. Inocência III e a tentativa de instauração de um governo teocrático na Europa

Recém-eleito, Inocência III (1198-1216) apressou-se a tomar as rédeas da administração da cidade de Roma, substituindo o único senador ainda em exercício com um homem de sua confiança e fazendo o prefeito – a máxima autoridade política da cidade e representante do imperador – prestar-lhe juramento. Em seguida, trabalhou para reforçar o domínio naqueles territórios que iriam ampliar as fronteiras dos Estados Pontifícios, a saber, a Umbria, Marche e Romagna, localizadas no centro e norte da Itália. Ocupou-se também da sucessão do império, pois Henrique VI faleceu e o filho, Frederico, tinha apenas três anos. Por isso, ele convenceu a viúva do imperador a dar-lhe a regência do Reino de Sicília.

No entanto, eclodiu a disputa da coroa da Alemanha entre o irmão do falecido Henrique VI, Felipe de Suécia, apoiado pela maioria do partido dos Hohenstaufen e o duque Oto de Brunswick, apoiado pelo tio, João I da Inglaterra. O papa Inocência III apoiou Oto de Brunswick, pois ele havia garantido ao papa que não iria reivindicar nenhum direito da coroa germânica sobre a península italiana. O que convenceu o papa a apoiar Oto foi também a excomunhão que o outro aspirante à coroa germânica, Felipe de Suécia recebera do Celestino III (1191-1198) e o fato, não menos relevante, que ele havia sido coroado por um arcebispo estrangeiro sem nenhum mandado pontifício. Tudo isso, acrescentado pelas pretensões de Felipe sobre o território italiano, convenceram o papa a tomar parte da briga em que se disputava a coroa germânica. Contudo, uma vez derrotado seu inimigo, e após ser coroado em 1209, pelo papa Inocência III, Oto de Brunswick não respeitou as promessas feitas ao papa, ocupando no ano seguinte algumas regiões da Itália meridional. A solução que o papa encontrou, foi tentar colocar no trono germânico o seu pupilo, o jovem Frederico, que completara na época 16 anos. Em 1211, os príncipes germânicos o elegeram como novo rei e, no ano seguinte, ele foi coroado rei dos Romanos.

O papa Inocência III conseguiu durante o seu pontificado impor sua personalidade até em nível europeu, tornando-se de certa forma “encarnação da lei e da ordem” (RENDINA, op. cit., p. 365).

O meio adotado pelo papa para fortalecer de maneira mais eficaz seu governo teocrático na Europa, foi o estabelecimento de relações de vassalagem entre os reis e a Santa Sé. Assim fez com o rei da França, Felipe II, com João I, conhecido como João Sem Terra da Inglaterra, com Pedro de Aragão, Alfonso IX de León e Sancho I, de Portugal. Mas a influência da Igreja de Roma sobre a Europa, construída sobre os princípios de um poder teocrático da Igreja, fundamentava-se em pilares ilusórios que logo seriam derrubados pelas novas formas de organizações nacionais e comunais que estavam ganhando sempre mais espaço. O universalismo papal estava com os dias contados.

2.1.5. *Os Estados Pontifícios perdem a supremacia*

Um novo conflito entre o papado e a monarquia francesa marcou a história das relações internacionais no século XIV. Os protagonistas desse novo conflito são Bonifácio VIII (1294-1303) e o rei francês Felipe IV (1285-1314). O monarca francês quis impor sua autoridade sobre a Igreja da França, decretando, entre outras disposições, a tributação do clero francês a fim de financiar suas guerras. O papa Bonifácio VIII respondeu duramente. Em 1302, emanou uma bula *Unam Sanctam*, onde o papa declarava a supremacia da Igreja sobre o poder espiritual e temporal e que os reis deviam estar subordinados ao poder da Igreja. O rei francês acusou o papa de heresia e simonia (RENOUVIN, op. cit., p. 175). O papa Bonifácio VIII morreu em 1303, mas a luta entre a monarquia francesa e os papas continuou com os seus sucessores. O papa João XXII (1316-1334), eleito graças à influência dos bispos franceses, elegeu como nova residência sua cidade natal, Avinhão. A residência dos papas em Avinhão durou até 1377, ano em que o papa Gregório XI voltou a fixar sua residência em Roma.

Em 1493, o papa Alexandre VI (1492-1503) realizou o ato que Spinelli considera “a última grande manifestação da supremacia papal no mundo cristão, também em matéria temporal” (RENOUVIN, op. cit., p. 37), ou seja, a divisão por uma linha imaginária das ilhas e continentes além-mar. O papa, com a bula *Inter caetera divinae*, oferecia a América à Espanha e a África a Portugal.

A posição de proeminência do papado, que se encontrou “teórica e praticamente ao vértice da inteira estrutura da cristandade ocidental” (SPINELLI, op. cit. P. 30), durou até o período em que Lutero publicou suas noventa e cinco teses (1517), o que resultou na ruptura da unidade religiosa e abriu o caminho para o surgimento do pluralismo dos Estados. O movimento protestante, que teve início no século XVI, originou-se da

necessidade de uma profunda reforma da Igreja Católica. Martin Lutero era um monge agostiniano que no início de seus protestos não tinha intenção de contestar a autoridade papal, nem de fundar um movimento separatista com o objetivo de criar uma Igreja independente, ele queria apenas uma renovação da instituição eclesial para combater os abusos eclesiais sempre mais recorrentes, como a venda das indulgências. O papa Leão X (1513-1521) o convocou em Roma acreditando se tratasse de uma das usuais controvérsias entre monges e professores universitários. Lutero recusou o encontro com o papa. Em 1520, queimou em praça pública a bula papal que continha a condenação do papa de suas teses. Com isso, consumou-se a separação com a Igreja Católica e novas igrejas e comunidades surgiram fora do âmbito católico. Segundo Spinelli (op. cit., p. 36), porém, tal separação não pode ser explicada apenas pelo ato isolado de Lutero, “o fenômeno da Reforma constitui o momento culminante de uma tensão que foi se acumulando no fim da Idade Média, em consequência de muitos abusos que se verificaram no seio da Igreja”.

Outro aspecto que merece ser evidenciado é que o movimento protestante foi bem acolhido pelos príncipes e soberanos da época que há tempo tentavam se subtrair do domínio da Igreja. Interesses políticos e econômicos, não apenas religiosos, facilitaram a rápida expansão do movimento protestante na Europa. Exemplo disso foi a separação da igreja inglesa da Igreja de Roma, oficializada em 1534 por meio do Ato de Supremacia de Henrique VIII. Nesse documento, Henrique VIII declarou-se “único Chefe da Igreja na terra da Inglaterra⁷⁵”. O pretexto usado para justificar tal separação foi a recusa do papa a reconhecer o divórcio do rei inglês e Catarina de Aragão e o novo casamento com Ana Bolena. As verdadeiras razões estão contidas nas necessidades econômicas e políticas da potência inglesa que não queria ser excluída da expansão colonial que estava começando no resto da Europa.

Diante do multiplicar-se das igrejas nacionais, a Igreja de Roma convocou o Concílio de Trento (1545-1563), lançando uma Reforma católica que combatesse, sobretudo, os fenômenos de corrupção que haviam se alastrado dentro de suas instituições. Os anos seguintes foram caracterizados por lutas constantes entre poder civil e poder religioso, Igreja Católica contra os novos soberanos europeus. A Paz de Augsburg, em 1555, marcou um momento fundamental para o futuro do papado. O tratado de paz continha pela primeira vez o princípio *cuius regio eius et religio* segundo o qual cada príncipe podia escolher sua religião e aquela

⁷⁵ O texto do Ato de Supremacia de 1534 encontra-se disponível em: <<http://tudorhistory.org/primary/supremacy.html>>. Acesso em: 11 de junho, 2010.

dos seus súditos. Nesse tratado estava inclusa a possibilidade para os súditos de emigrarem para aqueles Estados nos quais a religião admitida era a religião por eles professada. Em 1648, a Paz de Westfália confirmou os mesmos princípios contidos na Paz de Augsburg, reconhecendo em nível internacional a divisão das igrejas cristãs. O papado, frente a esse reconhecimento que colocava no mesmo nível de igualdade, protestantes e católicos, e que marcava a perda definitiva da influência católica sobre o mundo, reclamou e protestou emitindo documentos que condenavam as decisões da Paz de Westfália. Tais protestos não mudaram a ordem internacional desenhada pela Paz de Westfália. O surgimento das monarquias nacionais no período absolutista não apenas confirmou o fim do universalismo papal como despertou no papado o temor que tal fenômeno alcançaria os territórios do seu próprio Estado, ameaçando a sua própria sobrevivência.

2.2. O fim dos Estados Pontifícios

O pontificado de Pio IX⁷⁶ (1846-1878) foi o mais longo da história. Nos seus 32 anos de duração dois acontecimentos polarizaram particularmente a atenção de católicos e não católicos: o primeiro foi a convocação do Concílio Vaticano I (1869-1870), durante o qual papa Pio IX proclamou o dogma da infalibilidade papal, e o segundo foi a perda do poder temporal com o fim dos Estados Pontifícios, que na época incluíam cerca de 40.000 km², em ocasião da proclamação da unidade da Itália, em 1870. Contudo, além desses dois acontecimentos, todo o pontificado de Pio IX foi perpassado pelas influências dos movimentos revolucionários que visavam a libertação do território nacional do domínio estrangeiro, inclusive do domínio do papa. Foi, portanto, não apenas o mais longo, como também um dos pontificados mais difíceis da história. Ele herdara de seu predecessor, o papa Gregório XVI (1831-1846), um Estado já agitado pelas ameaças revolucionárias e pelos desejos imperantes de unificação da península itálica, aos quais Gregório XVI tentou se opor energeticamente. Talvez com a esperança de salvar o que podia ser salvo dos territórios pontifícios, Pio IX, já no início de seu pontificado, seguindo os conselhos de seu Secretário de Estado, o Cardeal Giovanni Antonelli, concedeu a anistia geral aos condenados políticos. Um ato que foi acolhido com

⁷⁶ Giovanni Maria Mastai-Ferretti nasceu na cidade de Senigallia, no dia 13 de maio de 1792. Sua família pertencia à nobreza local. Estudou em Roma ajudado pelo tio monsenhor. Após ter sido ordenado sacerdote, em 1823 acompanhou o Núncio Apostólico, Dom Giovanni Muzzi, ao Chile onde permaneceu dois anos. Foi feito Cardeal em 1840 e em 1846 foi eleito papa com o nome de Pio IX.

grandes manifestações de gratidão por parte do povo romano e que contribuiu para fazer nascer o mito de Pio IX, como papa libertador e renovador (GAZZANEO, 2000, p. 9). Contudo, após os primeiros anos dessa liberalidade, o Papa Pio IX mudou de rota, passando a ser por isso criticado pela sua intransigência. Segundo Lebec, porém, foi “um rigor de fachada que não o impediu de dispensar gentilezas aos príncipes de Savóia” (LEBEC, 1999, p. 18). Pio IX, assim como seu Secretário de Estado, sabia que o fim do poder temporal da Igreja era iminente, mas mesmo tendo consciência disso, não queria passar à história como o papa que perdera o domínio temporal do papado.

Pio IX empenhou-se em melhorar a situação crítica em que se encontravam os Estados Pontifícios. Ocupou-se da reforma e do treinamento do exército, e do débito público deixado pelos seus predecessores. Mandou construir linhas telegráficas e a ferrovia Roma-Frascati, estradas foram reformadas assim como hospitais e prisões. Reformou o sistema judiciário e ocupou-se da secularização da administração pública (MARTINA, 1985, p. 9).

Na época, sendo verdadeiros chefes de Estado, os papas deviam cumprir não apenas seu papel de líderes religiosos, mas também suas obrigações de administração política e econômica de seus territórios, tudo isso num clima de profunda agitação política e de tensão entre as fortes aspirações de unidade nacional por parte dos italianos e o desejo do papado de manter em vida o próprio Estado.

Como vimos no início de seu pontificado, o papa Pio IX mostrou sua veia liberal, autorizando a publicação de novos jornais, amenizando a censura política, ganhando certa simpatia por parte da população local. Contudo, diante do conflito contra a Áustria liderado pelo rei Carlos Alberto, do reino do Piemonte, o papa escolheu a neutralidade. Lembramos que a Áustria era uma monarquia católica que muitas vezes desempenhou o papel de defensor dos Estados Pontifícios. A neutralidade do papa provocou a decepção dos revolucionários italianos que cercaram o palácio do Quirinale, residência do papa. Tal decepção foi agravada pelo fato de que na primeira fase da guerra o papa enviou suas tropas nas fronteiras dos Estados Pontifícios com objetivos mais de defesa que de ataque, e isso alimentara as esperanças dos nacionalistas italianos. Além do mais, os generais de Pio IX não respeitaram o desejo do papa Pio IX de apenas tutelar as fronteiras e decidiram ultrapassar a linha de divisão nacional proclamando que o papa iniciara uma cruzada contra a Áustria (MARTINA, 1995, p. 233). A esse ato, o papa respondeu com a Alocução do dia 29 de abril de 1848, na qual declarava que não podia fazer guerra a uma nação católica e que sua tarefa era aquela de abraçar com igual amor

todos os povos⁷⁷. Depois dessa declaração, em poucos meses a situação fugiu ao controle. O embaixador de França, que recebera do papa a tarefa de restabelecer a ordem e a autoridade nos territórios pontifícios, foi morto no dia 15 de novembro nas escadas do Palácio da Cancelária (MARTINA, 1995, p. 234). Diante desses acontecimentos, o papa decidiu deixar a cidade de Roma, refugiando-se na cidade de Gaeta, no Reino de Nápoles.

Em 1849, a Assembleia Constituinte em Roma proclamou a República. Numerosas igrejas foram saqueadas. O papa apelou às potências europeias, em virtude do reconhecimento da inviolabilidade dos Estados Pontifícios, reconhecimento ocorrido no Congresso de Viena, em 1815. Áustria e França responderam ao apelo do papa. As tropas estrangeiras ocuparam de novo Roma e o papa pode voltar à sua residência, em 1850. Nesse período, o papa Pio IX dedicou-se, com a ajuda do Cardeal Antonelli, a reorganizar os Estados Pontifícios. Realizou obras públicas, concedeu uma autonomia moderada aos municípios, introduziu reformas na administração e na justiça, restabelecendo o equilíbrio no balanço, recuperando a grave inflação provocada pelo desastre da república romana. Não obstante tais esforços, a situação dos Estados Pontifícios permanecia crítica.

No início de 1861, o primeiro-ministro italiano Camilo Benso, Conde de Cavour, que liderou o governo italiano de 1852 a 1861, enviou seus enviados em Roma para tentar, por meio de tratativas secretas, convencer o papa a renunciar ao poder temporal, prometendo em troca liberdade plena para a Igreja. A promessa de plena liberdade para a Igreja coexistia, porém, com a aplicação de leis contra os religiosos nos territórios pontifícios. A ideia de que a renúncia do poder temporal pudesse beneficiar a Santa Sé difundiu-se também em alguns setores do clero, mas foi firmemente reprimida pelo papa. O papa não podia renunciar deliberadamente aos seus territórios, mesmo sabendo que o fim era próximo. O papa pensava que apenas a posse de um território lhe garantiria a plena independência.

No início de junho de 1861, após uma rápida doença, o primeiro-ministro italiano Cavour morreu após ter declarado em dois discursos a sua teoria da “Livre Igreja em Livre Estado”.

Poucos anos depois, o governo italiano, diante da inflexibilidade do papa em aceitar a teoria proposta por Cavour, convenceu o imperador da França, Napoleão III, a retirar suas tropas da Itália, prometendo que respeitaria os territórios do papa. No início de 1867, de fato as tropas francesas deixaram a Itália, retornando, porém, em outubro, para defender os territórios pontifícios dos ataques das tropas de Garibaldi.

⁷⁷ Pio IX. Alocução do dia 29 de abril de 1848 *apud* MARTINA, op. cit., p. 233.

A situação dos Estados Pontifícios era crítica. Dois terços de seu território foram perdidos, permanecia nas mãos do pontífice apenas a cidade de Roma e a parte mais antiga do Patrimônio de São Pedro. Em 1870, quando eclodiu a guerra franco-prussiana, a França retirou suas tropas do território italiano. A estrada estava livre. Diante da expedição piemontesa liderada pelo General Cadorna, o papa se rendeu em 20 de setembro de 1870. No ano seguinte, em 1871, o rei Vitório Emanuele estabeleceu sua residência oficial no palácio do Quirinale.

A entrada das tropas piemontesas pela Porta Pia teve, segundo o teólogo jesuíta De Lubac⁷⁸, uma consequência não apenas política, como também teológica. Por causa das tropas italianas, o Concílio Vaticano I que estava se realizando naquele período, teve que ser interrompido. Tal interrupção não permitiu que fosse estudado e votado o texto que completava o dogma da infalibilidade e que teria especificado o papel da colegialidade dos bispos com o papa, permitindo dessa forma a instituição de um equilíbrio entre o papa e os bispos.

Em março de 1871, o rei publicou as “Leis das garantias”. Chegando a um compromisso entre as várias tendências presentes no Parlamento italiano, e partindo do pressuposto da extinção dos Estados Pontifícios, o rei declarava inviolável a pessoa do Papa – considerado súdito italiano –, e concedia-lhe os palácios do Vaticano, do Latrão e de Castel Gandolfo, acrescentando uma renda anual de 3.225.000 liras. Além disso, permitia ao papa de exercer o direito de legação ativa e passiva, limitando, porém, o direito de propriedade das ordens religiosas e das entidades eclesiásticas. Considerando tais leis como um ato unilateral, Pio IX as rejeitou, recusou a indenização ofertada e proibiu os católicos de participar das eleições políticas (*non expedit*). Pio IX se declarou prisioneiro no Vaticano. Morreu alguns meses após a morte do rei Vitório Emanuel, no dia 7 de fevereiro de 1878.

⁷⁸ DE LUBAC *apud* LEBEC, op. cit., p. 18.



SEGUNDA PARTE



Capítulo III

O internacionalismo da Santa Sé no século XX

3.1. O pontificado de Leão XIII

Sob o pontificado de Leão XIII e Pio X a hostilidade entre a Santa Sé e o governo italiano continuou. Os papas se recusaram a receber os príncipes católicos que visitavam o monarca italiano. A ameaça de excomunhão para todos os católicos que apoiassem o governo italiano continuou pairando no ar (DESCHNER, 1995, p. 29). Mas Leão XIII adotou uma política mais conciliatória em relação à sociedade moderna. Segundo Menozzi, “Leão XIII acreditava que se pudesse aceitar, mesmo se de forma temporária e transitória, as condições políticas da sociedade contemporânea, valendo-se de todos os instrumentos que ela coloca a disposição, com a intenção de superá-la” (MENOZZI, 2000, p.17).

Leão XIII foi eleito no dia 20 de fevereiro de 1878. O cardeal Vincenzo Gioacchino Pecci pertencia à nobreza italiana. Por ter uma saúde fraca e pela idade, seu pontificado foi, em um primeiro momento, pensado como um pontificado de transição. Ao contrário das expectativas, o papado de Leão XIII durou vinte e cinco anos, até sua morte, em julho de 1903.

O currículo desse papa estava repleto de cargos significativos seja no âmbito diplomático ou no campo pastoral. De 1838 a 1841 ele foi delegado apostólico na cidade de Benevento; de 1841 a 1842 foi delegado apostólico na cidade de Spoleto e, depois, de Perugia; de 1842 a 1845 foi nomeado núncio apostólico na Bélgica. Tal experiência concluiu-se de maneira não muito positiva. O governo da Bélgica pediu à Santa Sé de

substituir o núncio, pois não apreciou o fato de ele ter defendido a posição dos bispos belgas em relação a decisões do governo referentes a escolas e universidades⁷⁹. Após retornar da Bélgica, o papa o nomeou bispo de Perugia, onde permaneceu por mais de 30 anos, e onde se deparou com a perda do território de sua diocese, quando toda a região da Úmbria foi anexada ao Reino da Itália, em 1861.

Uma das preocupações maiores de seu pontificado foi a de como resolver a “questão romana” que ele herdara de Pio IX. Com a perda do poder temporal, o papado temia também perder sua autonomia e a possibilidade de desempenhar livremente sua missão espiritual.

Na sua primeira encíclica, Leão XIII afirmou:

Jamais cessaremos de combater para conservar à nossa autoridade a obediência que lhe é devida, para afastar os obstáculos que impedem a plena liberdade do Nosso ministério e do Nosso poder, e para conseguir o retorno àquele estado de coisas em que os desígnios da Divina Sabedoria haviam outrora colocado os Pontífices Romanos⁸⁰.

Leão XIII teve que enfrentar uma situação difícil não apenas com o governo da Itália, mas, também, com outros governos europeus. Os movimentos liberais surgidos na metade do século XIX em toda a Europa eram vistos com desconfiança pela Santa Sé. As relações com a França, nação de tradição católica, considerada filha predileta da Santa Sé, estavam se tornando sempre mais conflituosas por causa de um forte radicalismo anticatólico que estava se enraizando entre a população. Isso provocou o ressentimento dos católicos que começaram a se opor ao governo da Terceira República, considerado como um dos responsáveis pela difusão da corrente anticatólica. Diante dessa ameaça de divisão, Leão XIII dirigiu-se aos católicos franceses convidando-os a abandonar a hostilidade em relação ao governo republicano e sugerindo que seria conveniente para a tranquilidade da Igreja e do Estado manter a concórdia entre o poder civil e religioso⁸¹. As mesmas dificuldades eram encontradas por parte da Santa Sé na Alemanha de Bismark. O chanceler alemão não só colocou como base do Império alemão a religião protestante, mas deu início ao projeto da *Kulturkampf* que visava reduzir a influência do catolicismo no seu império provocando

⁷⁹ MALGERI, Francesco. Leone XIII e la coscienza sociale della Chiesa. In: *L'Osservatore Romano*, 28 de fevereiro de 2010.

⁸⁰ LEÃO XIII. *Inscrutabili Dei Consilio*. Encíclica sobre os males da sociedade moderna, suas causas e seus remédios, de 21 de abril de 1878. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_21041878_inscrutabili-dei-consilio_po.html>. Acesso em: 13 de março de 2010.

⁸¹ LEÃO XIII. *Nobilissima Gallorum Gens*, encíclica de 8 de fevereiro de 1884. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_08021884_nobilissima-gallorum-gens_it.html>. Acesso em: 13 de março de 2010.

com isso a oposição da Igreja de Roma. O papa também não podia confiar nem na Rússia e menos ainda na Inglaterra. Mas a decepção maior veio do Império Habsbúrgico, tradicional defensor do papado que se aproximou da Alemanha e da Itália, isolando ainda mais a Santa Sé do concerto europeu. Leão XIII, considerado um papa prudente e realista, diante desse cenário, mesmo mantendo a posição oficial do seu predecessor de protesto contra a perda do poder temporal, adotou uma posição mais conciliadora, sem tons polêmicos e ásperos, pois compreendia que era importante reconstruir as relações com as potências europeias, evidenciando a disponibilidade da Santa Sé no confronto com os outros Estados e governos.

Tal posição conciliadora evidenciou-se em numerosas encíclicas, entre as quais se destaca a *Immortale Dei*, do dia 1 de novembro de 1885, onde o papa, após ter afirmado que “o poder público só vem de Deus” e que aqueles que governam recebem o poder de Deus, afirma que “em si mesma a soberania não está ligada a nenhuma forma política; pode muito bem adaptar-se a esta ou àquela, contanto que seja de fato apta à utilidade e ao bem comum”⁸².

Em relação ao resto do mundo, Leão XIII empenhou-se em dar um novo rumo ao desenvolvimento das atividades missionárias que, naquele período, foram favorecidas pelas numerosas explorações geográficas e pelo surgimento dos Impérios coloniais na Ásia e na África. O pontificado de Leão XIII coincidiu, de fato, com o apogeu do assim chamado período dos Tratados Desiguais, por meio dos quais as potências ocidentais repartiram entre elas o imenso território chinês e, ao mesmo tempo, garantira certa proteção às missões católicas que há mais tempo encontravam-se na China. A estreita ligação entre os dominadores estrangeiros e os missionários cristãos foi ratificada pela Conferência de Berlim, realizada de novembro de 1884 a fevereiro de 1885.

A Conferência teve como objetivo principal organizar a ocupação do território africano por parte das potências coloniais. Durante a sua realização, foi discutida também a questão missionária, que as potências ocidentais consideravam parte das suas atividades no âmbito da colonização africana e asiática. A conferência terminou com a assinatura de uma Convenção Geral da Conferência de Berlim. O artigo 6 de tal convenção estabelecia que:

Os missionários cristãos, os estudiosos, os exploradores e suas escoltas, bens e coleções serão objeto de uma proteção especial. A liberdade de consciência e a tolerância religiosa são expressamente garantidas aos indígenas e aos

⁸² LEÃO XIII. *Immortale Dei*, encíclica sobre a constituição cristã dos estados, de 1 de novembro de 1885. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei_po.html>. Acesso em: 13 de março de 2010.

estrangeiros. O livre e público exercício de todos os cultos, o direito de erigir edifícios religiosos e de organizar missões pertencentes a todos os cultos não serão submetidos a nenhuma restrição⁸³. (Tradução nossa)

Em 1886, o Papa Leão XIII tentou estabelecer relações diretas com a China, com o intuito de livrar a Igreja Católica de uma proteção que ele considerava incômoda para os interesses religiosos do Vaticano para com o povo chinês. A tentativa faliu porque a França, que a partir do Tratado de Tianjin tinha se proclamado defensora dos interesses católicos na China, declarou-se contrária a tais relações diretas temendo perder poder na China (CARLETTI, 2008, p. 34). A tentativa de Leão XIII estava ligada ao seu desejo de modificar a política missionária para que se favorecesse a formação do clero local. Em 1890, com a encíclica *Catholique Ecclesiae*, convidou os católicos a apoiar as missões para combater a escravidão⁸⁴. Em várias encíclicas, o papa Leão XIII enfrentou a questão operária recusando as ideias socialistas e comunistas. Mas a encíclica que trata melhor dessa questão foi a encíclica *Rerum Novarum*, publicada em maio de 1891, considerada a base da Doutrina Social da Igreja. Tal encíclica representa a resposta do papado a uma realidade social caracterizada no Ocidente pelo desenvolvimento do capitalismo e da industrialização e que estava provocando profundas transformações sociais. Nessa encíclica ele condenou a ideologia baseada na exaltação do dinheiro, do progresso, da ciência, da técnica, e que esquecia o princípio essencial do cristianismo: o respeito do ser humano e sua dignidade.

Leão XIII confiava ao Estado os problemas sociais. O Estado deveria remover as causas que promoviam o conflito entre operários e patrões. Ele deveria se tornar o defensor dos direitos de todas as classes sociais.

Segundo Malgeri (2010), a encíclica *Rerum Novarum* ofereceu aos católicos um novo meio de se confrontar com o Estado Liberal, com a sociedade burguesa e com o socialismo, servindo de inspiração para um movimento político do movimento católico italiano.

A *Rerum Novarum* foi criticada por comunistas e socialistas, pois nela o papa reprovou os meios do socialismo e a nova ordem social proposta pelos socialistas revolucionários. Segundo Bento (1999, p. 111), a *Rerum Novarum* reprovava a interpretação social revolucionária do socialismo maximalista. Condena, também, a valorização de um projeto que propõe a

⁸³ RICCARDI, Andrea. La Chiesa fuori "dalla cristianità". In: GIOVAGNOLI Agostino (Org.) *Roma e Pechino: la svolta extraeuropea di Benedetto XV*. Roma: Edizioni Studium, 1999, p. 18.

⁸⁴ Cf. LEÃO XIII. *Catholique Ecclesiae, encyclical on Slavery in the missions, 20 nov. 1890*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_20111890_catholicae-ecclesiae_en.html>. Acesso em: 13 de março de 2010.

abolição da propriedade privada e a passagem de todos os bens ao regime de propriedade pública. Por trás dessas duas recusas, segundo o sociólogo Bento está “a condenação mais ampla de um processo de irresponsabilização da sociedade; ou seja, de substituição da responsabilidade dos homens e dos grupos sociais (restrição radical da liberdade econômica, política, cultural das pessoas e dos grupos privados) pelo controle estatal rígido da economia, política e cultura” (BENTO, op. cit., p. 84).

Outro aspecto relevante da encíclica é que Leão XIII não condenou em bloco o capitalismo, não pretendia destruí-lo, mas reformá-lo. Ainda segundo Bento, ele não se declarou contrário à existência de uma correlação de forças entre patrões e operários. Apenas condena a correlação de forças injustas, ou seja, aquela em que os operários são explorados e não podem se defender⁸⁵.

Com efeito, Leão XIII afirmou que “o erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado”⁸⁶. Sendo que “elas têm imperiosa necessidade uma da outra”⁸⁷. A política, segundo a *Rerum Novarum* deveria buscar de “reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça”⁸⁸.

A posição de firme recusa das teorias socialistas e comunistas de Leão XIII e dos seus sucessores teve profunda influência sobre as direções que a política externa do papado tomou nos anos sucessivos.

Em 1898, em ocasião do conflito hispano-americano pelo domínio das colônias espanholas de Cuba e das Filipinas, o papa Leão XIII desempenhou uma intensa ação diplomática para evitar o conflito e alcançar a paz. Naturalmente, a Santa Sé apoiava a Coroa Espanhola pelas estreitas relações que intercorriam entre Leão XIII e o rei Alfonso XIII do qual era padrinho de batizado (LEÓN RODRIGUEZ, 2001, p. 16). Os bispos cubanos seguiam a direção pontifícia, pois também mantinham estreitas relações entre a burguesia crioula açucareira e a burguesia comercial espanhola. Quando os grupos independentistas cubanos começaram a lutar pela independência, os Estados Unidos perceberam que seus interesses na ilha iriam ser prejudicados e se prepararam para anexar Cuba e as outras ilhas do Caribe colocando fim ao império colonial espanhol. Leão XIII tentou evitar que também as Filipinas caíssem nas

⁸⁵ BENTO, Fábio., op. cit, p. 84.

⁸⁶ LEÃO XIII. *Rerum Novarum, encíclica sobre as condições dos operários, de 15 de maio de 1891*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>. Acesso em: 13 de março de 2010.

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ Ibid.

mãos de uma nação de maioria protestante como era o caso dos Estados Unidos. Segundo Grigulévch, a Santa Sé tentou salvar o país, cuja maioria da população era católica, em troca da aceitação da anexação de Cuba (GRIGULÉVCH, 1982, p. 33).

O Secretário de Estado Rampolla contactou o Bispo de Minnesota, Monsenhor John Ireland para que servisse de intermediário entre o papa e o Presidente dos Estados Unidos (LEÓN RODRIGUEZ, 2001, p. 18). A mediação não teve o sucesso esperado. O conflito eclodiu e a Espanha foi derrotada. Diante das tendências independentistas ainda vivas na ilha cubana, a Santa Sé nomeou como Núncio de Cuba o bispo estadunidense Chapelle. O clero diocesano cubano escreveu para a Santa Sé pedindo que fosse nomeado bispo de Havana um sacerdote cubano. Mas o pedido não foi aceito, pois Roma recebia relatos que os guerrilheiros independentistas, aos quais o clero diocesano cubano estava ligado, nutriam fortes sentimentos antirreligiosos. Por isso foi nomeado bispo de Havana um sacerdote filoamericano que apoiava a anexação de Cuba aos Estados Unidos (LEÓN RODRIGUEZ, op. cit, p. 24).

Leão XIII faleceu em 1903, deixando para seu sucessor resolver complicadas questões de política externa.

3.2. O pontificado de Pio X

Pio X foi eleito após o Imperador Austríaco vetar a eleição de um cardeal filofrancês da família dos Bourbon. O novo papa, de origem pobre, era o oposto de seu predecessor. No seu currículo não havia cargos diplomáticos, sua experiência política era praticamente nula. Contudo, ele teve que enfrentar questões exteriores bastante delicadas. As maiores dificuldades foram com a França, tradicional aliada do papado, “sua filha preferida” como era geralmente chamada. Em 1905, os franceses votaram a lei de separação entre Estado e Igreja. Segundo essa lei, as propriedades da Igreja passariam a ser gerenciadas por associações de culto das quais as autoridades eclesiais estariam excluídas. Os bispos, portanto, não teriam mais direitos de palavra sobre as instituições de propriedade da Igreja Católica. O papa Pio X não aceitou tal decisão e impôs à Igreja francesa a recusa das leis francesas referente à Igreja Católica. O resultado disso foi a perda da personalidade jurídica por parte da Igreja da França juntamente com todo seu patrimônio. As relações diplomáticas entre Santa Sé e França foram interrompidas. Isso permitiu à Igreja voltar a escolher e nomear os próprios bispos sem interferência do governo

francês, seguindo as disposições da concordata que o papado assinara com Napoleão em 1801⁸⁹. A escolha do pontífice foi considerada e ainda hoje é vista por alguns historiadores como um ato revolucionário, contribuição fundamental trazida por Pio X nas relações entre Igreja e Estado. Segundo Gianpaolo Romanato, “com Pio X termina na história da Igreja o período das interferências com a política, das conexões entre tronos e altares”⁹⁰.

A política externa de Pio X era aquela de não fazer política, diferentemente de seu predecessor, o papa Leão XIII. Uma escolha estratégica e consciente, que segundo Romanato ainda não recebeu a atenção que mereceria⁹¹. O perfil do Secretário de Estado de Pio X era bem diferente do papa, que tinha nascido no interior da região veneta, de uma família sem muitos recursos. Antes de se tornar papa, desempenhou seu ministério no meio dos pobres, no interior da Itália. Seu secretário, ao contrário, costumava frequentar a alta sociedade, as embaixadas (o pai foi embaixador da Espanha), os ambientes da alta política. Recebeu, portanto, uma educação cosmopolita. O então papa Leão XIII o enviou para a Academia dos Nobres Eclesiásticos, que preparava os futuros diplomatas pontifícios. Apesar dessa sua preparação, sob o pontificado de Pio X a Secretaria de Estado foi esvaziada de seus poderes. O papa Pio X cortou a autonomia da Secretaria de Estado em relação à política externa e aproximou seu Secretário à sua própria linha de ação que será caracterizada pela luta às tendências modernistas que iam se reforçando no seio da própria Igreja Romana.

Um dos primeiros atos de Pio X foi revogar o direito de veto que as nações europeias exerciam no momento das eleições papais. De fato, o candidato que tinha sido escolhido pelos cardeais como novo papa após Leão XIII não pôde ser eleito, pois a Áustria vetou a eleição. Esse veto permitiu a eleição de Pio X, que não estava entre a lista dos papáveis. Revogando o direito de veto, o papa Pio X queria pôr fim às interferências políticas nos assuntos internos da Igreja Católica.

O segundo ato importante de Pio X foi a compilação do Código de Direito Canônico, reunindo em um único Código todas as leis vigentes até então, mas fragmentadas entre as diversas Igrejas Nacionais. A reforma do Código visava reforçar o papel da Igreja como sujeito jurídico autônomo separado do poder civil, tendo personalidade jurídica internacional e igual soberania assim como os outros Estados. O efeito colateral foi a centralização do poder da Igreja de Roma em relação às outras Igrejas

⁸⁹ Concordata entre Pio VII (1800-1823) e a República Francesa (15 de julho de 1801). In: LORA, Erminio. *Enchiridion dei Concordati: due secoli di storia dei rapporti Chiesa-Stato*. Bolonha: EDB, 2003, p. 2-9.

⁹⁰ ROMANATO, Gianpaolo. Il cardinale Rafael Merry Del Val, Segretario di Stato di Pio X. Un profilo. In: *L'Osservatore Romano*, 4 de março de 2010.

⁹¹ Ibid.

ligadas muitas vezes aos poderes políticos dos Estados onde elas estavam localizadas. Portanto, a partir de 1917, ano em que o Código foi publicado (já no pontificado de Bento XV),

a Igreja latina operou uniformemente na Europa do Leste como do Oeste, na América como na África e na Ásia. O Codex foi, portanto, um fundamental instrumento da reconversão rumo a Roma do catolicismo, antes dividida em igrejas nacionais, que obedeciam aos respectivos governos mais do que ao Sumo Pontífice⁹².

A necessidade de uma reforma profunda por parte da Igreja Católica começou a ser percebida já com o surgimento dos Estados Nacionais no século XVII, fenômeno que alterou a relação jurídica e institucional entre Igreja e Estado⁹³. Os Estados Absolutistas tendiam a reduzir a Igreja a um fenômeno privado. Por meio do Código de Direito Canônico, o papa quis unificar as igrejas divididas e render à Igreja de Roma a plena soberania mesmo se ainda não podia contar com territórios próprios. Segundo o jurista Fantappiè “em poucas décadas, aquela que ainda na metade do século XVIII era de fato uma federação de Igrejas nacionais, se tornou uma compacta organização internacional, disciplina e teologicamente submetida ao papa e aos organismos curiais”⁹⁴. Sem a reforma operada por Pio X, que universalizou o direito da Igreja, não teria sido possível para a Santa Sé se posicionar no mesmo nível que os outros Estados e abrir a importante fase das concordatas dos anos 1920 e 1930.

A contribuição de Pio X parece ser então a de ter recusado de permanecer em um nível inferior em relação aos outros Estados soberanos, como parecia ter causado a perda do poder territorial em 1870. Pio X reivindicou para a Santa Sé a paridade jurídica com os outros Estados. Este papa foi acusado de ser um acirrado antimodernista. Os historiadores da Igreja não o negam. Contudo, eles fazem uma distinção entre a recusa do modernismo filosófico da época, expressão da teologia protestante liberal, e a modernização jurídico-institucional da qual Pio X se fez promotor. Pio X, na sua reforma da Cúria Romana, onde surgiram os diferentes dicastérios divididos por competências administrativas ou judiciárias, imitava, de certa forma, o sistema jurídico-institucional dos Estados. (FANTAPPIÈ, 2008)

⁹² ROMANATO, Gianpaolo. *La Sede Apostólica e l'Europa Orientale da Pio X alla Nunziatura di Achille Ratti in Polonia*. Lezione tenuta all'Università di Opole in Polonia, 24 febbraio 2010. Disponível em: <http://www.vatican.va/news_services/or/or_quo/cultura/2010/046q05a1.html>. Acesso em: 30 de março, 2010.

⁹³ ROMANATO, Gianpaolo. La rivoluzione del papa modernizzatore. In: *L'Osservatore Romano*, 4 de maio, 2008. Disponível em <<http://chiesa.espresso.repubblica.it/articolo/1337042>>. Acesso em: 20 de março, 2010.

⁹⁴ FANTAPPIÈ *apud* ROMANATO, op. cit.

Pio X morreu às vésperas da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Não conseguira resolver a Questão Romana, ou seja, o papado ainda estava privado de soberania territorial. As Igrejas Nacionais sentiam-se ainda fortemente vinculadas aos respectivos Estados e suas políticas nacionais, distantes, portanto, do desejo do papado de unificar a ação de cada Igreja em vista de um interesse supranacional.

Romanato (2008) apresenta como exemplo dessa distância entre Roma e as várias igrejas a acolhida reservada à Nota de Bento XV dirigida às potências em guerra no dia 1 de agosto de 1917. Nesse documento, Bento XV desejava a cessação de todas as hostilidades, e a desocupação dos territórios aconselhando o uso da negociação para resolução das controvérsias junto com o desarmamento completo⁹⁵. O documento caiu no vazio, nem os católicos se deram ao trabalho de levá-lo em consideração, pois o nacionalismo falava mais forte que o interesse para lutar em nome da coletividade mundial.

3.3. Bento XV (1914-1922)

O contexto histórico do pontificado de Bento XV foi repleto de acontecimentos relevantes no cenário internacional: a eclosão da Primeira Guerra Mundial; o período entreguerras; a centralidade da Alemanha e o surgimento dos governos totalitários de Hitler e Mussolini. Os Estados Unidos faziam seu ingresso na sociedade internacional condicionando a vitória dos aliados. Em 1917 a Revolução Russa criava as condições para o surgimento de um novo e decisivo ator, a URSS.

Com a Europa envolvida no Primeiro Conflito Mundial, as questões do Vaticano passaram para segundo plano. A Questão Romana suscitava pouco interesse entre as grandes potências, empenhadas em resolver suas rivalidades no continente europeu e fora dele. Contudo, quando Pio X morreu, e o conclave reuniu-se para eleger o novo papa, as potências beligerantes não deixaram de influenciar seus cardeais na escolha do futuro Pontífice (GRIGULÉVCH, 1982, p. 83). No conclave, formaram-se diversas correntes orientadas pelo lado franco-russo e pelo lado pró-alemão que defendiam seus candidatos. Até a Itália tinha seu próprio candidato que deveria defender seus planos expansionistas. Ao final foi eleito Giacomo Della Chiesa que escolheu o nome de Bento XV sinalizando a vontade de se distanciar dos seus predecessores, Leão XIII e Pio X. Giacomo della Chiesa provinha de uma família nobre. Após ter

⁹⁵ BENTO XV. Lettera ai Capi dei popoli belligeranti, 1 de agosto, 1917. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xv/letters/1917/documents/hf_ben-xv_let_19170801_popoli-belligeranti_it.html>. Acesso em: 23 de outubro, 2010.

se formado em direito e estudado teologia ingressou na Academia dos Nobres Eclesiásticos, que preparava os futuros diplomatas da Santa Sé. Seu pontificado caracterizou-se por uma intensa atividade diplomática motivada e incentivada pelo conflito mundial que acabava de eclodir.

Bento XV foi muitas vezes definido como um papa político, para sublinhar o contraste com seu predecessor, Pio X, considerado um pontífice mais religioso do que político. Naturalmente, essas afirmações não querem dizer que Bento XV não fosse um homem religioso, mas que o contexto histórico durante o qual ocorreu seu pontificado o levou a enfrentar problemas de política externa maiores em relação ao período anterior. A Primeira Guerra Mundial envolveu mais de dois terços dos católicos, 124 milhões por parte da *Entente* e 64 milhões envolvidos do lado das potências centrais (REPGEN, 1995, p. 40). Três eram os princípios que orientavam a Igreja na época diante do desafio da guerra: neutralidade rigorosa, atividade assistencial caritativa e apelo à paz e à reconciliação. Numerosos foram os apelos às potências em guerra lançados pelo papa Bento XV, muitas vezes ignorados. O princípio da neutralidade encontra-se já no Discurso *Convocare Vos*, dirigido pelo papa Bento XV aos bispos no dia 22 de janeiro de 1915⁹⁶. Nele, o papa, reconhece que o papel do Pontífice é denunciar as violações da justiça, de qualquer lado que ela seja feita. Afirma que não seria útil nem oportuno que o papa entrasse nos conflitos defendendo uma ou outra parte.

Nós reprovamos toda injustiça de qualquer parte que possa ter sido cometida. Mas envolver a autoridade pontifícia nos próprios conflitos dos beligerantes, não seria na verdade nem conveniente, nem útil. Qualquer um que julgue de forma ponderada, não pode certo não ver que a Sé Apostólica nesta imane luta, mesmo estando na maior preocupação, deve se manter perfeitamente imparcial; pois o Romano Pontífice, enquanto Vicário de Jesus Cristo que morreu por todos e por cada um dos homens, deve abraçar em um mesmo sentimento de caridade todos os combatentes; enquanto, pois o Padre comum dos católicos tem de uma parte e da outra dos beligerantes, um grande número de filhos, pela salvação dos quais, deve ser igualmente e indistintamente solícito. É, portanto necessário que Ele perceba neles não os interesses que os dividem, mas o vínculo comum que o faz irmãos; se fizesse diferentemente, não apenas não ajudaria em nada a causa da paz, mas o que é pior, criaria aversões e ódios à religião e exporia a graves tribulações a mesma tranquilidade e concórdia interna da Igreja⁹⁷. (Tradução nossa)

⁹⁶ BENTO XV. *Discurso do Santo Padre Bento XV, 22 de janeiro de 1915*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xv/speeches/documents/hf_ben-xv_spe_19150122_convocare-vos_it.html>. Acesso em: 01 de junho, 2010.

⁹⁷ BENTO XV. *Discurso do Santo Padre Bento XV, 22 de janeiro de 1915*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xv/speeches/documents/hf_ben-xv_spe_19150122_convocare-vos_it.html>. Acesso em: 01 de junho, 2010.

Bento XV, portanto, escolheu não tomar partido, mesmo diante da violação da neutralidade da Bélgica. O pontífice acreditava, que por mais difícil que fosse, a Santa Sé deveria se manter neutra, pois está a serviço de todos os seres humanos prezando por aquilo que une os homens, a comum ligação da fé, e não as razões de cada uma das partes. A difícil escolha da neutralidade visava responder também às tentativas dos dois lados da guerra de puxar a aprovação do papa para seu lado. Exemplo disso foi quando, em 1915, os aliados ofereceram ao papa a devolução de seus territórios, na tentativa de atrair o papado do seu lado, mas Bento XV recusou tal oferta (LEBEC, 1999, p. 19).

Segundo Repgen (1995), isso não era fácil nem óbvio porque manter uma posição desse tipo requeria notável esforço. Mas a Santa Sé não tinha alternativas. Nesse período, a palavra do papa era pouco escutada seja pelos católicos ou pelos não católicos. Repgen afirma que “sob Pio X a autoridade política da Santa Sé junto aos não católicos reduziu-se praticamente a zero” (REPGEN, 1995, p. 42). E nos âmbitos católicos, os movimentos nacionalistas eram os mais escutados. Diante dessa conjuntura, Bento XV decidiu não tomar parte, mas dedicar-se às obras assistenciais, sem olhar a nacionalidade dos assistidos. Isso provocou as acusações e o deboche das potências da *Entente* e contemporaneamente das potências centrais que consideravam a política do papa como uma política preconceituosa e parcial. O papa foi coberto de insultos por parte dos grupos italianos irredentistas que queriam conquistar as terras austríacas. Bento XV foi considerado como covarde pelos italianos e como filogermânico pelos franceses que consideravam aquele comunicado influenciado pelos impérios centrais (RENDINA, 1993, pp. 644-645). Contudo, foi justamente essa contestada imparcialidade que lhe permitiu de desempenhar as obras assistenciais em toda a Europa e, no final da guerra, desenvolver uma atividade diplomática em prol da paz.

Em 1917, Bento XV tentou uma mediação entre o Império Austro-Húngaro e as potências da *Entente*, propondo-lhes uma paz separada. Suas tentativas não obtiveram o sucesso esperado. Ao contrário, ele é novamente acusado pela França de ser um papa favorável à Alemanha e foi apelidado de “Judas XV” (RENDINA, op. cit., p. 645).

Nesse mesmo período, Bento XV escolheu um novo núncio para Bavária e Prússia. Seu nome era Eugenio Pacelli, futuro Pio XII. O núncio Pacelli viajou em plena guerra rumo a Munique, sede da Nunciatura da Bavária e Prússia, com dois objetivos. O primeiro era o de negociar a paz com o imperador Guilherme II, da Prússia. O segundo, observar com atenção o retorno à Rússia de um agitador ainda pouco conhecido

internacionalmente, chamado Lênin, proveniente da Suíça, onde havia se refugiado havia alguns anos. Lebec (1999) chama a atenção sobre o fato de que, quando ainda nenhum governo europeu prestava atenção na movimentação de Lênin e de seu grupo, a Santa Sé já considerava esse pequeno grupo revolucionário como germe de algo que se tornaria perigoso para sua atividade na Europa do Leste.

No primeiro encontro oficial com o imperador alemão, o núncio Pacelli apresentou seu plano de paz que consistiria em convencer a Prússia a devolver à França a região da Alsácia-Lorena, restabelecendo em seguida a neutralidade da Bélgica. O imperador, convicto ainda sobre a vitória alemã, não deu muita atenção à proposta do Vaticano, e desconversou, deixando claro seu objetivo de continuar o conflito.

Em 1918, Bento XV lançou um apelo público em favor da paz, não alcançando, porém, a atenção esperada. Já no final da guerra, a Santa Sé tentou participar das negociações que iriam preparar os Tratados de Versalhes, mas sua participação foi subestimada e até impedida principalmente pela Itália que temia que a Santa Sé se servisse disso para influenciar França e Inglaterra em relação à Questão Romana. Da mesma forma, a Itália impediu que a Santa Sé participasse da Sociedade das Nações, organização de segurança coletiva idealizada pelo presidente americano Woodrow Wilson, com o objetivo de evitar um novo conflito mundial, assim como havia lhe impedido de participar das conferências de Haia em 1899 e 1907.

No entanto, por meio de seu Núncio, a Santa Sé se fez presente visitando os campos de prisioneiros, levando ajudas concretas, como alimentos, pois a Alemanha já arrasada militar e economicamente, não tinha como alimentar seus prisioneiros (LEBEC, 1999, p. 45). Tais atos humanitários receberam a aprovação de muitos. Os do Núncio Pacelli não eram atos isolados, pois faziam parte de um projeto da Santa Sé chamado "Obra Prisioneiros". Por meio dessa ação, a Santa Sé conseguiu responder a mais de 700 mil pedidos de informação e fazer voltar para suas casas mais de 40 mil soldados, funcionando de elo entre os soldados nas trincheiras e suas famílias (RENDINA, 1993, p. 645). Por meio de suas nunciaturas e dos bispos, a Santa Sé conseguiu mandar ajuda aos camponeses russos e aos chineses, que sofreram as calamidades naturais dos anos 1920.

Quando Munique, sede da Nunciatura e capital da Bavária, foi conquistada por revolucionários de esquerda, os diplomatas das outras nações fugiram, mas o Núncio decidiu permanecer, obedecendo a uma regra não escrita da diplomacia da Santa Sé. Os revolucionários atacaram a nunciatura para roubar o que podiam. O Núncio foi salvo por um soldado italiano, mas esta experiência permanecerá na lembrança do futuro papa Pio XII.

Após a conclusão da Primeira Guerra Mundial, Bento XV conseguiu retomar as relações diplomáticas com a França. É de 1921 uma nota da Secretaria de Estado, ocupada pelo Cardeal Gasparri, acerca da nomeação dos bispos na França. Segundo essa Nota, a Secretaria de Estado da Santa Sé iria nomear os bispos da França após consultar o Embaixador da França para verificar se o governo teria algo a dizer acerca do ponto de vista político do candidato escolhido⁹⁸. Em troca dessa concessão por parte do governo republicano francês, a Santa Sé concordou em combater um grupo ultracatólico, defensor da monarquia, liderado por Charles Maurras, ameaçando de excomunhão quem continuasse a frequentar tal organização.

Bento XV, nesse mesmo período, teve que enfrentar outras dificuldades, como no México, onde alguns anos antes o governo mexicano emanou sua Constituição que interditava a ação da Igreja Católica. Medidas contra a Igreja saíram do papel apenas em 1920, quando o general Obregón assumiu o poder. A revolta popular foi imediata. O general Obregón buscou ajuda junto ao governo norte-americano em troca de favores em relação às fazendas e poços de petróleo americanos em território mexicano. A luta entre os católicos e o governo militar mexicano foi solucionada em 1926, durante o pontificado de Pio XI. Os bispos, apoiados pela Santa Sé, suspenderam todos os cultos públicos enquanto as tropas governamentais ocuparam as igrejas. O governo norte-americano, aliado do México, serviu-se dos bispos americanos para que eles mesmos interviessem junto a seus compatriotas na Santa Sé. O impasse foi resolvido com a decisão conjunta de que a Constituição de 1917 não seria modificada, mas, em compensação, não seria aplicada a interdição contra a Igreja. O revés trágico dessa espécie de armistício entre Igreja e Estado foi que uma vez que os revoltosos católicos, os assim chamados “cristeros”, depuseram as armas, o governo mexicano começou os massacres.

Um dos significativos acontecimentos no papado de Bento XV, foi o fim da Rússia dos czares e o surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A Santa Sé procurou, no início, dialogar com o governo dos bolcheviques, defendendo a liberdade da Igreja Ortodoxa, mesmo se com essa instituição a Santa Sé encontrava dificuldades de relacionamento. Num primeiro momento, as relações com o novo governo russo pareciam prometer tímidas aberturas, devido à crise econômica que o país atravessava e à necessidade de legitimidade por parte de um governo ainda não consolidado e desejoso de reconhecimento. O interlocutor, nesse caso, era o núncio da Polônia, Achille Ratti, futuro Pio XI, Núncio de um Estado recém-formado após o Conflito Mundial. O núncio familiarizou-se com o governo militar do marechal Pilsudski. Mas as tentativas de diálogo logo foram substituídas

⁹⁸ Nota della Segreteria di Stato circa la nomina dei Vescovi in Francia (maggio 1921). In: LORA, Erminio. *Enchiridion dei Concordati: due secoli di storia dei rapporti Chiesa-Stato*. Bolonha: EDB, 2003, p. 589.

pela decepção. A Igreja Ortodoxa, perseguida pelos czares, esperava que com os bolcheviques as coisas mudassem e que o novo governo lhe permitisse finalmente retomar as rédeas de sua igreja. Sua percepção estava errada, pois a situação da Igreja Ortodoxa permaneceu sujeita a perseguições. A este propósito, Bento XV tomou a decisão de enviar um telegrama a Lênin protestando contra tal perseguição. O interesse de Bento XV pela Igreja Ortodoxa se tornou objeto de sarcasmo por parte do governo bolchevique que convidou o papa a se interessar antes pelo massacre dos vermelhos pelas forças contrarrevolucionárias (LEBEC, 1999, p. 52).

Nas suas relações com a Itália, Bento XV mostrou-se mais flexível que seus predecessores, especialmente em relação à participação política dos católicos que até então a Santa Sé procurava proibir como revanche à expropriação territorial realizada pelo governo italiano. Bento XV inaugurou o diálogo com as forças políticas católicas que estavam se organizando ao redor de Luigi Sturzo, o sacerdote católico fundador do Partido Popular. Resultado desse diálogo foi a revogação do *Non expedit* (1874), a proibição imposta aos católicos de não participar da vida política italiana.

Uma iniciativa importante de Bento XV foi também a publicação, em 30 de novembro de 1919, da Carta Apostólica *Maximum illud*, que visava melhorar a situação do clero autóctone nas missões. A análise do documento nos leva a pensar que ao escrever esta Carta o Papa Bento XV, mesmo se referindo às missões do mundo inteiro, se dirigia particularmente aos responsáveis das missões na China e aos missionários estrangeiros que ali trabalhavam, já que a conjuntura histórica colocava a China como uma das principais preocupações do momento.

O nacionalismo exasperado das diversas congregações religiosas colocava em perigo o trabalho missionário. A Carta é considerada um documento inovador que apresentou, talvez pela primeira vez, uma nova atitude da Igreja Católica.

No documento se denuncia abertamente a humilhação a que eram submetidos os poucos padres, os seminaristas e os fiéis dos lugares de missão por parte dos missionários estrangeiros.

Na *Maximum illud* lemos que:

Não está entre as finalidades da formação do clero indígena ajudar unicamente os missionários estrangeiros desempenhando funções de menor importância. Seu objetivo, ao contrário, é formá-los de maneira que possam um dia assumir dignamente o governo do seu povo e exercitar nele o divino ministério⁹⁹. (Tradução nossa)

⁹⁹ BENTO XV. *Maximum illud*. Carta Apostólica sobre la propagación de la fé en el mundo entero, 30 de noviembre de 1919. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xv/apost_letters/documents/hf_ben-xv_apl_19191130_maximum%20illud_sp.html>. Acesso em: 10 de outubro, 2004.

E a propósito da falta de clero autóctone:

Por isso é lamentável que, mesmo depois de tanta insistência por parte dos Pontífices, existam regiões nas quais, tendo introduzido há muitos séculos a fé católica, não se encontra um clero indígena bem formado... Este é o sinal evidente que em educar o clero destinado às missões até agora foi seguido um método bastante defeituoso e insuficiente¹⁰⁰. (Tradução nossa)

O Papa Bento XV não deixou de denunciar o espírito europeísta ainda dominante nas missões:

Seria deplorável se existissem ainda missionários que, esquecendo da dignidade do seu ministério, pensassem mais à sua pátria terrestre que àquela celeste; e dirigissem os seus esforços em dilatar a influência e exaltação da sua própria pátria. Esta seria a mais infecciosa praga para a vida de um apóstolo que além de paralisar no missionário os nervos mesmo da caridade, colocaria em perigo aos olhos dos evangelizados sua própria reputação, já que os homens por incultos e degradados que sejam, entendem muito bem o que significa e o que pretende deles o missionário, e discernem com sagaz olfato se busca outra coisa além de seu próprio bem espiritual. Imediatamente seu trabalho se tornará suspeito à população; que facilmente será induzida a acreditar que a religião cristã não seja outra coisa que a religião de uma dada nação, abraçando a qual renunciaria a seus direitos nacionais para submeter-se a tutelas estrangeiras. E realmente Nos dão grande tristeza certos rumores e comentários que apareceram há alguns anos em periódicos de Missões nos quais, mesmo se no zelo de estender o Reino de Deus, aparece evidente o desejo de ampliar a influência do próprio país¹⁰¹. (Tradução nossa)

Pouco depois da publicação da *Maximum illud*, Bento XV morreu, deixando ao seu sucessor, o Papa Pio XI, a tarefa de colocar em prática as diretrizes deste documento inovador para o tempo no qual foi escrito.

3.4. Pio XI e o período entreguerras (1922-1939)

Pela primeira vez, após a perda dos territórios pontifícios, o recém-eleito papa Pio XI saudou o povo italiano de sua sacada, concedendo sua benção. O ano de sua eleição, 1922, foi, também, o ano da “marcha sobre

¹⁰⁰ BENTO XV, op. cit.

¹⁰¹ BENTO XV, op. cit.

Roma” por parte dos grupos fascistas, expressão concreta da vitória do fascismo na Itália. Naqueles primeiros anos do governo fascista, seu líder havia dado ordens para que a Igreja Católica e seus representantes fossem tratados com respeito, fazendo questão de anunciar publicamente seu desejo de colaborar em nível governamental com a Santa Sé¹⁰². Mas essa orientação aparentemente pró-católica era uma novidade repentina nos programas do partido fascista. Com efeito, Mussolini desde sua juventude não havia escondido seu anticlericalismo. Antes de 1922, escreveu diversos artigos atacando a hierarquia eclesiástica e definido os padres como “gendarmes pretos a serviços do capitalismo”¹⁰³. O programa fascista do mês de junho de 1919 previa a “desvaticanização” da Itália por meio do sequestro dos bens que pertenciam às congregações religiosas. Contudo, Mussolini logo se deu conta que, num país onde a maioria da população era católica, precisaria obrigatoriamente do apoio da Igreja para conquistar a confiança e, por consequência, o voto dos italianos. Já em 1921, no novo programa fascista, Mussolini apresentou sua mudança radical em relação à religião, defendendo o princípio da liberdade da Igreja Católica no exercício do seu ministério espiritual e o desejo de resolver o problema da “Questão Romana”. Mesmo declarando-se a favor da Igreja Católica, Mussolini sempre sublinhou que o Estado permaneceria soberano em todos os campos. Tal posição foi causa de diversos desentendimentos entre a Santa Sé e o governo fascista, mesmo após a assinatura dos Acordos de Latrão.

Quando da eleição do novo papa, Pio XI, o mundo católico italiano encontrava-se dividido: de um lado, a hierarquia da Igreja, liderada pelo Secretário de Estado, Cardeal Gasparri, que esperava que o novo governo ajudasse a Santa Sé a resolver a situação de precariedade em que se encontrava há mais de 50 anos; de outro, grupos de católicos e sacerdotes que se colocavam em clara oposição ao partido fascista.

De acordo com Paternoster, Pio XI não foi contrário ao fascismo porque considerava o governo de Mussolini como o único, naquele momento, capaz de manter a ordem e combater a ameaça do socialismo. Tal esperança em relação ao novo regime político, porém, não impediu o pontífice de enxergar claramente as limitações e os perigos que o fascismo levava consigo.

Diante das agressões que logo se verificaram por parte das organizações fascistas a representantes católicos e de outros grupos, o papa preferiu salvaguardar as relações com o vértice fascista, jogando a culpa na base política e não no seu líder.

¹⁰² Osservatore Romano, 29 ottobre 1922 *apud* RENDINA, op. cit. p. 647.

¹⁰³ Do jornal socialista La Lima *apud* PATERNOSTER, Renzo. *Mussolini e il Papa: La chiesa sotto il fascismo*. Disponível em: <<http://www.storaiain.net/arret/num125/artic1.asp>>. Acesso em: 04 de janeiro, 2011.

Em 1922, o jornal oficial da Santa Sé apoiou a decisão do rei Vitório Emanuel III de dar a Mussolini a tarefa de formar o novo governo. No ano seguinte, o Secretário de Estado da Santa Sé encontrou-se secretamente com Mussolini, visando à busca de um *modus vivendi* entre os dois governos. Somente em 1926 começaram as tratativas bilaterais entre a Santa Sé e a Itália para resolver oficialmente a Questão Romana, isto é, quando o papa Pio XI percebeu que chegara o momento em que a Santa Sé poderia tratar de igual para igual com o Estado Italiano, tendo sido reconhecida ao papado a mesma soberania que a outros Estados (PATERNOSTER, 2007). No dia 11 de fevereiro de 1929 foram assinados os Acordos de Latrão, que consistiam em um tratado, uma convenção financeira e uma concordata. Os Tratados de Latrão foram ratificados pelo Vaticano no dia 7 de junho de 1929. Na Itália, entraram em vigor com a lei 27 de maio de 1929, n. 810, e foram publicados no Diário Oficial em 5 de junho. O Tratado reconhecia à Santa Sé a soberania de um Estado autônomo com um território de apenas de 0,44 km², enquanto a Santa Sé reconhecia Roma como capital da Itália, renunciando definitivamente a seus direitos sobre a cidade. A convenção financeira garantiu à Santa Sé uma quantia de um bilhão e setecentos e cinquenta milhões de liras, que deveria servir como ressarcimento pela perda dos territórios pontifícios. A concordata era o instrumento que regularia as relações Igreja-Estado. Lembramos que nessa concordata a religião católica era reconhecida como a única religião do Estado italiano. O governo de Mussolini empenhou-se em tutelar as estruturas eclesiais já ativas no país, entre as quais as numerosas escolas católicas, e as associações de formação de leigos, entre as quais se destacava a Ação Católica. Foi nesse âmbito que as primeiras divergências entre Mussolini e o papa Pio XI começaram a surgir, ameaçando o aparente feliz conúbio que os Acordos de Latrão selaram entre o novo Estado do Vaticano e a Itália fascista.

3.4.1. Os conflitos entre os fascistas e o papa após a assinatura dos acordos de Latrão

Após a assinatura dos Acordos de Latrão, Mussolini viu seu regime reforçado. Aos olhos dos italianos, a assinatura significava a reconciliação com a Santa Sé, o fim de uma disputa que durou quase 60 anos. Ao mesmo tempo, também a Santa Sé, mesmo tendo renunciado definitivamente ao poder temporal, viu reforçada sua presença no seio da comunidade internacional e principalmente na sociedade italiana.

Ela conseguiu fazer com que a Itália adquirisse um caráter confessional, tendo sido proclamada a religião católica como religião de Estado. O trabalho feito para ampliar os Acordos serviu depois como modelo para outras concordatas, como a com a Espanha em 1953 e com o Estado de Israel em 1993 (PATERNOSTER, 2007). Como afirmamos anteriormente, com esses Acordos, a Santa Sé obteve uma verdadeira soberania que a rendia independente de qualquer outro Estado, livre, ao menos formalmente, das influências estrangeiras.

Com a constituição do novo Estado, ao qual foi dado o nome de Estado da Cidade do Vaticano, o papa se tornou, também, Chefe de Estado. Com esses Acordos, Mussolini ganhou o voto dos católicos nas eleições seguintes. No dia 13 de maio de 1929, na Câmara dos Deputados o assim chamado “Duce” comentava dessa forma os Acordos assinados com a Santa Sé:

Nós não ressuscitamos o poder temporal do Papa: nós o sepultamos. Com os Acordos de 11 de fevereiro de 1929, nenhum território passa ao Estado da Cidade do Vaticano além daquele que já possui e que nenhuma força ao mundo e nenhuma revolução teria tirado. Não se baixa a bandeira tricolor, porque ali nunca foi içada. O Estado fascista reivindica totalmente seu caráter ético: é católico sim, mas fascista, aliás, sobretudo, exclusivamente fascista.¹⁰⁴
(T. d. A.)

Isso evidenciava bem as intenções de Mussolini de subordinar a Igreja Católica ao regime fascista já no início da fase chamada de reconciliação. Pio XI, mesmo se sempre de forma moderada, tentou se opor a esta tentativa. O ponto de disputa entre os dois chefes de Estado envolvia, sobretudo, os jovens e sua educação. A Ação Católica era percebida pelos fascistas como um elemento de interferência nas associações dos jovens fascistas organizadas em três grupos: *Balilla* (8-12 anos), *Avanguardisti* (12-18 anos) e *Fasci Giovanili* (18-21 anos). Além disso, segundo os fascistas as associações católicas podiam servir como refúgio para os muitos católicos antifascistas, tornando-se, por isso, perigosos fatores de desestabilização para o Estado italiano. Desse ponto de vista, Mussolini sublinhava continuamente em seus discursos o papel fundamental do Estado para o qual reivindicava o monopólio do papel de educador. Naturalmente, isso não podia ser aceito pelo papa Pio XI que, em 1931, interveio com uma encíclica intitulada *Non abbiamo bisogno* (Não precisamos), na qual ele defendia a Ação Católica

¹⁰⁴ MUSSOLINI, Benito. Discorso del 13 maggio 1929. Disponível em: <<http://www.dittatori.it/discorso13maggio1929.htm>>. Acesso: 26 de fevereiro, 2011.

contra as medidas ofensivas e muitas vezes violentas tomadas contra as associações católicas por parte de grupos fascistas. Pio XI evidenciou a ingratitude do regime em relação à Igreja Católica, que ajudara o partido a aumentar seu prestígio e seu crédito seja na Itália ou no exterior, acusando os fascistas não apenas de terem sequestrado documentos pertencentes à Ação Católica, mas também de tê-la submetido a contínuas incursões e sequestro de correspondência. Pio XI:

Vimos em ação uma religiosidade que se rebelava às disposições da superior Autoridade Religiosa e impõe ou encoraja a não observância da mesma; uma religiosidade que se torna perseguição e tentativa de destruição daquilo que o Supremo Chefe da religião notadamente mais aprecia (...). Semelhante religiosidade não pode de alguma forma conciliar-se com a doutrina e a prática católica, mas é, ao contrário, quanto se pode pensar, mais contrário a uma e a outra¹⁰⁵. (T. d. A)

De qualquer forma, a Santa Sé percebia o fascismo como um fenômeno menos perigoso do que o socialismo e, portanto, não obstante as acusações, o papa recusou-se condenar direta e totalmente o regime preferindo seguir uma diplomacia de compromisso, escolhendo o que considerava um “mal menor”. Mussolini, depois de ter declarado a incompatibilidade ente a inscrição ao Partido Fascista e a pertença às associações da Ação Católica, decidiu adotar medidas mais moderadas. A reconciliação, no mesmo ano, custou a privação da Ação Católica daquele seu caráter político ou social, restando-lhe apenas tarefas religiosas. Pio XI simbolizou tal reconciliação com a condecoração de Mussolini, em 1932, com a Ordem do Speron D’Oro, recebendo-o no Vaticano em ocasião do 3º Aniversário dos Acordos.

Uma nova crise ocorreu em 1938, dessa vez provocada pela Santa Sé, que acabara de anunciar a reconstrução de um bureau central da Ação Católica. Ulteriores acordos bastaram, porém, para amenizar as disputas. Contudo, a aproximação da Itália à Alemanha nazista alimentou posteriormente a desconfiança da Santa Sé, alarmada pela simpatia demonstrada por Mussolini em relação às teorias nazistas de superioridade racial. Em 1939, Pio XI preparou um discurso sobre as condições da Igreja na Itália, no qual seriam apresentadas novas denúncias em relação ao regime fascista. Tal discurso nunca chegou a ser proferido, pois, na véspera do dia esperado, Pio XI faleceu. A causa da morte apresentada pelo Vaticano foi

¹⁰⁵ PIO XI. Lettera Enciclica Non Abbiamo Bisogno sull’Azione Cattolica. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310629_non-abbiamo-bisogno_it.html>. Acesso em: 10 de fevereiro, 2011.

ataque cardíaco. A mídia internacional lançou a hipótese de um assassinio, colocando como causa o discurso que Pio XI deveria pronunciar e que teria alarmado seus inimigos. Na realidade, o discurso talvez não fosse tão perigoso. Pio XI havia se recusado a condenar abertamente o líder político que de certa forma foi o instrumento de liberação da Santa Sé. Nenhum dos dois estava interessado numa ruptura definitiva, pois as relações entre a Santa Sé e o governo italiano eram de grande utilidade para a sobrevivência dos dois Estados.

3.4.2. A política externa da Santa Sé na Rússia Soviética

A primeira intervenção diplomática relevante da Santa Sé em relação à Rússia ocorreu, segundo o vaticanista Lebec, no final do pontificado de Bento XV, tendo como protagonista o futuro Pio XI, na época representante diplomático na Polônia (LEBEC, p. 50, 1999). Bento XV escreveu à Sociedade das Nações pedindo ajuda ao povo russo que se encontrava em uma grave situação de fome generalizada. O papa aproveitou o apelo para pedir também a salvaguarda do patrimônio da Igreja Ortodoxa de Moscou. Tal apelo e demonstração de interesse em relação à Rússia foi uma das primeiras tentativas de diálogo empreendidas pela Santa Sé com os revolucionários soviéticos, claramente com o objetivo de defender a liberdade religiosa. Foi um gesto que provocou certamente perplexidades nos outros governantes europeus que, ao contrário, opuseram-se ao novo regime soviético.

O Núncio da Polônia, futuro Pio XI, foi encarregado também do papel de intermediação entre a Santa Sé e o governo russo. Respondendo ao apelo do patriarca da Igreja Ortodoxa de Moscou, no dia 7 de julho de 1922, a Santa Sé enviou um telegrama, ao líder russo, Lênin, pedindo a restituição do patrimônio religioso ortodoxo (LEBEC, 1999, p. 53).

Outro acontecimento histórico foi por ocasião da 1ª participação da URSS em uma conferência internacional, a de Gênova, em 1922. Estava presente também o representante diplomático do papa Pio XI, que tentou negociar com o comissário russo, Tchitcherine, prometendo o reconhecimento diplomático do novo governo russo por parte da Santa Sé em troca da garantia da liberdade de consciência para todos os cidadãos russos e estrangeiros, além da prática de cultos e do respeito de todos os bens imobiliários de todas as confissões religiosas presentes em território russo. A morte de Lênin, em 1924, marcou o fim de todo tipo de negociação e tentativa de diálogo. Para desencorajar a Santa Sé de ulteriores propostas

de reconciliação, os soviéticos pediram ao papa, uma grande soma de dinheiro para convencer a Santa Sé que o tempo da distensão estava ainda distante. Quando Londres decidiu ajudar financeiramente os soviéticos, o interesse russo para com a Santa Sé decididamente desapareceu. Em 1924, a delegação apostólica da Rússia, que deveria ter se transformado em Nunciatura, foi expulsa do país (LEBEC, 1999, p. 55).

As tentativas de aproximação da Santa Sé em relação à Rússia continuaram por meio da atuação do Núncio de Berlim, Monsenhor Eugenio Pacelli, futuro Pio XII, de 1925 a 1927, quando este consagrou bispo o jesuíta Michel D'Herbigny, enviando-o em seguida em missão secreta na URSS, em 1926. Durante sua permanência lá, Monsenhor D'Herbigny consagrou secretamente outros 10 bispos. Quando o governo soviético o descobriu, imediatamente providenciou sua expulsão.

As medidas russas contra a religião tornaram-se cada vez mais duras. Pio XI protestou abertamente contra a lei russa que proibia qualquer tipo de associação religiosa, apelando também à mediação das potências europeias. Quando os Estados Unidos ensaiavam a formalização do reconhecimento oficial da URSS, o delegado apostólico junto ao governo americano, Monsenhor Amleto Cicognani, pressionou os Estados Unidos a lembrar da cláusula religiosa, mas não teve sucesso relevante. A tolerância russa para com a religião durou pouco tempo, e restringiu-se aos padres americanos a serviço dos diplomatas estadunidenses, antes de decidirem pela expulsão de qualquer religioso do território russo.

3.4.3. *A política externa de Pio XI na Alemanha nazista*

Durante o pontificado de Pio XI, era Núncio em Munique, na Bavária, sul da Alemanha, o futuro Pio XII, Monsenhor Eugenio Pacelli, que foi nomeado em seguida Núncio da inteira Alemanha. Após esta experiência diplomática, que durou de 1925 a 1930, foi nomeado Secretário de Estado.

O primeiro contato do núncio Pacelli com o nazismo foi por meio da leitura do livro que Hitler escreveu durante os anos de sua prisão, "Mein Kampf". No final da leitura, o Núncio de Berlim, assim se pronunciou: "Tudo o que diz e escreveu traz a marca do ser egoístico, um homem capaz de passar por cima de cadáveres"¹⁰⁶. Durante o período da nunciatura, Pacelli exerceu grande influência sobre a Igreja Alemã, por meio dos grupos da Ação Católica e por meio do episcopado alemão.

¹⁰⁶ PACELLI *apud* LEBEC, op. cit., p. 59.

Após a fundação do partido nacional-socialista de Hitler, a primeira atitude do Núncio Pacelli e dos bispos católicos foi proibir os católicos de ingressarem nas fileiras do partido de Hitler. Por sua vez, Hitler decidiu vencer essa barreira, nomeando como seu vice um aristocrata de comprovada fé católica, Von Papen e prometendo lutar contra o bolchevismo em vista da salvaguarda dos valores cristãos e da liberdade de religião.

Os bispos católicos decidiram mudar de estratégia, removendo a proibição para os católicos de participar do partido de Hitler abrindo espaço para tratativas. Monsenhor Kaas, líder máximo do partido católico do *Zentrum*, convenceu os membros de seu partido a aliarem-se com os nazistas e, ao mesmo tempo, apoiou a assinatura da concordata da Santa Sé com o governo do Hitler, em 1933.

Hitler, de sua parte, não estava interessado no conteúdo da concordata, quanto em sua assinatura imediata, que o ajudaria no fortalecimento e na legitimação de seu poder na Alemanha. O apoio, mesmo se não incondicional, a Hitler por parte do papa Pio XI e do seu Núncio em Berlim, foi justificado, de acordo com alguns historiadores, pela confiança vaticana de que o fortalecimento de um governo nazista que se proclamava defensor da doutrina cristã, poderia representar um baluarte eficaz contra o avanço do comunismo. O representante pessoal do papa Pio XI, Franz Von Papen que junto com o Núncio Pacelli foi o autor da concordata, afirmou que “os termos gerais do Tratado eram mais favoráveis do que todos os outros acordos similares assinados pelo Vaticano e o chanceler Hitler me pediu para assegurar ao Secretário de Estado Papal [cardeal Pacelli] que ele amordaçaria o clã anticlerical imediatamente” (PARIS, 2000). Foi o mesmo Von Papen que definiu, numa frase, o que o nazismo representava então para a Santa Sé: “uma reação cristã contra o espírito de 1789”¹⁰⁷.

Logo, porém, como acontecera na Itália, nazismo e Igreja Católica entraram em conflito. Em 1934, o Santo Ofício condenou os livros nazistas enquanto a Santa Sé multiplicava os protestos contra as teorias nazistas, chegando, em 1937, a somar 55 protestos oficiais, e denunciando violações à concordata (LEBEC, 1999, p. 62). Em 1937, com a encíclica *Mit brennender Sorge*, idealizada pelo cardeal Pacelli, o papa Pio XI condenou as teorias raciais nazistas, definindo-as incompatíveis com a religião católica. Contudo, as condenações limitaram-se às teorias racistas, mas não atingiram seu idealizador, nem a validade da concordata. Mesmo faltando condenações diretas, o embaixador alemão, Von Bergen, apressou-se

¹⁰⁷ VON PAPEN *apud* PARIS, 2000.

a apresentar à Santa Sé os protestos do governo alemão ofendido pelas palavras do papa. Poucos dias depois da encíclica que denunciava as teorias nazistas, Pio XI difundiu outra encíclica, desta vez denunciando ainda mais claramente os perigos do comunismo bolchevista, definido como um perigo ainda mais ameaçador. Tratava-se da encíclica *Divini Redemptoris*, na qual o papa proibia qualquer ação comum entre os católicos e os marxista-leninistas e que revelava aos católicos qual era a prioridade entre o perigo nazista e o comunista. Em seguida, o reconhecimento por parte da Santa Sé do governo filofascista de Franco, na Espanha.

Posição diferente foi tomada em relação à anexação austríaca em 1938. A posição da Santa Sé contrastou com a do episcopado local, que aderiu prontamente ao regime nazista. Na ocasião, o arcebispo austríaco, cardeal Innitzer, declarou publicamente sua adesão ao regime de Hitler. O arcebispo incitou “os padres e fiéis a apoiar sem hesitar o grande Estado alemão e o Führer, cuja luta para estabelecer o poder, a honra e a prosperidade da Alemanha está de acordo com os desejos da Providência” (PARIS, 2000). A declaração foi imediatamente publicada pela imprensa austríaca. A Santa Sé, por meio de seu órgão oficial, *L'Osservatore Romano*, tomou distância da posição do arcebispo austríaco, condenando tal declaração como um ato formulado “sem nenhum entendimento prévio com a Santa Sé, nem aprovação ulterior desta” (LEBEC, op. cit., p. 66). O cardeal Innitzer, chamado em Roma, teve que desmentir sua declaração, o que provocou a ira dos nazistas, que saquearam o palácio apostólico de Viena, atirando o secretário do cardeal pela janela. Enquanto a Alemanha aumentava seu território em busca de recursos naturais e humanos que potencializaram seu poderio, a Itália buscou seguir seu exemplo na África. A posição da Santa Sé frente a isso não ficou clara. O regime fascista buscava legitimar seu poder por meio de conquistas territoriais em terras longínquas. O discurso do papa Pio XI, publicado pelo jornal *L'Osservatore Romano* no dia 1 de setembro, em italiano, podia ser interpretado de forma ambígua, pois não emergia de suas palavras nem uma clara condenação nem a aprovação por parte da Santa Sé:

Na Itália se diz que se trataria de uma guerra justa, uma guerra de defesa para garantir os próprios limites contra ataques contínuos, uma guerra que se tornou necessária para a expansão de um povo que aumenta dia após dias (...). Mas nós dizemos: se essa necessidade de expansão pode existir, se existe também a necessidade de garantir com a defesa a segurança das fronteiras, não podemos que desejar que se possa resolver todas as dificuldades com outros meios que não seja a guerra. (Tradução nossa)

Mussolini não gostou do pronunciamento do papa Pio XI e pressionou o Vaticano para que durante a audiência pública que o papa deveria ter com os sobreviventes da guerra nos dias seguintes, a política colonial italiana fosse avaliada positivamente. O contraste entre Mussolini e o papa Pio XI a propósito do expansionismo italiano foi uma das últimas desavenças entre os dois governos. O papado de Pio XI estava se completando. Pio XI, o papa Ratti, morreu na véspera da eclosão da Segunda Guerra Mundial, no dia 10 de fevereiro de 1939. Segundo Falconi, “toda a vida de Pio XI foi um enigma no seu jogo de poder com os regimes ditatoriais do tempo, em relação aos quais ele soube estrepitar, ou sorrir, ou calar-se” (FALCONI *apud* RENDINA, op. cit., p. 650).

O conclave para eleger o novo papa começou no dia 1 de março. Menos de um dia depois foi eleito papa o Secretário de Estado do falecido papa, Monsenhor Eugenio Pacelli que manifestando vontade de continuação do papado precedente, escolheu o nome de Pio XII.

3.5. O Pontificado de Pio XII durante a Segunda Guerra Mundial

O conclave que elegeu o novo papa, Pio XII, recebeu pouca atenção por parte dos meios de comunicação e da opinião pública internacional. As preocupações e a atenção mundial estavam voltadas para os países protagonistas do iminente conflito.

O novo papa provinha de uma família cujos membros há décadas pertenciam à nobreza negra a serviço do papado (GRIGULÉVCH, 1982, p. 145). Aos 23 anos, Pacelli foi ordenado sacerdote e após dois anos começou a trabalhar junto à Secretaria de Estado. Em 1917, foi nomeado núncio apostólico em Munique, na Bavária, e três anos foi para Berlim onde, como vimos anteriormente, trabalhou muito para conseguir as concordatas entre a Bavária e Santa Sé (1924). Em seguida, foi a vez da Prússia (1929)¹⁰⁸. Pela sua preferência e identificação com o povo alemão, ele foi considerado, por muitos católicos e não católicos, um papa pró-Alemanha. Foi em Munique que o futuro Pio XII teve sua primeira experiência dramática com os comunistas. De fato, em 1919, o Partido Comunista da Alemanha, fundado pela Liga Espartaquista de Rosa Luxemburgo, tentou tomar o poder na Alemanha. No dia 19 de abril de 1919, os comunistas ocuparam Munique, e circundaram o prédio da Nunciatura. O Núncio encontrou-se sob a mira do líder do grupo que lhe apontou uma arma ao peito ameaçando-o de morte. Uma religiosa, irmã Pascoalina, que daquele momento em diante se tornou figura inseparável de Pacelli, se interpôs entre

¹⁰⁸ Cf. LORA, Erminio (Org.) *Enchiridion dei Concordati: due secoli di storia dei rapporti chiesa-stato*. Bolonha: EDB, 2003.

o núncio e o líder comunista que acabou decidindo deixar em vida o núncio e se retirar do prédio. Essa experiência, segundo Lebec, influenciou o pontificado do futuro papa, caracterizado pelo seu acentuado e constante sentimento anticomunista. Em 1929, Pacelli foi nomeado Cardeal e, no ano seguinte, Secretário de Estado no lugar do Monsenhor Gasparri, o Secretário que havia negociado os Acordos de Latrão com o governo italiano. Durante esse período, Pacelli realizou numerosas viagens, Argentina, França, Estados Unidos. Manteve estreitas relações seja com personalidades francesas, como M. Schumann, que após a Segunda Guerra Mundial, desempenhará um papel importante para a unidade europeia e com personalidades dos Estados Unidos, país que visitou em 1936 onde se encontrou pessoalmente com Roosevelt, além de ter tido contatos com banqueiros e industriais americanos multimilionários. Intermediário desses contatos com o mundo financeiro americano foi o Cardeal Spellmann, chefe do episcopado estadunidense, bastante respeitado também junto ao governo dos EUA (GRIGULÉVCH, 1982, p. 144). Durante todo o pontificado de Pio XI, Pacelli agira como um vice-papa. Conhecido em grande parte do mundo, estava acostumado a agir com naturalidade dentro do complicado mundo da Cúria Romana e do ambiente diplomático. Por isso e pela iminência do conflito mundial, sua eleição a novo pontífice foi quase que automática.

Seu pontificado atravessou fases importantes da história mundial: a Segunda Guerra Mundial; a Guerra Fria e o primeiro período da distensão. Em todas as fases, Pio XII lutou contra o perigo comunista. Segundo Grigulévch (op. cit., p. 149), sua “missão consistiu em extirpar a ideologia comunista e derrubar o país dos soviets (...), unir e mobilizar as potências capitalistas em vista de uma cruzada anticomunista. Toda a sua atividade durante a Segunda Guerra Mundial esteve subordinada a essa ideia”. Compreende-se, então, por que Pio XII, após sua eleição, enviou um telegrama com a sua bênção ao general Franco (RENDINA, 1993, p. 561) e no dia 16 de abril escrevia à Espanha felicitando-se com a parte saudável do país que defendeu o ideal da fé e da civilização cristã.

Persuadido dessa verdade, o sadio povo espanhol, com aquela generosidade e franqueza que constituem as duas características do seu nobre espírito, insurgiu decidido em defesa da fé e da civilização cristãs, profundamente enraizadas no solo fecundo da Espanha; e ajudado por Deus “que não abandona aqueles que nele esperam”, soube resistir ao ataque daqueles que, enganados daquilo que eles acreditavam um ideal humanitário de elevação do humilde, na realidade combatiam em favor do ateísmo¹⁰⁹. (Tradução nossa)

¹⁰⁹ PIO XII. Radiomessaggio di Sua Santità Pio XII ai cattolici di Spagna. 16 aprile 1939. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1939/documents/hf_p-xii_spe_19390416_inmenso-goza_it.html>. Acesso em: 10 de junho, 2010.

Pio XII condecorou Franco com uma das ordens vaticanas supremas no dia 11 de junho de 1939, recebendo também falangistas espanhóis vindos a Roma (GRIGULÉVCH, 1982, p. 150).

Essa atitude visivelmente anticomunista de Pio XII tranquilizou, num primeiro momento, Mussolini e Hitler. Este último, após as anexações da Áustria e Tchecoslováquia, preparava-se para invadir a Polônia. Contudo, às vésperas da eclosão do grande conflito, um papa de reconhecida experiência diplomática certamente não ficaria sem ação, tentaria convencer as potências europeias a renunciar ao conflito. Com efeito, no início do mês de maio de 1939, a Santa Sé sondou a disponibilidade dos governos da Alemanha, Polônia, França, Grã-Bretanha e Itália a participarem de uma Conferência onde o Vaticano mediará a discussão para tentar resolver a crise entre Alemanha e Polônia em relação ao corredor de Danzica. Contudo, a iniciativa não teve êxito. A Inglaterra e a França hesitaram em responder, a Polônia recusou a proposta. Itália e Alemanha, prestes a concluir o Pacto de Aço, consideraram prematura a iniciativa pontifícia (NAPOLITANO, 2002, p. 82). Quando a guerra iniciou, Pio XII tentou convencer a Itália a não entrar no conflito. As atitudes tomadas por este papa lembraram as de outro que o precedeu e que também teve que enfrentar um conflito mundial, o papa Bento XV (LABOA, 2001, p. 153). Como Bento XV, nas suas declarações públicas Pio XII escolheu não nomear os invasores, referindo-se apenas aos fatos com a típica linguagem diplomática indireta. Contudo, a diferença de Bento XV, o historiador Repgen (1995, p. 83) lembra que Pio XII preferiu usar a palavra “imparcialidade” ao invés de “neutralidade”. Para Pio XII, a palavra neutralidade poderia ser compreendida como indiferença passiva, enquanto imparcialidade significa julgamento das coisas segundo a verdade e a legalidade.

Em agosto de 1939, Pio XII dirigiu uma mensagem ao mundo. Foi sua última tentativa diplomática.

O perigo é iminente, mas ainda tem tempo. Nada se perde com a paz. Tudo pode ser perdido com a guerra. Que os homens voltem a compreender-se. Recomecem as negociações¹¹⁰.

Dois dias depois, Hitler invadiu a Polônia. Foi o início do conflito. Não podendo influenciar o desenvolver-se do conflito, o papa tentou agir em favor dos refugiados de guerra, e dos judeus, que

¹¹⁰ PIO XII. Mensagem Radiofônica “Un’ora grave” aos governantes e aos povos no iminente perigo da guerra. 24 de agosto de 1939. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1939/documents/hf_p-xii_spe_19390824_ora-grave_po.html>. Acesso em: 11 de fevereiro, 2010.

encontraram refúgio no Vaticano, fingindo-se prelados da Cúria de Roma, ou que conseguiram se salvar, por meio da fuga nos EUA, onde Pio XII valeu-se das alianças estreitadas durante suas viagens aos EUA, destacando-se a ação do Cardeal Spellmann (RENDINA, 1993, p. 652).

Outro ator importante nessas ajudas humanitárias foi o núncio de Sófia, Monsenhor Roncalli, futuro João XXIII, que tentou negociar a saída de judeus da região para a Palestina. Na Hungria, o cardeal-primaz obteve a acolhida de 400.000 refugiados, solução que se revelou precária quando Hitler impôs ao povo húngaro sua lei antissemita. Pio XII enviou então uma carta de protesto ao regente húngaro com cópia para o presidente Roosevelt, Mas isso não teve o êxito esperado. Segundo Lebec (1999), na época a comunidade judaica dos EUA se opôs à abertura do asilo aos judeus europeus, não dando grande importância ao que estava acontecendo.

Tudo isso não bastou para salvar Pio XII das críticas, sobretudo, por parte das potências ocidentais que esperavam do papa uma denúncia clara dos crimes de Hitler. Rendina (1993, p. 653) evidencia que Pio XII “sofria na sua carne a trágica incerteza da situação. Entre a discrição e o prudente calar ou o falar aberto e a ação forte”. O papa continuava pensando que as palavras fortes teriam sido contraproducentes. Além disso, como afirmamos antes, a estratégia adotada por Pio XII foi a da imparcialidade, limitando-se a condenar os atos sem condenar seus autores. A antiga e experiente diplomacia de cunho realista da Santa Sé também lhe ensinara que era importante manter-se por quanto possível acima das disputas para poder conservar margem de manobra política suficiente em caso de mudança do jogo político internacional. Antes da entrada da Itália no conflito, Pio XII decidira adotar uma postura mais propositiva, dirigindo-se ao Quirinale, o então palácio do rei da Itália, apreendido do Vaticano na ocasião da tomada de Roma. Foi uma visita histórica organizada segundo os cânones das visitas dos chefes de Estado. O objetivo da visita era convencer o rei a renunciar à guerra. O rei não deu ouvidos ao papa e, além disso, Mussolini queixou-se dessa iniciativa do papa que parecia não levar em conta quem exercia de fato o poder na Itália. O insucesso de tal iniciativa o convenceu que era mais prudente agir de forma indireta e menos visível.

Frente à invasão da Polônia por parte da Alemanha, a reação de Pio XII decepcionou os inimigos do Eixo. Por ocasião de uma audiência da delegação polonesa no Vaticano, a palavra foi reservada apenas ao papa cujo discurso resumiu-se a pensamentos religiosos, de consolação frente aos crimes nazistas, mas que não continha nenhuma denúncia e nenhum apoio explícito à nação invadida. O papa, porém, seguindo sua

postura de intervenção indireta, pediu à Radio Vaticana de reclamar em alemão das sanções sofridas pelos poloneses. Após a transmissão vaticana, o conselheiro alemão Menshauem, da embaixada da Alemanha, prontamente alertou o papa sobre medidas desagradáveis que seriam adotadas se o Vaticano não suspendesse logo tais mensagens de protesto (LEBEC, 1999, p. 77).

Em outubro de 1939, foi publicada a encíclica *Summi Pontificatus*, na qual Pio XII denuncia a grave situação da época e critica, sem nomeá-la diretamente, a política do governo alemão.

Considerar o Estado como fim a que tudo deve ser dirigido e subordinado, seria o mesmo que prejudicar a verdadeira e duradoura prosperidade das nações. E dá-se isso quando tal domínio ilimitado é atribuído ao Estado, como mandatário da nação, do povo ou até de uma classe, ou quando o Estado o pretende, como senhor absoluto, independentemente de qualquer mandato¹¹¹.

Segundo Monsenhor Alberto Giovannetti essa discrição, ou prudência, era custosa e causada pela contínua dúvida sobre como discernir qual poderia ser o mal menor. “Um homem dividido. Descobre-se um Pio XII que duvida de si mesmo, da sua clarividência e da sua coragem, um homem dividido e não uma estatua sem rachaduras que muitas vezes se imagina para amá-lo ou odiá-lo” (GIOVANNETTI *apud* LEBEC, 1999, p. 78).

O silêncio do papa frente à invasão da Polônia foi explicado pelo jesuíta Karlheinz Deschner não apenas como medo de possíveis represálias contra os católicos poloneses, mas também porque o sacrifício da Polônia respondia ao princípio da *major utilitas*. Segundo Deschner, o Vaticano não podia certamente felicitar-se pelo fato que a Polônia, o país mais católico da Europa Oriental, tivesse caído nas mãos de anticlericais nazistas. Contudo, esperando ansiosamente o ataque alemão à Rússia – que Pio XII considerava o maior inimigo – o Vaticano estava disposto, nessa eventualidade, a sacrificar a Polônia (DESCHNER, 1995, pp. 34-36). Da mesma forma e pelo mesmo motivo, segundo Deschner, Pio XII apressou-se a reconhecer oficialmente o novo Estado da Eslováquia, obtido pelo desmembramento forçado por Hitler. O sacerdote católico, Monsenhor Jozef Tiso, o novo dirigente desse Estado fantoche criado pelo próprio Hitler, foi recebido pelo papa, no Vaticano. Como aliado de Hitler, uma das primeiras medidas foi aprovar no

¹¹¹ PIO XII. *Summi Pontificatus. Sobre o ofício do Pontificado, 20 de outubro de 1939*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20101939_summi-pontificatus_po.html>. Acesso em: 7 de junho, 2010.

país a lei antissemita. O jesuíta Deschner explica tal postura evidenciando a localização estratégica desse país dentro do importante cordão sanitário ao redor da URSS, ponte entre Hungria e Polônia (DESCHNER, op. cit., p. 28). Outra crítica levantada pelo jesuíta alemão foi a diferente postura adotada por Pio XII frente à expansão alemã e à expansão russa. Deschner (op. cit., p. 90) afirma que diante das repetidas invasões alemãs, o papa preferia ficar calado ou, ao menos, não nomear abertamente os agressores. Quando, porém, tratava-se da expansão russa, o papa esquecia a prudência e a linguagem indireta condenando expressamente a invasão soviética da Polônia, ocorrida, em setembro de 1939, qualificando-a como agressão e queixando-se da perseguição do Exército Vermelho.

3.5.1. *As relações entre Pio XII e os Estados Unidos*

No período que precedeu a eclosão do segundo conflito mundial, Pio XII tentou estreitar as relações com os Estados Unidos, cuja importância internacional era crescente e cujo papel protetor da Igreja Católica se fazia mais evidente para o papado, principalmente após a decepção sofrida pelo papa frente aos regimes fascistas e nazistas.

A este propósito, o jesuíta alemão Deschner (1995, p. 92) evidenciou que “o catolicismo experimentava um desenvolvimento rápido e contínuo nos Estados Unidos. Em 1928, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, o partido democrático nomeou um católico, A. E. Smith, governador de Nova York”.

Contudo, a decepção da Santa Sé foi grande quando, em 1933, o presidente dos Estados Unidos iniciou contatos oficiais com a URSS no âmbito de uma política marcadamente antifascista.

Já observamos a relevância das viagens de Pacelli, quando Secretário de Estado, nos Estados Unidos, em 1935 e 1936, e seus contatos com o então bispo auxiliar de Boston, o futuro cardeal Spellmann. Tais viagens distanciaram um pouco os EUA da URSS. Durante a guerra, as relações entre Santa Sé e EUA se tornaram mais intensas. Pio XII nomeou Spellmann – que trabalhara na Secretaria de Estado de 1922 a 1932 e era seu amigo pessoal – novo arcebispo de Nova York. Por sua vez, o presidente americano Roosevelt nomeou Myron Taylor, multimilionário católico, embaixador extraordinário junto à Santa Sé. Mas entre Roosevelt e Pio XII havia uma percepção política diferente em relação ao grau de perigo representado pela URSS. Roosevelt considerava Hitler mais perigoso do que Stalin e tentou convencer o papa a “moderar o zelo anti-soviético do clero católico

estadunidense” (GRIGULÉVCH, 1982, p. 128). Pio XII, ao contrário, era obcecado pelo anticomunismo. Roosevelt escreveu até uma carta ao papa em 1941 na qual lhe explicava que havia tolerância religiosa na Rússia, mas Pio XII não acreditava nas palavras conciliatórias de Roosevelt.

A Santa Sé e os Estados Unidos tentaram várias vezes enlaçar relações diplomáticas, mas as correntes antipapistas convenceram o Senado que ainda não era chegado o momento. Todavia, isso não impediu a evolução de contatos estreitos não oficiais¹¹².

3.5.2. A diplomacia da Santa Sé na Segunda Guerra Mundial

Em 1941, Hitler atacou a URSS. Muitos esperaram um comentário da Santa Sé sobre o ataque alemão, mas o papa não falou nada a respeito. Diante do ataque alemão à Rússia, a opinião pública dos Estados Unidos já decididos a entrar em guerra, se dividiu em duas correntes, uma pró-Rússia e outra contra.

Da mesma forma, os bispos americanos tomaram sua posição. O alinhamento da Santa Sé ao lado dos Estados Unidos dava-se por certo, mesmo se o papa mantinha certa desconfiança pela atitude pró-Stalin do presidente Roosevelt. Este último enviou através de seu representante junto à Santa Sé, Myron Taylor, uma carta a Pio XII comunicando o pedido encaminhado a Stalin de respeitar a liberdade religiosa (LEBEC, 1999, p. 92). Os Estados Unidos queriam convencer a Santa Sé a aderir à Carta do Atlântico do dia 4 de agosto de 1941, cujos objetivos, segundo o discurso americano, visavam à construção de uma nova ordem internacional que garantisse um futuro mais próspero para todas as nações. Segundo Lebec (1999), a Santa Sé, porém, não se deixou influenciar pelo discurso dos americanos que, em 1941, haviam já ocupado o Irã, país estratégico pela sua geografia e pelos recursos energéticos.

Com a ajuda americana, a URSS, considerando-se, de certa forma, já entre os vencedores, procurou se aproximar da Santa Sé, por intermédio da França. A Santa Sé, porém, não quis acolher as ofertas de abertura diplomática, pois a URSS continuava na sua política de repressão frente às atividades dos missionários católicos. Em 1941, a Santa Sé estreitou relações diplomáticas com o Japão, país aliado do Eixo, uma semana antes que o país entrasse em guerra. Este novo contato diplomático naturalmente suscitou na Inglaterra e nos Estados Unidos imediatas reclamações (DESCHNER, 1995, p. 160-161). Em 26 de março de 1942, o Japão nomeou o Delegado extraordinário e ministro plenipotenciário junto ao Vaticano,

¹¹² Os Estados Unidos e a Santa Sé estreitaram relações diplomáticas apenas em 1984.

no mesmo ano em que eram estreitadas relações diplomáticas entre a República da China e a Santa Sé.

Os anglo-americanos tentaram atrair o papa do lado dos Aliados. A escolha do papa de estreitar relações diplomáticas com o Japão enquadrava-se na tentativa pontifícia de conseguir alcançar uma reconciliação dos dois lados contra um inimigo comum: os bolcheviques.

Em 1943, os Aliados chegaram à Itália marcando o fim do regime fascista de Mussolini. Pio XII reclamou do bombardeamento americano sobre o bairro São Lourenço, propositalmente dirigido à importante estação ferroviária da região. Logo depois, os ingleses também passaram a bombardear Roma. No dia 8 de setembro, foi assinado o armistício com a Itália que passou a ser aliada dos Estados Unidos. A Alemanha, num primeiro momento, ofereceu ao papa a transferência num castelo em Liechtenstein (LEBEC, 1999, p. 100). Pio XII recusou-se de deixar Roma. Começou, nesse período, a caçada alemã contra os judeus romanos, que encontraram refúgio nas casas religiosas da capital, assim como nos prédios pontifícios. A Alemanha alertou o papa a cessar todo protesto sob pena de ocupação do Vaticano, considerado pelos nazistas como um “ninho de espiões” (LEBEC, op. cit., p. 99). O período de ocupação nazista da capital italiana foi um período crítico para o Vaticano. Hitler ameaçou ocupar a Cidade do Vaticano. Seu plano era capturar o papa e os bispos da Cúria Romana para deportá-los nos campos de concentração. Pio XII aconselhou os membros do Colégio Romano a se refugiarem fora da capital. Ele, porém, decidiu ficar e concentrou-se em ajudar como podia o povo romano. No inverno de 1944, no Vaticano, foram distribuídas 100 mil sopas por dia. A residência de verão do papa, nos arredores de Roma, hospedou milhares de refugiados. No próprio Vaticano, em Roma, muitos refugiados políticos encontraram asilo. Muitos deles foram alistados no exército papal como forma de escapar da caçada nazista. Nos mosteiros e conventos as regras de clausura foram temporariamente suspensas para abrigar refugiados políticos e judeus.

Os alemães minaram todas as pontes de Roma ameaçando explodir a cidade. Pio XII dirigiu-se então aos alemães na tentativa de dissuadi-los da destruição da Cidade Eterna. A Secretaria de Estado escreveu uma carta, em 11 de março de 1944, dirigida ao comando alemão, em que pedia para poupar Roma (BLESSMAN, 2003, p. 56). A chegada dos americanos salvou a cidade. A guerra cessou em 5 de junho de 1944.

Pio XII foi saudado pelos romanos como a única autoridade moral e religiosa que permanecera ao lado do povo nos tempos mais críticos. Após o final da guerra, ele se colocou ao lado dos derrotados, os alemães, pedindo “Non infierite sui vinti”.



Capítulo IV

Do pós-guerra ao mundo bipolar da Guerra Fria

A passagem do pós-guerra à divisão do mundo bipolar que caracterizou o período da Guerra Fria foi marcada pelo surgimento de duas superpotências: os Estados Unidos que passaram a organizar um sistema em nível mundial e a União Soviética que exercia seu domínio em nível regional. Entre os dois polos, a Europa encontrava-se extremamente debilitada tanto politicamente quanto economicamente, à mercê da superpotência que por primeira ia se antecipar oferecendo recursos econômicos suficientes para sua reemergência no cenário político. Os Estados Unidos, à diferença da União Soviética, possuíam os elementos necessários para estruturar uma nova ordem mundial onde exerceriam uma hegemonia incontestada, à qual em seguida foi dado o nome de *Pax Americana*. Sua presença militar em pontos estratégicos do planeta juntamente com a força de sua economia capitalista ofereceram-lhe os meios para transformar o que restava das economias europeias em seus aliados forçados. O surgimento da Organização das Nações Unidas veio legitimar o projeto internacionalista dos Estados Unidos. Segundo Visentini “o internacionalismo da ONU representava, paralelamente, a formulação ideológica do capitalismo de livre investimento articulado pelos EUA a partir de 1933, como forma de superação da Grande Depressão” (VISENTINI, 2008, p. 153).

O colapso dos grupos conservadores europeus transformou o velho continente em pano de fundo para a atuação norte-americana e soviética que na conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, acordaram-se para estabelecer

quais seriam as respectivas regiões de influência. Por meio dos acordos de Yalta, a União Soviética estendeu com o *imprimatur* do Presidente Roosevelt sua presença na Europa Central e Oriental. De fato, os acordos previam que os países limítrofes à URSS não deveriam possuir governos antissoviéticos. Visentini lembra, porém que tais territórios foram libertados pelo Exército Vermelho durante o conflito e que a extensão das regiões ocupadas pela URSS, não podia ser comparada ao tamanho das regiões de influência que os Estados Unidos ganharam após o fim da Segunda Guerra Mundial (VISENTINI, 2008, p. 154). O poder entre as duas superpotências era exercido em níveis diferentes, um regional, o dos soviéticos, e outro mundial, o dos Estados Unidos. Tal assimetria, contudo, não tolhia à percepção, por parte do resto do mundo, que a União Soviética fosse o único país capaz de poder enfrentar os Estados Unidos caso outro conflito mundial viria a eclodir.

A morte do presidente Roosevelt mudou os rumos da política externa americana. Seu sucessor, o presidente Truman, na sucessiva Conferência de Postdam deu a entender que suas ideias quanto à “partilha do mundo” entre as duas superpotências diferia de seu predecessor. O redimensionamento das decisões tomadas pelo governo anterior e a informação da existência da bomba nuclear como ulterior arma de ameaça em mãos norte-americanas, inaugurou um período de fortes tensões entre americanos e soviéticos. Estes últimos, ao tentar fazer concessões para salvar os acordos de Yalta, perceberam que os americanos estavam prontos a avançar e estabelecer suas tropas, em todos os territórios em que a União Soviética estava recuando. A Guerra Fria permitiu então aos Estados Unidos convencer os países ocidentais que o perigo vermelho estava ameaçando. O famoso discurso de Churchill proferido numa universidade americana em 1946, contendo o alarde sobre a cortina de ferro que dividira a Europa marcou a eclosão da Guerra Fria.

4.1. Pio XII e a Guerra Fria

Um novo cenário mundial se configurou diante da Santa Sé: o nazismo e o fascismo considerados como os principais inimigos dos Aliados não existiam mais, enquanto o inimigo da Santa Sé estava entre os vencedores. O poder comunista, aos olhos do Vaticano, ameaçava avançar principalmente na França e na Itália. Com efeito, entre os homens e mulheres que participaram durante a Segunda Guerra Mundial do movimento de Resistência antifascista tornou-se quase automática a aproximação com os comunistas com os quais haviam lutado lado a lado contra os regimes

ditatoriais. Entre eles estavam muitos católicos propensos à ideia de construir junto aos comunistas um novo governo para a Itália.

Para Pio XII, essa tendência de uma possível abertura à esquerda representava uma opção perigosíssima. Era necessário evitá-la a qualquer custo. Diante de uma Europa destruída economicamente, a única solução era reforçar os contatos com a superpotência que surgira das cinzas da Segunda Guerra Mundial: os Estados Unidos. Pio XII decidiu, portanto, dirigir-se ao governo americano por meio do interlocutor e amigo Spellmann para criar uma nova ordem internacional baseada numa cruzada anticomunista: era o início da Guerra Fria.

O papa Pio XII, num discurso de Natal de 1945, indicou alguns pressupostos morais necessários para a construção de uma ordem internacional fundamentada na busca da paz:

A hora presente requer imperiosamente a colaboração, a boa vontade, a recíproca confiança de todos os povos. Os motivos de ódio, vingança, rivalidade, de antagonismo, de desleal e desonesta concorrência, devem ser mantidos longe dos debates e das resoluções pacíficas e econômicas. (...) Quem quer reparações, as deve pedir na base da ordem moral, do respeito àqueles invioláveis direitos de natureza, que permanecem também naqueles que se renderam de forma incondicional ao vencedor. (...) A força do estado totalitário! Cruel e sanguenta ironia! Toda a superfície do globo, vermelha pelo sangue derramado nestes anos terríveis, proclama altamente a tirania de tal Estado. O edifício da paz descansaria sobre uma base frágil e sempre ameaçadora, se não colocasse fim a tal totalitarismo, que reduz o homem a não ser mais do que um peão no jogo político, um número nos cálculos econômicos. Com um marco de caneta ele muda as fronteiras dos Estados; com uma decisão peremptória subtrai a economia de um povo, que permanece sempre uma parte de toda a vida nacional, às suas naturais possibilidades; com uma mal dissimulada crueldade coloca milhões de homens, centenas de milhares de famílias, na mais desesperadora miséria, as tira de suas casas e de suas terras e as desenraiza de uma civilização e de uma cultura, cuja formação foi resultado do trabalho de inteiras gerações. (...) Nas fronteiras de cada Nação, como no seio da grande família dos povos, o totalitarismo do Estado forte é incompatível com uma verdadeira e sã democracia. Como um perigoso bacilo, ele envenena a comunidade das Nações e a faz incapaz de ser a garante da segurança de cada povo. Ele representa um perigo continuado de guerra. A futura obra de paz quer tirar do mundo qualquer uso agressivo da força, qualquer guerra ofensiva¹¹³. (Tradução nossa)

¹¹³ PIO XII. Discurso de Sua Santità, "Negli ultimi sei anni". 24 dicembre 1945. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1945/documents/hf_p-xii_spe_19451224_negli-ultimi_it.html>. Acesso: 14 de fevereiro, 2010.

Pio XII alertou, portanto, contra o perigo do sistema totalitário que, no Pós-Guerra tinha apenas um nome: União Soviética.

Um dos primeiros objetivos para o qual Pio XII empenhou-se com todas as suas forças foi trabalhar para o fortalecimento dos grupos políticos na Itália liderados por católicos que haviam lutado contra os fascistas. O Partido Democrático Cristão reuniu politicamente os católicos italianos sob a guia de Alcide De Gasperi. Seu programa político fundamentava-se na Doutrina Social da Igreja. O fortalecimento desse grupo político representava a galinha dos ovos de ouro para a Santa Sé em vista da luta para barrar as forças esquerdistas que ameaçavam voltar a influenciar o mundo ocidental. Segundo Grigulévch, “o Vaticano adquiriu autoridade política e influência internacional como nunca antes, e isto tiveram que levá-lo em conta tanto os círculos governantes da Europa Ocidental, como os da América do Norte, ansiosos de fortalecer suas posições no continente europeu” (GRIGULÉVCH, 1982, p. 176).

O Vaticano empenhou-se em convencer os membros do partido da DC a manter fora dos governos nacionais as forças de esquerda, tudo isso com a ajuda de doações de dinheiro vindas dos Estados Unidos. Para obtenção desse fim, o Vaticano e os Estados Unidos não hesitaram a difundir a notícia do perigo iminente de uma invasão comunista na Itália proveniente da Iugoslávia. A notícia revelou-se infundada (GRIGULÉVCH, 1982, p. 158), contudo, na opinião pública italiana, o fantasma dessa presumida ameaça já havia se enraizado.

Estando localizada no coração da Itália, a Santa Sé conseguia influenciar profundamente o futuro político da península que se preparava às suas primeiras eleições democráticas de 1948. O fortalecimento e a difusão capilar de uma organização católica já operante na Itália serviram aos escopos da Santa Sé. Dentro da Ação Católica – organização surgida em 1867 com o nome de Sociedade da Juventude Católica Italiana e reformada em 1923, durante os anos do fascismo, quando mudou o nome em Ação Católica – foram criados os “comitês cívicos”. O presidente da Ação Católica daqueles anos era Luigi Gedda, expoente da direita católica, cuja atuação conservadora, provocou uma grave fratura interna pela presença dentro da organização de muitos católicos que desejavam uma política de conciliação para com o partido comunista. Segundo um relatório compilado sob pedido do governo estadunidense, resultava que esta organização era formada por 300 seções regionais e mais de 18 mil seções locais em todo o país. Suas atividades incluíam simples atividades como a distribuição de material de divulgação até a montagem de medidas propagandistas em escala nacional (GRIGULÉVCH, 1982, p. 158).

Eram comitês claramente anticomunistas e que tiveram muito peso no sucesso do partido da Democracia Cristã nas eleições de 1948.

Mas o trabalho dos comitês, operando também no âmbito dos operários italianos, ultrapassava as fronteiras nacionais, difundindo-se também na Holanda, França, Áustria e Bélgica. Toda a organização apoiava-se nas ajudas econômicas que chegavam à Europa por meio do Plano Marshall. O vaticanista Zizola lembra que “importantes fundos americanos afluíam nas caixas do Movimento Mondo Migliore de Padre Ricardo Lombardi e da mesma Ação Católica para contrastar o comunismo” (ZIZOLA, 2009, p. 10). Exemplo disso foi um fato ocorrido ao então presidente do grupo jovem da Ação Católica, Carlo Carretto. Durante uma audiência com Pio XII, recebeu um envelope fechado. Abrindo-o esperava encontrar uma bênção do Papa, ao invés viu um cheque de 100 milhões de liras. Voltou correndo no Vaticano achando que se tratasse de um erro. Mas foi tranquilizado pelo chefe do Governadorado, que lhe explicou que aquele dinheiro era um presente do Santo Padre para fomentar a luta dos jovens católicos contra o comunismo (ZIZOLA, op. cit., p. 10).

Dentro da Cúria, porém, um dos subsecretários de Estado do papa, monsenhor Giovanni Battista Montini, o futuro Paulo VI, recusava-se a participar desse alinhamento. Sua sucessiva nomeação a Arcebispo de Milão foi percebida pelos observadores mais atentos como uma confirmação de tal dissenso e como uma forma por parte do grupo conservador de tirá-lo da Cúria Romana, onde destoava com seu discurso de prudência e fidelidade à mensagem evangélica.

Em 1949, Pio XII, decidiu selar aquela que foi chamada sua cruzada anticomunista por meio do decreto do dia 13 de julho, da Congregação do Santo Ofício, por meio da qual ameaçava excomungar os católicos que teriam abraçado a doutrina comunista ou propagá-la, ou afiliar-se ao Partido Comunista.

O governo americano deliciou-se com o decreto do vaticano e o recompensou com uma forte soma de dinheiro que o Papa empregou durante o Ano Santo proclamado pelo papa Pio XII e que viu a afluência de milhares de católicos do mundo inteiro na capital italiana (GRIGULÉVCH, 1982, p. 161).

A Santa Sé, sob a liderança de Pio XII, que decidiu levar para frente sozinho a política internacional da Santa Sé, influenciou não somente a política italiana, mas também participou do surgimento da principal instituição multilateral, a ONU. Lebec lembra que mesmo se a Santa Sé foi excluída da Sociedade das Nações, em 1919, (e isso porque a Itália queria evitar que a Santa Sé usasse tal organismo para falar da Questão Romana

que na época ainda devia ser resolvida), isso não diminuiu o interesse do papa a participar da construção da ordem mundial pós-guerra. Com a sua mensagem de Natal de 1944, Pio XII deu sua contribuição para o projeto Dumbarton Oaks que fará nascer a ONU. Na rádio mensagem transmitida na véspera de Natal de 1944, papa Pio XII sublinhou seu apoio à formação de um órgão comum para a manutenção da paz indicando os princípios que deveriam nortear sua ação:

As resoluções até agora conhecidas das Comissões internacionais permitem de concluir que um ponto essencial de todo futuro arranjo mundial seria a formação de um órgão para a manutenção da paz, órgão investido pelo comum consentimento de autoridade suprema, e cujo ofício deveria ser também aquele de sufocar em gérmen qualquer ameaça de agressão isolada ou coletiva.

Com uma condição, porém: a saber, que a organização da paz, cujas mútuas garantias, e onde ocorrem as sanções econômicas e até a intervenção armada, deveriam dar vigor e estabilidade, não consagre definitivamente injustiça alguma, não comporte prejuízo algum de algum direito em detrimento de algum povo (quer que pertence ao grupo dos vencedores, ou dos vencidos, ou dos neutrais), não perpetue alguma imposição ou peso, que pode ser permitida apenas temporariamente como reparação dos danos de guerra¹¹⁴. (Tradução nossa)

No prosseguir do discurso, Pio XII, reiterou sua posição referente às atitudes a serem tomadas pelos vencedores após o fim do conflito. Pio XII mostrava-se preocupado pelo destino de uma Alemanha derrotada contra a qual os países vencedores reivindicavam o aniquilamento do país, ainda mais quando percebia que os soviéticos saíam do conflito com sua posição internacional reforçada sentando-se à mesa dos vencedores.

Que alguns povos, aos governos dos quais – ou talvez também em aparte a eles mesmos – atribui-se a responsabilidade da guerra, tenham a suportar por algum tempo os rigores das medidas de segurança, até quando os vínculos de mútua confiança violentamente infringidos não sejam aos poucos reatados. (...) Contudo, esses mesmos povos deverão ter também eles a fundada esperança – na medida de sua leal e efetiva cooperação aos esforços para a futura restauração – de poder ser, junto com os outros Estados e com a mesma consideração e os mesmos direitos, associados à grande comunidade das nações¹¹⁵.

¹¹⁴ PIO XII. Radiomessaggio di Sua Santità ai popoli del mondo intero. Domenica, 24 dicembre 1944. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1944/documents/hf_p-xii_spe_19441224_natale_it.html>. Acesso em: 14 de março, 2010.

¹¹⁵ PIO XII., op. cit.

Lebec evidencia como “a Santa Sé, na qualidade de organização internacional, sentia-se a vontade nessa cultura mundial de peritos de todos os países” (LEBEC, 1999, p. 107). Quando a ONU foi fundada, Pio XII enviou já em 1948 um observador oficial da Santa Sé junto à nova instituição. Em 1951, a Santa Sé entrou no Conselho executivo do Alto Comissariado para os Refugiados. Em 1964, um Observador Permanente, Monsenhor Alberto Giovannetti, instalou-se em Nova York. Isso lhe permitiu de aproximar-se das nações participantes da ONU.

Em relação à Europa, o projeto de sua unificação era um ulterior ponto em comum entre a política internacional da Santa Sé e a política dos Estados Unidos. Após a II Guerra Mundial, Pio XII dedicou muito do seu tempo a trabalhar ardentemente a esse objetivo, estimulando os futuros protagonistas dos primeiros acordos europeus. Um destes era Konrad Adenauer, alemão antinazistas, católico convicto. Este se tornou logo no período pós-guerra, um interlocutor privilegiado de Pio XII que o recebeu oficialmente no Vaticano no dia 19 de junho de 1951. Eles já se conheciam dos tempos em que Pacelli vivia na Alemanha. Por meio de personagens como Adenauer, Schumann, De Gasperi, Pio XII trabalhou para a unidade europeia que, segundo o julgamento, talvez um pouco severo do jesuíta alemão Deschner, lhe daria a possibilidade de “restabelecer um tipo de poder cristão-carolíngio” (DESCHNER, 1995, p. 297). Por essa mesma razão, Pio XII devia acolher os financiamentos do Plano Marshall que visavam reforçar a Europa para constituir o bloco ocidental contra os soviéticos.

Simbolicamente, talvez para premiar os esforços da Santa Sé, o primeiro tratado que sancionou a reconciliação franco-alemã, foi assinado em Roma, no dia 27 de maio de 1957. O papa que há tempo lutava para evitar uma capitulação incondicional da Alemanha assistiu ao retorno desse país no concerto das nações europeias acolhido com o mesmo tratamento reservado às outras nações que saíram vencedoras do conflito. Ao mesmo tempo, a Santa Sé começou a se ocupar das suas relações com a Polônia, ponto nevrálgico e estratégico do Leste Europeu, onde partir pela convicção que de lá se podia recuperar o terreno perdido.

Foi Pio XII, o papa que pela primeira vez referiu-se a realidade das igrejas nacionais sob o domínio dos governos comunistas como às Igrejas do Silêncio.

Outra realidade internacional importante durante os últimos anos do pontificado de Pio XII foi o início do processo de descolonização da África e da Ásia, junto com o movimento de libertação nacional da América Latina. Diante disso, a resposta de Pio XII foi tentar recuperar o tempo perdido, nomeando bispos do lugar e criando um clero autóctone.

Era uma tentativa de salvar a Igreja Católica e de mostrar que a Santa Sé dissociava-se das metrópoles colonizadoras. Nomeou, portanto,

três cardeais, um de Taiwan, outro da Índia e um africano, de Moçambique. Em 1955, instituiu o Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano) aconselhando os católicos Latino-Americanos a incrementar as atividades junto aos operários para mitigar a influência marxista.

Na Encíclica *Evangelii Praecones*, de 1951, sobre a necessidade de indigenização da Igreja Católica da Ásia e da África e na encíclica *Fidei Donum* (1957), sobre os processos de libertação africana, Pio XII alertava sempre sobre o perigo comunista não deixando, porém, de acusar os imperialistas ocidentais (GRIGULÉVCH, 1982, p. 165).

Até os últimos anos, continuou sua campanha contra o comunismo, mantendo seu alinhamento com os EUA, seu aliado tradicional para com o qual, porém, Pio XII, mantinha certa desconfiança. De fato, julgava perigosa também aquela *american way of life* que estava difundindo-se sempre mais na Europa, e desconfiava do protestantismo que nos Estados Unidos, superava em número e influência o catolicismo. Os bispos estadunidenses lhe pareciam progressistas demais, por isso durante seu pontificado, mesmo aumentando o número de prelados americanos presentes na Cúria Romana, os lugares-chaves do governo da Santa Sé permaneciam nas mãos de italianos (GRIGULÉVCH, op. cit., p. 166).

Como já evidenciamos, depois da exoneração do Secretário de Estado, Monsenhor Maglioni, Pio XII conduziu pessoalmente a política externa da Santa Sé, coadjuvado por dois assistentes, Monsenhores Domenico Tardini e Giovanni Battista Montini, o primeiro da corrente conservadora, o segundo mais progressista.

No final do seu pontificado, o sonho visualizado por Pio XII, após o fim do conflito mundial, de reconstruir uma civilização cristã baseada nos tradicionais valores da fé e da família parecia ter desmoronado e, paradoxalmente, não por causa do comunismo, mas da sociedade de consumo do mundo liberal ocidental.

As relações entre a Santa Sé e os Estados Unidos sofreram uma ruptura quando o Pio XII recusou-se a integrar o Pacto Atlântico e a apoiar os Estados Unidos na guerra de Coreia.

O pontificado de Pio XII começou seu eclipse, acompanhando de certa forma a decadência de uma Igreja que parecia não saber mais dialogar com o mundo contemporâneo.

Pio XII morreu no dia 8 de outubro de 1958, aos 82 anos de idade, depois de um pontificado de 19 anos, recheado de acontecimentos internacionais, sem ter assistido ao seu desejo maior: ver derrubado o comunismo.

4.2. João XXIII, o papa do diálogo

O conclave que devia eleger o novo papa foi muito seguido pela opinião pública internacional, à diferença da eleição do seu predecessor, quando os eventos políticos mundiais distraíram a atenção para com a Santa Sé. Apesar do fato de que nos últimos anos de seu pontificado, Pio XII distanciou-se do mundo, ele permanecia, aos olhos da sociedade internacional, como uma figura peculiar da história. Talvez pela sua origem aristocrática, ele foi considerado como o último príncipe de Deus. Com ele, a Igreja Católica debruçou-se sobre a modernidade, não tendo a coragem, porém, de começar a dialogar com um mundo que estava tentando se reerguer da tragédia do conflito mundial. Pio XII foi aclamado e criticado ao mesmo tempo. Aclamado pelo povo italiano por não ter poupado esforços em ajudar as vítimas da guerra e criticado pelos seus silêncios enigmáticos e pela sua linguagem, por muitos julgada pouco clara. Entre os fatores característicos das diferentes fases do pontificado de Pio XII, destacamos a imparcialidade adotada pela Santa Sé e justificada pelo fato de que o pontífice considerava-se o chefe de uma Igreja supranacional; a linguagem diplomática, mas às vezes não muito clara aos olhos da opinião pública; a herança católica de uma longa tradição antissemita; o medo do comunismo, considerado o inimigo principal, enquanto os outros seriam por comparação a ele, males menores; a preocupação com os milhões de alemães; o medo de represálias em caso de abertas denúncias.

Destaca-se, porém, a acirrada luta contra o comunismo, que ele concebia quase como uma nova cruzada, e gerara fraturas dentro dos próprios grupos católicos. O mesmo Alcide De Gasperi, líder do Partido da Democracia Cristã, se distanciara de Pio XII ao recusar a aliança proposta pelo pontífice do partido católico com o Movimento Social (herdeiro do fascismo) e os monarquistas.

A Cúria Romana, o governo máximo da Santa Sé, no período de Pio XII, encontrava-se desfalcada, ocupada apenas por prelados idosos. Nos últimos anos de seu pontificado, Pio XII havia reduzido ao mínimo as nomeações de novos cardeais. Durante o conclave que elegeria João XXIII, alguns cardeais morreram. O restante encontrava-se dividido novamente entre progressistas e conservadores, estes últimos, pressionados também pelo interlocutor americano da Santa Sé, John Foster Dulles que desejava um papa que continuasse a política externa de Pio XII (GRIGULÉVCH, 1982, p. 185).

Na disputa das duas correntes, surgiu outra possibilidade, a saber, um papa de transição, que não influenciaria demais o conservadorismo tradicional da Igreja Católica. A escolha caiu sobre o patriarca de Veneza, Angelo Giuseppe Roncalli, que, antes de deixar sua cidade, prometeu

regressar em no máximo 15 dias. O novo eleito, natural de uma pequena aldeia na região de Bergamo (norte da Itália), provinha de uma família de camponeses. Teve, porém, a oportunidade de ser escolhido pelo seu bispo para trabalhar como seu secretário, função que lhe permitiu viajar bastante, preparando-o para uma carreira diplomática bastante rica.

Antes de ser nomeado núncio na Bulgária, viveu a experiência da I Guerra Mundial, como sargento de saúde e, depois, como capelão. Sua carreira diplomática desenrolou-se a partir do contato com a Igreja Oriental, na Bulgária, de 1925 a 1934, enviado como representante diplomático (grau inferior ao núncio) e, depois, na Turquia, onde se ocupou também da Grécia. O seu profundo desejo de unidade entre católicos e ortodoxos foi reconhecido pelos representantes da Igreja Ortodoxa. A Basílica de Santa Sofia foi declarada monumento histórico, garantindo sua preservação graças, também, ao trabalho do futuro papa João XXIII (RENDINA, 1993, p. 658). Durante a Segunda Guerra Mundial, até 1945, Roncalli desempenhou papel diplomático como delegado apostólico na Turquia, onde conseguiu acolher grande número de refugiados judeus que de lá conseguiram chegar à Palestina.

Em 1945, foi nomeado Núncio de Paris, onde permaneceu até 1953. Paris foi uma nunciatura complexa pelo passado riquíssimo, mas complicado das relações com a França, considerada mais católica que a própria Roma. Este momento, também, apresentou desafios para o núncio que logo seria nomeado cardeal. O seu trato amável e em aparência simplório conseguiu mitigar a desconfiança francesa que se rendeu frente ao núncio Roncalli.

Não foi tarefa fácil, porém, solucionar o impasse surgido como o movimento dos sacerdotes operários, que alcançou bastante sucesso na França. Roncalli era propenso a considerar com simpatia tal movimento, mas a atitude de Pio XII foi de reprovação, pois lhe parecia muito similar aos ideais comunistas. Mesmo não compartilhando a decisão da Santa Sé, Roncalli obedeceu à autoridade máxima da Igreja Católica. Em 1953, foi consagrado cardeal. Essa lealdade à Santa Sé lhe serviu para tranquilizar o lado conservador da Santa Sé que via com alarme as simpatias progressistas e modernistas que de vez em quando Roncalli deixava transparecer.

De Paris, Roncalli foi destinado ao Patriarcado de Veneza, de tradição ultraconservadora, onde Roncalli também se fez notar, quebrando a tradição desse baluarte conservador, quando decidiu dar as boas-vindas aos socialistas que, em 1957, realizaram seu congresso em Veneza (GRIGULÉVCH, 1982, p. 190), além de receber congressistas da União de Mulheres, de inspiração de esquerda.

A escolha do nome como novo papa, confirmou a tendência contracorrente de Roncalli. O último papa que escolhera o nome de João, era considerado um antipapa e pirata que foi destituído em 1415.

Daquele momento em diante, nenhum papa queria esse nome. Outros afirmaram que na verdade a escolha de João não foi política, mas sentimental, pois seu avô e seu pai se chamavam João. Em todo caso, essa escolha permaneceu um símbolo significativo, especialmente pensando no que representou o pontificado de João XXIII.

O estilo de vida de João XXIII era muito diferente do dos seus predecessores. Por exemplo, ele fez questão de se aproximar do povo católico, especialmente o de Roma, saindo frequentemente pelas ruas da capital, visitando prisões, hospitais, etc. Conquistou católicos e não católicos que passaram a chamá-lo de “Papa buono” (papa bom).

Dentro da Cúria Romana, porém, o fascínio do “papa buono” não alcançava o mesmo sucesso. Outros apelidos circulavam nos corredores da Santa Sé, ele passou a ser classificado como ingênuo e simplório. Contudo, o papa considerado ingênuo não se deixou intimidar e começou a colocar ordem na casa, antes de tudo nomeando novos cardeais, que ocuparam os lugares vacantes deixados por Pio XII. Além de Monsenhor Montini e Monsenhor Tardini, foram nomeados cardeais também os bispos da Ásia e da África. O conservador Tardini, foi nomeado Secretário de Estado, uma escolha estratégica que provavelmente serviu para aplacar os ânimos do grupo conservador que pensava que Montini, mais progressista, seria o candidato escolhido pelo novo papa. Ocorre lembrar, porém, que seu secretário pessoal era Monsenhor Loris Capovilla, progressista como ele.

O primeiro sinal de abertura da Igreja Católica e de distanciamento da política do seu predecessor foi a destituição de Luigi Gedda, presidente nacional da Ação Católica e dos Comitês Civis que tanto influenciaram e sustentaram o crescimento político dos democristãos na Itália. Deu, também, a ordem a Ricardo Lombardi, chamado “o microfone de Deus”, de cessar suas atividades norteadas pela luta anticomunista (GRIGULÉVCH, 1982, p. 194). Na prática, João XXIII acabou com dois baluartes defendidos e reforçados durante o pontificado precedente dando uma clara mensagem que o combate ao comunismo não teria lugar no seu pontificado. Eram os sinais de uma política revolucionária que João XXIII estava preparando.

4.2.1 João XXII, a Revolução Cubana e a mediação na crise de Cuba

João XXIII demonstrou abertamente querer abandonar os anátemas anticomunistas de Pio XII por ocasião da Revolução Cubana, em 1959,

que terminou com a ditadura de Batista. Os latifundiários apoiados pelos Estados Unidos tentaram impedir que tal revolução tivesse êxito. A hierarquia eclesiástica cubana se alinhou com as forças burguesas contra os grupos revolucionários.

A vitória de Fidel Castro foi seguida pela expulsão de todos aqueles que haviam combatido a revolução social, incluindo os missionários estrangeiros, na maioria católicos.

João XXIII foi pressionado a romper as relações diplomáticas com Cuba, excomungando Fidel Castro. Contra toda expectativa, que já dava por descontado o alinhamento da Santa Sé com os grupos conservadores, João XXIII recusou-se a romper relações diplomáticas com Cuba e não condenar a revolução cubana.

Em 1962, João XXIII aceitou as credenciais do embaixador do novo governo de Cuba junto à Santa Sé, enquanto enviava o núncio pontifício a Cuba, Cesare Zacchi. Recebendo delegações de Cuba no Vaticano, manifestou sua aprovação às atividades de Castro (GRIGULÉVCH, op. cit., p. 196).

Durante a crise dos mísseis, entre Estados Unidos e URSS, João XXIII dialogou com todas as partes envolvidas, telefonando várias vezes ao presidente americano, Kennedy, e escrevendo ao presidente russo, Krushev. Já no ano precedente, em 1961, por meio de uma mensagem radiofônica dirigiu-se às grandes potências enviando um apelo em favor da paz mundial e pelo fim da Guerra Fria. Essa nova atitude do papado surpreendeu a opinião pública internacional que seguiu atentamente também a atuação da mediação pontifícia na crise dos mísseis, considerada por alguns, entre os quais João XXIII, como um “teatro de sombras chinesas”. O vaticanista Lebec (1999) afirma que também o Estado-maior americano teria manipulado o presidente Kennedy para empurrá-lo para a guerra. Após o fracasso da Baía dos Porcos no ano anterior à crise dos mísseis, uma vitória americana teria sido uma vingança pela humilhação sofrida.

Todavia, esta crise ofereceu a João XXIII a oportunidade de se dirigir a todos os chefes de governo e inaugurar sua política de abertura por meio de uma intervenção de mediação entre as duas superpotências do período.

No dia 25 de outubro de 1962, dirigiu aos povos do mundo e aos governantes uma mensagem radiofônica com um apelo em favor da paz no mundo. A mensagem foi difundida pela Rádio Vaticana e retransmitida pelas rádios e televisões de vários lugares do mundo, suscitando consenso e a esperança de que o apelo do papa fosse escutado pelos responsáveis diretamente interessados¹¹⁶.

¹¹⁶ O texto da mensagem radiofônica está disponível em: <<http://web.infinito.it/utenti/i/interface/RadioM2.html>>.

João XXIII, na carta que escreveu ao presidente russo Krushev, o exortava a demonstrar com os fatos o interesse da União Soviética em preservar a paz. Esta carta chegou também a ser publicada pelo jornal russo Pravda. João XXIII assim se dirigiu ao presidente russo:

Se o senhor tiver a coragem de chamar de volta os navios porta-mísseis comprovará seu amor pelo próximo, não apenas para com a vossa nação, mas para com toda a família humana. Passará à história como um dos pioneiros de uma revolução de valores baseados no amor. O senhor pode sustentar de não ser religioso, mas a religião não é um conjunto de preceitos, mas o empenho à ação no amor de toda a humanidade que quando autêntico une-se ao amor de Deus, portanto, mesmo não pronunciando o nome dele, somos religiosos¹¹⁷.

A mediação papal contribuiu na resolução do conflito, dando aos dois presidentes a possibilidade de evitar um confronto que parecia de difícil resolução.

No dia 28 de outubro, o presidente russo ordenou o desmantelamento dos mísseis na ilha de Cuba recebendo a promessa americana de remover os mísseis na Turquia e de não invadir Cuba.

No dia 15 de dezembro de 1962, Krushev enviou o seguinte bilhete a João XXIII: “A Sua Santidade Papa João XXIII. Por ocasião das santas festas do Natal peço-lhe de aceitar os votos e as congratulações de um homem que lhe deseja saúde e força para sua constante luta em favor da paz, da felicidade e do bem-estar”¹¹⁸.

O diálogo aberto entre a máxima autoridade da Igreja Católica e o presidente da superpotência comunista foi a semente de uma nova política externa da Santa Sé que recebeu o nome de *Ostpolitik*. Inaugurada por João XXIII e continuada pelo seu sucessor, Paulo VI, terminará com João Paulo II.

4.2.2. João XXIII, o Concílio Vaticano II e seus reflexos no cenário internacional

O pontificado de João XXIII marcou o início de um processo de abertura da Igreja Católica para com os não católicos, sobretudo voltada aos países que faziam parte da região sob influência soviética. João XXIII olhava para o Oriente – onde exerceu suas atividades de Núncio – como ao

¹¹⁷ GIOVANNI XXIII *apud* RENDINA, op. cit., p. 660.

¹¹⁸ KRÚŠČEV *apud* RENDINA, op. cit., p. 661.

pulmão que faltava à Igreja Católica para respirar plenamente. Segundo o filósofo russo Wladimir Soloviev, de fato, o mundo teria dois pulmões, um ocidental, que é técnico, e um oriental, que é contemplativo (LEBEC, 1999). João XXIII estava convencido que apenas por meio da união das duas realidades, a Igreja Católica estaria em condição de realizar plenamente sua missão. Isso explicaria a mudança radical da política externa da Santa Sé em relação aos países comunistas. O papa, desde o início de seu pontificado, recusou-se a condenar o comunismo e buscou o diálogo com governos até então considerados por alguns críticos ocidentais como os piores e mais perigosos inimigos da humanidade.

No seu primeiro discurso como Sumo Pontífice, ele lembrou que quase todos os papas, seus predecessores, que escolheram como ele o nome de João, tiveram um pontificado de breve duração¹¹⁹. Isso foi interpretado como o desejo por parte do novo papa de ocupar por pouco tempo a sede pontifícia. Contudo, aquilo que devia ser um papado de transição, revelou-se um verdadeiro “terremoto”. Com o anúncio, pouco tempo após sua eleição, da convocação do Concílio Vaticano II, os grupos conservadores da Igreja tremeram e apresentaram suas reclamações ao pontífice. Respondendo a estes últimos, João XXIII assim justificou sua decisão: “A Igreja é um jardim a ser cultivado e não um museu de antiquário”¹²⁰.

Na famosa encíclica *Mater e Magistra*, de 1961, pela primeira vez um papa se dirigiu não apenas aos católicos, mas a “todos os homens de boa vontade” manifestando o desejo de dialogar com todos, sem distinção de pertença política ou religiosa. Durante seu pontificado, João XXIII cumpriu passos surpreendentes para sua época, como a busca do diálogo com a República Popular da China, de Mao Zedong¹²¹, e a audiência dada ao genro e à filha de Nikita Krushev. A busca do diálogo com a União Soviética era motivada, segundo Giulio Andreotti, pela convicção do papa de que a “União Soviética, com seus vinte milhões de mortos durante a Segunda Guerra Mundial, não poderia senão desejar a paz, e isso ele o disse, entre outros, também ao vice-presidente Johnson, encorajando-o a trabalhar em favor da distensão com a Rússia”¹²².

O vaticanista italiano Giancarlo Zizola definiu a Igreja Católica anterior ao Concílio Vaticano II como uma instituição religiosa ainda impregnada de anticomunismo que “não conseguia levantar o olhar do próprio acampamento, onde se encontrava entrincheirada, enrijecida pelo medo” (ZIZOLA, 2009, p. 15).

¹¹⁹ GIOVANNI XXIII. *Discorso del Santo padre Giovanni XXIII con il quale accetta il Supremo mandato*. Basilica Vaticana, 28 ottobre 1958. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/speeches/1958/documents/hf_j-xxiii_spe_19581028_accettazione-mandato_it.html>. Acesso: 7 de dezembro, 2010.

¹²⁰ GIOVANNI XXIII *apud* RENDINA, Claudio. *I Papi. Storia e segreti*. Milão: Grandi Tascabili Economici Newton, 1993, p. 660.

¹²¹ Cf. CARLETTI, Anna. *Diplomacia e Religião: Encontros e desencontros nas relações entre a Santa Sé e a República Popular da China de 1949 a 2005*. Brasília: FUNAG, 2008.

¹²² ANDREOTTI, Giulio *apud* RENDINA, op. cit. P. 660.

Filho de camponeses, de origem humilde, João XXIII soube identificar, durante as experiências anteriores à sua eleição, as dificuldades da Igreja, a crise que essa instituição milenar estava atravessando e a necessidade de se abrir ao mundo contemporâneo.

Com o Concílio Vaticano II, João XXIII abriu o diálogo não apenas entre a Igreja Católica e as outras confissões cristãs, mas buscou estreitar laços de amizade com os judeus e com os regimes comunistas. Os meios de comunicação começaram a ter acesso aos até então misteriosos mecanismos de funcionamento do papado contribuindo, desta forma, à abertura e à difusão do novo projeto político da Santa Sé.

O vaticanista Zizola lembra que, antes de João XXIII, a informação religiosa era concentrada quase que exclusivamente sobre a Cúria Romana, a qual era ao mesmo tempo fonte e objeto da notícia. O papa era o único que podia se expressar. Com o novo pontífice, registraram-se mudanças significativas, as igrejas periféricas tornaram-se sujeitos importantes assim como as comunidades religiosas separadas de Roma (ZIZOLA, 2009, p. 25).

A convocação do Concílio foi precedida por atitudes consideradas na época revolucionárias como a audiência no Vaticano ao Arcebispo de Canterbury, Geoffrey Fisher; a viagem dos prelados vaticanos a Moscou, para convencer o patriarca russo a enviar observadores russos ao Concílio; e, em seguida, a encíclica *Pacem in Terris*, que inaugurava a distensão e o diálogo com o presidente russo.

A intenção do papa João XXIII de mudar as relações da Igreja com o mundo, estava clara para todos, contudo, muitos dos seus colaboradores não pensavam que mudanças seriam realizadas dentro da própria Igreja Católica.

Durante o Concílio, aberto no dia 25 de janeiro de 1959, reinava a divisão dentro da Cúria Romana entre o núcleo conservador, liderado pelo Cardeal Ottaviani, que se opunha ao impulso de abertura de João XXIII, e o grupo mais aberto, composto, na sua maioria, por bispos provenientes de todas as partes do mundo.

O último concílio tinha sido convocado um século antes e havia proclamado a infalibilidade do pontífice, justamente no período em que a Santa Sé estava perdendo definitivamente seu poder temporal.

O novo Concílio, de João XXIII, inaugurava uma nova etapa na Igreja Católica ao convidar cristãos não católicos a participarem do Concílio, dirigindo-se particularmente aos ortodoxos. Lembramos, porém, que a maioria deles encontrava-se além da cortina de ferro. A Santa Sé enviou aos representantes da Igreja Ortodoxa russa um convite oficial através do patriarca de Constantinopla, mas Moscou queria um pedido direto, demonstrando assim o desejo de tratar

diretamente com Roma para resolver as dificuldades que estavam separando as duas igrejas.

A separação entre a Igreja de Moscou e Roma não parecia afetar as relações do governo russo com a Santa Sé. Kruschev fez questão de demonstrar sua adesão à preocupação demonstrada por João XXIII para a obtenção da paz ao saber que o papa havia apoiado a conferência dos não alinhados de Belgrado ocorrida em setembro de 1961 com o objetivo de rejeitar a Guerra Fria.

João XXIII decidiu que o Concílio não condenaria o comunismo, justamente para permitir a presença dos representantes de Moscou e Sofia. Os enviados da Igreja Ortodoxa chegaram um dia após a abertura do Concílio, que se propôs, entre seus numerosos objetivos, renovar sua linguagem para ser mais bem compreendida pelos contemporâneos.

Apesar do segredo conciliar imposto na primeira sessão do Concílio Vaticano II, os jornalistas, que seguiam as várias sessões do Concílio, recebiam notícias confidenciais de alguns de seus preladados confidentes que revelavam à imprensa os jogos políticos dos conservadores, muitas vezes desconhecidos pelos próprios integrantes do Concílio. Isso acabou influenciando o desenvolvimento do Concílio, pois tais publicações acabavam provocando revoltas internas que permitiram mudar os destinos do Concílio já traçados pelos seus opositores.

Antes do Concílio, em outubro de 1959, foi constituída pela primeira vez uma Assessoria de Imprensa oficial vaticana que, apesar do seu fraco desempenho, representou uma inovação relevante para a época.

No final de maio de 1963, a notícia da doença até então escondida de João XXIII foi revelada, um câncer no estômago marcou o fim do período revolucionário da Igreja Católica. A agonia do pontífice durou 3 dias, durante os quais jornalistas do mundo todo se reuniram ao redor do Vaticano, demonstrando como, em poucos anos, João XXIII conseguira deixar sua marca na história do papado principalmente por meio de sua obra de mediação entre as grandes superpotências. O pontificado de João XXIII durou 4 anos, 7 meses e 6 dias, durante o qual criou 55 cardeais.

Segundo o vaticanista italiano Zizola, nem todos ficaram tristes pela morte de João XXIII. Circulando nos corredores do Vaticano, o jornalista lembra do “sentimento de alívio que se lia no rosto de alguns preladados vaticanos, sob a máscara de um luto de circunstância. A sua ação foi fortemente combatida e não eram poucos os que desejavam que o sucessor não convocasse de novo o Concílio e uma nova sessão” (ZIZOLA, 2009, p. 47).

4.3. Paulo VI

O nome do papa Paulo VI era Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini. Nascido em 1897, era filho de um político católico e provinha de uma pequena cidade do norte da Itália, na província de Brescia. Antes de sua eleição, Montini ocupou cargos importantes no âmbito da diplomacia pontifícia, entre os quais se destacou sua atuação como Subsecretário de Estado no pontificado de Pio XII. Trabalhou na Secretaria de Estado por cerca de 30 anos, adquirindo notável experiência do funcionamento político da Cúria Romana. Após esse longo período, foi arcebispo de uma das mais importantes dioceses italianas, a de Milão. Conhecido como liberal e progressista, durante o pontificado alternou posições progressistas e posições conservadoras, recebendo o apelido de Hamlet, conhecida personagem shakespeariana que demonstrava indecisão frente a escolhas importantes.

A escolha desse papa foi quase que automática. O conclave durou apenas 42 horas. Os olhares dos cardeais participantes ao conclave pousaram-se sobre o cardeal Montini, sobretudo, pela sua formação anterior que o preparava a ocupar o lugar deixado pelo papa João XXIII. Uma tarefa difícil o esperava, pois João XXIII foi o papa que lançou a Igreja num turbilhão de reformas. Reformas essas, que, se de um lado encontraram a oposição do grupo conservador da Cúria Romana, de outro despertaram na maioria dos bispos e cardeais – sobretudo os dos outros continentes – a esperança da renovação da Igreja Católica. O novo papa deveria decidir como continuar o legado deixado pelo papa João XXIII, imprimindo novo alento às tendências renovadoras ou freando tais reformas. Em todo caso, o novo papa devia possuir uma boa preparação de cunho político e Monsenhor Montini provinha de uma carreira ascendente no âmbito da diplomacia.

Tal carreira começou na Academia dos Nobres Eclesiásticos, a escola diplomática do Vaticano que até poucos anos antes do ingresso de Montini recebia entre as suas fileiras apenas os sacerdotes provenientes das famílias nobres. Após ter terminado os estudos, Montini foi enviado por alguns meses junto à Nunciatura de Varsóvia, na Polônia. Em 1925 começou a trabalhar na Secretaria de Estado, onde permaneceu por 30 anos, trabalhando para Pio XII. Nesse período romano, Montini exerceu também o cargo de assistente espiritual de uma organização católica, a FUCI (Federação Universitária Católica Italiana), cujos jovens membros ocupariam alguns anos mais tardes cargos políticos importantes dentro da Democracia Cristã. Em 1951, Pio XII o enviou aos Estados Unidos com

a missão de trabalhar para o estabelecimento de relações diplomáticas. O presidente Truman demonstrou seu interesse indicando o nome de um possível embaixador junto à Santa Sé. O projeto, porém, não se realizou devido à oposição dos congressistas americanos. O objetivo principal da visita do enviado do papa não tivera sucesso, mas Montini conseguiu estreitar, naquela visita, bons contatos com a sociedade civil estadunidense assim como com o episcopado local.

Em 1953, Montini foi nomeado Subsecretário de Estado junto com Monsenhor Tardini. Um cargo importante que lhe garantiria a púrpura de cardeal. De fato, Pio XII quis tornar os seus dois subsecretários cardeais, mas Montini não aceitou, obrigando o outro candidato a fazer o mesmo. No ano seguinte, surpreendentemente, Pio XII procedeu à nomeação de Montini como novo arcebispo de Milão. Tal nomeação foi vista pelos demais como um sinal de esfriamento de suas relações com o papa Pio XII. Os motivos apontados por alguns críticos de Montini fundar-se-iam no fato de que Pio XII teria descoberto que Montini defenderia uma visão de política externa independente da sua. Naquele mesmo período, na China de Mao Zedong, havia o risco de institucionalizar uma Igreja nacional dividida de Roma. O cisma parecia iminente. Monsenhor Montini teria escondido de Pio XII, adverso ao comunismo, documentos que provariam a tentativa de alguns bispos chineses de dialogar com o governo comunista de Pequim. Essa atitude de cumplicidade com os bispos chineses custou-lhe a confiança de Pio XII.

Tal afastamento, porém, não significou uma mudança de atitudes por parte de Monsenhor Montini. Durante sua permanência em Milão, destacou-se pela aproximação com a classe operária, visitando as indústrias e falando diretamente aos operários. Ele buscava diminuir, desta forma, o abismo que tinha se criado entre a Igreja e os operários (GRIGULÉVCH, 1982, p. 232). Entre esses últimos, deviam estar também grupos comunistas, mas Montini não fez diferença entre eles, chegando a receber na arquidiocese o secretário da federação de Milão do Partido Comunista Italiano, Armando Cossutta. O evento era extraordinário, lembrando que o pontificado de Pio XII foi caracterizado pelo contínuo e acirrado anticomunismo e pela recusa do pontífice em entabular qualquer tipo de diálogo com grupos comunistas.

Com a eleição de João XXIII, Montini foi logo reabilitado, sendo um dos primeiros escolhidos entre os novos cardeais. O novo papa o chamou para ser seu direto colaborador durante o Concílio Vaticano II, pois como João XXIII, ele também mantinha uma atitude aberta às outras confissões religiosas e às outras religiões. Contudo, após sua eleição, segundo Rendina, o progressista Montini começou a mostrar sinais contraditórios, mostrando-se partidário

de um “reformismo controlado” (RENDINA, 1993, p. 663), distanciando-se, portanto, do espírito revolucionário do seu predecessor.

4.3.1. Paulo VI e o Concílio Vaticano II

Durante as sucessivas sessões conciliares, a luta interna entre progressistas e conservadores manteve-se constante. Nessas circunstâncias, Paulo VI devia alternar abertura com conservadorismo num jogo diplomático ao qual estava acostumado pela sua trajetória precedente. Talvez por isso, o novo pontífice preferiu adotar, no seu governo, um projeto de reforma moderado limitando suas naturais tendências progressistas. Demonstração disso foi a discussão sobre a colegialidade dos bispos, reivindicação da maioria dos bispos durante o Concílio Vaticano II. Paulo VI, diante da disputa entre os dois grupos, reiterou a primazia do pontífice em detrimento de um maior poder de representatividade que a aceitação da colegialidade dos bispos teria representado para o governo da Igreja Católica (RENDINA, 1993, p. 663). Em outras ocasiões, porém, a tendência progressista prevalecia como quando, em ocasião da abertura da segunda sessão do Concílio, em 29 de setembro de 1963, Paulo VI apresentou-se à assembleia dos bispos sem a tiara papal, preferindo usar apenas a mitra episcopal, colocando-se dessa forma, simbolicamente, no mesmo plano que os outros bispos. Segundo Grigulévch, tal gesto ressoou como um apoio ao grupo progressista (GRIGULÉVCH, 1982, p. 238). Naquela mesma sessão o grupo conservador, liderado pelo Cardeal Siri, tentou convencer a assembleia do Concílio a posicionar-se contra o comunismo, tentativa à qual João XXIII se era oposto categoricamente. Paulo VI seguiu os passos do seu predecessor e bloqueou tal tentativa. Outras vitórias dos renovadores foram a aprovação definitiva da liturgia nas línguas nacionais abdicando do latim, língua litúrgica tradicional, e o reconhecimento da liberdade de consciência que pressupunha o direito de cada pessoa de seguir a própria religião, e para os ateus de seguir a própria consciência.

A terceira sessão começou em 1964. As principais discussões giraram ao redor de temas como a atividade missionária, as igrejas católicas orientais e o ecumenismo. Paulo VI, como ocorrera na sessão precedente, trabalhou nos bastidores, procurando contentar ora os conservadores ora os progressistas. Foram aprovadas nesta sessão documentos importantes como a Declaração Sobre a Liberdade Religiosa e o Documento Sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo. O Documento *Gaudium et Spes*,

por exemplo, envolvia temas típicos do período da Guerra Fria, como a crítica da corrida armamentista.

Em dezembro de 1965, Paulo VI decidiu mudar o nome do Santo Ofício (ex-Inquisição), para Congregação para a Doutrina da Fé. Abolia-se, com essa mudança, o Índice dos livros proibidos.

À conclusão do Concílio Vaticano II, Paulo VI e o Patriarca Atenagora, autoridade máxima da Igreja Ortodoxa Oriental tomaram a importante decisão de anular as excomunhões que, durante o Grande Cisma, as respectivas autoridades tinham trocado entre si. No dia 7 de dezembro de 1965, concluía-se o Concílio Vaticano II.

4.3.2. Paulo VI e os desafios do mundo contemporâneo

Em 1963, primeiro ano de pontificado, Paulo VI iniciou aquela que podemos chamar de uma política externa da Santa Sé caracterizada pela busca da distensão internacional. E como primeiro ato de sua política externa ele enviou um telegrama de felicitação aos chefes das grandes potências, em que saudava a assinatura do Tratado de Proibição de Testes Nucleares. O Telegrama foi enviado ao Presidente do Conselho dos Ministros da URSS, em 5 de agosto de 1963, dizendo:

A assinatura do Tratado de Proibição de Testes Nucleares nos emocionou profundamente, já que o percebemos como prova de boa vontade, presente de concórdia e promessa de um futuro mais sereno, do qual se congratula nossa alma que aspira sempre ao bem-estar da humanidade. Junto com as expressões de satisfação que experimentamos ao ver realizar-se a esperança que surge em todas as partes do mundo, enviamos nossas felicitações pela assinatura de um tratado que traz muito alívio e é tão significativo. Imploramos a Deus que abra o caminho de uma paz nova e autêntica na terra. (PAULO VI *apud* GRIGULÉVCH, 1982, p. 238)

Era a continuação de um diálogo com o mundo externo ensaiado com João XXIII, mas que caberia a Paulo VI fortalecer e fazer que os grupos mais reacionários dentro e fora da Cúria Romana aceitassem esse novo rumo da Igreja Católica. Paulo VI começou a transpor os limites italianos e realizou viagens históricas onde nenhum papa chegara ainda.

A primeira viagem de Paulo VI, como papa, foi em Jerusalém e, logo depois, na Índia, nos primeiros dias de dezembro de 1964. Quatro milhões de pessoas o acolheram durante o trajeto do aeroporto até a

cidade de Bombaim. Uma acolhida inesperada num país cuja maioria da população é não crista (ZIZOLA, 2009, p. 69).

No ano seguinte, outra viagem peculiar, a primeira visita de um pontífice na ONU.

Paulo VI aceitou o convite do então Secretário-Geral da ONU, U Thant para visitar as Nações Unidas, durante sua viagem nos Estados Unidos. Pela primeira vez um papa falou aos membros da Assembleia Geral das Nações Unidas. É interessante lembrar que naqueles anos não eram muitos os Estados que mantinham relações diplomáticas com a Santa Sé. Na ocasião da eleição de Paulo VI, em 1963, eram apenas 46 países (LAJOLO, 2008).

No início de seu discurso quis evidenciar o objetivo da presença da Santa Sé junto à mais importante Organização Internacional, sublinhando que a sua presença não se limitava a representar apenas os católicos, mas todos os cristãos:

Et quelle que soit votre opinion sur le Pontife de Rome, vous connaissez Notre mission: Nous sommes porteur d'un message por toute l'humanité. Et Nous le sommes non seulement en Notre Nom personnel et au nom de la grande famille catholique: mais aussi au nom des Frères chrétiens qui partagent les sentiments que Nous exprimons ici, et spécialement de ceux qui ont bien voulu Nous charger d'être leur interprète¹²³.

Paulo VI apresentou a Santa Sé como “especialista em humanidade”, qualidade justificada pelo papa pela experiência acumulada pela Igreja Católica ao longo dos séculos. Como representante dessa “especialista em humanidade”, ratificou o valor da instituição das Nações Unidas, considerada pelo pontífice como a mais alta e importante organização internacional definindo-a como o “caminho obrigatório da civilização moderna e da paz mundial”.

Notre message veut être tout d'abord une ratification morale et solennelle de cette haute Institution. Ce message vient de Notre expérience historique. C'est comme “expert en humanité” que Nous apportons à cette Organisation le suffrage de Nos derniers prédécesseurs, celui de tout l'Episcopat Catholique et le nôtre, coinvaincu comme Nous le sommes que cette Organisation représente le chemin obligé de la civilisation moderne et de la paix mondiale¹²⁴.

¹²³ PAOLO VI. *Discours du Pape Paul VI à l'Organisation des Nations Unies à l'occasion du 20ème anniversaire de l'organisation. Lundi 4 octobre 1965.* Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations_fr.html>. Acesso: 20 de setembro, 2009.

¹²⁴ Ibid.

O apelo à paz lançado pelo papa Montini era dirigido especialmente à guerra do Vietnã. As tentativas por parte do Vaticano de convencer os Estados Unidos a suspender os bombardeamentos no Vietnã do Norte chocavam-se com a atuação do cardeal de Nova York, Francis Spellmann que, ao contrário do papa Paulo VI, parecia abençoar e encorajar as tropas americanas no Vietnã. Uma fotografia do Monsenhor Spellmann rezando missa na capital vietnamita num altar feito de bombas girou o mundo contrastando com as palavras de Paulo VI (ZIZOLA, 2009, p. 102).

O papa decidiu então encontrar o presidente americano, na época Lyndon Johnson. O objetivo era dar sua contribuição para que se encontrasse uma saída num conflito que parecia sem solução. O custo da guerra por parte da potência americana não dizia respeito apenas ao dinheiro. O conflito do Vietnã marcou o início do declínio da superpotência americana. Paulo VI, com sua experiência diplomática, queria ajudar o presidente estadunidense a encontrar uma saída honrosa do conflito. Primeiramente foi instituída uma Jornada Mundial da Paz, que seria celebrada todos os anos, no primeiro dia do ano. Na véspera do Natal de 1967, Paulo VI recebeu a visita do presidente americano. Durante o colóquio, Paulo VI, após ter escutado as explicações do presidente Johnson, afirmou que a Santa Sé podia entender as razões que haviam levado os Estados Unidos a começar a guerra, mas que em nenhum caso, podia ser justificado o uso das armas. O papa Paulo VI pediu aos Estados Unidos uma trégua dos bombardeamentos como demonstração que os Estados Unidos queriam encerrar o conflito. Johnson pediu à Santa Sé para atuar como mediadora entre Saigon e a Frente de Libertação Vietnamita, proposta que foi aceita pelo papa e pelo Monsenhor Casaroli, o diplomata da *Ostpolitik* que assistia ao colóquio junto com o Secretário de Estado.

Naqueles mesmos anos, da América Latina chegavam os gritos de socorro de uma parte da Igreja Católica que estava sucumbindo sob ditaduras militares. O vaticanista Zizola lembra que em setembro de 1970 chegou no Vaticano um presente vindo do cárcere Tiradentes, de São Paulo, onde alguns religiosos foram presos e estavam sendo torturados. O presente era uma cruz de madeira sobre a qual os religiosos haviam colocado suas assinaturas. Era notória a tradição de colaboração dos altos prelados católicos com os ditadores da América Latina, linha de atuação que até então o Vaticano não havia contrastado. Mas, após o recebimento dessa cruz, que chegou até o pontífice, a Santa Sé decidiu, pela primeira vez, denunciar abertamente os crimes cometidos pelo governo brasileiro (ZIZOLA, 2009, p. 155).

Outra intervenção diplomática de Paulo VI, naqueles anos, dizia respeito aos movimentos de liberação na África. Em maio de 1970, os

chefes da luta de liberação antiportuguesa em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, estariam em Roma para participar de uma conferência internacional. Eles manifestaram o desejo de ter uma audiência junto ao papa Paulo VI. À audiência particular com o papa, participaram Marcelino dos Santos, de Moçambique, Agostinho Neto, de Angola, e Amílcar Cabral, da Guiné e Cabo Verde, no dia 1 de julho de 1970. Na audiência, Paulo VI fez questão de sublinhar que a Igreja estava do seu lado, apoiando a luta pela justiça, liberdade e independência nacional. Mais uma vez, como acontecera com o Brasil, a Santa Sé se dissociava da linha política dos governos conservadores. Mesmo sugerindo que o órgão de imprensa vaticano não publicasse o encontro por razões diplomáticas, não fez nada para impedir que os representantes dos países africanos divulgassem as notícias, sublinhando o fato de que o papa Paulo VI os havia recebido como representantes de seus países. Portugal não economizou críticas, ordenando ao Embaixador português credenciado junto à Santa Sé de voltar para consultas. O presidente português manifestou sua profunda preocupação pela audiência que o papa reservara a “terroristas africanos”. O Vaticano tentou reduzir a importância de um evento que, na realidade, tinha sido preparado nos mínimos detalhes (ZIZOLA, 2009, pp. 158-159).

Paulo VI havia viajado no ano anterior para África, a primeira vez que um papa pisava sobre o território africano. Em agosto de 1969, chegou a Uganda recebendo grande acolhida pelo governo e pelos católicos africanos que no país representavam cerca de 60 por cento da população. Nos seus discursos, o papa enfrentava temas como o abismo entre a miséria do Biafra e a riqueza da Nigéria, ou a guerra civil entre o norte e o sul do Sudão. Ele quis encontrar as delegações dos países em guerra tentando agir como mediador em favor da paz. Seus esforços caíram no vazio. Voltando para Roma, lhe restava agir no campo humanitário onde a Igreja Católica desempenhava um papel relevante entre as associações não governamentais. Lançou uma campanha para ajudar as crianças do Biafra, na Nigéria.

No final de novembro de 1970, Paulo VI realizava outra viagem histórica, agora rumo à Ásia. Os destinos escolhidos para a visita papal foram Manila, nas Filipinas, as ilhas Samoa, Sidney, na Austrália, a colônia britânica de Hong Kong e Colombo. Em Manila, o papa escapou de ser morto pelo ataque de um pintor boliviano, vestido à maneira chinesa, que ameaçando o papa com um crucifixo, o atacou desferrando duas punhaladas no tórax. O médico que socorreu o papa, afirmou que as duas punhaladas passaram rente na esquerda e na direita da veia jugular do papa. Segundo Zizola, o ataque não teria sido um simples ato de um desequilibrado, pois,

logo em seguida, aos jornalistas estrangeiros que seguiam o papa foram entregues fotos e biografia do protagonista do ataque. O motivo para tal ato teria sido, segundo os jornalistas, convencer o papa a tomar cuidado quando da sua visita a Hong Kong, de onde o papa queria discursar dirigindo-se ao gigante asiático, fechado naqueles anos pela Revolução Cultural (ZIZOLA, 2009, p. 164). Desde o papado de João XXIII, a postura da Santa Sé com a China comunista mudara de rumo. Se, Pio XII, com seus sentimentos acirrados contra os comunistas, fechara-se a qualquer tentativa de diálogo com o governo comunista, ensaiado pelos bispos chineses, João XXIII, por contra, decidiu mudar de atitude, e recusou-se a usar a palavra cisma quando se tratava da Igreja Chinesa, que mesmo dividida internamente entre Igreja Oficial e Igreja Clandestina, permanecia de certa forma vinculada a Roma. Paulo VI adotou a mesma postura de seu predecessor e, por meio de Monsenhor Casaroli, procurou incentivar a aproximação da Santa Sé à Igreja da China. Por isso, a etapa de Hong Kong representava um ponto alto de sua viagem. Ele chegava às portas da China continental e de lá queria se dirigir aos católicos chineses. Por causa desse atentado, a Cúria Romana convenceu o papa a redimensionar o discurso preparado para aquela ocasião. Foram-lhe concedidas apenas três horas de visita. O povo chinês chegou numeroso para saudá-lo, à diferença das autoridades inglesas que não se apresentaram. De certa forma, o fato de Paulo VI ter escolhido como interlocutor privilegiado para seu discurso a China de Mao Zedong, podia ser lido nas entrelinhas como uma espécie de reconhecimento extraoficial da legitimidade do governo de Mao. Essa hipótese pode ser confirmada pelo pedido que Paulo VI fez às Nações Unidas, em 1971, de aceitar a China como membro da Assembleia Geral.

Em 1973, nova etapa da diplomacia pontifícia. Paulo VI recebeu a visita do primeira-ministra de Israel, Golda Meir. Em 1964, durante sua visita à Terra Santa, Paulo VI chamou a atenção do governo de Israel sobre a importância de respeitar os direitos humanos de todos os ocupantes da Palestina, cristãos e árabes, defendendo, portanto, a causa dos palestinos. Naturalmente, essa posição não agradou ao governo de Israel. Nove anos depois, Paulo VI repetiu os mesmo argumentos, encontrando, também dessa vez, a mesma resistência israelense (ZIZOLA, 2009, p. 208).

4.3.3. A *Ostpolitik* de Paulo VI

Durante o pontificado de Paulo VI, a Santa Sé adotou uma nova linha de política externa, direcionada especialmente aos países do Leste

Europeu, que se encontravam na região de influência soviética. Tal linha inovadora recebeu o nome de *Ostpolitik*. Paulo VI escolheu Monsenhor Agostinho Casaroli como o interlocutor do Vaticano junto aos países comunistas. Lembramos que os primeiros passos da nova política externa da Santa Sé foram movidos ainda sob o pontificado de João XXIII, em 1958, quando o Cardeal de Viena, Franziskus König foi enviado pelo próprio pontífice a Budapeste para encontrar o primaz da Hungria, cardeal Jozsef Mindszenty (ZIZOLA, 2009, p. 27). Contudo, tal política desenvolveu-se plenamente com Paulo VI, sendo parte integrante da contribuição que a Santa Sé trouxe para superar a divisão provocada pela Guerra Fria. Ela fundava-se no pressuposto que era necessário construir um diálogo com os países comunistas, abdicando portanto da tradicional postura anticomunista que caracterizou o pontificado de Pio XII.

A estratégia diplomática de Monsenhor Casaroli não foi, portanto, aquela de combater o marxismo, mas de procurar, junto aos governos com os quais ele tratava de tutelar, nos limites do possível, a vida das Igrejas locais, obtendo dos governos a garantia de um mínimo de liberdade religiosa para os católicos dos países comunistas. Por meio dos acordos assinados neste período entre a Santa Sé e alguns países da Europa Oriental, as igrejas locais conseguiram sobreviver e muitas foram as vidas salvas de sacerdotes e religiosos até então perseguidos. Dois acordos em particular são considerados decisivos. O primeiro, chamado Protocolo Anexo entre a Santa Sé e a Hungria, do dia 15 de setembro de 1964, que foi considerado na época como um sucesso inimaginável da *Ostpolitik* vaticana. Era o primeiro acordo a ser assinado entre a Igreja Católica e o governo comunista. O segundo acordo foi com a Iugoslávia, de 25 de junho de 1966¹²⁵, através do qual a Santa Sé obteve que o governo de Belgrado reconhecesse a autoridade dos bispos sobre os católicos. De sua parte, o Vaticano aceitou respeitar expressamente a legislação do Estado socialista (DESCHNER, 1995, p. 421).

Monsenhor Casaroli mantinha contatos regulares também com a Polônia católica e com a Tchecoslováquia. Em 1968, a distensão prometida pelo novo líder do partido, Alexander Dubcek oferecia sinais de esperança. O governo libertou sacerdotes e as restrições impostas à Igreja Católica foram retiradas. Contudo, a invasão soviética e o conseqüente fim da “primavera de Praga” decepcionaram o papa, mas não a tal ponto que a Santa Sé abandonasse a *Ostpolitik*.

Em 1975, o convite recebido pela Santa Sé a participar da Conferência sobre Segurança de Helsinki, foi interpretado como um reconhecimento

¹²⁵ LORA, Ermínio (Org.) *Enchiridion dei Concordati: due secoli di storia dei rapporti chiesa-stato*. Bologna: EDB, 2003, p. 1335.

à eficácia da diplomacia vaticana daquele período. O Cardeal Agostinho Casaroli participou da Conferência, em veste de representante oficial do papa Paulo VI. Pela primeira vez, a Santa Sé participava como protagonista no mesmo nível que outros Estados discutindo temas relevantes como o respeito dos direitos humanos, a liberdade de pensamento e em particular a liberdade de religião. O Cardeal Casaroli participou da conferência e da redação do documento final discutindo com personagens do mundo comunista como Leonid Brezhnev, Josip Broz Tito, Nicolai Ceausescu e figuras do mundo ocidental como Henry Ford, Valery Giscard D'Estaing e Harold Wilson¹²⁶.

4.3.4. Paulo VI e a América Latina

As relações entre Paulo VI e a América Latina foram marcadas por uma de suas encíclicas mais conhecidas: a *Populorum Progressio*, documento profundamente influenciado pelos acontecimentos da Igreja Católica na América Latina. A *Populorum Progressio* foi publicada no dia 26 de março de 1967 e apresentava como núcleo central a questão social. Mesmo reconhecendo o direito de propriedade privada, como já fizeram seus predecessores, o papa sublinhou que não se tratava de um direito incondicional e absoluto, defendendo o direito à expropriação em prol do bem comum.

A propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Ninguém tem direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o necessário. Numa palavra, “o direito de propriedade nunca deve exercer-se em detrimento do bem comum, segundo a doutrina tradicional dos Padres da Igreja e dos grandes teólogos”. Surgindo algum conflito “entre os direitos privados e adquiridos e as exigências comunitárias primordiais”, é ao poder público que pertence “resolvê-lo, com a participação ativa das pessoas e dos grupos sociais” (...). O bem comum exige por vezes a expropriação, se certos domínios formam obstáculos à prosperidade coletiva, pelo fato da sua extensão, da sua exploração fraca ou nula, da miséria que daí resulta para as populações, do prejuízo considerável causado aos interesses do país¹²⁷.

¹²⁶ SCHAMBECK, Herbert. Il cardinale Agostino Casaroli: il diplomatico della politica pastorale. Disponível em: <<http://www.stpauls.it/vita03/0308vp/0308vp38.html>>. Acesso: 20 de março, 2009.

¹²⁷ PAULO VI. *Carta Encíclica Populorum Progressio sobre o Desenvolvimento dos Povos, 26 de março de 1967*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html>. Acesso em: 10 de maio, 2010.

Continuando, Paulo VI encorajava os católicos a reagir às injustiças sociais, evidenciando a urgência das reformas.

A situação atual deve ser enfrentada corajosamente, assim como devem ser combatidas e vencidas as injustiças que ela comporta. O desenvolvimento exige transformações audaciosas, profundamente inovadoras. Devem empreender-se, sem demora, reformas urgentes. Contribuir para elas com a sua parte, compete a cada pessoa, sobretudo àquelas que, por educação, situação e poder, têm grandes possibilidades de influxo. Dando exemplo, tirem dos seus próprios bens, como fizeram alguns dos nossos irmãos no episcopado¹²⁸.

Pela adoção audaciosa dessa postura reformadora, o papa foi criticado por muitos conservadores, enquanto os progressistas da América Latina não podiam que exultar com o apoio do papa.

Paulo VI alertava, ao mesmo tempo, sobre a necessidade de agir de forma prudente para não romper o equilíbrio social. Mas o ponto mais importante dessa encíclica foi quando Paulo VI reconhece como lícitas as ações revolucionárias. Falando da revolução, ele afirma:

Não obstante, sabe-se que a insurreição revolucionária – salvo casos de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudicasse o bem comum do país – gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas. Nunca se pode combater um mal real à custa de uma desgraça maior¹²⁹.

Grigulévch (1982, p. 251) aponta como esse ponto era importante para a América Latina e para todos os povos que se encontravam sob governos despóticos, pois a Santa Sé reconhecia como legítimo “el derrocamiento de los regimes tirânicos”.

Com esta encíclica claramente dirigida aos governos latino-americanos, o papa alertava sobre o estágio alarmante em que a América Latina encontrava-se. Naturalmente, as repercussões foram relevantes. O clero e os católicos aderentes ao Movimento da Teologia da Libertação sentiram-se apoiados pela autoridade máxima da Igreja Católica em suas lutas revolucionárias. No resto do mundo, também os católicos abertos ao diálogo com os comunistas leram nas entrelinhas da encíclica uma

¹²⁸ Ibid.

¹²⁹ PAULO VI. *Carta Encíclica Populorum Progressio sobre o Desenvolvimento dos Povos, 26 de março de 1967*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html>. Acesso em: 10 de maio, 2010.

abertura por parte do papa. Os grupos conservadores, dentro e fora da Igreja, manifestaram imediatamente o repúdio da mensagem de Paulo VI, percebida como traição de uma Igreja que, em suas altas esferas, estivera tradicionalmente ao lado do poder constituído.

A alegria dos grupos progressistas teve, porém, vida curta. O contexto internacional contribuiu para isso. O ano de 1968, de fato, foi o ano da contestação em nível mundial. A Santa Sé decidiu agir com prudência. Paulo VI, o papa descrito por muitos como o papa devorado pelas dúvidas, deve ter sido atormentado nesse período pela busca da melhor forma de agir. As pressões dos grupos conservadores, insatisfeitos com a última encíclica, ficaram mais fortes. Em maio de 1968, Paulo VI anunciou sua visita à Colômbia, em ocasião do Congresso Eucarístico Internacional que iria ser realizado na capital, Bogotá, e da Segunda Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), na cidade de Medellín. Após a bomba provocada pela encíclica *Populorum Progressio*, pairavam no ar vários questionamentos sobre a atitude que o papa iria adotar em ocasião de sua visita.

Paulo VI decidiu frear o entusiasmo que ele mesmo havia alimentado. No primeiro discurso, deixou clara sua desaprovação pelo uso de meios violentos e revoluções mesmo em prol do combate à miséria, sofrimento em que viviam os camponeses colombianos. Da mesma forma, se dirigiu aos jovens avisando que “mudanças bruscas ou violentas de estruturas seriam desconformes à dignidade do povo”¹³⁰. O fogo que ele havia contribuído a alimentar estava sendo apagado pelo mesmo papa.

O mesmo tom crítico foi usado pelo papa Paulo VI, ao dirigir-se a setores do clero latino-americano, criticado por ele pelo seu alinhamento com teorias perigosas.

Não podemos solidarizar-nos com sistemas e estruturas que favoreçam graves e opressivas desigualdades entre as classes e os cidadãos de um mesmo país. Mas não é com o ódio nem com a violência. Não podemos eleger o marxismo ateu, nem a rebelião sistemática, nem a revolta do sangue ou a anarquia¹³¹.
(Tradução nossa)

O passo atrás dado pelo papa em relação à Igreja latino-americana revelava as dúvidas que atormentavam o pontífice, em seus esforços de

¹³⁰ PAULO VI. *Santa Messa per i "campesinos" colombiani, 23 agosto 1968*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/homilies/1968/documents/hf_p-vi_hom_19680823_it.html>. Acesso em: 2 de março, 2010.

¹³¹ PAULO VI. *Inaugurazione della II Assemblée Generale dei Vescovi dell'America Latina, 24 agosto 1968*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/homilies/1968/documents/hf_p-vi_hom_19680824_it.html>. Acesso em 4 de março, 2010.

manter a direção da Igreja num caminho equilibrado entre o progressismo e o conservadorismo. Às vezes, a balança pendia mais para um lado do que para o outro como aconteceu por ocasião da publicação da encíclica talvez mais criticada da história da Igreja Católica, a *Humanae Vitae*, que proibiu qualquer tipo de controle artificial dos nascimentos, promovendo o uso exclusivo dos métodos naturais de controle da fertilidade. A comissão que há tempos estudava o tema estava dividida. Uma parte dela aconselhou o papa Paulo VI a não publicar a encíclica (KWITNY, 2009, p. 140), mas Paulo VI decidiu ir em frente. O resultado foi o aberto dissenso dentro e fora da Igreja, preanunciando o declínio de seu pontificado.

4.3.5. A crise política italiana e os últimos anos do pontificado de Paulo VI

A interpretação escolhida pelo papa nos assuntos que dizem respeito às famílias foi um dos pontos críticos do pontificado de Paulo VI. Após a publicação da já mencionada encíclica *Humanae Vitae*, o papado teve que enfrentar outra crise, dessa vez no seu próprio território. Na década de 1970, discutia-se sobre a Lei do Divórcio. A Itália se dividiu e o Vaticano escolhera alinhar-se àquela metade da Itália que manifestou nas ruas das principais cidades seu dissenso pela Lei do Divórcio. Os partidos da Democracia Cristã e do Movimento Social Italiano posicionaram-se contra o divórcio, enquanto os partidos dos comunistas e dos liberais, dos quais participavam também boa parte dos católicos italianos, eram a favor do divórcio. O resultado do *referendum* foi a vitória dos pró-divorcistas, uma derrota do pontificado de Paulo VI, justamente num país considerado um dos mais católicos, e que hospedava o Estado da Santa Sé.

Tal crise, porém, era só um aviso da prova maior que o papa deveria enfrentar: o assassinio de um seu fiel amigo, político da Democracia Cristã, Aldo Moro, morto pelas Brigadas Vermelhas.

Surgido oficialmente em 1970, com o nome de Comitê Político Metropolitano, as Brigadas Vermelhas eram constituídas por estudantes e operários que se reuniam, inicialmente, para discutir e procurar soluções para os problemas da sociedade. Os meios escolhidos iam desde atividades de panfletagem política até a luta armada. As Brigadas Vermelhas fundamentaram sua atuação no marxismo-leninismo, na revolução cultural chinesa e na experiência dos movimentos de guerrilha, repudiando os esquemas parlamentares dos partidos comunistas europeus¹³². Levar o

¹³² DELL'ACQUA, Giuseppe. Dietro la morte del dirigente DC uno spietato gioco delle parti. Disponível em: <<http://www.storain.net/arret/num114/artic4.asp>>. Acesso em: 20 de junho, 2010.

proletariado ao poder, como Lênin em 1917, era, portanto, o objetivo político desse grupo, por meio do combate ao governo institucionalizado. Para a Itália, foram os anos sombrios que receberam o nome de Anos de Chumbo. A atividade clandestina das Brigadas Vermelhas foi pontilhada de massacres. Em dez anos, a situação política italiana passou por mudanças profundas. As eleições de 1975, de fato, registraram um aumento vertiginoso do Partido Comunista Italiano (PCI) que chegou a 33,4% em contraposição aos 35,3% da Democracia Cristã (ZIZOLA, 2009, p. 244). Frente a esse acontecimento, a Democracia Cristã escolheu Aldo Moro e Benito Zaccagnini para reformularem sua identidade. Os dois deputados mais abertos a uma colaboração com a esquerda deviam trabalhar com grupos mais conservadores que estavam tomando força graças também a financiamentos provenientes dos Estados Unidos, que temiam uma desestabilização da situação política italiana com o sucesso comunista. A teoria de que as Brigadas Vermelhas tinham sido financiadas pela URSS foi desmentida após a abertura dos arquivos secretos russos. Os arquivos mostraram que não era o KGB que operava junto às Brigadas Vermelhas, mas, ao contrário, a CIA¹³³. Essa descoberta ajudou a entender um pouco o sentido do sequestro de Aldo Moro, em 1978, que visava, portanto, cortar pela raiz a abertura da Democracia Cristã aos grupos de esquerda. Aldo Moro era amigo de Paulo VI. Tinham se conhecido no período da FUCI quando Monsenhor Montini era assistente espiritual dos jovens universitários. Ao saber do sequestro, Paulo VI lançou seu primeiro apelo, no dia 22 de março, se colocando a disposição para agir como intermediário entre o governo italiano e as Brigadas Vermelhas. O governo italiano, porém, se manteve impassível frente ao pedido de libertação de 13 presos políticos, feito pelas Brigadas Vermelhas.

Durante sua prisão, Aldo Moro escreveu numerosas cartas, e entre elas, estava uma dirigida a Paulo VI. Em nome da antiga amizade, pedia ao papa de intervir para convencer o governo italiano – na época o primeiro-ministro era Giulio Andreotti – de abandonar sua inflexibilidade.

A carta que o papa escreveu às Brigadas Vermelhas pedindo a libertação de Aldo Moro continha, porém, uma expressão complicada: “Libertem Aldo Moro *sem condições*”¹³⁴ Essa expressão, sem condições, decepcionou Aldo Moro, que num segundo momento, queixou-se da atuação pouco incisiva do papa. O papa parecia ter escolhido a inflexibilidade do governo.

No dia 9 de maio de 1978, o corpo de Aldo Moro foi encontrado no centro de Roma, numa rua localizada entre a sede do Partido da Democracia Cristã e a do Partido Comunista Italiano.

¹³³ DELL'ACQUA, Giuseppe, op. cit.

¹³⁴ DELL'ACQUA, Giuseppe, op. cit.

Poucos dias depois, o papa celebrou uma missa em sufrágio de Aldo Moro, à qual participaram numerosos políticos italianos, mas nenhum familiar de Moro. Paulo VI mostrou-se visivelmente abalado, envelhecido.

O golpe da morte de Aldo Moro foi considerado fatal para o papa que faleceu no mês de agosto do mesmo ano.

4.4. O breve papado de João Paulo I

Após um papado de 15 anos, Paulo VI deixou ao seu sucessor uma herança complicada no que dizia respeito à política interna vaticana.

No conclave que se reuniu para eleger o novo pontífice, jornalistas do mundo inteiro apressaram-se a invadir o Estado da Cidade do Vaticano a procura de informações a respeito dos candidatos favorecidos.

Antes de se enclausurarem na Capela Sistina, os cardeais, interrogados pelos jornalistas, revelaram a necessidade de eleger um papa menos político e mais pastor, um pontífice que retomasse a ideia de colegialidade dos bispos, e que se reaproximasse do mundo católico.

O conclave, salvo suas peculiaridades religiosas, pode ser comparado à eleição do maior líder político de um Estado, onde estão presentes sempre várias correntes de poder, das mais conservadoras às mais progressistas. Também no conclave delineavam-se duas correntes, uma mais conservadora, que visava eleger o Arcebispo Siri, de Gênova, e a que refletia a herança progressista de Paulo VI (LEBEC, 1999, p. 195). Entre os assim chamados “papáveis”, aparecia também o nome de Albino Luciani, o então patriarca de Veneza. Seu nome foi incluído, sobretudo, por causa de um gesto de Paulo VI que foi interpretado como um presságio de sua eleição. O fato em questão ocorrera em 1972, durante a visita de Paulo VI ao patriarca de Veneza. Quando os dois encontravam-se no meio da Praça São Marco, diante da multidão, o papa, de repente, tirou a estola papal e a colocou nos ombros do Cardeal Luciani. Esse gesto não passou despercebido e foi lembrado provavelmente durante o conclave.

Os 110 cardeais que tinham o direito de votar provinham de 48 nações. Para eleger o novo papa precisavam de 75 votos. Depois de 25 horas, a fumaça branca indicou a eleição do novo papa, Albino Luciani, eleito quase por unanimidade.

Albino Luciani quis homenagear seus predecessores na escolha do novo nome: João Paulo I. Contudo, desde os primeiros dias percebeu-se o contraste entre o novo papa e seu predecessor: ao invés da altivez e

nobreza de Paulo VI, sobressaíram logo em João Paulo I sua humildade e simplicidade.

Com estas características, Papa Luciani, que ficou conhecido como o Papa do sorriso, apresentou-se aos fiéis da Igreja Católica no dia seguinte à sua eleição, explicando desta forma a escolha de seu nome:

Chamar-me-ei João Paulo. Eu não tenho nem a *sapientia cordis* do Papa João XXIII, nem a preparação e a cultura do Papa Paulo. Estou, porém, aqui no lugar deles e devo procurar servir a Igreja. Espero que me ajudeis com as vossas orações¹³⁵.

Outra diferença do novo papa era o fato de ele nunca ter trabalhado na Cúria Romana, nem ter frequentado cursos de diplomacia. Antes de ser eleito, fizera algumas viagens ao exterior: África, Alemanha, Suíça, e Brasil onde, em 1975, recebeu um doutorado *honoris causa* junto à Universidade Federal de Santa Maria. Destas viagens guardou uma profunda amizade com os bispos dos países visitados.

Passou a maior parte de sua vida clerical como vice-reitor de um seminário do interior da Itália onde deu aula de diversas disciplinas. Contudo, ele reunia em si aquelas características indicadas pelos prelados antes do conclave, era a figura do bom pastor, conservador no que dizia à hierarquia e aos dogmas da Igreja Católica, mas próximo do povo. Uma confirmação disso foi o dissenso manifestado por Luciani, quando foi consultado pelo papa Paulo VI, a propósito da conveniência da encíclica *Humanae Vitae*. Monsenhor Luciani, conhecendo as dificuldades de seu povo manifestou-se a favor dos métodos contraceptivos, assim como fez a Comissão de Especialistas (ZIZOLA, 2009, p. 279). Contudo, a opinião de Luciani e da Comissão consultiva designada pelo próprio Paulo VI não foram ouvidas.

Albino Luciani provinha de uma família de camponeses, do interior da província do Vêneto. Seu pai trabalhou muitos anos como emigrante no exterior para garantir o suficiente para sua família. Tinha duas filhas surdas e mudas do primeiro casamento. Após ficar viúvo, casou novamente e dessa união nasceram outros filhos, entre os quais Albino Luciani. De saúde precária, Luciani sofreu de graves doenças. Por esse motivo, pediu várias vezes para poder se retirar em uma paróquia de montanha, para conduzir uma vida mais reservada e tranquila. O bispo de sua diocese, porém, sempre recusou o pedido e, contrariando o desejo de

¹³⁵ JOÃO PAULO I. *Ângelus Domini*, 27 de agosto de 1978. Disponível em: <http://www.vatican.net/holy_father/john_paul_i/angelus/documents/hf_jp-i_ang_27081978_po.html>. Acesso em: 25 de agosto, 2005.

Luciani, indicou seu nome para o episcopado. De Roma, o bispo recebeu uma resposta negativa motivado pelo fato de Luciani ter duas irmãs deficientes, ter baixa estatura e uma voz muito fraca.

Com a eleição de João XXIII, o rumo da carreira de Luciani deu uma virada, pois o novo pontífice decidiu consagrá-lo bispo. A quem lhe lembrou da saúde precária do sacerdote vêneto, João XXIII respondeu: "Então ele vai morrer como bispo". No dia de sua consagração, Luciani tornou-se, contra sua vontade, uma personagem pública. Seu lema episcopal era *Humiltas*. Logo, porém, os fatos mostraram que esse programa de vida não significaria submissão ou omissão. Quando se tratava de erros graves em relação à Igreja, Luciani mostrava sua força, sobretudo no que dizia respeito aos aspectos financeiros da Igreja. Na sua diocese, dois padres ficaram envolvidos num caso de especulação financeira. Luciani decidiu não fazer uso da imunidade eclesiástica que podia salvar os dois padres, e um deles foi condenado a um ano de prisão. Além disso, Luciani fez questão de devolver a inteira soma de dinheiro vendendo terrenos e imóveis da diocese (GRIGULÉVCH, 1982, p. 276).

Em 1970, Paulo VI o escolheu como novo patriarca de Veneza. Seu ingresso no patriarcado foi marcado pela simplicidade que lhe era usual. O cortejo dos seus predecessores, por exemplo, que era caracterizado por milhares de gôndolas (símbolo da cidade de Veneza) foi reduzido a poucas embarcações sem nenhum enfeite supérfluo.

Seu estilo lhe provocou críticas devidas também à difícil situação daquele período. Naqueles anos, Luciani teve que enfrentar novamente problemas de ordem financeira, justamente ele que pregava o retorno a uma Igreja pobre, simples como a Igreja primitiva.

Dessa vez, os prelados que o novo Cardeal teve que enfrentar não eram figuras secundárias do cenário católico, ao contrário, eram personagens conhecidas da alta finança mundial. Luciani não se deixou intimidar. Com efeito, quando soube que Monsenhor Paulo Marcinkus, presidente do Banco Vaticano, IOR, queria vender o banco católico do Vêneto¹³⁶ para um conhecido banqueiro, Roberto Calvi, manifestou abertamente sua contrariedade. Além de Marcinkus e Roberto Calvi, outra personagem importante do mundo financeiro estava envolvida nessa operação. Tratava-se de Michele Sindona, banqueiro italiano que desempenhava ali o papel de mediador. Luciani correu a Roma para manifestar a Marcinkus seu dissenso. Este último não quis escutar as razões do cardeal que então se dirigiu ao próprio pontífice, sem, porém

¹³⁶ O Banco Vêneto era usado pelos sacerdotes da diocese para obter pequenos empréstimos para restaurar igrejas ou obras caritativas.

receber o apoio desejado. A operação financeira se concluiu e Luciani teve que admitir sua derrota.

Ao contrário de como a imprensa da época o apresentou – um papa simplório, ingênuo, originário das montanhas vênetas, pouco acostumado com o funcionamento da burocracia vaticana – desde o início João Paulo I demonstrou que sabia com clareza qual era o caminho a ser percorrido. Queria devolver à Igreja Católica o seu espírito originário de pobreza e de transparência. Queria aproximar o Vaticano ao povo, e o seu representante máximo aos fiéis.

De fato, ele foi o primeiro papa a recusar aqueles símbolos de superioridade e formalidade que caracterizaram épocas anteriores. Não quis, por exemplo, a coroação. Recusou o uso do trono no momento da Missa chamada de entronização. Não queria usar a cadeira gestatória, mas teve que aderi-la para permitir que as pessoas o enxergassem durante a travessia na Praça São Pedro. E, por último, foi o primeiro papa a abandonar o *pluralis maiestatis*. Gestos simples, se vistos na perspectiva hodierna, mas, na época, quase revolucionários.

Não lhe foi permitido, por exemplo, falar aos fiéis reunidos na Praça São Pedro, logo após a sua eleição, como ele desejava, o que foi realizado pelo seu sucessor, João Paulo II.

Seu programa de pontificado desapontou logo os mais conservadores, pois começou a falar de colegialidade dos bispos que deviam ajudar o papa a desempenhar seu papel.

Queria reformar a Igreja. A mensagem ficou bastante clara, sobretudo para o então presidente do IOR, Monsenhor Marcinkus, profundamente envolvido em operações financeiras de alto nível, mas que João Paulo I não considerava adequadas à Igreja.

A este propósito, Grigulévch lembra que, durante o breve pontificado de João Paulo I, circulavam boatos referentes à vontade do papa de mudar de residência escolhendo uma habitação menos suntuosa e colocando em venda obras de arte ou ações do vaticano para poder distribuir o dinheiro da venda aos pobres (GRIGULÉVCH, 1982, p. 280).

A conjuntura política da época era complicada, pois a Itália continuava imersa na tensão criada pelos ataques terroristas das Brigadas Vermelhas. Além disso, justamente naquele mês, o presidente italiano Giovanni Leone se demitiu do cargo por causa de um escândalo. Outro fato que foi considerado como um mau presságio no pontificado de João Paulo I foi a morte repentina do patriarca de Leningrado, Nicodim, em seus braços. Ele veio saudar o novo pontífice. Seu secretário contou depois que ele estava já muito mal. Aos 49 anos, já tinha sofrido cinco ataques cardíacos. Naquele dia estava muito mal, ficando em pé com dificuldade.

Quando foi o momento de falar com João Paulo I, pareceu adquirir de novo as forças, contou sobre a Igreja Ortodoxa russa, o que maravilhou o papa. Logo depois, porém caiu e morreu. Tal fato perturbou o papa por vários dias (GRIGULÉVCH, 1982, p. 276).

Começaram as primeiras audiências e a cada quarta-feira, dia oficial das audiências papais, as pessoas lotavam a sala Nervi para escutar os discursos aparentemente simples do papa. As principais revistas e jornais internacionais criticaram tais discursos considerados por eles mais condizentes às catequese de um pároco de montanha. Ele estava a par de tais críticas, mas não se deixava abalar por elas. O que o abalava de fato eram as críticas feitas à Igreja Católica principalmente quando tocavam as finanças da Santa Sé, *nota dolens* para João Paulo I. Naquele único mês de pontificado, uma revista considerada sensacionalista, *OP*, dirigida na época pelo jornalista Mino Pecorelli, começou a publicar uma série de reportagens sobre as finanças vaticanas, e sobre a suposta participação de prelados da Cúria Romana, pertencentes à loja maçônica P2, em casos de especulação. Essa mesma revista foi a única a se ocupar da saúde precária do papa escrevendo também sobre os projetos de reforma da Cúria Romana anunciados pelo pontífice.

Com efeito, a saúde do papa ia agravando-se rapidamente, sobretudo, por causa do ritmo de trabalho que o papa Luciani estava mantendo. Mais de uma vez declarara que não sabia nada do funcionamento da Cúria Romana e isso o preocupava. Numerosos dossiês se acumulavam sobre sua mesa de trabalho e a cada dia ele se encontrava mais sozinho sob o peso de suas gravosas responsabilidades.

Nos dias precedentes à sua morte, seu médico foi chamado, mas nada de alarmante foi diagnosticado. Na noite anterior à sua morte, ele sentiu uma pontada no peito, mas ao se sentir melhor, achou que não era o caso de chamar novamente o médico. Seus secretários pessoais o acompanharam ao quarto e o deixaram às 09 da noite. Na manhã seguinte, uma das religiosas que trabalhavam para ele, como de costume lhe deixou o café fora da porta de seu apartamento, e retornaria para pegar a xícara vazia quinze minutos depois. Quando voltou, porém, a xícara ainda estava cheia. Bateu na porta do quarto do pontífice e não obteve resposta. Abrindo a porta do quarto, viu que a luz estava ligada, o papa estava sentado com algumas folhas na mão, já sem vida. Numa primeira versão, a causa da morte foi enfarte do miocárdio, depois se afirmou que o que provocou a morte teria sido embolia pulmonar (ZIZOLA, p. 2009, pp. 291-292).

A ausência de explicações detalhadas, e a recusa por parte da Cúria Romana de autorizar uma autópsia, geraram diversas hipóteses sobre a

sua morte, incluindo a de delito premeditado. Naturalmente o primeiro responsável indicado pela imprensa e pela opinião pública foi o Cardeal Marcinkus que, como seus amigos, não estava satisfeito com a eleição de um papa que, entre as suas prioridades, havia manifestado o desejo de colocar em ordem nas contas vaticanas.

Mas estas hipóteses permaneceram somente como tais. Ninguém conseguiu provar que o papa havia sido morto.

Nos 33 dias do seu pontificado, João Paulo I não teve tempo de manifestar-se detalhadamente sobre os vários problemas da Igreja no mundo e sobre o tipo de política externa que ele teria desenvolvido.

Todavia, pouco após a sua eleição, em discurso ao corpo diplomático no Vaticano, manifestou o seu pensamento sobre a Santa Sé e sua concepção das relações internacionais.

Falando da missão dos diplomatas junto à Santa Sé, afirmou:

Certamente, no leque dos cargos diplomáticos, a função que é a vossa aqui, deve dizer-se "sui generis", como são a missão e a competência da Santa Sé. Nós não temos evidentemente qualquer bem temporal para trocar e nenhum interesse econômico para discutir, como têm os vossos Estados: as nossas possibilidades de intervenções diplomáticas são limitadas e especiais. Não se imiscuem nos negócios puramente temporais, técnicos e políticos, que dependem dos vossos Governos. Neste sentido, as Nossas Representações diplomáticas junto das mais altas Autoridades civis, bem longe de ser sobrevivência do passado, testemunham ao mesmo tempo o Nosso respeito do poder temporal legítimo e o interesse muito vivo pelas causas humanas que este poder se destina a fomentar. Dos dois lados, há presença, respeito, troca e colaboração, sem se confundirem competências¹³⁷.

Talvez possamos pensar que João Paulo I teria agido em continuidade com o discurso de Paulo VI em relação à política externa do Vaticano, manifestando o interesse por parte da Santa Sé de contribuir na realização de uma sempre mais eficaz cooperação pacífica fundamentada no respeito mútuo entre as nações.

¹³⁷ JOÃO PAULO I. *Discurso do papa João Paulo I ao Corpo Diplomático credenciado junto à Santa Sé, 31 de agosto de 1978.* Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_i/speeches/documents/hf_jp-i_spe_31081978_diplomatic-corps_po.html>. Acesso em: 16 de setembro, 2005.

Capítulo V

João Paulo II e o fim da Guerra Fria

5.1. Karol Wojtyla, o papa “vindo de longe”

Geralmente, nos dias que precedem a eleição de um papa, mesmo o mundo não católico dirige o olhar à Praça de São Pedro, esperando sair a fumaça branca, sinal da escolha realizada. Naquela vez, a novidade e surpresa que seguiram ao sinal preestabelecido, fundavam-se no fato de que o novo papa não era, como todos teriam esperado, italiano. O Vaticano iria ser governado por um papa estrangeiro depois de 455 anos¹³⁸. O Cardeal de Cracóvia, Karol Wojtyla, foi o eleito, e escolheu ser chamado de João Paulo II.

Nascido em 18 de maio de 1920, em Wadowice, a 50 km da capital, Cracóvia, Karol Wojtyla era filho de um costureiro, que se tornou oficial do exército austríaco. Aos 9 anos Karol perdeu a mãe e, logo depois, o irmão. Aos 21 anos perdeu o pai. A guerra interrompeu os seus estudos universitários, obrigando-o a trabalhar como operário. No mesmo período, Karol Wojtyla, conhecido entre os amigos como Lolek, atuou como ator no Teatro Rapsódia. No entanto, em 1942, escolheu seguir sua vocação ao sacerdócio. Entrou num seminário clandestino onde começou os estudos de Teologia. Terminados os estudos partiu para Roma, onde obteve o doutorado em Teologia. Em seu retorno, trabalhou como docente no Seminário de Cracóvia e na Universidade Católica de Lublin.

¹³⁸ O primeiro papa estrangeiro foi Adriano VI, de origem flamenga, eleito em 1523.

Em 1958, foi nomeado pelo Papa Pio XII bispo de Ombi e auxiliar de Cracóvia. Quando, em 1962, morreu o arcebispo de Cracóvia, Karol Wojtyla foi nomeado no seu lugar. Nesta veste foi chamado a participar dos trabalhos do Concílio Vaticano II. Ali se distinguiu pelas suas contribuições sobre o tema da liberdade religiosa (LEBEC, p. 173, 1999). Em 1967, foi nomeado Cardeal pelo papa Paulo VI. Dois anos depois, ele fez falar de si quando, opondo-se à proibição do governo comunista de construir novas igrejas, colocou a primeira pedra na construção da Igreja de Nova Huta¹³⁹.

Como mencionamos, a surpresa dos católicos do mundo inteiro com a eleição de Karol Wojtyla foi grande. Reação um tanto paradoxal numa instituição universal, que está espalhada no mundo, o que revela certa dose de provincianismo e tendência eurocêntrica. A ruptura de uma tradição que perdurou por mais de quatro séculos provocou, portanto, espanto, mas, se analisarmos atentamente a conjuntura geopolítica da época da eleição de João Paulo II, a escolha de um papa que vinha do Leste Europeu nos parece estratégica para os objetivos políticos do Ocidente. Karol Wojtyla havia nascido em um país que, mesmo sendo dirigido por um governo ateu, contava com a maior concentração de católicos entre a sua população (quase 90% de sua população). Além disso, a Polônia atravessava forte crise econômica, o que contribuía para enfraquecer o grupo político dirigente. A esperança dos que elegeram era, portanto, que o novo papa combatesse o comunismo soviético favorecendo os países ocidentais. Mas qual era a experiência política que Karol Wojtyla trazia para a Santa Sé?

5.1.1. O engajamento político de Karol Wojtyla na Polônia

No período pós-guerra, a situação da Igreja Católica polonesa era bastante difícil. De um lado, o governo comunista tentava atrair o clero num movimento de colaboração que recebeu o nome de “Pax”, por meio do qual as autoridades governamentais visavam manter o controle sobre o funcionamento da Igreja Católica. De outro lado, o papa Pio XII, seguindo sua tradicional atitude anticomunista, ameaçava excomungar todos os católicos e padres que colaborassem com as forças comunistas.

Stefan Wyszyński, nomeado Cardeal em 1952, esforçava-se para encontrar um *modus vivendi* com o governo comunista, acordo este que

¹³⁹ Nova Huta era a nova cidade dos trabalhadores que estava sendo construída ao lado de Cracóvia. Não estava previsto no plano regulador a construção de nenhum edifício religioso. Por isso, os operários construíam a igreja de noite, mas, no dia seguinte, os policiais demoliam quanto havia sido construído e assim por vários dias e várias noites até que Karol Wojtyla, o então arcebispo de Cracóvia, conseguiu convencer o governo a deixar construir a igreja.

lhe permitiria salvar a Igreja Católica do aniquilamento. As incursões governamentais no palácio episcopal e nas igrejas católicas se tornaram frequentes assim como as prisões de sacerdotes acusados de atividade subversiva e de apoio à oposição armada ao novo regime. Em janeiro de 1953, foi montado um processo contra o clero polonês. As sentenças de morte foram mudadas em longos períodos de detenção (KWITNY, 2009, p. 82).

A atuação política de Karol Wojtyła nesse período diferenciava-se daquela do cardeal Wyszyński. Ao invés de se envolver diretamente na disputa política, Wojtyła escolhera outra estratégia: a de influenciar na formação ideológica das novas gerações. Uma estratégia esta que talvez, não gerasse resultados imediatos, mas que a longo prazo, revelou-se eficaz na luta ao governo comunista. Empenhado em um segundo doutorado em filosofia, vivia circundado pelos seus alunos. Com eles organizava excursões nas montanhas onde falava da dignidade humana, da afetividade, da liberdade, ética sexual.

Essa sua aparente “distância” da política, convenceu o governo comunista a colocar o nome de Wojtyła entre os candidatos ao cargo de bispo auxiliar de Cracóvia. O Cardeal Wyszyński, num primeiro momento não estava convencido dessa nomeação porque pensava que a Polônia necessitava de um bispo mais “político”. Ele não compartilhava o amor de Wojtyła pelas viagens e as longas excursões e mal suportava as contribuições que o jovem bispo dava a publicações polonesas mais abertas ao comunismo (KWITNY, 2009, p. 96).

Consagrado bispo em 1958, Wojtyła aprendeu do Cardeal Wyszyński a usar a linguagem metafórica para dirigir-se ao povo polonês, obtendo certa liberdade para difundir entre os católicos valores diferentes dos comunistas. Em seus discursos, Karol Wojtyła evidenciava, sobretudo, a importância do indivíduo, de sua liberdade como filho de Deus, em oposição ao pensamento coletivista (KWITNY, p. 102, 2009). Defendia os direitos humanos, posicionando-se contra qualquer tipo de censura. Contudo, a diferença do Cardeal Wyszyński, Wojtyła nunca criticou abertamente o governo comunista.

Durante o período da *Détente*, no qual se abriu um diálogo incomum entre Krushev e João XXIII, Wojtyła aproveitou da diminuição de controle soviético para dar início a uma rede clandestina da Igreja Católica que, a partir da Polônia, alastrava-se a outros países comunistas. Em Cracóvia, Wojtyła ordenou secretamente vários sacerdotes tchecos que voltaram à própria pátria para reconstruir a Igreja Católica enfraquecida sob o governo comunista. Em 1962, Wyszyński obteve a tanto esperada aprovação do governo polonês para que seu candidato, Eugenio Baziak, fosse nomeado arcebispo de Cracóvia. Repentinamente, porém,

Baziak morreu. Os bispos poloneses escolheram então Karol Wojtyla para substituí-lo. O governo comunista deu sua plena aprovação. No novo cargo de arcebispo de Cracóvia, Karol Wojtyla foi chamado a participar dos trabalhos do Concílio Vaticano II.

5.1.2. Karol e a descoberta do mundo

Depois de ter participado do Concílio Vaticano II, aproveitando os contatos estabelecidos com bispos e sacerdotes de outros continentes, Karol Wojtyla começou a viajar pelo mundo. Roma era seu destino mais frequente, tornando-se conhecido nos palácios vaticanos.

Em 1969, fez sua primeira viagem aos Estados Unidos acompanhado pelo primaz Wyszynski, com o objetivo de encontrar principalmente as comunidades católicas de origem polonesa, muito numerosas nos Estados Unidos.

Em 1973, fez uma longa viagem pelas Filipinas, ilhas de Papua Nova Guiné e na Austrália, guiando uma delegação de bispos poloneses.

Em 1976, voltou para os Estados Unidos, onde foi convidado a ministrar algumas conferências na Universidade de Harvard. Ali teve ocasião de conversar bastante com Zbigniew Brzezinski, conselheiro do presidente Carter em matéria de segurança nacional (GRIGULÉVCH, p. 286, 1982). O contato com Brzezinski, iniciado naquele ano, continuará também depois de Wojtyla ser eleito ao governo da Santa Sé.

Essas viagens e a popularidade que Wojtyla estava conquistando começaram a alarmar o governo polonês que continuava colocando sob controle todas as conversações e os movimentos do arcebispo de Cracóvia.

A última viagem antes de sua eleição foi na Alemanha, em setembro de 1978, onde o encontro com os bispos alemães parecia ser símbolo de uma reconciliação após um longo tempo de compreensível distanciamento.

5.2. A eleição de um papa do Leste Europeu e seus impactos no cenário internacional

A eleição de um papa eslavo chocou o governo polonês e, por reflexo, o governo soviético que, talvez, pressentisse o impacto político que poderia ter a eleição de Karol Wojtyla. Como mencionamos, a eleição de João Paulo II ocorreu numa Polônia, no auge de uma crise econômica e política causada por diversos fatores, entre os quais, lembramos a baixa produtividade da agricultura, o endividamento externo resultado de uma industrialização

voltada para a exportação, e certa inaptidão do grupo dirigente que percebeu a eleição do pontífice como um ulterior elemento de desestabilização do país (VISENTINI, 2008, p. 217). O primeiro discurso de João Paulo II continha um convite fora dos protocolos esperados: “Não tenhais medo! Antes, procurai abrir, ou melhor, escancarar as portas a Cristo! Ao Seu poder salvador abri os confins dos Estados, os sistemas econômicos assim como os políticos, os vastos campos da cultura, civilização e progresso!”¹⁴⁰. Tal convite revelava o grande projeto político que Karol Wojtyła estava decidido a empreender. “Não tenhais medo” continuava a repetir. Foi com estas palavras que João Paulo II apresentou-se ao seu povo durante sua primeira visita, como papa, à sua pátria.

O governo polonês, mesmo reticente, teve que se conformar aos desejos do papa. Consentiu esta visita, mas tentou conter seus efeitos colaterais, antes de tudo censurando parcialmente as televisões nacionais e permitindo que elas gravassem a visita com a condição de não mostrar as grandes multidões que estavam chegando de todo canto do país. Eles podiam enquadrar apenas o palco e transmitir imagens limitadas à participação de padres, religiosas e idosos. Contudo, jornalistas provenientes do mundo inteiro, conseguiram mostrar a participação de milhões de poloneses.

Foi nessa primeira visita que o papa assinou tacitamente uma aliança com os meios de comunicação. Daquele momento em diante, o cortejo internacional de jornalistas o seguiu nas numerosas viagens ao redor do mundo.

Durante os dias da visita à sua terra natal, o papa dirigiu-se aos seus compatriotas usando uma linguagem aparentemente inócua. Ele estava acostumado a falar em código usando exemplos e metáforas que os poloneses entendiam. Isso lhe permitiu transmitir sua mensagem sem enfrentar abertamente o regime comunista (GRIGULÉVCH, 1982, p. 299).

Foi cordial com as autoridades polonesas agradecendo a possibilidade de poder visitar seu país, mas reiterando a importância que os povos pudessem lutar pela própria autodeterminação (KWITNY, 2009, p. 231).

Viajou incansavelmente pela Polônia, mostrando que em todo lugar, além de poloneses, estavam participando das celebrações pessoas vindas clandestinamente de outros países comunistas, como a Tchecoslováquia, Eslovênia, Bulgária, Rússia, etc.

Seu objetivo principal, porém, naquele momento não era reverter o regime político, mas fazer com que eles experimentassem a força de sua

¹⁴⁰ JOÃO PAULO II. *Homilia do Papa João Paulo II no início do seu Pontificado, 22 de outubro de 1978*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/1978/documents/hf_jp-ii_hom_19781022_inizio-pontificato_po.html>. Acesso em: 11 de fevereiro, 2011.

união, sua capacidade de ser nação. Sua mensagem resumia-se à ideia de que os comunistas podiam dominar só se os poloneses o permitissem. Isso não significava que ele estivesse incitando os poloneses à revolta, ao contrário, tratava-se de uma luta contínua, silenciosa, mas que derrubaria as bases do poder comunista na Polônia.

5.2.1. O atentado do dia 13 de maio de 1981 no coração da Santa Sé

Uma das primeiras viagens realizadas por João Paulo II foi à Turquia. O papa desejava mostrar sua abertura à Igreja Oriental, visitando o patriarcado de Constantinopla, o Fanar, em vista de uma possível reunificação das duas igrejas. Os tempos, porém, não estavam ainda maduros para isso.

A região atravessava um período tempestuoso, caracterizado pela revolução iraniana liderada pelo Aiatolá Khomeini. A Turquia, já aliada dos Estados Unidos, tinha se tornado território privilegiado para as bases da OTAN.

A visita de João Paulo II ocorreu sob o olhar vigilante dos soldados e a ameaça de suas armas, presentes também durante o histórico encontro com Dimitris I, o então patriarca ortodoxo. As palavras cordiais trocadas pelos dois líderes religiosos não levaram a resultados concretos.

Contudo, algo de peculiar aconteceu durante essa visita. Um dos jornalistas italianos, que seguia a visita do papa, recebeu no hotel um bilhete que continha a ameaça à vida do papa: “Aos Irmãos da Turquia, aos países do islã e do Oriente Médio que possuem uma nova força política e militar: o imperialismo ocidental envia agora o chefe dos cruzados, papa João Paulo II. Se o papa não anular sua viagem, eu o matarei com certeza. Esta é a única razão pela qual fugi da prisão”. O mesmo bilhete chegara a um jornal de Istambul e era assinado por Mehmet Ali Agca (ZIZOLA, 2009, p. 329).

Ali Agca era natural da Anatólia, militante do grupo terrorista de extrema-direita denominado Lobos Cinzas, assassino de profissão. Fora condenado e preso num cárcere militar de máxima segurança próximo à cidade de Istambul, pelo homicídio de um líder socialdemocrata turco. Cinco dias antes da chegada do papa, Ali Agca conseguira fugir do cárcere. Fuga esta que foi explicada por políticos turcos, como uma fuga preparada com a cumplicidade dos militares turcos estreitamente ligados à OTAN (Ibid., p. 330).

A notícia da ameaça foi veiculada pelo jornalista italiano que recebera o bilhete de Ali Agca, mas ninguém imaginava que a ameaça teria se tornado realidade.

No dia 13 de maio de 1981, o papa atravessava a Praça de São Pedro dentro de um carro aberto conhecido como papamóvel. De repente, enquanto acenava à multidão, o papa foi atingido por disparos que perfuraram seu abdômen. Em nove minutos, João Paulo II, exangue, foi levado ao hospital onde foi submetido a cinco horas de intervenção cirúrgica. A vida do papa foi salva, mas as graves sequelas deixadas pelo atentado marcaram o início de seu declínio físico.

Ali Agca, o autor dos disparos, foi imediatamente preso pela polícia italiana. A multidão presente na praça e quantos seguiram o acontecimento pelos meios de comunicação ficaram consternados.

Praça São Pedro, o centro da cristandade, e seu líder, considerados até então intocáveis, não haviam escapado da violência que imperava há anos, especialmente na Itália.

Logo começou a busca pelos motivos de tal ato. Uma primeira hipótese, talvez a mais imediata, foi denominada “pista búlgara”. Seguindo tal pista, os soviéticos seriam os culpados naturais pelo atentado a um papa, cuja atuação internacional caracterizara-se pela busca da desestabilização do poder soviético.

Os Estados Unidos fortaleceram essa hipótese financiando o estudo de uma jornalista americana que deveria demonstrar a cientificidade dessa teoria. Os juízes italianos desmentiram sua veracidade, afirmando que a pista búlgara e, portanto, a responsabilidade soviética devia ser abandonada definitivamente (ZIZOLA, 2009, p. 345).

Até hoje, não se sabe exatamente se Ali Agca agiu sozinho, ou se alguém o enviou para matar ou intimidar o papa. Se ele era um assassino de profissão, e errou seu alvo. Será que queria realmente matar o pontífice ou foi enviado apenas para ferir o papa?

5.3. O Soft Power de João Paulo II e sua aliança com os EUA

Após a visita à Polônia, a atenção internacional em relação à Santa Sé e à sua política mundial aumentou vertiginosamente. João Paulo II se prestava ao jogo midiático, criando, propositalmente, gestos inusitados que atraíam a atenção dos jornalistas e se tornavam notícias de primeira página. Wojtyła usava generosamente sua experiência teatral e fornecia material privilegiado para os meios de comunicação. Tal aliança midiática junto a inúmeras viagens internacionais realizadas durante seu pontificado tornou-se parte de sua estratégia de colocar a Igreja Católica sob os holofotes, não apenas por meio de jornais católicos, mas também

de jornais leigos que foram convidados a fazer parte do cortejo papal (ZIZOLA, 2009, p. 308).

O vaticanista italiano Zizola que o seguiu em muitas de suas viagens, explica dessa forma qual fosse o plano de ação de João Paulo II: “O projeto do papa polonês era grandioso quanto ao seu objetivo: a unificação da cristandade ao redor da figura do pontífice romano, desfrutando dos procedimentos leigos da massificação moderna” (ZIZOLA, 2009, p. 308).

Por meio das viagens, João Paulo II queria devolver à Igreja Católica o que, segundo ele, cabia-lhe de direito: o reconhecimento internacional da posição de potência moral alternativa à divisão bipolar vigente na época. Para realizar isso, não usaria armas tradicionais, mas seu poder de persuasão, um carisma peculiar que os meios de comunicação elevariam à máxima potência.

Em 1979, o papa viajou para os Estados Unidos, respondendo ao convite do Secretário-Geral das Nações Unidas, o sucesso experimentado na Polônia não se repetiu em terra americana. A primeira etapa, na cidade de Boston, revelou-se um fracasso. O costume adotado pelo papa, similar aos discursos dos políticos, de parar após cada frase de efeito para esperar os aplausos, não funcionou. O papa foi até vaiado durante a missa. Seu discurso era duro demais para os americanos liberais, que não gostaram de ser repreendidos pelo papa pelo abandono dos valores religiosos tradicionais seja no âmbito sexual como no âmbito social.

Na alocução dirigida à Assembleia Geral das Nações Unidas, João Paulo II, após ter sublinhado a atualidade da Declaração Universal dos Direitos do Homem e a responsabilidade de todas as nações de realizar quanto escrito no documento, chamou a atenção à corrida armamentista em ato entre as duas superpotências indicando-a como a maior ameaça à paz mundial.

Os antigos costumavam dizer: *si vis pacem, para bellum* (se queres a paz, prepara a guerra). Mas será que a nossa época pode acreditar ainda que a vertiginosa espiral dos armamentos sirva para a paz no mundo? Aduzindo a ameaça de um inimigo potencial, será que se pensa, ao invés, a reservar-se por seu turno um meio de ameaça, com o auxílio do próprio arsenal de destruição, a fim de obter a supremacia? Também aqui é a dimensão humana da paz que tende a esvanecer em favor de eventuais, sempre novos, imperialismos¹⁴¹.

¹⁴¹ JOÃO PAULO II. *Discurso de João Paulo II na Assembleia Geral das Nações Unidas, 2 de outubro de 1979*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1979/october/documents/hf_jp-ii_spe_19791002_general-assembly-onu_po.html>. Acesso em: 15 de março, 2011.

Divertido nas ruas, ele se tornava sério nos púlpitos. Falando aos católicos de Nova York, João Paulo II lembrou a injustiça ínsita na divisão entre ricos e pobres, e chamou os ricos a concretizar a mensagem evangélica com fatos e não apenas com palavras, deixando de lado a omissão dos que esquecem as grandes porções de humanidade que vivem na extrema pobreza.

Cristo pede que sejamos abertos aos nossos irmãos e às nossas irmãs que estão em necessidade: pede aos ricos, aos de boa posição, aos que se encontram economicamente beneficiados, que sejam abertos aos pobres, aos subdesenvolvidos e aos prejudicados. Cristo reclama uma abertura que é mais que atenção benévola, mais que atos simbólicos ou de ativismo desprendido, mas que deixam o pobre, indigente como antes, se não mais ainda. (...) Toda a humanidade deve pensar na parábola do rico e do mendigo. A humanidade deve traduzi-la em termos contemporâneos, em termos de economia e de política, em termos de todos os direitos humanos, em termos de relações entre o “Primeiro”, o “Segundo” e o “Terceiro Mundo”. Não podemos estar ociosos, enquanto milhares de seres humanos morrem de fome¹⁴².

Em Washington, última etapa de sua viagem nos Estados Unidos, João Paulo II sublinhou também a gravidade do aborto e a sacralidade e indissolubilidade do sacramento do matrimônio.

Se o povo americano não gostou do discurso moralista de João Paulo II, os jornalistas o proclamaram nova “superstar”, “grande líder mundial” como o apresentaram as primeiras páginas dos principais jornais e revistas americanos.

Poucos anos após esta visita, a Santa Sé e os Estados Unidos conseguiram o que há tempo vinham ensaiando, estreitar finalmente relações diplomáticas entre os dois governos. Em 1984, em pleno governo Reagan, o sonho da Igreja Católica tornou-se realidade. Desde o final da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos, ocupando o lugar que herdaram de alguns países europeus, tornaram-se aliados privilegiados da Santa Sé, não apenas politicamente, mas, também, financeiramente. Como já mencionamos anteriormente, Pio XII recebera grandes ajudas por parte dos católicos americanos para realizar o projeto de uma Europa enraizada em valores cristãos para defender-se da invasão comunista. Os pontificados de João XXIII e Paulo VI não foram do completo agrado do

¹⁴² JOÃO PAULO II. *Homilia do Papa João Paulo II em Nova York, 2 de outubro de 1979*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/1979/documents/hf_jp-ii_hom_19791002_usa-new-york_po.html>. Acesso em: 14 de fevereiro, 2011.

governo americano por causa de suas aberturas à esquerda. Com o papado de João Paulo II e o advento da era Reagan, que colocou fim ao período da distensão internacional, o cenário internacional assistiu à retomada da aliança Igreja Católica-EUA.

Segundo Ezcurra, “tanto João Paulo II como Ronald Reagan resultam de um avanço conservador gerado como reação às experiências de renovação anteriores na Igreja Católica e nos Estados Unidos, respectivamente” (EZCURRA, 1984, p. 93). Os pontos de convergência entre os dois governos encontraram-se na luta antimarxista e antiliberal, mesmo se existiam divergências entre as visões do papa e do presidente norte-americano, como, por exemplo, a divergência relativa à política beligerante de Reagan.

A aliança firmada entre Reagan e João Paulo II, já em 1982, durante a visita do presidente americano ao papa polonês, refletia a comum intenção de derrotar o mesmo inimigo, a URSS, e contribuir para a abertura da cortina de ferro. Duas eram as regiões que, segundo os dois governos, deviam ser salvas da influência comunista: a América Latina e os países do bloco soviético, sobretudo, a Polônia. O trabalho comum perdurou até 1989, quando a queda dos governos comunistas determinou o fim de uma aliança já esvaziada dos interesses comuns que haviam permitido tal aproximação.

Se os interesses eram comuns, os objetivos eram opostos. Os Estados Unidos miravam exercer sua hegemonia além da cortina de ferro, podendo desta forma expandir sempre mais seus mercados e seus lucros. O discurso ensaiado pela Santa Sé fundamentava-se, ao contrário, em bases aparentemente menos egoístas, como a luta pelo respeito da dignidade humana e das liberdades fundamentais às quais cada ser humano tinha direito. Naturalmente, a mola propulsora da atuação internacional da Santa Sé foi sempre promover condições favoráveis para que a Igreja Católica pudesse exercer seu ministério, lutando pelo reconhecimento de sua personalidade jurídica que lhe permitiria completa liberdade de ação para difundir sua mensagem. Tal era o interesse nacional que a Santa Sé se propunha de defender contra as forças soviéticas, identificadas como forças que negavam a prioridade dos valores espirituais. Para alcançar seu interesse, as alianças eram necessárias, mesmo com interlocutores que não fossem exemplos de imparcialidade.

5.3.1. O papa vence uma primeira batalha

Após o sucesso de sua primeira viagem à Polônia, João Paulo II continuou a seguir atentamente o desenvolvimento da situação política em sua terra natal, pronto a intervir direta ou indiretamente quando

os acontecimentos o requeriam. O governo polonês se movia sob o controle da URSS e dependia da potência soviética a tomada de decisão governamental que iria mitigar ou acirrar o controle sobre seus cidadãos.

Ao deixar a Polônia e ir para o Vaticano, João Paulo II deixou alinhavado um movimento intelectual clandestino e itinerante que visava despertar politicamente os poloneses e dotá-los de instrumentos adequados para combater de maneira não violenta o poder comunista. Era uma espécie de universidade móvel instalada na cidade de Varsóvia. Professores ministravam aulas de história, sociologia, economia ou outras matérias, muitas vezes de noite em apartamentos de particulares (KWITNY, 2009, p. 189). Tratava-se de uma iniciativa do KOR (Komitet Obrony Robotników), Comitê de defesa dos operários, uma organização clandestina surgida em 1976 para ajudar as famílias dos operários presos pelo governo, e abençoada pelo então arcebispo de Cracóvia.

Ao lado do KOR, outro movimento agia contando com o apoio de João Paulo II. Tratava-se do movimento sindical Solidarnosc, criado oficialmente em 1980 por Lech Walesa, por ocasião das greves dos estaleiros navais de Danzica. Em seguida, tornou-se um movimento de massa, reunindo grupos de matriz católica e anticomunista. Além de operários, o movimento contava com o apoio de intelectuais e fundou suas atividades na não violência, evitando o confronto direto com o governo polonês e, implicitamente, com o governo soviético. Solidarnosc seguia as diretrizes indicadas por Karol Wojtyła antes de sua eleição. O papa continuava acompanhando o fortalecimento do movimento, aproveitando do poder moral ínsito no papado, para intervir junto ao governo soviético nos momentos em que o confronto entre Solidarnosc e o governo polonês se fazia crítico. Os períodos mais delicados para tal movimento foram aqueles em que o governo polonês impôs a lei marcial, sob pressão do governo soviético, ameaçando suprimir o Solidarnosc. João Paulo II voltou à Polônia em 1983, percebendo que as pressões soviéticas contra o Solidarnosc poderiam prevalecer e apagar o fogo do entusiasmo que ele contribuiu a acender. Sua viagem devolveu esperança para os membros do Solidarnosc que retomaram a luta. Em 1984, as consequências provocadas pela prisão, tortura e morte de um sacerdote próximo ao Solidarnosc, mostrou que o governo comunista não estava mais em condições de neutralizar a influência que a Igreja Católica exercia na Polônia. Padre Jerzy Popielusko colaborava ativamente no movimento Solidarnosc e, por isso, o governo polonês o mantinha sob controle. Em outubro de 1984, sumiu. Logo se pensou que o governo tivesse preso Popielusko. João Paulo II apressou-se a enviar um apelo para pedir a libertação do padre. Mas poucos dias depois,

o governo comunicou de ter preso alguns delinquentes que teriam torturado e assassinado Padre Popielusko. A população foi às praças para denunciar a morte do sacerdote, enquanto o governo constatava que, diante da afluência de mais de 200 mil pessoas, uma intervenção teria sido a decisão menos adequada (KWITNY, 2009, p. 362).

A novidade nesse fato foi a instituição de um processo que acusava o general Adam Pietrusko de ser o mandante do homicídio. O general Pietrusko ocupava-se das relações com a Igreja durante o governo de Jaruzelski. Mesmo se o tribunal, no final, absolveu os acusados por falta de provas, a opinião pública polonesa sabia quem era o responsável da tortura e da morte do sacerdote católico (Ibid, p. 364).

Em 1985, com a morte do líder soviético Chernenko e a eleição do reformista Gorbachev, João Paulo II compreendeu que o momento da libertação de sua terra natal estava próximo.

Ao assumir o poder numa União Soviética enfraquecida econômica e politicamente pelos golpes da corrida armamentista desencadeada pela nova direita americana da década de 1980, Gorbachev lançou, no âmbito da política interna, ações reformistas como a da *Glasnost* (transparência) e da *Perestroika* (reestruturação), visando reestruturar a economia e promovendo descentralização. No âmbito da política externa, Gorbachev promoveu uma aproximação com o bloco capitalista, consciente que a grave crise econômica do país tornava insustentável o prosseguimento da competição com a superpotência norte-americana. Visentini evidencia como a abertura de um país grande como um continente, rico em recursos naturais e cuja numerosa população podia transformar-se rapidamente num grande mercado de consumidores, representava para Gorbachev uma ótima possibilidade de barganha para obter tecnologia e recursos naturais para a modernização do país (VISENTINI, 2008, p. 207).

Tais políticas, porém, não tiveram os resultados esperados, provocando desestabilização e jogando o país no caos. Em 1987, a URSS e os Estados Unidos assinaram os acordos de redução de armamentos e passaram a cooperar no próprio Conselho de Segurança da ONU. As primeiras repercussões disso foram na própria Polônia onde em 4 de junho de 1989, realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias do Leste Europeu. Solidarnosc obteve uma grande vitória. Jaruzelski permaneceu na presidência, mas com pouca margem de manobra. No mesmo ano, o Parlamento decidiu estreitar relações diplomáticas com a Santa Sé.

O exemplo polonês serviu de mola propulsora para o início das transformações políticas nos países vizinhos. Nesse mesmo período, Gorbachev pediu uma audiência ao papa João Paulo II, respondendo a um convite que o papa tinha-lhe dirigido no ano anterior.

No dia 1 de dezembro de 1989, milhares de jornalistas seguiam o histórico encontro entre João Paulo II e Mikhail Gorbachev. Já na véspera do seu encontro com o papa, o líder soviético mostrou-se particularmente aberto ao tema da liberdade religiosa. No seu discurso na prefeitura de Roma, afirmou que “não apenas partimos do fato de que a fé é uma questão de consciência de cada um, em que ninguém deve interferir, mas também do fato que os valores morais elaborados e transmitidos pela religião, podem servir e já servem à causa de renovação também no nosso país” (GORBACHEV *apud* ZIZOLA, 2009, p. 490).

O papa compreendeu a difícil tarefa que Gorbachev devia enfrentar, para reformar um sistema sem que este desmoronasse em suas mãos.

Quando, no ano seguinte, o papa viajou para Praga, encontrou ex-estudantes e professores da universidade itinerante que ele havia contribuído a fundar na Polônia e que depois se difundira para além das fronteiras polonesas.

Contemporaneamente à visita do papa, regiões como Letônia, Lituânia e Estônia estavam lutando pela sua independência. O presidente da Lituânia pediu a João Paulo II que a Santa Sé reconhecesse a independência de seu país, mas o papa recusou-se. Convidou os países bálticos a ter paciência, a escolher o caminho do diálogo e não o da violência (KWITNY, 2009, p. 388).

No final de 1991, a URSS se desintegrou. Com o fim da Guerra Fria, começava um período de transição. A desintegração da rival da superpotência norte-americana deixou um vazio de poder que nenhum outro país estava à altura de ocupar. A formação de blocos de poder regionais ao longo da década de 1990 indicava que a nova ordem internacional se formaria como um sistema multipolar (VISENTINI, 2008, p. 222).

5.4. João Paulo II, a América Latina e a Teologia da Libertação

A primeira viagem de João Paulo II à América Latina foi em 1979. O país visitado foi o México, onde se celebrou, na cidade de Puebla, a III Conferência do CELAM (Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano).

Na época, em vários países da América Latina governavam ditaduras de extrema direita que se proclamavam baluartes do combate à invasão comunista e que se fortaleciam com as ajudas financeiras provenientes dos Estados Unidos (GRIGULÉVCH, 1982, p. 287).

A Igreja Católica na América Latina, principalmente o “alto clero”, geralmente legitimava os governos reacionários, pois eles diziam defender

os ideais cristãos contra as influências ateias da esquerda. Com o advento dos pontificados de João XXIII e Paulo VI, a situação mudou, criando-se uma divisão entre grupos conservadores e grupos que começaram a refletir diversamente sobre qual seria o melhor papel que a Igreja Católica deveria desempenhar na América Latina. No âmbito desse último grupo, alguns teólogos começaram a falar de uma nova teologia focada no social – caracterizada pela opção preferencial pelos pobres e pelo reconhecimento da luta revolucionária – e que ficou conhecida como Teologia da Libertação. No Chile, Nicarágua, Venezuela, Brasil, El Salvador, clérigos e leigos católicos empenharam-se politicamente na luta contra regimes ditatoriais. Com a III Conferência, na cidade de Puebla, esperava-se que a Igreja Católica assumisse com mais força ainda seu empenho em lutar contra a exploração e a extrema miséria dos povos latino-americanos. A atenção que a opinião pública internacional reservou a esse evento católico foi explicada também pelo fato de ele ser realizado no México, um país em que as relações entre Igreja e Estado atravessaram momentos complicadíssimos. Após a interrupção das relações diplomáticas entre México e Santa Sé, em 1857, a Igreja Católica teve que conviver com grandes restrições por parte do governo mexicano, como, por exemplo, a proibição para os clérigos de usar o hábito religioso fora dos lugares de culto. Além disso, os sacerdotes não podiam votar nem concorrer nas eleições a órgãos legislativos, os sacerdotes não tinham direito de possuir imóveis nem podiam ensinar¹⁴³.

Não obstante tais restrições, o papa João Paulo II foi acolhido com cordialidade pelo presidente do México. Durante sua visita, em todos seus pronunciamentos, João Paulo II explicou com clareza sua posição frente ao empenho político do clero latino americano. Era bem vista a opção preferencial dos pobres, desde que não fosse associada à ação política revolucionária.

No discurso de abertura à III Conferência do Episcopado Latino-Americano, João Paulo II alertou sobre as novas “releituras” do Evangelho, que poderiam causar confusões e afastar os católicos dos princípios tradicionais da fé cristã:

Ora bem, hoje em dia e por muitas partes – o fenômeno não é novo – correm “releituras” do Evangelho, resultado de especulações teóricas mais do que de autêntica meditação da Palavra de Deus e de um verdadeiro compromisso evangélico. Elas são causa de confusão, ao afastarem-se dos critérios centrais da fé e da Igreja e cai-se na temeridade de comunicá-las, à maneira de catequese, às comunidades cristãs¹⁴⁴.

¹⁴³ As relações diplomáticas entre México e Santa Sé foram reestabelecidas em 1992.

¹⁴⁴ JOÃO PAULO II. *Discurso na Solene Sessão de Abertura da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*, 28/01/1978. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1979/january/documents/hf_jp-ii_spe_19790128_messico-puebla-episc-latam_po.html>. Acesso em: 10 de março, 2011.

Mais adiante, João Paulo II manifestou sua oposição à manipulação da figura de Jesus Cristo para fins políticos evidenciando que:

Pretende-se apresentar Jesus como um comprometido politicamente, como um lutador contra a dominação romana e contra os potentes e, inclusive, implicado na luta de classes. Esta concepção de Cristo como político, revolucionário, ou como o subversivo de Nazaré, não se compagina com a catequese da Igreja¹⁴⁵.

A Igreja, segundo o papa, não precisa recorrer a sistemas ou ideologias para alcançar seus objetivos, pois o Evangelho já contém os elementos necessários para solucionar as injustiças sociais:

Ela não precisa, pois, de recorrer a sistemas ideológicos para amar e defender o homem e colaborar na sua promoção: no centro da mensagem da qual ela é depositária e propagadora, é que encontra a inspiração para atuar em prol da fraternidade, da justiça e da paz, contra todas as dominações, escravidões, discriminações, violências, atentados à liberdade religiosa e agressões contra o homem e, enfim, contra tudo aquilo que atenta contra a vida¹⁴⁶.

João Paulo II sustentou que a Igreja deveria se manter livre frente aos sistemas contrários ao seu pensamento, referindo-se implicitamente, ao marxismo e recusando a violência como meio para alcançar um futuro melhor.

Fiel a este compromisso, a Igreja quer manter-se livre diante de sistemas opostos, a fim de optar só pelo homem. Quaisquer que sejam as misérias ou sofrimentos que aflijam o mesmo homem, Cristo está ao lado dos pobres; não através da violência, dos jogos de poder e dos sistemas políticos, mas sim mediante a verdade sobre o homem, caminho para um futuro melhor¹⁴⁷.

João Paulo II criticou também o outro lado. As ditaduras que violavam os direitos humanos na América Latina.

A Igreja vê com profunda mágoa o aumento, por vezes maciço, de violações de direitos humanos em muitas partes do mundo. (...) Quem poderá negar que hoje em dia há pessoas individuais e poderes civis que violam impunemente direitos fundamentais da pessoa humana, tais como o direito a nascer, o direito à vida, o direito à procriação responsável, ao trabalho, à paz, à liberdade e à

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Id.

¹⁴⁷ Id.

justiça social, o direito a participar nas decisões que dizem respeito ao povo e às nações? E que dizer quando nos encontramos perante formas variadas de violência coletiva, como a discriminação racial de indivíduos e de grupos, a tortura física e psicológica de prisioneiros e de dissidentes políticos? (...) O elenco aumenta quando nos é dado ver os exemplos de sequestros de pessoas, os raptos motivados pela ganância do lucro material, que investem com tão grande dramaticidade contra a vida familiar e contra o tecido social¹⁴⁸.

Ficou clara, porém, a preocupação de João Paulo II frente à Teologia da Libertação que ia se difundindo rapidamente entre o clero e as congregações religiosas de todo o continente, preocupação esta que era compartilhada por parte do governo americano de Ronald Reagan. O alarme soa já em 1969, com um documento preparado para o então presidente americano Richard Nixon, conhecido com o nome de Relatório Rockefeller que definia a Teologia da Libertação como doutrina do clero católico filorrevolucionário que teria ameaçado os interesses estratégicos dos Estados Unidos no hemisfério (ZIZOLA, 2009, p. 299). Além disso, o relatório afirmava que a Igreja Católica na América Latina se tornara “uma força orientada à renovação, também revolucionária se necessário”, movida “por um profundo idealismo e vulnerável à penetração subversiva, pronta a empreender, se fosse necessário, uma revolução para colocar um fim às injustiças” (PATERNOSTER, 2007).

Contudo, se a posição dos Estados Unidos contra o empenho social da Igreja Católica era de ser esperada por óbvios motivos econômicos e políticos, a firme oposição do papa aos anseios de resolução das injustiças sociais e da aproximação da religião aos mais necessitados manifestada por amplos setores da Igreja Latino-Americana, foi mais difícil de ser compreendida, principalmente porque era conhecido o envolvimento pessoal profundo do pontífice em relação à libertação da Polônia do jugo comunista.

Por que a ideia de libertação era válida para a Polônia e não para os pobres da América Latina?

Por que o papa usava critérios diferentes para julgar o empenho dos católicos e do clero frente ao sofrimento dos povos da América Latina, similar ao dos povos do Leste Europeu? Por que na América Latina o papa desencorajou o clero a participar ativamente da política, enquanto nos países do leste Europeu chegou a apoiar até financeiramente o nascente movimento sindical Solidarnosc?

¹⁴⁸ JOÃO PAULO II. *Discurso na Solene Sessão de Abertura da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*, 28/01/1978. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1979/january/documents/hf_jp-ii_spe_19790128_messico-puebla-episc-latam_po.html>. Acesso em: 10 de março, 2011.

Analisando as visitas realizadas por João Paulo II na América Latina, principalmente no período anterior à queda do Muro de Berlim, quando ainda o sistema internacional bipolar estava estruturado na rígida divisão entre capitalistas e comunistas, percebe-se que João Paulo II temia que os anseios da Igreja Latino-americana em encontrar caminhos novos mais condizentes com a situação social da época, pudessem levar ao distanciamento da ortodoxia cristã, tanto mais porque, mesmo que os teólogos da libertação negassem com veemência seu alinhamento ao marxismo, alguns membros desse novo movimento social cristão aproximavam-se de um projeto mais próximo ao socialismo real. Além disso, o reconhecimento da utilidade da revolução era um ulterior sinal de alerta para João Paulo II que via confirmado o perigo de que a ideologia comunista pudesse conquistar simpatia entre os teólogos da libertação e os católicos que os seguiam.

Certamente a postura que João Paulo II adotou frente à América Latina foi fortemente influenciada por sua biografia. Ele viveu muitas décadas sob o regime comunista, sem liberdade plena de expressão, de religião, etc. Ele temia que um inteiro continente pudesse cair sob regimes totalitários de esquerda e isso por mãos dos próprios membros da Igreja Católica.

Sob esta ótica podemos analisar a visita do papa João Paulo II na Nicarágua, em 1983, quando, descendo do avião, parou diante do padre Ernesto Cardenal, ajoelhado diante dele, e o repreendeu com veemência por ele ter se envolvido politicamente na luta armada sandinista contra a ditadura de Somoza, convidando-o a retornar ao seu lugar de sacerdote (PATERNOSTER, 2007).

A mesma repreensão foi dirigida pelo pontífice contra o Monsenhor Oscar Romero, arcebispo de El Salvador que, diante das atrocidades realizadas pelo governo, escolheu defender a causa dos mais necessitados, descendo em campo e denunciando durante suas celebrações as violações dos direitos humanos.

Por estas suas atitudes, Monsenhor Romero não apenas atraiu sobre si a ira do governo, como também a de vários bispos que não compartilhavam as ideias de Romero e que se apressaram em enviar para a Santa Sé um relatório sobre o arcebispo denunciando as “deturpações doutrinárias” que, segundo eles, o arcebispo estaria espalhando na igreja do país. Durante a Conferência de Puebla uma carta de apoio a Monsenhor Romero foi assinada por 115 dos bispos participantes, sendo o total de 187, para ser entregue ao papa que, porém, já nutria desconfiança em relação ao envolvimento do arcebispo salvadorenho para com os assuntos políticos de seu país (ZIZOLA, 2009, p. 305).

Monsenhor Romero decidiu pedir uma audiência no Vaticano, para explicar pessoalmente a situação a João Paulo II. A visita, porém, não teve o efeito esperado. João Paulo II reiterou para o arcebispo de que seu empenho prioritário deveria ser aquele de encontrar uma relação de harmonia com o governo de El Salvador, na medida do possível, pois o papel primário da Igreja seria o de servir de elo entre o poder constituído e o povo, mantendo a unidade entre o episcopado nacional.

Pouco tempo depois, chegou a notícia do assassinio de Monsenhor Oscar Romero, enquanto celebrava missa, executado pelos soldados do próprio governo salvadorenho. Após a morte de Oscar Romero, o vaticanista italiano Zizola entrevistou o Cardeal Baggio, da Cúria Romana, o qual afirmou que Romero teria se deixado levar por um grupo de jesuítas, considerados como subversivos e filomarxistas pelo grupo conservador ao qual tal cardeal pertencia. Em 1989, tais jesuítas, da Universidade Centro-Americana de El Salvador, também foram assassinados por um grupo de paramilitares (ZIZOLA, 2009, p. 309).

A rígida atitude de João Paulo II em relação a Monsenhor Romero foi considerada excessiva por muitos observadores. Mesmo lamentando sua morte, o pontífice recusou-se a considerar o arcebispo como um mártir, que derramou seu sangue em prol dos excluídos. Influenciado por sua biografia, João Paulo II não conseguiu ter o distanciamento necessário para entender as peculiaridades da Igreja Católica na América Latina.

Assim, em vez de colocar-se entre os necessitados de libertação como fez na Polônia, na América Latina acabou promovendo os interesses dos inimigos da inclusão social.

Após o retorno no Vaticano, João Paulo II encarregou o Cardeal Joseph Ratzinger, presidente da Congregação para a Doutrina da Fé de revisar criticamente o conteúdo da Teologia da Libertação. Resultado desse estudo foram dois documentos um de 1984, e outro de 1986. O primeiro documento intitulado “Instruções sobre alguns aspectos da teologia da libertação” continha acusações duras aos teólogos latino-americanos culpados de “graves desvios teológicos”¹⁴⁹. Mesmo reconhecendo a gravidade da situação latino-americana, a evidente corrupção e a ausência de um Estado de direito, evidenciava-se, no documento, o risco de influência de regimes totalitários que propunham a revolução como solução definitiva e que, no entanto, estavam privando milhões de pessoas das liberdades fundamentais. No segundo documento, considerado,

¹⁴⁹ RATZINGER, Joseph. *Istruzione su alcuni aspetti della teologia della libertazione*, 6 agosto 1984. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_it.html>. Acesso em: 2 de fevereiro, 2011.

menos severo, intitulado “Instrução sobre liberdade cristã e libertação”, publicado em março de 1986, a Congregação para a Doutrina da Fé reconheceu a validade da opção preferencial pelos pobres afirmando que ela “longe de ser um sinal de particularismo ou de sectarismo, manifesta a universalidade do ser e da missão da Igreja. Tal opção não é exclusiva nem excludente”. Contudo o Cardeal Ratzinger alertava que justamente “por essa razão que a Igreja não pode exprimi-la com a ajuda de categorias sociológicas e ideológicas redutoras, que fariam de tal preferência uma opção partidária e de natureza conflitiva”¹⁵⁰. O documento evidenciou a contribuição positiva dada pelas Comunidades de Base (CEB), com a condição delas permanecerem ligadas à Igreja que luta pela “defesa dos direitos e dos interesses legítimos dos trabalhadores e pela justiça social”, preferindo porém sempre o caminho do diálogo ao da revolução.

Situações de grave injustiça requerem a coragem de reformas em profundidade e a supressão de privilégios injustificáveis. Porém, os que descreem do caminho das reformas em proveito do mito da revolução, não apenas alimentam a ilusão de que a abolição de uma situação iníqua basta por si mesma para criar uma sociedade mais humana, mas ainda favorecem o advento de regimes totalitários. A luta contra as injustiças só tem sentido se ela for conduzida para a instauração de uma nova ordem social e política conforme às exigências da justiça. Esta deve determinar as etapas da sua instauração, já desde o início. (...) Não compete aos Pastores da Igreja intervir diretamente na construção política e na organização da vida social. Tal tarefa faz parte da vocação dos leigos, agindo por sua própria iniciativa, juntamente com seus concidadãos. Eles devem realizá-la, conscientes de que a finalidade da Igreja é difundir o Reino de Cristo para que todos os homens sejam salvos e que, por eles, o mundo seja efetivamente ordenado a Cristo¹⁵¹.

Tal documento – em que se evidenciava uma mudança de tom – mostrou também que o discurso da justiça social na América Latina estava entre as prioridades de João Paulo II. A preocupação do Cardeal Ratzinger, ao contrário, era mais doutrinária que política. No segundo documento, João Paulo II preocupou-se em salvar os aspectos positivos da Teologia da Libertação abraçada também por muitos teólogos e bispos pertencentes

¹⁵⁰ RATZINGER, Joseph. *Instrução sobre liberdade cristã e libertação*, 22 de março de 1986. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html>. Acesso em: 20 de maio, 2011.

¹⁵¹ RATZINGER, Joseph. *Instrução sobre liberdade cristã e libertação*, 22 de março de 1986. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html>. Acesso em: 20 de maio, 2011.

a grupos moderados que não compartilhavam da posição extremista de outros membros do movimento.

Tal reaproximação entre o papa e a Igreja Latino-americana correu o risco de ser comprometida pela visita que João Paulo II fez ao ditador chileno Augusto Pinochet em abril de 1987. Os bispos chilenos desaconselharam a viagem pelo risco de manipulação política da visita papal que poderia ser percebida como uma espécie de legitimação implícita do governo de Pinochet, o qual se apresentava como defensor da cultura cristã contra o perigo comunista. Não obstante os avisos dos bispos chilenos, o Vaticano decidiu pela visita, tentando se proteger, por meio de um rígido cerimonial, de eventuais manipulações por parte de Pinochet. Uma vez no lugar, porém, as circunstâncias intencionais ou casuais, fizeram com que o papa se encontrasse de repente numa sacada ao lado do general Pinochet diante de uma multidão (ZIZOLA, 2009, p. 443). Foi um erro político difícil de ser justificado e que manchou a imagem consagrada do papa como defensor dos oprimidos.

Quase dez anos depois, em 1998, João Paulo II conseguiu realizar uma viagem por muitos anos esperada: a visita à ilha de Cuba.

Fidel Castro o recebeu no aeroporto, abandonando o traje de soldado revolucionário, e mostrando-se admirado pela demonstração de humildade que o papa havia dado com os pronunciamentos dos *mea culpa*, referentes a todos os erros cometidos pela Igreja no passado, pela Inquisição, por exemplo, ou nas Cruzadas e na conquista da América, entre outros. Em seguida, Fidel Castro apresentou a difícil situação econômica em que Cuba encontrava-se por causa do embargo imposto pelos Estados Unidos, definindo-o um novo genocídio causado pela recusa de Cuba a “se submeter aos ditames e ao domínio da mais poderosa potência econômica, política e militar da história”¹⁵².

João Paulo II, em numerosos discursos, defendeu o direito do povo cubano à liberdade, uma liberdade ligada à justiça social e fundamentada nos valores do espírito antes que em valores políticos. Além disso, condenou abertamente as forças econômicas que condicionavam o desenvolvimento dos povos, como o de Cuba:

Ressurge em vários lugares uma forma de neoliberalismo capitalista que subordina a pessoa humana e condicionam o desenvolvimento dos povos às forças cegas do mercado, impondo um gravame, a partir dos seus centros de poder, aos povos menos favorecidos com ônus insuportáveis. Assim, por

¹⁵² CASTRO, Fidel. Discurso de boas-vindas ao papa João Paulo II, no Aeroporto José Martí, de Havana, 11 de janeiro de 1990. In: *O Papa em Cuba*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, pp. 15-17.

vezes, impõem-se às nações, como condições para receber novas ajudas, programas econômicos insustentáveis. Deste modo, assiste-se no concerto das nações ao enriquecimento exagerado de poucos à custa do empobrecimento crescente de muitos, de forma que os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres¹⁵³.

No final da visita, Fidel Castro no seu discurso de despedida, agradeceu ao papa João Paulo II, dizendo: “Acredito que demos um bom exemplo ao mundo: o senhor, visitando o que alguns passaram a chamar de o último reduto do comunismo; nós recebendo o chefe religioso a quem quisera atribuir a responsabilidade de haver destruído o socialismo na Europa” (CASTRO, op. cit., 1998). Fidel Castro afirmou, em seguida, de compartilhar os ideais expressos pelo papa durante sua visita, que podiam ser sintetizado em uma significativa expressão, “globalização da solidariedade”.

5.5. João Paulo II e a luta contra o Ocidente

O clima de entusiasmo que percorreu a Europa após a queda do Muro de Berlim não era compartilhado pelo papa João Paulo II, que, se, de um lado, alegrava-se pela liberdade conquistada por seu país, de outro, temia o perigo de que a queda do sistema socialista deixava uma perigosa brecha aberta para uma difusão desenfreada do capitalismo. A luta em que ele se empenhara por décadas visando à derrubada do sistema comunista não tinha esse objetivo. Durante sua viagem à Tchecoslováquia, ele reiterou novamente seu projeto: superar a divisão entre Europa Oriental e Europa Ocidental em busca da unidade europeia.

A Europa unida não é mais apenas um sonho, não é uma lembrança utópica da Idade Média. As vicissitudes das quais somos testemunhas demonstram que tal meta é concretamente alcançável. A Europa, arrasada pelas guerras e ferida pelas divisões que minaram seu livre desenvolvimento está em busca de uma nova unidade¹⁵⁴. (Tradução nossa)

Contudo, o objetivo do papa era indicar sobre quais bases devia ser construída tal unidade. João Paulo II chamou a atenção de seus

¹⁵³ JOÃO PAULO II. *Homília na cidade de Havana, 25 de janeiro de 1998*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/1998/documents/hf_jp-ii_hom_19980125_lahabana_po.html>. Acesso em: 18 de fevereiro, 2011.

¹⁵⁴ JOÃO PAULO II. *Incontro di Giovanni Paolo II con il mondo della cultura, 21 aprile 1990*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1990/april/documents/hf_jp-ii_spe_19900421_cultura-praga_it.html>. Acesso em: 30 de janeiro, 2011.

ouvintes em relação às fontes da identidade do continente que deviam ser procuradas no cristianismo, alertando que uma Europa unida não poderia ser construída em fundamentos que ignorassem a identidade cristã de seus países.

Tal processo não é e não pode ser um evento apenas político e econômico; ele possui uma profunda dimensão cultural, espiritual e moral. A unidade cultural da Europa vive nas e das culturas diversas, que se compenetraram mutuamente e se enriquecem. Esta particularidade caracteriza a originalidade e a autonomia da vida do nosso continente. A busca da identidade europeia nos conduz às fontes. O cristianismo, trazido nesse continente pelo Apóstolo e feito penetrar nas várias suas partes pela ação de Bento, Cirilo, Metódio, Adalberto e de uma inumerável fileira de Santos, se encontra nas próprias raízes da cultura europeia. O processo em direção a uma nova unidade da Europa não poderá não levar em conta isso!¹⁵⁵ (Tradução nossa)

O sonho de uma Europa cristã sob a égide da autoridade moral do papa era, portanto, a meta do pontificado de João Paulo II. A partir disso, torna-se mais compreensível quais os motivos que determinaram a aparentemente repentina mudança de atitude do papa em relação ao Ocidente, até então seu tradicional aliado contra o comunismo.

Em 1991, João Paulo II voltou à sua pátria, mas não encontrou o que esperava. Ao invés da unidade, encontrou seu povo dividido. Ao invés dos valores cristãos que deviam reinar no espírito da nova nação, encontrou o novo Parlamento defendendo uma lei em favor do aborto. Sua profunda decepção era expressa pela dureza de seus discursos nos quais repreendia os poloneses por terem passado de uma escravidão, a do comunismo, a outra, a do consumismo, definido como uma liberdade que rende escravos.

A liberdade é difícil. É difícil, é necessário aprendê-la, é necessário aprender a ser realmente livres, é necessário aprender a ser livre de uma maneira tal que a nossa liberdade não se torne a nossa escravidão, a nossa prisão interior, e que não se torne motivo para limitar a liberdade de outros. Tal fato onera muito a esfera da economia mundial. De fato, é preciso aprender como ser livre nas várias dimensões da vida!¹⁵⁶. (Tradução nossa)

¹⁵⁵ JOÃO PAULO II. *Incontro di Giovanni Paolo II con il mondo della cultura*, 21 aprile 1990. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1990/april/documents/hf_jp-ii_spe_19900421_cultura-praga_it.html>. Acesso em: 30 de janeiro, 2011

¹⁵⁶ JOÃO PAULO II. *Messa per i fedeli della Diocesi di Plock*, 7 giugno 1991. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/1991/documents/hf_jp-ii_hom_19910607_messa-plock_it.html>. Acesso em: 15 de março, 2011.

Analisando os discursos que ele proferiu durante essa sua visita, constata-se que ele adotou como linha comum a catequese dos Dez Mandamentos, como para lembrar os valores mais antigos do cristianismo que deviam salvar os povos eslavos do risco de idolatrar o Deus errado. Após terem sido impedidos por décadas de professar livremente sua religião, talvez eles pudessem se deixar encantar pelo “bezerro de ouro” oferecido pelo capitalismo ocidental e esquecer seu verdadeiro Deus.

Mesmo defendendo os fundamentos do capitalismo, João Paulo II estava decidido a combater o extremismo do neoliberalismo que se contrapunha ao seu sonho de construir, das cinzas do comunismo, uma civilização fundada no cristianismo.

Era quanto aconselhara aos bispos da Tchecoslováquia, em 1990, sublinhando que

Não devem ser subestimados os perigos que a reconquista da liberdade de contatos com o Ocidente pode comportar. De fato, nem tudo o que ele propõe como visão teórica ou como costume prático de vida reflete, infelizmente, os valores do Evangelho. Cabe a vocês avaliar estas possíveis manifestações de sinal, negativo e predispor nas Igrejas a vós confiadas as oportunas defesas contra certos vírus, quais o secularismo, o indiferentismo, o consumismo hedonista, o materialismo prático e, também, o ateísmo formal, hoje amplamente difundidos¹⁵⁷. (Tradução nossa)

A partir da segunda metade dos anos 1990, João Paulo II ensaiou uma nova abertura por parte da Santa Sé, dessa vez com o objetivo ousado de desafiar o mundo leigo e suas ameaças à paz, por meio da aliança da Igreja Católica com as outras grandes religiões.

A histórica visita do papa à sinagoga de Roma, no dia 3 de abril de 1986 – primeira visita de um pontífice – e a 1ª Jornada de Oração das Religiões Mundiais pela Paz, na cidade de Assis, foram eventos importantes a serem compreendidos dentro do contexto de ameaça de choques nucleares provenientes do mundo bipolar. “Com o seu profetismo ecumênico mostrava de querer trabalhar para integrar o renascimento religioso mundial aos movimentos de não violência, dos direitos humanos, da paz universal” (ZIZOLA, 2009, p. 426).

À ameaça global, o papa contrapunha uma grande aliança por parte de todas as religiões do mundo, a partir de suas especificidades, pois,

¹⁵⁷ JOÃO PAULO II. *Messaggio alla Conferenza Episcopale Cecoslovacca, 21 aprile 1990*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1990/april/documents/hf_jp-ii_spe_19900421_conf-episc-praga_it.html>. Acesso em: 2 de abril, 2011.

ao invés de uma única oração pela paz, cada representante apresentou sua própria oração. Numerosas foram as críticas feitas ao papa João Paulo II, por tal abertura, por meio da qual o papado voltava a trilhar os caminhos indicados pelo Vaticano II. Ao mesmo tempo, tal postura enquadrava-se numa tentativa de combater a estrutura internacional que a hegemonia norte-americana esforçava-se para manter.

A aliança entre a Santa Sé e os Estados Unidos rompeu-se definitivamente com o início dos conflitos no Oriente Médio e, logo, depois na região dos Bálcãs. Em ambos o papa João Paulo II adotou postura oposta a dos Estados Unidos, governados nesse período por George Bush.

5.6. A paz e a guerra em João Paulo II

A reputação de João Paulo II como pacifista reforçou-se já nos primeiros anos de seu pontificado quando surgiu a oportunidade de mediar o conflito entre Argentina e Chile sobre as ilhas do Canal de Beagle.

A causa da disputa dizia respeito à soberania das ilhas Picton, Lennox e Nueva, localizadas entre o Canal de Beagle e o Cabo Horn na ponta da Terra del Fuego. A disputa era antiga, do século XIX, quando os dois países ainda estavam definindo suas fronteiras. Entre 1822 e 1833, o Chile estabeleceu como seu limite o Cabo Horn. Mas com o passar do tempo, procurou ampliar seu espaço de navegação em direção à região do estreito de Magalhães. As negociações para definir as fronteiras entre os dois países estenderam-se por mais de um século, alternando tratados de paz, pedidos de revisão e crises diplomáticas. Em 1959, uma nova crise obrigou os dois países a procurar uma solução definitiva por meio de uma arbitragem. A rainha Elizabeth II, nomeada mediadora da disputa, decidiu que as três ilhas reivindicadas pelos dois países ficariam com o Chile. A Argentina receberia a ilha Becasse, próxima à ilha Picton, e a livre navegação com acesso a Ushuaia, a cidade mais ao sul do mundo, na Terra del Fuego. Contudo, a Argentina não ficou satisfeita e, em 1978, o governo dos militares decidiu reabrir a disputa com o Chile, talvez na tentativa de fortalecer o movimento nacionalista enfraquecido pelos duros golpes da ditadura militar. Na época, também o Chile estava sob a ditadura de Augusto Pinochet.

Os exércitos dos países envolvidos estavam prontos. No dia 21 de dezembro de 1978, Pinochet avisou os Estados Unidos sobre a iminência do conflito armado. Contudo, a menos de 3 horas do início dos bombardeamentos, a junta militar argentina decidiu aceitar a mediação da Santa Sé que foi chamada pelo próprio presidente argentino, o General Videla.

João Paulo II, recém-eleito, enviou logo o Cardeal Antonio Samoré para ajudar os dois governos a encontrar uma solução pacífica. No dia 8 de janeiro de 1979, os chanceleres da Argentina e Chile assinaram o Documento de Montevideu por meio do qual, empenhavam-se em aceitar a mediação do Vaticano. No ano seguinte, João Paulo II propôs que o governo argentino reconhecesse a soberania chilena sobre as três ilhas do canal de Beagle, proposta que a Argentina recusou. Em 1984, com o retorno da democracia no país, um plebiscito aprovou com 80% dos votos a proposta da Santa Sé de alguns anos antes. A assinatura do Tratado de Paz e Amizade pôs fim a uma disputa que durara mais de um século. No dia 1 de dezembro daquele ano, o papa comentou com os bispos argentinos o sucesso diplomático.

Como tive oportunidade de dizer ontem às Delegações argentina e chilena, a presença episcopal relevante no ato de assinar o tratado de Paz e Amizade me lembra da solicitude de ambas as Igrejas nos momentos difíceis de 1978, com o objetivo de encontrar caminhos pacíficos em vista de uma solução. Nessa presença, entrevejo também a decidida vontade, que não posso não encorajar, de favorecer e promover, nos âmbitos próprios do serviço pastoral, tudo aquilo que possa contribuir a tornar reais e ainda mais vivas as relações de fraternidade, de compreensão e colaboração que tendo sido objeto de tal mediação, o Tratado reflete¹⁵⁸. (Tradução nossa)

Poucos anos antes, a Argentina envolvera-se em outro conflito, desta vez, armado, com a Grã-Bretanha em relação à soberania das ilhas Malvinas (Falklands). João Paulo II visitou os dois países envolvidos na guerra tentando, dessa forma, evitar possíveis manipulações políticas de suas visitas e discursos. Nos dois países manifestou seu pesar em relação à guerra e seus efeitos devastadores. Em Coventry, na Grã-Bretanha, afirmou que a guerra devia ser banida “ao passado trágico, à história e que não devia encontrar mais espaço nos projetos do homem para o futuro”¹⁵⁹. Na Argentina, onde viajou no mês seguinte, ele definiu a guerra como um fenômeno que nunca pode ser justificado: “a humanidade deve interrogar-se, mais uma vez, sobre o absurdo e sempre injusto fenômeno da guerra, em cujo cenário de morte e de sofrimento só permanece em pé a mesa de negociação que podia e devia evitá-la”¹⁶⁰.

¹⁵⁸ JOÃO PAULO II. *Discorso ai Vescovi Argentini in visita "Ad Limina", 1 dicembre 1984*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1984/december/documents/hf_jp-ii_spe_19841201_argentini-ad-limina_it.html>. Acesso em: 15 de março, 2011.

¹⁵⁹ JOÃO PAULO II. *Homília em Coventry, 30 de maio de 1982*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/1982/documents/hf_jp-ii_hom_19820530_coventry_po.html>. Acesso em: 2 de maio, 2011.

¹⁶⁰ JOÃO PAULO II. *Cerimônia de Boas Vindas. Discurso de João Paulo II em Buenos Aires, 11 de junho de 1982*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1982/june/documents/hf_jp-ii_spe_19820611_arrivo-buenos-aires_po.html>. Acesso em: 2 de maio, 2011.

A qualificação da guerra como “sempre injusto fenômeno” chocava-se, de certa forma, com alguns artigos do próprio Catecismo da Igreja Católica, os quais admitem a guerra em caso de legítima defesa. Com efeito, no número 2308 do Catecismo lemos: “No entanto, enquanto ‘subsistir o perigo de guerra e não houver uma autoridade internacional competente, dotada dos convenientes meios, não se pode negar aos governos, uma vez esgotados todos os recursos de negociações pacíficas, o direito de legítima defesa””.

No número seguinte (2309), o Catecismo lista as condições que justificariam a legitimidade da defesa armada:

que o prejuízo causado pelo agressor à nação ou comunidade de nações seja duradouro, grave e certo; que todos os outros meios de lhe pôr fim se tenham revelado impraticáveis ou ineficazes; que estejam reunidas condições sérias de êxito; que o emprego das armas não traga consigo males e desordens mais graves do que o mal a eliminar. Estes são os elementos tradicionalmente apontados na doutrina da chamada “guerra justa”. A apreciação destas condições de legitimidade moral pertence ao juízo prudencial daqueles que têm o encargo do bem comum¹⁶¹.

Apesar dessa posição oficial da Igreja Católica frente aos conflitos armados, João Paulo II diante de algumas das guerras regionais que pontuaram os anos de seu pontificado, adotou posturas opostas.

Foi o caso, por exemplo, da guerra de 1990-1991, travada pelos Estados Unidos contra o Iraque que invadira o Kuwait. João Paulo II opôs-se firmemente a esta guerra, não obstante os EUA tivessem recebido a aprovação da ONU, aprovação justificada pela defesa da soberania de um Estado.

O vaticanista Sandro Magister (2005) apontou dois motivos para tal oposição: o primeiro seria a preocupação de João Paulo II pela minoria cristã presente no Iraque, a segunda motivação dizia respeito a seu interesse em melhorar suas relações com o mundo muçulmano. A Santa Sé estava interessada em instaurar com os países do Islã uma política externa nos moldes da *Ostpolitik* escolhida pelos seus predecessores, João XXIII e Paulo VI. Um conflito travado pela potência hegemônica norte-americana, historicamente aliada da Santa Sé, iria interferir nos projetos de João Paulo II, pois aos olhos dos povos muçulmanos o papa era uma figura religiosa tradicionalmente ligada ao Ocidente.

No mesmo ano do eclodir da guerra do Golfo, o papa, durante o usual Discurso de início do ano ao Corpo Diplomático credenciado junto à Santa Sé,

¹⁶¹ Catecismo da Igreja Católica. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/p3s2cap2_2196-2557_po.html>. Acesso em 30 de abril, 2011.

sublinhou a importância de uma justa compreensão do direito internacional, alertando sobre a eventual manipulação de tal conceito por parte de algum Estado: “o direito internacional não constitui uma espécie de prolongamento de sua soberania ilimitada, nem uma proteção de seus únicos interesses ou também de seus empreendimentos hegemônicos”¹⁶². Com essas palavras, João Paulo II afirmava que sua visão de uma nova ordem internacional não coincidia com a do governo norte-americano. E isso explicaria talvez sua luta acirrada contra esse conflito armado, mesmo diante de uma invasão de soberania, como foi a do Kuwait. Sua oposição não seria contra a guerra em si, mas contra quem estava levando em frente tal guerra, claramente motivado não tanto pelo desrespeito das regras de direito internacional, quanto pela defesa de uma região econômica e estrategicamente importante.

Mais que um pacifista, podemos considerar João Paulo II como um pacificador. Tal afirmação encontra confirmação nos eventos que envolveram os Bálcãs no mesmo período da Guerra do Golfo, quando a Eslovênia e a Croácia insurgiram reivindicando sua independência frente à República Socialista Federal da Iugoslávia. A Santa Sé reconheceu a independência dos dois Estados em 13 de janeiro de 1992, antecipando de dois dias o reconhecimento oficial da Comunidade Europeia. Isso provocou reclamações por parte do governo iugoslavo que acusou o Vaticano de “flagrante violação dos princípios e dos estatutos da lei internacional” (KWIITNY, 2009, p. 397). O vaticanista Zizola (2009) aponta que, nesse caso, a Santa Sé rompeu a prudente tradição de esperar o reconhecimento oficial da comunidade internacional, antecipando sua posição. Tal “imprudência” diplomática estaria justificada pela predominância dos católicos na Croácia e por uma longa história de amizade entre poloneses e croatas. Antes de sua eleição, Karol Wojtyła passara longos períodos na Croácia. Sua biografia influenciou mais uma vez sua postura política. Assim ele justificou o rápido reconhecimento oficial dos novos Estados.

É conhecida a posição da Santa Sé sobre o reconhecimento dos Estados recentemente surgidos (...). Limitar-me-ei hoje em sublinhar que os povos possuem o direito de escolher sua maneira de pensar e de viver juntos. Cabe a eles se dotar dos meios que lhes consintam de realizar suas próprias aspirações legítimas livre e democraticamente determinadas¹⁶³. (T. d. A.)

¹⁶² JOÃO PAULO II. *Discorso ai membri del Corpo Diplomatico accreditato presso la Santa Sede, 12 gennaio 1991*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1991/january/documents/hf_jp-ii_spe_19910112_corpo-diplomatico_it.html>. Acesso em: 10 de maio, 2011.

¹⁶³ JOÃO PAULO II. *Discorso al Corpo Diplomatico accreditato presso la Santa Sede, 11 gennaio 1992*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1992/january/documents/hf_jp-ii_spe_19920111_diplomatic-corps_it.html>. Acesso em: 15 de março, 2011.

A situação agravou-se no ano seguinte, quando a Bósnia também proclamou sua independência. Os nacionalistas sérvios, que se encontravam espalhados nas várias províncias do país, declararam-lhe guerra, dando início a um conflito civil sangrento. Os habitantes da Bósnia, à diferença dos da Sérvia e Montenegro, que professavam a religião grego-ortodoxa, eram, na sua maioria, muçulmanos. Cabe lembrar que a maior diferença entre os Estados confederados da ex-Iugoslávia era justamente a religião – sendo Croácia e Eslovênia, católicas; Sérvia e Montenegro, grego-ortodoxas; e a Bósnia Herzegovina, muçulmana. Pelo resto, pertenciam à mesma etnia, os eslavos do sul, e compartilhavam a mesma língua.

A posição da Santa Sé dessa vez foi diferente daquela adotada na guerra do Golfo. Seu Secretário de Estado, o Cardeal Ângelo Sodano, numa mensagem em Castel Gandolfo, no dia 7 de agosto de 1992, afirmou que:

Os Estados europeus e as Nações Unidas têm o dever e o direito de ingerência, para desarmar quem quiser matar. Não se trata de favorecer a guerra, mas de impedi-la. Se não quisermos nos tornar cúmplices do agressor, é um dever parar a mão, assim que a ingerência da comunidade das Nações nas crises do Estado torna-se um direito em favor da humanidade (SODANO *apud* ZIZOLA, p. 394).

João Paulo II apresentava o direito de ingerência com fins humanitários nos assuntos internos de outros países não apenas como legítimo, mas como necessária obrigação moral, mesmo se isso implicasse intervenções militares para desarmar os Estados agressores.

A consciência da humanidade, já apoiada pelas disposições do direito internacional humanitário, pede que seja obrigatória a intervenção humanitária nas situações que comprometem gravemente a sobrevivência de povos e de inteiros grupos étnicos: é um dever para com as nações e a comunidade internacional¹⁶⁴. (Tradução nossa)

Diante da guerra do Kosovo, em 1999, João Paulo II apoiou novamente a intervenção militar para fins humanitários por parte da comunidade internacional, assim como o fez em outras partes do mundo, como Timor Leste, Haiti e a região africana dos Grandes Lagos.

Por fim, após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, João Paulo II reconheceu como legítima a luta contra o terrorismo e apoiando as operações bélicas no Afeganistão:

¹⁶⁴ JOÃO PAULO II. *Discorso ai partecipanti alla Conferenza Internazionale sulla Nutrizione, 5 dicembre 1992*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1992/december/documents/hf_jp-ii_spe_19921205_conference-on-nutrition_it.html>. Acesso em 10 de fevereiro, 2011.

A luta legítima contra o terrorismo, de que os odiosos atentados de 11 de setembro passado são a expressão mais pavorosa, voltaram a dar a palavra às armas. Frente à bárbara agressão e aos massacres não se coloca somente a questão da legítima defesa, mas também a dos meios mais aptos para erradicar o terrorismo, assim como a procura das causas que estão na origem de semelhantes ações e a das medidas a tomar para dar andamento a um processo de “purificação”, para superar o medo e evitar que um mal se junte a outro mal, a violência à violência¹⁶⁵.

Contudo, João Paulo II opôs-se à guerra ao Iraque, assim como havia feito em 1991. No tradicional discurso ao Corpo Diplomático credenciado junto à Santa Sé, o papa afirmou

“NÃO À GUERRA”! Ela nunca é uma fatalidade. Ela é sempre uma derrota da humanidade. O direito internacional, o diálogo franco, a solidariedade entre os Estados, o exercício tão nobre da diplomacia, são os meios dignos do homem e das nações para resolver as suas contendas. Digo isto pensando em quantos ainda põem a sua confiança na arma nuclear e nos demasiados conflitos que ainda mantêm como reféns irmãos nossos em humanidade¹⁶⁶.

Sua oposição à agressiva política externa do presidente Bush não era compartilhada pelos grupos conservadores da Cúria Romana que, naqueles anos, encontraram uma forte liderança no cardeal Camillo Ruini, presidente da Conferência Episcopal Italiana (CEI), que expressava abertamente seu dissenso para com as posições de João Paulo II.

5.7. Os últimos anos do pontificado de João Paulo II – Balanço de um papado carismático

Os últimos anos do pontificado de João Paulo II foram marcados por um rápido declínio de sua saúde. A partir de 1992, é retirado um tumor, em 1994, ao escorregar no banheiro quebrou o fêmur, em seguida, o sempre mais acentuado tremor na mão confirmou que o papa sofria de doença de Parkinson. A Cúria Romana minimizava como podia a gravidade do estado de saúde de João Paulo II, com exceção do Cardeal Ratzinger, único prelado

¹⁶⁵ JOÃO PAULO II. *Discurso aos Diplomatas acreditados junto à Santa Sé, 10 de janeiro de 2002*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2002/january/documents/hf_jp-ii_spe_20020110_diplomatic-corps_po.html>. Acesso em: 2 de abril, 2011.

¹⁶⁶ JOÃO PAULO II. *Discurso aos Diplomatas acreditados junto à Santa Sé, 13 de janeiro de 2003*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2003/january/documents/hf_jp-ii_spe_20030113_diplomatic-corps_po.html>. Acesso em: 2 de abril, 2011.

da Santa Sé que na época teve a coragem de comunicar aos jornalistas a situação do papa e como ele estava vivendo esse momento. Em uma entrevista do jornal italiano *La Repubblica*, no dia 3 de dezembro de 1998, o Cardeal Ratzinger assim descreveu o papa: “doente, sofrido, cansado, idoso, nos momentos de fadiga fala com visível cansaço. Mas justamente por isso o mundo entende melhor que suas palavras de esperança são animadas por uma força interior que se nutre de sua fé”.

Mesmo doente João Paulo II não quis abdicar de seus projetos, entre os quais estava a preparação do grande Jubileu do ano 2000, por meio do qual ele queria preparar o ingresso triunfante da Igreja Católica no novo milênio. A Igreja, segundo João Paulo II, devia ser portadora de uma autoridade ética que liderasse a humanidade na construção da nova ordem internacional, o que não deixava de ser um projeto totalitarista.

Como o vaticanista Zizola (2009, p. 398) observou,

Wojtyla encarnava um modelo persuasivo e espetacular de papado universal. Sob a sua guia transbordante, a Igreja voltava, porém, a ser uma sociedade propriamente clerical com a subordinação hierárquica típica das ordens religiosas, as tropas campestres dos leigos dos novos movimentos, uma morfologia piramidal impregnada de mentalidade maximalista, monarquista e autoritária que fortalecia a ação e os diretos do poder central numa igreja sempre mais coincidente com a Igreja Romana. (Tradução nossa)

Em suma, poder centralizador visando à construção de um novo humanismo cristão, num momento de ruptura da ordem internacional. Nessa moldura entendem-se suas numerosas lutas contra o bloco soviético antes e contra a hegemonia americana depois.

No final de seu pontificado, ao lado das vitórias alcançadas pelo papa polonês, acumularam-se, também, derrotas. Lembramos os escândalos financeiros em que o IOR ficou envolvido; o distanciamento da Igreja da América Latina, muitas vezes não compreendida em sua complexidade pelo papa; o conservadorismo que ocupava sempre mais espaço dentro da Cúria Romana, também, por meio de movimentos conservadores como Opus Dei elevado ao privilégio de prelazia específica durante o pontificado de João Paulo II.

Começou a se falar de demissão do pontífice, considerados os poucos momentos de lucidez do papa João Paulo II, mas até os últimos dias, o papa não se rendeu.

No dia 30 de março de 2005, tentou, pela última vez, falar ao microfone, mas não conseguiu. Foi sua última aparição pública. Morreu no dia 2 de abril.

Capítulo VI

Bento XVI, a Santa Sé e os desafios internacionais do século XXI

6.1. O “Homem de Ferro” da Congregação da Doutrina da Fé na liderança da Igreja Católica

Nas semanas que antecederam a morte de João Paulo II, a Cúria Romana e os observadores mais atentos aos acontecimentos da Igreja Católica perceberam que os “papáveis” do próximo conclave já podiam ser identificados por meio de uma atenta leitura das escolhas aparentemente ordinárias de João Paulo II, mas que indicavam os seus preferidos. O evento-chave do ano litúrgico era a Semana Santa, durante a qual a Via-Sacra, momento que João Paulo II havia elevado à máxima potência durante seu pontificado, revelou-se significativo para compreender os preferidos de Wojtyła. Dois cardeais se destacaram na celebração desse momento, Camillo Ruini, então presidente da Conferência Episcopal Italiana, e Joseph Ratzinger, Prefeito da Congregação da Doutrina da Fé.

Os dois “papáveis” certamente conscientes do papel que João Paulo II estava lhes indicando, em diversas ocasiões, por meio de livros ou discursos, apresentaram suas linhas de pensamento sobre os desafios que a Igreja estava chamada a enfrentar (MAGISTER, 2005).

O conclave que seguiu à cerimônia dos funerais de João Paulo II, aos quais participaram chefes de Estado e de governo provenientes dos várias partes do mundo, começou no dia 18 de abril de 2005. No dia seguinte, após quatro escrutínios, foi anunciada a eleição do novo papa, Joseph Ratzinger, que, como cardeal decano, abriu o conclave. Dessa vez,

o fato de ele não ser italiano, mas alemão, não fez notícia. O que deixou perplexa a maioria dos católicos foi sua fama de “homem de ferro” de uma Congregação pontifícia herdeira da Inquisição. Era conhecido pela sua rigidez doutrinal, pelas repreensões aos teólogos, principalmente os envolvidos na Teologia da Libertação. O que se temia, era uma involução da Igreja Católica em direção ao antimodernismo. Contudo, os temores se demonstraram, de certa forma, infundados. Desde os primeiros momentos de pontificado, Ratzinger surpreendeu. Em suas primeiras frases, após o anúncio de sua eleição, ele se descreveu como “simples e humilde trabalhador na vinha do Senhor, confiante na sabedoria de Deus que sabe trabalhar e agir também com instrumentos insuficientes”¹⁶⁷. O nome escolhido, Bento XVI, era em referência ao pontificado de Bento XV, o papa do primeiro conflito mundial, que Ratzinger definiu “profeta corajoso e autêntico da paz” e que “comprometeu-se com coragem infatigável primeiro para evitar o drama da guerra e depois para limitar suas consequências nefastas”. Bento XVI afirmou que seguindo seu exemplo, desejava trabalhar a serviço da “reconciliação e da harmonia entre os homens e os povos, profundamente convencido de que o grande bem da paz é antes de tudo dom de Deus, dom frágil e precioso que deve ser invocado, tutelado e construído dia após dia com a contribuição de todos”¹⁶⁸. Mas não foi só ao Bento XV que ele fazia referência, indicando um dos pontos de programa de seu futuro pontificado. Outra referência foi o monge Bento de Norcia, copadroeiro da Europa, juntamente com os santos Cirilo e Metódio, Brígida da Suécia, Catarina de Sena e Edith Stein. Considerado o patriarca do monaquismo ocidental, São Bento contribuiu – por meio da expansão de sua ordem religiosa – para difusão do cristianismo em toda Europa, tornando-se para Bento XVI “ponto de referência fundamental para a unidade da Europa e uma forte chamada às irrenunciáveis raízes cristãs da sua cultura e da sua civilização”¹⁶⁹. Bento XVI indicava, portanto por meio da escolha do nome, sua visão sobre os caminhos a serem trilhados pela Igreja Católica no terceiro milênio: a promoção da paz entre os povos e o fortalecimento das raízes cristãs no Ocidente. Os dois pontos indicados estavam em consonância com o pontificado de seu predecessor, indicando, portanto uma continuidade. Revelar-se-ia, uma continuidade original, que refletiria as peculiaridades e a formação de Joseph Ratzinger.

¹⁶⁷ BENTO XVI. *Primeira saudação de Bento XVI, 19 de abril de 2005*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20050419_first-speech_po.html>. Acesso em: 15 de junho, 2011.

¹⁶⁸ BENTO XVI. *Audiência Geral, 27 de abril de 2005*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/audiences/2005/documents/hf_ben-xvi_aud_20050427_po.html>. Acesso em: 15 de junho, 2011.

¹⁶⁹ *Ibid.*

6.1.1. Breve biografia de Bento XVI

Joseph Ratzinger nasceu no dia 16 de abril de 1927, em Marktl am Inn, um pequeno município de 2700 habitantes, localizado na região da Bavária, sul da Alemanha. Sua família era de origem modesta, o pai era delegado de polícia, a mãe era filha de artesãos.

O futuro papa cresceu numa cidade da fronteira com a Áustria próxima de Salisburgo, cidade do grande músico Wolfgang Amadeus Mozart. Foi ali que recebeu sua formação cristã e que teve que confrontar-se com os difíceis anos do nazismo. A biografia oficial de Bento XVI lembra que nesses anos o jovem Ratzinger “viu os nazistas açoitarem o pároco antes da celebração da Santa Missa¹⁷⁰”, demonstração da hostilidade que o governo nazista mantinha em relação à Igreja Católica, não obstante a Concordata que tinha sido assinada em 1933 entre a Santa Sé e o governo de Hitler.

No final da Segunda Guerra Mundial, Ratzinger foi alistado nos serviços auxiliares antiaéreos.

Ordenado sacerdote em 1951, recebeu o título de Doutor em Teologia em 1953, dedicando-se à docência em várias universidades da Alemanha, até que em 1969, lecionou na Universidade de Regensburg, onde ocupou também o cargo de Vice-Reitor.

Foi chamado a participar do Concílio Vaticano II como “perito”, consultor teológico do Cardeal Joseph Frings, arcebispo de Colônia, distinguindo como teólogo progressista.

Em 1977, foi nomeado arcebispo de Munique e Freising. No mesmo ano Paulo VI o fez Cardeal, o que lhe deu a oportunidade de participar dos conclaves que elegeriam João Paulo I e, 33 dias depois, João Paulo II, que o designou Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé em 1981, o nomeou ao mesmo tempo Presidente da Pontifícia Comissão Bíblica e da Comissão Teológica Internacional. Tornou-se, assim, um dos colaboradores mais estreitos de João Paulo II, o “amigo de confiança”, como o papa gostava de defini-lo. Graças a essa confiança, Ratzinger não temia ser sincero com João Paulo II quanto não concordava com algumas de suas políticas. No primeiro encontro inter-religioso em prol da paz, na cidade de Assis, em 1986, Ratzinger demonstrou seu desacordo abertamente, recusando-se a aparecer no evento, assim como criticou as numerosas beatificações e canonizações – mais de 2000 em 26 anos de pontificado (MAGISTER, 2005). Não obstante tais desacordos pontuais, João Paulo II o considerava um dos teólogos contemporâneos mais brilhantes.

¹⁷⁰ Biografia de Sua Santidade Bento XVI. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/biography/documents/hf_ben-xvi_bio_20050419_short-biography_po.html>. Acesso em: 20 de junho, 2011.

Membro honorário da Academia Pontifícia das Ciências participou também de vários Conselhos e Congregações da Cúria Romana. Autor de numerosas publicações, suas reconhecidas qualidades intelectuais como teólogo lhe valeram doutoramentos *honoris causa* em várias universidades. Na América do Sul, recebeu um doutorado *honoris causa* em 1986, pela Universidade Católica de Lima.

6.2. A geopolítica de Bento XVI

O pontificado de Bento XVI teve início numa conjuntura internacional profundamente diferente da do seu predecessor. O mundo bipolar da Guerra Fria fazia parte do passado. No cenário internacional configurava-se uma multipolaridade crescente, caracterizada pela emergência de novos atores e novos paradigmas. Terminara o tempo das novas cruzadas que pautaram o pontificado de João Paulo II. O inimigo número um da Igreja Católica não existia mais. Em compensação, o Ocidente – já quase descristianizado – que João Paulo II elegera como novo inimigo, ainda estava de pé, constituindo o pano de fundo do novo pontificado. Tal cenário foi analisado pelo próprio Ratzinger na véspera do conclave que deveria eleger o novo pontífice, durante a missa chamada *Pro Eligendo Romano Pontifice*. Ratzinger chamou a atenção sobre as diversas ideologias e que caracterizaram as décadas anteriores “do marxismo ao liberalismo, chegando à libertinagem; do coletivismo ao individualismo radical; do ateísmo a um vago misticismo religioso; do agnosticismo ao sincretismo, etc.” alertando sobre o que ele considerava a mais perigosa atitude dos tempos modernos: o relativismo que ele explicou como “se deixar levar por qualquer vento de doutrina” e afirmando a constituição de uma “ditadura do relativismo que não reconhece nada como definitivo e que deixa como última medida apenas o próprio eu e suas vontades”¹⁷¹. Como antídoto a esse relativismo, Ratzinger indicava a necessidade de uma “fé adulta, adulta porque enraizada no filho de Deus: Cristo”¹⁷², característica isso que de forma realista, várias vezes, já como papa, Ratzinger afirmava pertencente não a uma multidão de fiéis, mas à um “cristianismo de minoria”.

No seu primeiro discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, no mês sucessivo à sua eleição, ele lembrou as “nações com as

¹⁷¹ RATZINGER, Joseph. *Missa Pro Eligendo Romano Pontifice*, 18 aprile 2005. Disponível em: <http://www.vatican.va/gpII/documents/homily-pro-eligendo-pontifice_20050418_it.html>. Acesso em: 24 de junho, 2011.

¹⁷² *Ibid.*

quais a Santa Sé ainda não estabeleceu relações diplomáticas”¹⁷³. Mesmo não fazendo nomes, a referência à China e Rússia, dentro dessa categoria de países, estava clara. Esses foram os únicos dois países que o papa João Paulo II não conseguira visitar durante seu pontificado. A visita à República Popular da China foi sempre negada por parte do governo chinês que, conhecendo bem as lutas empreendidas por João Paulo II em relação ao Leste Europeu, não queria correr o risco de hospedar no seu território um elemento considerado desestabilizador. Quanto à Rússia, o problema não era com o governo, mas com a Igreja Ortodoxa, que considerava a campanha de conversões na Rússia alimentada por João Paulo II como uma ameaça à própria Igreja Ortodoxa, assim como reprovava a proteção concedida por João Paulo II à Igreja Católica de rito oriental da vizinha Ucrânia, percebida tradicionalmente pela Rússia como patriarcado rival. Tais questões se apresentavam ao novo papa como desafios importantes, que ele decidira enfrentar de seu jeito abandonando o estilo “político” de João Paulo II e, concentrando-se mais sobre aos problemas doutrinários. Tal característica não passou despercebida no caso do governo chinês, que pela primeira vez, enviou suas felicitações quando da eleição de Bento XVI. Esse tipo de participação, nos eventos internos da Santa Sé, como era praxe na diplomacia da maioria dos países do resto do mundo, constituía um fato inédito para a República Popular da China (CARLETTI, 2008, p. 244).

Continuando seu discurso aos diplomatas, Bento XVI, manifestou o desejo de contribuir para a manutenção da paz e do diálogo entre os homens, apontando ao seu conhecimento direto dos sofrimentos provocados pela guerra como a uma garantia do alinhamento de seu pontificado em prol da paz.

Por meu lado, provenho de um país onde a paz e a fraternidade são muito queridas ao coração de todos os habitantes, sobretudo daqueles que, como eu, conheceram a guerra e a separação entre irmãos pertencentes a uma mesma nação, por causa de ideologias devastadoras e desumanas que, à sombra de sonhos ilusórios, fazia pesar sobre os homens o jugo da opressão. Por conseguinte, vós compreendeis que sou particularmente sensível ao diálogo entre todos os homens, para vencer todas as formas de conflitos e de tensões, e para fazer da nossa terra uma terra de paz e fraternidade¹⁷⁴.

¹⁷³ BENTO XVI. *Discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, 12 de maio de 2005*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20050512_diplomatic-corps_po.html>. Acesso em: 30 de abril, 2011.

¹⁷⁴ BENTO XVI. *Discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, 12 de maio de 2005*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20050512_diplomatic-corps_po.html>. Acesso em: 30 de abril, 2011

Contudo, ele pretendia lutar para defesa dos direitos humanos e, sobretudo pelo principal interesse da Igreja Católica no mundo, a saber, a defesa da liberdade religiosa, como condição irrenunciável e fundamento de sua rede diplomática “ela (a Igreja Católica) não pretende privilégio algum para si, mas unicamente as condições legítimas de liberdade e de ação para a sua missão”¹⁷⁵.

As estratégias adotadas por Bento XVI visando tal objetivo não foram as mesmas de João Paulo II. O diálogo com as multidões não se caracterizou mais pela teatralidade dos gestos, mas por uma sobriedade que deixou espaço e visibilidade às palavras pronunciadas pelo papa teólogo. Ele mesmo quis cuidar de sua imagem, de seus discursos abandonando o estilo mediático de João Paulo II. O vaticanista italiano Magister fazendo um balanço dos primeiros três meses do pontificado de Bento XVI afirmou que o papa alemão, surpreendendo os diagnósticos que previram uma involução da Igreja Católica e um distanciamento dos católicos, conquistara a imprensa italiana e a estrangeira, assim como capturou as multidões que “seguem as homilias pronunciadas por Ratzinger palavra por palavra, do início até o fim, com uma atenção que surpreendeu os especialistas” (MAGISTER, 2005).

A estratégia das viagens adotada por João Paulo II como o principal meio de política externa, não recebeu o mesmo interesse por Bento XVI. Ratzinger escolheu seus destinos visando suas prioridades e deixando ao seu Secretário de Estado, o Cardeal Tarciso Bertone, a volta ao mundo.

A escolha desse cardeal como novo Secretário de Estado recebeu fortes críticas no âmbito da própria Igreja Católica, principalmente por ele não ser um diplomático de carreira. Contudo, se observarmos bem os pontos programáticos expostos por Bento XVI já em seus primeiros discursos, tal escolha não apareceu tão surpreendente nem tão fora dos critérios do papa Ratzinger, que o quis ao governo da Secretaria de Estado justamente por ele ter grande preparação do ponto de vista pastoral e doutrinal, campos, estes, que são de interesse primordial de Bento XVI. Desde 1988, Tarcisio Bertone trabalhou ao lado de Ratzinger na Congregação para a Doutrina da Fé, tornando-se seu homem de confiança.

Em compensação, o resto da equipe encarregada de liderar a política internacional da Santa Sé foi integrado por diplomatas de carreira. O ministério das relações exteriores foi confiado ao então núncio em Paris, e para a Congregação de Propaganda Fide – uma espécie de ministério que dirige mais de mil dioceses em países estratégicos para o futuro da Igreja Católica, como países africanos e países da Ásia como a China e a Índia – Bento XVI chamou o então arcebispo de Bombaim, o cardeal indiano Ivan

¹⁷⁵ Ibid.

Dias que já servira como diplomata vaticano em várias partes do mundo e que dirigiu essa congregação até 2011, quando foi substituído, por razões de idade, por outro diplomata, o arcebispo italiano Fernando Filoni.

Além dos diálogos com Rússia e China, outro diálogo interessava ao papa Bento XVI, o com os muçulmanos, já incentivado pelo papa João Paulo II. Foi nesse campo de ação que, apenas um ano após sua eleição, ocorreu aquele que os observadores internacionais apressaram-se a definir como “grave imprudência diplomática” e que, ao contrário, transformou-se no início de um diálogo profícuo entre Bento XVI e o Islã.

6.2.1. A aula de Ratisbona e a resposta do Islã

Em setembro de 2006, Bento XVI visitou seu país de origem pela primeira vez como papa. Entre as etapas de sua viagem estava a Universidade de Regensburg, onde ele foi docente e Vice-Reitor. O título da aula magna proferida pelo papa Bento XVI era: “Fé, razão e responsabilidade. Recordações e Reflexões”. Começando suas reflexões, Ratzinger citou um pequeno trecho de um diálogo de 1391, entre o então imperador bizantino Manuel II Paleólogo e um erudito persa sobre a relação entre cristianismo e islã e a relação das duas religiões com a violência. O papa Bento XVI alertou, antes da leitura do trecho do diálogo, sobre o tratamento brusco com o qual o imperador bizantino questionou o erudito persa ao falar da guerra santa, definindo tal tratamento como inaceitável a fim de um diálogo entre culturas diferentes. O questionamento do imperador bizantino era o seguinte: “Mostra-me também o que trouxe de novo Maomé, e encontrarás apenas coisas más e desumanas tais como a sua norma de propagar, através da espada, a fé que pregava”. O papa continuou lembrando as palavras do imperador e explicando que após ter se dirigido de forma tão rude ao interlocutor persa, o imperador passou a enumerar o porquê da irracionalidade do uso da violência para difusão da fé afirmando que “não agir segundo a razão é contrário à natureza de Deus”. Bento XVI lembrou as palavras do professor Theodore Khoury especialista no diálogo entre cristianismo e islã segundo o qual “para o imperador, como bizantino que cresceu na filosofia grega, esta afirmação é evidente; mas não o é para a doutrina muçulmana, porque Deus é absolutamente transcendente. A sua vontade não está vinculada a nenhuma das nossas categorias, incluindo a da razoabilidade¹⁷⁶”.

¹⁷⁶ BENTO XVI. *Aula Magna da Universidade de Regensburg, 12 de setembro de 2006*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg_po.html>. Acesso em: 25 de junho, 2011.

Foi exatamente estes trechos do discurso de Bento XVI que provocaram num primeiro momento a ira de homens de governo e líderes do mundo muçulmano que acusaram o papa de apresentar um discurso provocatório, hostil e repleto de preconceitos.

Poucos dias depois, o Secretário de Estado Bertone emitiu uma nota oficial reafirmando as posições do papa Bento XVI que não podiam ser interpretadas de forma ofensiva e convidando a compreender o sentido profundo daquela Aula Magna. O próprio Bento XVI sentiu-se interpelado a responder pessoalmente a tais acusações e, na Audiência Geral do dia 22 de setembro voltou a falar sobre sua Aula Magna de Ratisbona e afirmou que em nenhum momento queria fazer dele as palavras negativas pronunciadas pelo imperador medieval naquele diálogo. E explicando sua intenção disse: “partindo de quanto Manuel II diz sucessivamente de modo positivo (...) sobre a racionalidade que deve guiar na transmissão da fé, eu quis explicar que não é a religião e a violência que caminham juntas, mas sim, religião e razão”¹⁷⁷. A intenção de Bento XVI era, usando suas próprias palavras, portanto, o de “convidar ao diálogo da fé cristã com o mundo moderno e ao diálogo de todas as culturas e religiões”¹⁷⁸. No final, o papa concluiu fazendo voto que após as primeiras reações negativas, seu discurso pudesse ser “um estímulo e um encorajamento para um diálogo positivo, também autocrítico, quer entre as religiões quer entre a razão moderna e a fé dos cristãos”¹⁷⁹.

Com efeito, mesmo não tendo feito nenhuma retratação, ao contrário, confirmando quanto e o porquê escolhera citar aquele trecho tão pouco diplomático, o papa demonstrou a intenção de elevar o diálogo com o mundo muçulmano num novo patamar. Não mais o silêncio típico da *Ostpolitik* do Cardeal Casaroli, mas um discurso que demonstra confiança na capacidade de diálogo da religião do outro, a partir de pressupostos comuns como a capacidade de unir razão e fé, deixando de lado a *Jihad*, a guerra santa compreendida como difusão violenta da fé. Frente a tal atitude, os líderes muçulmanos aceitaram dialogar enviando uma carta aberta assinada por 138 personalidades muçulmanas de diferentes países, na qual após de afirmar ter apreciado a vontade de diálogo demonstrada pelo papa, enumeram algumas críticas ao discurso do pontífice, explicando os pontos considerados mais relevantes para o desenvolvimento do diálogo entre cristianismo e islã.

A “imprudência” de Bento XVI que não submeteu seu discurso a nenhum dos seus colaboradores diplomatas de carreiras, que certamente

¹⁷⁷ BENTO XVI. *Audiência Geral, 20 de setembro de 2011*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/audiences/2006/documents/hf_ben-xvi_aud_20060920_po.html>. Acesso em: 1 de junho, 2011.

¹⁷⁸ *Idem*.

¹⁷⁹ *Id.*

teriam censurado muitas partes de seu texto, revelou-se ao contrário uma ação política corajosa que resultou num diálogo aberto que nem João Paulo II conseguira alcançar. A visita histórica do rei da Arábia Saudita, em 6 de novembro de 2007, pareceu confirmar tal confiança por parte do povo muçulmano. O soberano Abdullah, guardião das mesquitas sagradas de Meca e Medina, quis presentear o papa com uma espada de ouro como símbolo de confiança. O embaixador saudita junto ao Estado italiano explicou o simbolismo desse presente explicando que “Na tradição árabe, doar a alguém uma arma, um objeto simbólico como uma espada, significa depositar confiança nessa pessoa. Aquele que recebe a arma poderia usá-la, se quisesse, contra quem a deu a ele. Essa é a origem do simbolismo”¹⁸⁰.

6.2.2. Bento XVI e a questão palestina

No mês de maio de 2009, Bento XVI decidiu viajar rumo à Terra Santa. Não obstante as fortes tensões que envolviam a região naquele período, o papa quis realizar esta viagem que, como ele mesmo sublinhou, desejava fosse a contribuição não de um indivíduo mas de uma instituição, a Igreja Católica. Sublinhando que a Santa Sé “não é um poder político, mas uma força espiritual e esta força espiritual é uma realidade que pode contribuir para os progressos no processo de paz”, o papa analisou a viagem que estava prestes a realizar distinguindo-a em três níveis, um nível estreitamente religioso evidenciando o poder da oração, um segundo nível de formação das consciências no âmbito do qual “a tarefa da Igreja é ajudar a conhecer os verdadeiros critérios, os valores autênticos, e a libertar-nos de interesses particulares”, e um terceiro nível que é a razão “precisamente porque não somos parte política, talvez possamos mais facilmente, também à luz da fé, ver os verdadeiros critérios, ajudar a compreender quanto possa contribuir para a paz, falar à razão, apoiar as posições realmente razoáveis”¹⁸¹.

Em Amã, capital da Jordânia, Bento XVI foi acolhido pelo rei Abdullah II bin Hussein, e sua esposa, que o acompanharam durante a visita. A Jordânia é o único país do Oriente Médio onde os cristãos – que representam 2% da população – são livres de professar sua fé, construir escolas, igrejas e universidades. Por isso, Bento XVI elogiou a política de

¹⁸⁰ CUBEDDU, Giovanni. Presente simbólico, confiança real. In: *30Giorni*, n. 10 - 2007 Disponível em: <http://www.30giorni.it/articoli_id_16193_l6.htm>. Acesso em: 5 de junho, 2011.

¹⁸¹ BENTO XVI. *Conferência de imprensa aos jornalistas durante a viagem rumo à Terra Santa, 8 de maio de 2009*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2009/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20090508_terra-santa-interview_po.html>. Acesso em: 1 de maio, 2011.

liberdade religiosa adotada pelo rei da Jordânia, e seu importante papel de promotor da paz na região. O rei da Jordânia, por sua vez, declarou sua alegria em acolher o papa em sua terra, onde “muçulmanos e cristãos são cidadãos iguais diante da lei, todos contribuindo ao futuro do país”. Hussein sublinhou que viver em paz, confortar os pobres e desesperados, dar esperança aos jovens é o empenho do seu país e a alma de sua comunidade. Em Amã, o papa visitou também a mesquita Al-Hussein Bin Talai, onde foi acolhido por um grupo de importantes líderes muçulmanos, entre os quais o príncipe Ghazi Bin Muhammad Bin Talai, primo do rei Abdullah. O príncipe Gazi foi o principal inspirador da carta ao papa assinada, em 2006, por 138 representantes muçulmanos de vários países que marcou o início de um diálogo profícuo entre muçulmanos e cristãos, após a polêmica lição de Bento XVI na Universidade de Ratisbona. A visita do papa à mesquita e o diálogo com os líderes islâmicos teve grande repercussão no mundo muçulmano. A etapa de Bento XVI em Israel foi a mais esperada e polêmica. Havia o temor que esta etapa da viagem e as declarações de Bento XVI pudessem ser instrumentalizadas politicamente pelos dois lados em conflito: árabes e judeus. Os grupos árabes temiam que a viagem de Bento XVI se tornasse uma vantagem política para Israel. Mas Bento XVI surpreendeu mais uma vez, destacando-se pela originalidade e racionalidade de suas contribuições particularmente nos assuntos mais críticos e pungentes. Dois os temas cruciais que a opinião pública esperava que Bento XVI enfrentasse em solo israelita: o tema da paz e o da segurança, após o dramático conflito de janeiro de 2009; e o tema da *Shoah* e antissemitismo, após as polêmicas declarações do bispo Williamson¹⁸². Nos dois casos, ele escolheu abordar os dois temas a partir da fé e da escritura sagrada. Ele relacionou a paz à procura de Deus, empenho que deveria ser de todos os líderes religiosos; e a segurança à palavra bíblica “batah” cujo significado não é apenas segurança, mas confiança: “Uma segurança duradoura é questão de confiança, alimentada na justiça e na integridade, selada pela conversão dos corações que nos obriga a olhar o outro nos olhos e a reconhecer o ‘tu’ como meu semelhante, meu irmão, minha irmã”.

Nos últimos dias de sua permanência na Terra Santa, Bento XVI teve oportunidade de encontrar e dialogar com os líderes máximos das comunidades palestina e israelense. Nos dois encontros, o papa fez questão de sublinhar qual era a posição da Santa Sé diante do conflito, ou seja, ela defenderia a existência dos dois Estados, o de Israel e o da Palestina.

¹⁸² Em novembro de 2009, o bispo britânico Williamson, seguidor do integrista Lefebvre, durante uma entrevista concedida a uma TV sueca, negou que os judeus tenham morrido nas câmaras a gás e que o número dos mortos não era de milhões, mas de algumas centenas de milhares.

Um dos defensores, no âmbito da Santa Sé, de tal linha de pensamento, o jesuíta egípcio, professor e pesquisador sobre Islã e sociedades islâmicas, Samir Khalil Samir explicou que a raiz do conflito não é religiosa nem étnica, mas política. O problema – segundo Samir – remonta à criação do Estado de Israel e à repartição da Palestina, em 1948. Para remediar a injustiça contra um terço da população hebreia, com o holocausto, os governos ocidentais cometeram uma nova injustiça, dessa vez contra a população palestina, inocente em relação ao martírio dos hebreus¹⁸³.

Bento XVI, durante o encontro com o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Abu Mazen, na praça do Palácio Presidencial de Belém, reiterou o seu apoio ao reconhecimento de uma pátria para os palestinos: “A Santa Sé apoia o direito do povo palestino a uma pátria soberana, palestina, na terra de vossos antepassados, segura e em paz com os seus vizinhos, dentro de confins internacionalmente reconhecidos”¹⁸⁴. Além de convidar as partes em conflito a abandonar o rancor e a escolher o caminho da reconciliação, pediu à comunidade internacional de não poupar esforços em favor de uma solução dos conflitos, da reconstrução de casas, escolas, hospitais destruídos no recente conflito na Faixa de Gaza. Em Belém, Bento XVI fez questão de parar diante do Muro da Separação, uma barreira de cimento e arame farpado alta mais de 8 metros que separa a cidade de Belém da área de Jerusalém, distante apenas nove quilômetros. O Muro foi construído em 2004 por Israel como medida de segurança contra os ataques palestinos a Jerusalém. Mas acabou provocando grandes perdas pelo povo palestino, não apenas do ponto de vista econômico, pelo fechamento de quase 80% do comércio e pela queda do turismo, mas, sobretudo, porque representa uma séria limitação da liberdade dos palestinos que não podem deixar a cidade sem permissão do governo de Israel. A visita ao local foi considerada um dos momentos altos da viagem de Bento XVI. Ele afirmou

Uma das visões para mim mais tristes durante a minha visita a estas terras foi o muro. Enquanto o ladeava, rezei por um futuro no qual os povos da Terra Santa possam viver juntos em paz e harmonia sem a necessidade de semelhantes instrumentos de segurança e de separação, mas respeitando-se e tendo confiança uns nos outros, renunciando a qualquer forma de violência e de agressão¹⁸⁵.

¹⁸³ SAMIR Khalil Samir. *Per una pace definitiva in Medio Oriente. Verso una Unione Medio-Orientale*. Disponível em: <<http://chiesa.espresso.repubblica.it/articolo/80221>>. Acesso em: 20 de junho, 2011.

¹⁸⁴ BENTO XVI. *Discurso na cerimônia de boas-vindas aos territórios palestinos, 13 de maio de 2009*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2009/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20090513_welcome-betlemme_po.html>. Acesso em: 21 de junho, 2011.

¹⁸⁵ BENTO XVI. *Discurso na cerimônia de despedida no Aeroporto de Tel Aviv, 15 de maio de 2009*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2009/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20090515_farewell-tel-aviv_po.html>. Acesso em: 21 de junho, 2011.

Com essas palavras, Bento XVI, com muita diplomacia, manifestou sua reprovação da postura de Israel sublinhando a inutilidade dessas divisões que não ajudavam na resolução da questão palestina. Antes de partir, Bento XVI fez um apelo aos dois povos pedindo o fim da violência e apoiando a “two-State solution”:

Permita que eu faça este apelo a todo o povo destas terras: basta de derramamento de sangue! Basta de confrontos! Basta de terrorismo! Basta de guerra! Interrompamos o círculo vicioso da violência. Que se possa instaurar uma paz estável fundada na justiça, com verdadeira reconciliação e restabelecimento. Seja universalmente reconhecido que o Estado de Israel tem o direito de existir e de gozar de paz e de segurança dentro de confins internacionalmente reconhecidos. Seja igualmente reconhecido que o Povo Palestino tem direito a uma pátria independente e soberana, a viver com dignidade e a viajar livremente. Que a “two-State solution” (a solução de dois Estados) se torne realidade e não permaneça um sonho¹⁸⁶.

6.2.3. As relações diplomáticas da Santa Sé no pontificado de Bento XVI

Em 2010, no seu tradicional discurso aos diplomatas credenciados junto à Santa Sé, o papa Bento XVI comunicou sua alegria quanto ao estabelecimento de relações diplomáticas com a Federação Russa, ocorrida no mês de dezembro de 2009. A Santa Sé estabelecera relações diplomáticas com a União Soviética, apenas um ano antes de sua desintegração, em 1990. Dois anos depois, em 1992, a Santa Sé procedeu ao reconhecimento da Federação Russa, mas suas relações limitaram-se à troca de representantes, mas não de embaixadores. Com o estabelecimento de relações diplomáticas, os respectivos representantes se tornarão embaixadores credenciados junto aos respectivos governos. A população da Federação Russa conta com 140 milhões de pessoas, dos quais 13 milhões são católicos. Contudo, as relações diplomáticas com o país não resolveram as dificuldades que a Igreja Católica enfrenta em relação à Igreja Ortodoxa. Durante o pontificado de João Paulo II, o patriarca da Igreja Ortodoxa vetou Wojtyła de visitar o país. Com o novo papa, a situação apreça apresentar sinais mais positivos. Os dois chefes de Igreja não se encontram desde o cisma do Oriente. Se Bento XVI conseguir o tão esperado convite do patriarca russo, seria um marco importante para as relações ecumênicas da Igreja Católica.

¹⁸⁶ Ibid.

Com o estabelecimento de relações diplomáticas com a Federação Russa, o número de Estados que pertencem à sua rede diplomática subiu para 178. Sob o pontificado de Bento XVI, entraram nessa rede também Montenegro, em 2006, os Emirados Árabes Unidos, em 2007, e, no ano seguinte, Botsuana. Faltam ainda 16 Estados. Em sete deles, a Igreja Católica está presente por meio da figura do Delegado Apostólico, um representante pontifício que não é a credenciado junto ao Estado. São países da África – Ilhas de Comores, Maurítânia e Somália – e, da Ásia – Brunei, Laos, Malásia e Mianmar. Nos outros nove países, a Santa Sé ainda não possui nenhum representante, mesmo se mantiver contatos formais e contínuos. Países como Afeganistão, Arábia Saudita, Omã e Vietnã enviaram seus representantes políticos quando da eleição de Bento XVI. Os outros países que não possuem relações oficiais com a Santa Sé são Butão, Coreia do Norte, Ilhas Maldivas, Ilhas de Tuvalu e República Popular da China.

No discurso ao Corpo Diplomático de 2011, o papa Bento XVI apresentou um balanço da situação da Igreja Católica nos vários continentes escolhendo tratar do tema da liberdade religiosa e evidenciando a dimensão religiosa como ponto fundamental na vida da humanidade. Após ter apontado as dificuldades peculiares em cada região do mundo, Bento XVI lembrou que um dos meios usados pela Santa Sé para defender a liberdade religiosa é a assinatura de Concordatas. Sobre isso, Bento XVI comunicou que, em 2010, a Santa Sé assinara um Acordo para assistência religiosa aos fiéis católicos das Forças Armadas na Bósnia Herzegovina, e que outros acordos estariam em negociação. Bento XVI felicitou-se pelo melhoramento das relações com o Vietnã, cujo governo acabara de aceitar a designação, por parte da Santa Sé, de um representante pontifício, que poderá visitar a comunidade católica presente no país há mais de 100 anos. Um possível início do estabelecimento de relações diplomáticas com o país comunista.

6.2.3.1. Bento XVI e a República Popular da China

As relações da Santa Sé com a República Popular da China continuam sendo uma das questões não resolvidas do pontificado de Bento XVI, não obstante alguns avanços ocorridos.

Uma dessas melhorias foi resultado direto da carta que o papa escreveu aos católicos chineses em maio de 2007. Em tal documento, de fato, o papa convidou a Igreja Católica na China a voltar a uma situação

de normalidade revogando os privilégios extraordinários concedidos pelo seu predecessor que causaram o incremento do número dos membros da Igreja clandestina.

Tendo em consideração, primeiro, algumas evoluções positivas da situação da Igreja na China, as maiores oportunidades e facilidades nas comunicações e, por último, os pedidos que diversos bispos e sacerdotes nos dirigiram, com esta Carta revogo todos os privilégios que foram sido concedidos para fazer frente a particulares exigências pastorais, surgidas em tempos verdadeiramente difíceis¹⁸⁷.

Bento XVI estimulou assim a plena comunhão entre os grupos do clero e leigos católicos clandestinos e o grupo da igreja oficial, lembrando que a observância dos princípios doutrinários é a questão mais relevante para o crescimento da Igreja Católica. O fato de sublinhar os aspectos religiosos e não políticos da vida da Igreja Católica na China, foi percebido positivamente pelo governo chinês que passou a permitir que as nomeações episcopais ocorressem com a aprovação da Santa Sé, como foi o caso da nomeação do arcebispo de Pequim. Além disso, outro trecho importante da carta do papa referia-se à missão da Igreja Católica na China, indicando que esta “tem a missão não de mudar a estrutura ou a administração do Estado, mas de anunciar aos homens Cristo, Salvador do mundo”. Tal pensamento foi expresso por Bento XVI em sua primeira encíclica, *Deus Caritas est*, onde ele afirmava que “a Igreja não pode nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível. Não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado (...). A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política.” Sua missão é “despertar as forças espirituais (...) empenhar-se pela justiça trabalhando para a abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem”¹⁸⁸. O fato de Bento XVI sublinhar o aspecto religioso doutrinário e não o aspecto político, que o âmbito que mais preocupa as autoridades de Pequim, resultou num período de distensão entre os dois governos.

Contudo, o estabelecimento de relações diplomáticas entre China e Santa Sé permanece como um assunto de longo prazo. Desde 2007, alternaram-se períodos de aparente compreensão e períodos em que o governo de Pequim voltou a realizar ordenações episcopais sem o

¹⁸⁷ BENTO XVI. *Carta do Santo Padre aos bispos, aos presbíteros, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos da Igreja Católica na República Popular da China, 27 de maio de 2007*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/letters/2007/documents/hf_ben-xvi_let_20070527_china_po.html>. Acesso em: 15 de maio, 2011.

¹⁸⁸ BENTO XVI. *Carta Encíclica Caritas in Veritate, 29 de junho de 2009*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate_po.html>. Acesso em: 23 de maio, 2011.

consentimento da Santa Sé. O professor Ren Yanli, membro da Academia Chinesa de Ciências Sociais e do Instituto de Pesquisa sobre Religiões Mundiais, numa entrevista explicou que esses períodos de encontros e desencontros ocorrem “toda vez que um lado considera as iniciativas do outro como tentativas unilaterais de eliminá-lo da jogada”¹⁸⁹. Segundo o intelectual chinês, os políticos chineses são pragmáticos e querem resolver os problemas um de cada vez. Eles organizam seminários de estudo que lhe permitem conhecer os problemas com as religiões. O último argumento enfrentado nesses seminários que servem de apoio ao governo chinês, foi uma nova definição de independência que distinga o aspecto eclesial e de fé do aspecto político. Ren Yanli dá um exemplo concreto para explicar essa questão do ponto de vista chinês

o governo quer uma garantia de que a Igreja não se comporte como um corpo político. De que os bispos chineses sejam independentes em relação a eventuais orientações políticas e geopolíticas da Cúria Romana. Na prática, querem evitar a possibilidade de um bispo ou eventualmente um núncio atacar a política do governo. Por isso, há quem insista em Pequim em manter um certo controle sobre as nomeações dos bispos¹⁹⁰.

Tal visão mais religiosa do que política está à base do pensamento e da atuação de Bento XVI que evidenciou os objetivos proeminentemente pastorais que a Santa Sé tem para com a China. A China representa um país promissor para o futuro da Igreja Católica. Caso a liberdade religiosa dos católicos não pretenda se expandir no âmbito político, o governo chinês poderá permitir a reconciliação dos católicos chineses com o papa. E parece ser este o objetivo de Bento XVI, demonstrar que a liberdade de religião pode conviver com um governo comunista.

6.3. Breve balanço sobre o pontificado de Bento XVI

Até julho de 2011, em pouco mais de seis anos de pontificado, Bento XVI realizou 19 viagens fora da Itália, a última foi na Croácia, onde o papa, dirigindo-se aos representantes da sociedade civil, do mundo político, acadêmico, cultural e empresarial, juntamente com o Corpo Diplomático e os líderes religiosos, retomou um dos temas constantes do seu pontificado:

¹⁸⁹ VALENTE, Gianni. Entrevista com Ren Yanli: entre Roma e Pequim, o que desfaz os nós é o *sensus fidei*. In: *30giorni*, n. 12, 2009. Disponível em: <http://www.30giorni.it/articoli_id_22041_l6.htm>. Acesso em: 12 de junho, 2011.

¹⁹⁰ VALENTE, Gianni, op. cit.

o da consciência, tema que ele define como transversal, presente em todas as religiões e diferentes campos de atuação. Ele define tal tema como fundamental para uma “sociedade livre e justa, tanto em nível nacional como supranacional”¹⁹¹, e abordou a questão da descristianização da Europa, onde nos últimos anos registrou-se uma forte tendência do mundo leigo à negação das raízes cristãs do continente. Segundo Bento XVI,

se a consciência se reduz, segundo o pensamento moderno predominante, ao âmbito da subjetividade, para o qual se relegam a religião e a moral, a crise do Ocidente não tem remédio e a Europa está destinada à involução. Pelo contrário, se a consciência é descoberta novamente como lugar da escuta da verdade e do bem, lugar da responsabilidade diante de Deus e dos irmãos em humanidade – que é a força contra toda a ditadura – então há esperança para o futuro¹⁹².

A razão pela qual, durante esses últimos anos, Bento XVI insistiu na necessidade de não se esquecer de que o cristianismo esteve presente como elemento fundamental para a construção da Europa, encontra-se justamente no fato de a Igreja Católica estar perdendo terreno nesse continente. Após o papado de João Paulo II, em que a Santa Sé atuou em nível internacional ao lado dos grandes atores globais, com Bento XVI, registrou-se um redimensionamento do perfil internacional da Santa Sé, que já não consegue mais influenciar de maneira significativa a política internacional nem a orientação política de alguns países europeus como fazia anteriormente.

Além disso, a Santa Sé tornou-se alvo de críticas e acusações por parte da imprensa internacional por causa dos escândalos sobre os abusos sexuais, o que, de certa maneira, diminuiu o peso da autoridade moral da Igreja Católica no mundo.

O declínio da Igreja Católica não pode ser limitado ao pontificado de Bento XVI, mas nos últimos anos essa perda de força tornou-se mais visível, junto com suas contradições internas. Contudo, tal enfraquecimento deve ser procurado ainda no pontificado de João Paulo II. A Igreja Católica acostumada a desempenhar grande poder de convencimento, um *soft power* quase que hegemônico, encontrou também sua verdadeira ameaça: uma Europa pós-moderna, a Europa do relativismo, indiferente à religião.

Vittorio Messori, escritor italiano autor de dois livros-entrevistas com João Paulo II e Joseph Ratzinger, quando este era ainda Prefeito

¹⁹¹ BENTO XVI. *Discurso aos expoentes da sociedade civil, do mundo político, acadêmico, cultural e empresarial, com o corpo diplomático e os líderes religiosos, Zagreb, 4 de junho de 2011*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2011/june/documents/hf_ben-xvi_spe_20110604_cd-croazia_po.html>. Acesso em: 27 de junho, 2011.

¹⁹² Idem.

da Congregação para a Doutrina da Fé, afirmou que uma das maiores virtudes de Bento XVI é a capacidade de escutar com atenção os diferentes interlocutores, sobretudo os que não têm sua mesma ideia. Uma das propostas-chave do pontificado de Bento XVI foi a abertura do assim chamado “átrio dos gentios”, uma ideia surgida durante a viagem realizada por Bento XVI na República Tcheca. O “átrio dos gentios” era aquele espaço fora do templo de Jerusalém reservado à oração de todos os povos que não podiam ter acesso ao templo.

Penso que a Igreja deveria também hoje abrir uma espécie de “átrio dos gentios”, onde os homens pudessem de qualquer modo agarrar-se a Deus, sem O conhecer e antes de terem encontrado o acesso ao seu mistério, a cujo serviço está a vida interna da Igreja. Ao diálogo com as religiões deve acrescentar-se hoje sobretudo o diálogo com aquelas pessoas para quem a religião é uma realidade estranha, para quem Deus é desconhecido, e contudo a sua vontade não é permanecer simplesmente sem Deus, mas aproximar-se d’Ele pelo menos como Desconhecido¹⁹³.

Bento XVI, considerado como o “grande inquisidor” nos tempos de sua atuação como Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, durante seu pontificado, tem revelado características de abertura ao mundo contemporâneo, fundadas em suas capacidades intelectuais.

Segundo o escritor italiano Massimo Franco, “o longo período no qual o papa polonês apareceu como uma espécie de ‘secretário-geral’ da mais poderosa Internacional Religiosa do Ocidente, na realidade escondeu problemas que agora estão aflorando” (FRANCO, 2010, p. 17). Segundo essa tese preferiu-se esconder determinadas questões internas da Igreja para não comprometer a unidade de uma frente ocidental unida contra o inimigo comum. Uma vez liberado o mundo ocidental do “perigo vermelho”, foram liberados para os meios de comunicação dados que estavam arquivados há décadas, principalmente referentes aos escândalos da pedofilia por parte do clero católico. Não por acaso, a primeira bomba explodiu nos Estados Unidos, aliados tradicionais de João Paulo II, com o escândalo da diocese de Boston, em 2002.

Bento XVI herdara, portanto, um pontificado já em crise e estaria tentando reverter o quadro de críticas sugerindo posturas claras e decididas principalmente em relação aos crimes de pedofilia. Uma falha apontada

¹⁹³ BENTO XVI. *Discurso à Cúria Romana para a apresentação dos bons votos de Natal, 21 de dezembro de 2009*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2009/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20091221_curia-auguri_po.html#>>. Acesso em: 22 de maio, 2011.

por vaticanistas italianos em seu pontificado é o fato de o teólogo-papa Ratzinger ter deixado ao seu Secretário de Estado, Tarcisio Bertone – acusado de inexperiência diplomática – o governo administrativo da Cúria Romana, dedicando-se às suas atividades preferidas, ler e escrever.

Para Franco (2010), o período atual lembra o fim do poder temporal da Igreja Católica, quando da unificação italiana. Se, em 1870, a Santa Sé perdeu definitivamente o poder temporal, agora o que está em jogo é sua autoridade moral. No âmbito de uma nova ordem mundial, a Santa Sé percebe a necessidade de uma mudança profunda. Bento XVI refere-se à presença católica no mundo como a de uma “minoria criativa”, não importando a quantidade, mas a qualidade, como o evidenciou em sua visita ao Brasil. Em vez de cruzadas proselitistas ou assuntos de geopolítica, Bento XVI prefere a georrelição.

Conclusões

Ao longo desse trabalho procuramos evidenciar as peculiaridades da ação internacional da Santa Sé, órgão superior de governo da Igreja Católica, assim como as orientações da política externa da Santa Sé frente aos maiores eventos do século XX.

Na primeira parte identificamos as características da diplomacia pontifícia, suas origens históricas e os mecanismos de seu funcionamento.

Quando se fala de diplomacia pontifícia, ocorre levar em conta três níveis de organização. O primeiro refere-se à Santa Sé, autoridade máxima da Igreja Católica, reconhecida como sujeito internacional desde a época da formação dos primeiros Estados absolutistas. É ela que mantém relações diplomáticas com os outros Estados.

O segundo nível é o Estado da Cidade do Vaticano, criado em 1929 por meio dos Tratados de Latrão, que dotaram a Santa Sé de um apoio territorial suficiente para garantir sua autonomia internacional. Graças a esta autonomia é que o papa pode exercer suas funções de Chefe da Igreja Católica. Todavia, a subjetividade política internacional da Santa Sé independe do território sobre o qual exerce seu poder em sentido temporal (BOLDRIN, 2009). Mesmo nos quase 60 anos em que a Santa Sé perdeu seus territórios como consequência da unificação italiana em 1870, ela continuou mantendo suas relações diplomáticas.

O terceiro nível é a Igreja Católica, organização transnacional que reúne mais de um bilhão de católicos espalhados no mundo, único grupo religioso que dispõe de um Estado soberano e, conseqüentemente, pode

manter um corpo diplomático que o auxilia em seus objetivos. Os motivos dessa peculiaridade percebida por outros grupos religiosos e sobretudo por algumas ONGs como privilégio injustificado encontram-se principalmente na evolução histórica do papado, que se configurou, em alguns períodos, como uma alternativa política mais confiável em relação ao fraco ou quase inexistente poder dos representantes imperiais em Roma.

Na época do fortalecimento dos Estados absolutistas, os Estados Pontifícios abriram suas primeiras representações diplomáticas nas principais cidades europeias. Em 1815, durante o Congresso de Viena, a diplomacia da Santa Sé foi equiparada ao corpo diplomático dos outros Estados europeus. Tal equiparação foi confirmada pela Convenção de Viena sobre as relações diplomáticas, de 1961, nos artigos 14 e 15.

Contudo, trata-se de uma diplomacia considerada *sui generis*, pois seus objetivos não são os mesmos dos outros Estados. O interesse da Santa Sé foge dos tradicionais assuntos como o comércio, turismo, economia e armamentos. Ela, porém, tem em comum com os outros países, a defesa de seu interesse nacional. Por se tratar de um Estado transnacional, a Santa Sé está interessada em manter boas relações com os países onde seus membros estão presentes. Por meio de seus embaixadores, os Núncios, ou outros representantes diplomáticos como os Delegados Apostólicos e os Encarregados de Negócios, a Santa Sé negocia concordatas, acordos, ou *modus vivendi* que lhe garantam o mínimo de liberdade religiosa necessária para o desenvolvimento de suas atividades. O papa - na sua função de Chefe do Estado da Cidade do Vaticano e líder máximo da Santa Sé - recebe, por sua vez, os embaixadores dos Estados que querem manter relações diplomáticas com a Santa Sé. O interesse desses Estados, que visam, por meio dessas representações diplomáticas, manter-se informados das atividades do papa e do posicionamento da Santa Sé em questões de interesse geral, reside no fato de que a Santa Sé é reconhecida como um ator relevante no cenário internacional pela ampla rede diplomática e pela sua presença nos maiores fóruns de debate internacional, quer governamentais ou não governamentais. Segundo o japonês Kagefumi Ueno, embaixador credenciado junto à Santa Sé de 2006 a 2010, quatro seriam as características da Santa Sé que justificam o interesse dos Estados de participar dessa rede diplomática: a primeira seria sua autoridade moral, reconhecida, principalmente, no âmbito da diplomacia multilateral, considerada como uma autoridade *suprapartes* que pode exercer sua função de orientação moral e de mediadora de conflitos; a segunda é sua atividade de formadora de opiniões quer por meio das mensagens do papa, que recebem atenção dos meios de comunicação

de todos os países, ou por meios dos membros locais da Igreja Católica. A terceira peculiaridade é que a Santa Sé é percebida não apenas como um Estado, mas como um centro intelectual que reúne pensadores de várias partes do mundo e de vários âmbitos de pesquisa. Segundo o embaixador japonês, a “Santa Sé funciona como um cruzamento de intelectuais, oferecendo a eles oportunidades de discutir e trocar posições entre eles”¹⁹⁴. A quarta e última característica apontada é seu poder de informação, dada a presença capilar da Igreja Católica em todos os cantos do mundo, o que lhe permite possuir informações relevantes para os outros Estados.

Autoridade moral, formadora de opinião, centro internacional de *think tank*, depositária mundial de informações são, portanto, as interfaces de um poder peculiar exercido pela Santa Sé, graças ao qual o papa e a organização transnacional por ele liderada, mesmo não dispendo de poder econômico e militar, configuram-se como atores internacionais que não podem ser ignorados pelos demais.

A perda dos Estados Pontifícios, em 1870, constituiu um momento crucial para a Igreja Católica, pois, tendo que renunciar ao exercício do poder político temporal, ensaiou uma maneira diferente de exercer poder, usando seus próprios instrumentos políticos.

Ao longo do século XX, como buscamos evidenciar na segunda parte do trabalho, a atuação internacional da Santa Sé refletiu as características dos diferentes pontífices e do contexto internacional em rápida evolução. Nas primeiras décadas do século XX, a Santa Sé encetou encontrar novas modalidades de participação no cenário internacional. O pontificado de Bento XV foi perpassado por acontecimentos relevantes no cenário internacional: a eclosão da Primeira Guerra Mundial; o período entreguerras; a centralidade da Alemanha e o surgimento dos governos totalitários de Hitler e Mussolini. Nesse mesmo período, dois novos atores despontavam no cenário internacional: os Estados Unidos e a União Soviética, nascida das cinzas do império dos Czares.

Imparcialidade, atividade assistencial caritativa e apelos à paz foram as orientações comuns aos pontífices que tiveram que enfrentar os desafios dos dois conflitos mundiais. Bento XV, no Primeiro Conflito Mundial, e Pio XII, no Segundo, escolheram se manter imparciais apesar das tentativas dos dois blocos de puxar a aprovação do papa para seu lado.

Contudo, diferente foi a postura adotada pelos dois papas em relação à União Soviética. Bento XV procurou, no início, um diálogo com o governo dos bolcheviques, mas sem muito sucesso. A postura

¹⁹⁴ KAGEFUMI UENO. *Conferência sobre a Ásia e a Santa Sé, 15 de maio de 2009*. Disponível em: <<http://chiesa.espressarepubblica.it/articolo/1338534>>. Acesso em: 22 de maio, 2011.

de Pio XII, ao contrário, foi caracterizada pela recusa a qualquer tipo de diálogo. A União Soviética passou a ser considerada o inimigo número um da Igreja Católica, convicção esta que condicionou todas as escolhas de política externa da Santa Sé durante e após o conflito. No período da Guerra Fria, Pio XII escolheu o alinhamento com os Estados Unidos com os quais compartilhava a missão de defender o Ocidente do assim chamado “perigo vermelho”. O poder comunista “ameaçava” avançar principalmente na França e na Itália. Neste último país, Pio XII trabalhou arduamente para o fortalecimento dos grupos políticos católicos, que receberam ajuda econômica dos Estados Unidos.

Após a morte de Pio XII, os pontificados seguintes, o de João XXIII e de Paulo VI marcaram uma ruptura na orientação até então fortemente anticomunista. João XXIII quis que, nos documentos do Concílio Vaticano II, fosse evitado qualquer tipo de condenação ao comunismo. Paulo VI seguiu a mesma orientação encontrando pela primeira vez chefes de Estado pertencentes ao bloco soviético. A *Ostpolitik* incentivada por ambos os papas e liderada por Monsenhor Agostinho Casaroli permitiu à Igreja Católica abrir diálogos antes impensados com diversos países comunistas.

Com a eleição de um papa polonês, tal política, porém, perdeu força. João Paulo II escolheu trilhar um caminho diferente, o que resultou numa mudança radical da política externa da Santa Sé. O papa polonês direcionou a Igreja Católica rumo a um alinhamento estratégico que lembrou os tempos de Pio XII e sua cruzada anticomunista. A convergência de interesses com o governo de Ronald Reagan levou a Santa Sé a assinar uma aliança não escrita com a potência norte-americana, aliança esta direcionada especialmente ao combate das influências comunistas na América Latina e à derrocada dos governos comunistas no Leste Europeu.

A Igreja Católica ganhou, com João Paulo II, destaque internacional, tornando-se um dos protagonistas das mudanças estruturais que caracterizaram as últimas décadas do século XX. Um governo, o de João Paulo II, marcado por tendências centralizadoras e conservadoras. Os meios usados para defender os interesses da Igreja Católica enraizavam-se na batalha ideológica e no poder de persuasão. Ao lado da luta anticomunista, João Paulo II empreendeu um esforço antiliberal, no contexto de um Ocidente que estava se distanciando de suas raízes cristãs. O sonho da construção de uma Europa cristã ocupou os últimos anos do pontificado de Karol Wojtyła.

O atual pontificado, de Bento XVI, iniciou-se sob uma conjuntura internacional diferente do seu predecessor. Bento XVI herdou uma Igreja em crise. Os escândalos financeiros e as acusações de pedofilia enfraqueceram a autoridade moral da instituição católica.

Bento XVI luta contra o que ele considera um inimigo invisível, mas presente: o relativismo. Mesmo apresentando elementos de continuidade em relação ao seu predecessor, o pontificado de Bento XVI abandonou a teatralidade dos gestos de João Paulo II, privilegiando tons mais sóbrios, que chamam a atenção mais pelo conteúdo de seus discursos do que pelos gestos do pontífice. O diálogo até discreto com pequenos grupos parece ser a estratégia preferida do papa-professor.



Bibliografia de Referência

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2002.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: UNESP, 1996.

BALDISSERI, Lorenzo. *Diplomacia Pontifícia; Acordo Brasil - Santa Sé; Intervenções*. São Paulo: LTr, 2011.

BARBERINI, Giovanni. *Chiesa e Santa Sede nell'ordinamento internazionale. Esame delle norme canoniche*. Torino: G. Giappichelli Editore, 2003.

_____. Le Saint-Siège et la notion de puissance en droit international. In: *Année Canonique*. 42. Paris, 2000, pp. 37-50.

BENTO XVI. *Primeira saudação de Bento XVI, 19 de abril de 2005*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20050419_first-speech_po.html>. Acesso em 15 de junho de 2011.

_____. *Audiência Geral, 27 de abril de 2005*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/audiences/2005/documents/hf_ben-xvi_aud_20050427_po.html>. Acesso em 15 de junho de 2011.

_____. *Discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, 12 de maio de 2005*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20050512_diplomatic-corps_po.html>. Acesso em: 30 de abril de 2011.

_____. *Aula Magna da Universidade de Regensburg, 12 de setembro de 2006*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg_po.html>. Acesso em 25 de junho de 2011.

_____. *Audiência Geral, 20 de setembro de 2011*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/audiences/2006/documents/hf_ben-xvi_aud_20060920_po.html>. Acesso em: 1 de junho de 2011.

_____. *Conferência de imprensa aos jornalistas durante a viagem rumo à Terra Santa, 8 de maio de 2009*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2009/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20090508_terra-santa-interview_po.html>. Acesso em: 1 de maio de 2011.

_____. *Discurso na cerimônia de boas-vindas aos territórios palestinos, 13 de maio de 2009*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2009/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20090513_welcome-betlemme_po.html>. Acesso em: 21 de junho de 2011.

_____. *Discurso na cerimônia de despedida no Aeroporto de Tel Aviv, 15 de maio de 2009*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2009/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20090515_farewell-tel-aviv_po.html>. Acesso em: 21 de junho de 2011.

_____. *Carta do Santo Padre aos bispos, aos presbíteros, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos da Igreja Católica na República Popular da China, 27 de maio de 2007*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/letters/2007/documents/hf_ben-xvi_let_20070527_china_po.html>. Acesso em: 15 de maio de 2011.

_____. *Discurso aos expoentes da sociedade civil, do mundo político, acadêmico, cultural e empresarial, com o corpo diplomático e os líderes religiosos, Zagreb, 4 de junho de 2011*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2011/june/documents/hf_ben-xvi_spe_20110604_cd-croazia_po.html>. Acesso em: 27 de junho de 2011.

_____. *Discurso à Cúria Romana para a apresentação dos bons votos de Natal, 21 de dezembro de 2009*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2009/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20091221_curia-auguri_po.html#>. Acesso em: 22 de maio de 2011.

_____. *Discurso às delegações de Argentina e do Chile no 25º aniversário do tratado de Paz, 28 de novembro de 2009*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2009/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20091128_argentina-cile_po.html>. Acesso em: 15 de março 2011.

_____. *Carta Encíclica Caritas in Veritate, 29 de junho de 2009*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate_po.html>. Acesso em: 23 de maio de 2011.

BERNHART, Joseph. *O Vaticano: potência mundial, história e figura do papado*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1949.

BLESSMAN, Joaquim. *O Holocausto, Pio XII e os Aliados*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2003.

BLET, Pierre. *Histoire de la Représentation Diplomatique du Saint Siège des origins à l'aube du XIX siècle*. Città del Vaticano: Collectanea Archivi Vaticani, 1982.

OSTELLINO, Piero. Diplomazia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dizionario di politica*. Turim: UTET, 1991, pp. 303-304.

BREZZI, Paolo. *La Diplomazia Pontificia*. Milano: Istituto per gli Studi di Politica Internazionale, 1942.

BUONOMO, Vincenzo. Brevi annotazioni sulla diplomazia multilaterale della Santa Sede. *Ius Ecclesiae*. Vol. 19, N° 3, 2007 , pp. 671-68

CARAVALE, Mario. *Lo Stato Pontificio da Martino V a Pio IX*. Torino: UTET, 1978.

CARLETTI, Anna. *Diplomacia e Religião: Encontros e desencontros nas relações entre a Santa Sé e a República Popular da China de 1949 a 2005*. Brasília: FUNAG, 2008.

CARR, Edward Hallet. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CASAROLI, Agostino. *Il martirio della pazienza. La Santa Sede e i paesi comunisti (1963-1989)*. Turim: Einaudi, 2000.

CASTELLÓ Y ABRIL, Santos. *Diplomacia de la Santa Sede, una diplomacia para la paz*. Conferência pronunciada pelo Núncio Apostólico na Argentina junto ao CARI (Conselho Argentino para as Relações Internacionais), 16 de novembro de 2000. Disponível em: <http://aica.org/aica/documentos_files/Nunciatura_Apostolica/2000_11_16_Diplomacia.ht>. Acesso em: 21 de maio de 2008.

CODAMO, Mario. *La diplomazia pontificia nell'insegnamento di Giovanni Battista Montini: (studio storico-documentario)*. Roma: Pontificia Univeristà Laternanese, 2007.

CUNHA, Fernando Whitaker da. *Teoria Geral do Estado: introdução ao Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1990.

DAL RÍ, Arno Júnior. Tradições do Pensamento às Teorias Internacionais: Hugo Grotius, Thomas Hobbes e Immanuel Kant. Em: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RÍ, Arno Juniór. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, pp. 115-156.

DE RIEDMATTEN, Présence du Saint-Siège dans les Organismes Internationaux. In: *Concilium* 58, 1970, pp. 67-82.

DEMARCO, Domenico. *Il tramonto dello Stato Pontificio*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1949.

DESCHNER, Karlheinz. *La Política de los papas en el siglo XX. Entre Cristo y Maquiavelo (1878-1939)*. Volumen I. Zaragoza: Yalde, 1994.

_____. *La PolíticadelospapasensigloXX. ConDiosyconlosfascistas(1939-1995)*. Volumen II. Zaragoza: Yalde, 1995.

DI PESARO, Ângelo André. *La diplomazia vaticana e la questione del potere temporale*. Firenze: M. Cellini, 1890.

D'ONORIO Joel-Benoit. *La diplomatie de Jean Paul II*. Paris, Cerf, 2000.

DUPUY, André. *Words that matter. The Holy See in multilateral diplomacy. Anthology (1970-2000)*. New York: Fundação Path to Peace, 2003.

_____. *Pope John Paul II and the Challenges of Papal Diplomacy: Anthology (1978-2003)*. New York: Fundação Path to Peace, 2004.

EZCURRA, Ana Maria. *O Vaticano e o governo Reagan*. São Paulo, Hucitec, 1984.

FABRIS, Carlo. Presenza della diplomazia pontificia. In: *Rivista di studi politici internazionali*. Vol. 73. Nº. 1. Roma: 2006, pp. 67-97.

FALLANI, Giovanni. *Vaticano*. Firenze: G.C. Sansoni, 1946.

FANTAPPIÈ, Carlo. Come il Papa antimodernista volle modernizzare la Chiesa. Síntese do ensaio do mesmo autor: "Chiesa romana e modernità giuridica. Vol. I - L'edificazione del sistema canonistico (1563-1903). Vol. II - Il Codex Iuris Canonici (1917)". Milão: Giuffrè, 2008. Disponível em: <<http://chiesa.espresso.repubblica.it/articolo/1337042>> Acesso em 20 de março de 2010.

FELDKAMP Michael F. *La diplomazia pontificia : da Silvestro I a Giovanni Paolo II*. Milano: Jaca Book, 1998.

FRANCO, Massimo. *C'era una volta un Vaticano*. Milão: Mondadori, 2010.

GAUDIUM ET SPES, n. 42. In: *Compêndio do Vaticano II - Constituições, decretos, declarações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p. 188.

GAZZANEO, Luigi. *Il pontificato di Pio IX*. Cosenza: Pellegrini Editore, 2000.

GRIGULÉVCH, Iosif. *El papado, siglo XX*. Moscú: Editoria Progreso, 1982.

GROTIUS, Hugo. *De Iuri Belli Ac Pacis*. Aalen: Scientia Verlag, 1993.

GUIMARÃES, Samuel P. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional (3 ed.)* Porto Algre: Ed. UFRGS, 1999.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: ed. UFRGS/FAPA, 1999.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

JOÃO XXIII. *Carta Encíclica Pacem in Terris*. 11 de abril de 1963. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem_po.html>. Acesso em: 2 de março de 2009.

JOÃO PAULO II. *Discurso do Santo padre aos professores e alunos da Pontifícia Academia Eclesiástica*. 26 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2001/documents/hf_jp-ii_spe_20010426_accademia-ecclesiastica_po.html>. Acesso em: 30 de outubro de 2008.

_____. *Discurso na Solene Sessão de Abertura da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*, 28/01/1978. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1979/january/documents/hf_jp-ii_spe_19790128_messico-puebla-episc-latam_po.html>. Acesso em: 10 de março de 2011.

_____. *Homilia do Papa João Paulo II no início do seu Pontificado*, 22 de outubro de 1978. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/1978/documents/hf_jp-ii_hom_19781022_inizio-pontificato_po.html>. Acesso em 11 fev. 2011.

_____. *Discurso de João Paulo II na Assembleia Geral das Nações Unidas*, 2 de outubro de 1979. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1979/october/documents/hf_jp-ii_spe_19791002_general-assembly-onu_po.html>. Acesso em: 15 de março de 2011.

_____. *Homilia do Papa João Paulo II em Nova York*, 2 de outubro de 1979. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/1979/documents/hf_jp-ii_hom_19791002_usa-new-york_po.html>. Acesso em 14 de fevereiro de 2011.

_____. *Incontro di Giovanni Paolo II con il mondo della cultura, 21 aprile 1990*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1990/april/documents/hf_jp-ii_spe_19900421_cultura-praga_it.html>. Acesso em 30 de janeiro de 2011.

_____. *Messaggio alla Conferenza Episcopale Cecoslovacca, 21 aprile 1990*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1990/april/documents/hf_jp-ii_spe_19900421_conf-episc-praga_it.html>. Acesso em: 2 de abril de 2011.

_____. *Homilia na cidade de Havana, 25 de janeiro de 1998*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/1998/documents/hf_jp-ii_hom_19980125_lahabana_po.html>. Acesso em 18 de fevereiro de 2011.

_____. *Discorso ai Vescovi Argentini in visita "Ad Limina", 1 dicembre 1984*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1984/december/documents/hf_jp-ii_spe_19841201_argentini-ad-limina_it.html>. Acesso em: 15 de março de 2011.

_____. *Homilia em Coventry, 30 de maio de 1982*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/1982/documents/hf_jp-ii_hom_19820530_coventry_po.html>. Acesso em 2 de maio de 2011.

_____. *Cerimônia de Boas Vindas. Discurso de João Paulo II em Buenos Aires, 11 de junho de 1982*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1982/june/documents/hf_jp-ii_spe_19820611_arrivo-buenos-aires_po.html>. Acesso em 2 maio de 2011.

_____. *Discorso ai membri del Corpo Diplomatico accreditato presso la Santa Sede, 12 gennaio 1991*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1991/january/documents/hf_jp-ii_spe_19910112_corpo-diplomatico_it.html>. Acesso em 10 de maio de 2011.

_____. *Discorso al Corpo Diplomatico accreditato presso la Santa Sede, 11 gennaio 1992*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1992/january/documents/hf_jp-ii_spe_19920111_diplomatic-corps_it.html>. Acesso em: 15 de março de 2011.

_____. *Discorso ai partecipanti alla Conferenza Internazionale sulla Nutrizione, 5 dicembre 1992*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1992/december/documents/hf_jp-ii_spe_19921205_conference-on-nutrition_it.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

_____. *Discorso aos Diplomatas acreditados junto à Santa Sé, 10 de janeiro de 2002*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2002/january/documents/hf_jp-ii_spe_20020110_diplomatic-corps_po.html>. Acesso em 2 de abril de 2011.

_____. *Discorso aos Diplomatas acreditados junto à Santa Sé, 13 de janeiro de 2003*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2003/january/documents/hf_jp-ii_spe_20030113_diplomatic-corps_po.html>. Acesso em 2 de abril de 2011.

_____. *Discorso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, 10 de janeiro de 2005*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2005/january/documents/hf_jp-ii_spe_20050110_diplomatic-corps_po.html>. Acesso em 2 de fevereiro de 2011.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra: Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995.

KERTZER, David I. *Prigioniero del Vaticano. Pio IX e lo scontro tra la Chiesa e lo Stato italiano*. Milão: Rizzoli, 2005.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva, 2007.

KRIPPENDORFF, Ekkehart. *História das relações internacionais*. Lisboa: Antídoto, 1979.

_____. *Critica della política estera*. Roma: Fazi Editore, 2004.

KWITNY, Jonathan. *L'uomo del secolo: l'ultimo profeta*. Casale Monferrato: Piemme, 2009.

LABOA, Juan María. *I papi del Novecento*. Milão: Jacabook, 2001.

LAJOLO, Giovanni. *Nature & Function of Papal Diplomacy*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2005.

_____. Conferenza sulla natura ecclesiale del Servizio Diplomatico della Santa Sede. *30giorni*. Disponível em: <<http://www.30giorni.it/it/articolo.asp?id=10264>>. Acesso em 10 de novembro de 2008.

LEBEC, Eric. *História Secreta da Diplomacia Vaticana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

LÉON RODRÍGUEZ, Mario A. La guerra de 1898 y la Santa Sede bajo León XIII: SUS efectos en la Orden de Predicadores en Cuba. In: *Los Dominicanos en Hispanoamérica y Filipinas a raíz de la guerra de 1898*. Acta del VI Congreso Internacional, Bayman, Puerto Rico, 21-25 de setembro de 1998. Salamanca: Editora San Sebastián, 2001, p. 16.

LORA, Erminio (Org.) *Enchiridion dei Concordati: due secoli di storia dei rapporti chiesa-stato*. Bolonha: EDB, 2003.

LOHBAUER, Christian. *História das relações internacionais II: o século XX, do declínio europeu à Era Global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LOMBARDI, Gabrio. *Persecuzioni, laicità, libertà religiosa: dall'Editto di Milano alla "Dignitatis humanae"*. Roma: Studium, 1991.

MAGISTER, Sandro. Il Papa dell'Occidente. *Aspenia*. N. 42, 2008, p. 164-170. Disponível em: <<http://chiesa.espresso.repubblica.it/articolo/206793?>>. Acesso em: 12 de nov. de 2008.

_____. Tra Venere e Marte. La Chiesa di Roma sceglie tutti e due. In: *Chiesaespresso*, 12 aprile 2005. Disponível em: <<http://chiesa.espresso.repubblica.it/articolo/43322>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2011.

_____. Il papa e i suoi due consoli. In: *Chiesaespresso*, 30 marzo 2005. Disponível em: <<http://chiesa.espresso.repubblica.it/articolo/26889>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

_____. Benedetto XVI. Il papa, il programma. In: *Chiesaespresso*, 20 de abril de 2005. Disponível em: <<http://chiesaespresso.repubblica.it/articolo/28889>>. Acesso em: 20 de maio de 2011.

_____. I primi tre mesi di Benedetto XVI. Nuovo papa, nuovo stile. In: *Chiesaespresso*, 15 luglio 2005. Disponível em: <<http://chiesaespresso.repubblica.it/articolo/36194>>. Acesso em: 22 de maio de 2011.

MALGERI, Francesco. Leone XIII e la coscienza sociale della chiesa. In: *L'Osservatore Romano*, 28 de fevereiro de 2010.

MARGIOTTA BROGLIO, Francesco. Sul nuovo ruolo dell'Osservatore della Santa Sede alle Nazioni Unite. In: *Rivista di Studi Politici Internazionali*. Vol. 71, No.4. Firenze, 2004, p. 555-566. Disponível em: <<http://padis2.uniroma1.it:81/ojs/index.php/rspi/article/view/149/135> Vol 71, N° 4 (2004)>. Acesso em: 12 de outubro de 2008.

MAROTTOLI, Stefania M. *La Santa Sede nel Diritto Internazionale*. Tese de Láurea. Università degli Studi di Bari. Bari: 1998.

MARTINA, Giacomo. *Pio IX*. Roma, E.P.U.G., 1985.

_____. *Storia della Chiesa da Lutero ai nostri giorni*. Vol. III, *L'età del liberalismo*. Brescia: Morcellina Editrice, 1995.

MARTÌN DE AGAR, José T. Passato e presente dei concordati. In: *Ius Ecclesiae*. XII (2000), p. 613-660. Disponível em: <http://www.pusc.it/can/p_martinagar/concord.htm>. Acesso em: 03 de novembro de 2008.

MATLARY, Janne Haaland. The just peace: The public and classical diplomacy of the Holy See. In: *Cambridge Review of International Affairs*. Volume 14, Issue 2, March 2001, PP. 80-94.

MENOZZI, Daniele. *I papi del '900*. Florença: Giunti Gruppo Editoriale, 2000.

MOREIRA, Adriano. *Teoria das relações internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina, 1996.

MORGENTHAU, Hans Joachim. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MUGNAINI, Marco (org.). *Stato, Chiesa e relazioni internazionali*. Milano: Franco Angeli, 2003.

MULLOR GARCIA J. *Pontificia Accademia Ecclesiastica. Terzo centenario (1701-2001)*. (F. Chica Arellano). Roma: Tipografia Vaticana, 2003.

_____. *La presenza della Santa sede negli scenari internazionali*. Lezione-Conferenza presso l'Università della Santa Croce, 24 de abril de 2009. Disponível em: <<http://perfettaletizia.blogspot.com/2009/04/la-presenza-della-santa-sede-negli.htm>>. Acesso em: 23 de maio de 2009.

NAPOLITANO, Matteo Luigi. *Pio XII tra guerra e pace: profezia e diplomazia di un papa (1939-1945)*. Roma: Città Nuova, 2002.

NYE, Joseph. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva, 2002.

PAPPALARDO, Francesco. Le origini dello Stato Pontificio (680-824). In: *Voci per un Dizionario del Pensiero Forte*. Roma: I.D.I.S. Istituto per la Dottrina e l'Informazione Sociale, 1997. Disponível em: <http://www.alleanzacattolica.org/idis_dp/voci/s_origini_stato_pontificio.htm>. Acesso em: 01 de dezembro de 2008.

PATERNOSTER, Renzo. La teologia della liberazione: con Cristo e com Marx? In: *La Storia In Network*. N. 124. Fev. 2007. Disponível em: <<http://www.storiain.net/arret/num124/artc5.asp>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2011.

PARIS, Edmond. *A História secreta dos Jesuítas*. Paris: 2000. Disponível em: <<http://www.cpr.org.br/hsj-05.htm>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

PAULO VI. *Discurso às Nações Unidas por ocasião da sua Visita à ONU, 4 de outubro de 1965*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united_nations_po.html>. Acesso em: 1 de julho de 2010.

_____. *Discours du Pape Paul VI à l'Organisation des Nations Unies à l'occasion du 20ème anniversaire de l'organisation. - Lundi 4 octobre 1965*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations_fr.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2009.

_____. *Discours du Pape Paul VI au Corps Diplomatique. 12 de janvier de 1970*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/>

speeches/1970/documents/hf_p-vi_spe_19700112_corpo-diplomatico_fr.html>. Acesso em: 24 de outubro de 2009.

_____. *Carta Encíclica Ecclesiam Suam*. 06 de agosto de 1964. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam_po.html>. Acesso em 2 de março de 2009.

_____. *Carta Encíclica Populorum Progressio sobre o Desenvolvimento dos Povos*, 26 de março de 1967. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html>. Acesso em: 10 de maio de 2010.

_____. *Santa Messa per i "campesinos" colombiani*, 23 agosto 1968. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/homilies/1968/documents/hf_p-vi_hom_19680823_it.html>. Acesso em: 2 de março de 2010.

_____. *Inaugurazione della II Assembleia Generale dei Vescovi dell'América Latina*, 24 agosto 1968. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/homilies/1968/documents/hf_p-vi_hom_19680824_it.html>. Acesso em 4 de março de 2010.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores, visões*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

PIO XI. "Il nostro più cordiale" - Allocuzione di Sua Santità Pio XI ai Parroci e Predicatori del Periodo Quaresimale in occasione della firma del Trattato e del Concordato nel Palazzo Lateranense, 11 febbraio 1929. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/speeches/documents/hf_p-xi_spe_19290211_piu-cordiale_it.html>. Acesso em 30 de outubro de 2009.

PIO XI. Lettera Encíclica "Non Abbiamo Bisogno sull'Azione Cattolica". Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310629_non-abbiamo-bisogno_it.html>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2011.

PIO XII. Radiomessaggio di Sua Santità Pio XII ai cattolici di Spagna. 16 aprile 1939. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1939/documents/hf_p-xii_spe_19390416_inmenso-gozo_it.html>. Acesso em: 10 de junho de 2010.

_____. Discurso de Sua Santità, “Negli ultimi sei anni”. 24 dicembre 1945. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1945/documents/hf_p-xii_spe_19451224_negli-ultimi_it.html>. Acesso: 14 de fevereiro de 2010.

_____. Radiomessaggio di Sua Santità ai popoli del mondo intero. Domenica, 24 dicembre 1944. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1944/documents/hf_p-xii_spe_19441224_natale_it.html>. Acesso em: 14 de março de 2010.

_____. Radio mensagem “Un’ora grave” aos governantes e aos povos no iminente perigo da guerra. 24 de agosto de 1939. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/speeches/1939/documents/hf_p-xii_spe_19390824_ora-grave_po.html>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2010.

_____. *Summi Pontificatus. Sobre o ofício do Pontificado, 20 de outubro de 1939*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20101939_summi-pontificatus_po.html>. Acesso em; 7 de junho de 2010.

PIZZORNI, Reginaldo. *Storia delle Dottrine Politiche*. Roma, 1988.

POLLARD, John Francis. *Benedetto XV (1914-1922) e la ricerca della pace*. Cinisello Balsamo (MI): Società San Paolo, 2001.

STREFLING, Sérgio Ricardo. A disputa entre o papa Bonifácio VIII e o rei Filipe IV no final do século XIII. In: *Teocomunicação* Porto Alegre v. 37 n. 158, dez. 2007, pp. 525-536. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/viewFile/2732/2081>>. Acesso em: 2 de março de 2010.

RATZINGER, Joseph. *Istruzione su alcuni aspetti della teologia della libertazione, 6 agosto 1984*. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_it.html>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2011.

_____. *Instrução sobre liberdade cristã e libertação, 22 de março de 1986*. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html>. Acesso em 20 de maio de 2011.

RATZINGER, Joseph. *Missa Pro Eligendo Romano Pontifice, 18 aprile 2005*. Disponível em: <http://www.vatican.va/gpII/documents/homily-pro-eligendo-pontifice_20050418_it.html>. Acesso em: 24 de junho de 2011.

REESE, Thomas J. *O Vaticano por dentro: a política e a organização da Igreja Católica*. Bauru: EDUSC, 1999.

RENDINA, Claudio. *I Papi. Storia e segreti*. Milão: Grandi Taascabili Economici Newton, 1993.

RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales I. Du Moyen âge à 1789*. Paris: Hachette, 1953.

REPGEN, Konrad. La politica estera dei papi nel periodo delle guerre mondiali. In: JEDIN, Hubert (org.). *Storia della Chiesa: la chiesa del ventesimo secolo*. Milão: Jaca Book, 1995, p. 40-51.

RICCARDI, Luca. An outline of Vatican Diplomacy in the early Modern Age. In: *Politics and Diplomacy in early modern Italy: the structure of Diplomatic Practise, 1450-1800* (edited by Daniela Frigo). Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 95-108.

RINIERI, Ilario. *Il Congresso di Vienna e la Santa Sede (1813-1815)*. Roma: La Civiltà Cattolica, 1904.

ROMANATO, Gianpaolo. *La sede Apostólica e l'Europa Orientale da Pio X alla Nunziatura di Achille Ratti in Polonia*. Lezione tenuta all'Università di Opole in Polonia, 24 febbraio 2010. Disponível em: <http://www.vatican.va/news_services/or/or_quo/cultura/2010/046q05a1.html>. Acesso em: 30 de março de 2010.

SACCO, Ugo Colombo. *Giovanni Paolo II e la nuova proiezione internazionale della Santa Sede: 1978-1996. Una guida introduttiva*. Milano: Giuffrè, 1997.

SAINT-PIERRE, Abbé de. *Projeto para tornar perpétua a Paz na Europa*. Brasília: Editora UnB, 2003.

SERGIO, Romano. *Libera Chiesa. Libero Stato? Il Vaticano e l'Italia da Pio IX a Benedetto XVI*. Milão: Longanesi Editore, 2005.

SMID, Marek; VASIL, Cyril (org.). *Relazioni internazionali giuridiche bilaterali tra la Santa Sede e gli Stati: esperienze e prospettive*. Città del Vaticano: Libreria editrice vaticana, 2003.

SODANO, Angelo. *Il lievito del Vangelo. La Santa Sede nella vita dei popoli*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2006.

SPINELLI, Lorenzo. *Lo Stato e la Chiesa – Venti Secoli di Relazioni*. Turim: Utet Libreria, 1988.

SQUICCIARINI, Donato. Storia, peculiarità e finalità della diplomazia della Santa Sede. Impegno per la pace, da parte della Chiesa e dei Papi dell'ultimo secolo. *Apolinaris*. LXXVIII 1-2, 2005. [100 2008/2]. Roma, pp. 499-515.

TAURAN, Jean-Louis. La Santa Sede e l'etica internazionale. *Ius Ecclesiae*. XVI 1/04. [95 2006/1] pp. 251-258.

_____. *La presenza della Santa Sede negli Organismi internazionali*. Lectio Magistralis. Milão: Università Cattolica del Sacro Cuore, 22 de abril de 2002. Disponível em: <<http://www2.unicatt.it/unicattolica/cattnews/allegati/lectioTauran.pdf>>. Acesso em: 1 de dezembro de 2008.

ULLMANN, Walter. *A short history of the Papacy in the Middle Ages*. London: Methuen, 1972.

VALENTE, Massimiliano. *Diplomazia Pontificia e Kulturkampf: La Santa Sede e la Prussia tra Pio IX e Bismarck (1862-1878)*. Roma: Studium, 2004.

VIDAL, César. *Pontífices: de las persecuciones a Benedicto XVI*. Barcelona: Península Ed., 2007.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. ; PEREIRA, Ana. D. *História do Mundo Contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao choque de civilizações do século XXI*, 1ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VIZENTINI, Paulo. G. Fagundes. *Relações Internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *O mundo Pós-guerra Fria: o desafio do (ao) oriente à ordem americana*, 1ª. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2005.

ANNA CARLETTI

_____. *A Guerra Fria (1945-90)*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

_____. *O descompasso entre as nações*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *A Grande Crise: A Nova (Des) ordem Internacional dos Anos 80 aos 90*, 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ZIZOLA, Giancarlo. *Santità e potere*. Milão: Sperling & Kupfer, 2009.







Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	12 x 18,3cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Verdana 13/17 (títulos), Book Antiqua 10,5/13 (textos)